FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 104 ★ Nº 34.697 | SEGUNDA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2024 | R$ 6,90

Governo faz parecer para vinda de Putin ao G20 no Rio

O governo Lula produziu parecer jurídico que embasa uma eventual visita ao Brasil do presidente da Rússia, Vladimir Putin, mesmo ele sendo alvo de um mandado internacional de prisão. O documento, submetido em novembro à Comissão de Direito Internacional da ONU, poderia sustentar uma vinda do líder russo para a cúpula do G20, no Rio, em novembro. **Mundo A12**

Alvo de protestos, Netanyahu decide continuar a guerra

Em resposta aos maiores protestos no país desde a eclosão da guerra contra o Hamas, o premiê israelense, Binyamin Netanyahu, fez um discurso defendendo a continuidade do conflito armado e dizendo que nada vai impedir a invasão de Rafah, na Faixa de Gaza. **Mundo A13**

Ambiente B1

Mangues amazônicos

Comunidades tradicionais formam a linha de frente na defesa dos manguezais da região Norte, ameaçados pela pesca predatória. O Brasil tem a maior faixa contínua desse ecossistema em todo o planeta.

Esporte B5

Após vitória em casa, Santos sai na frente do Palmeiras na decisão do Paulista

Ilustrada C1

Festival É Tudo Verdade exibe mais de 70 documentários em São Paulo e Rio

Mercado p.16

Pesquisa mostra que 'soft skills' são foco das empresas para contratar estagiários

Manguezal próximo a quilombo no Pará, onde ecossistema é essencial para subsistência dos moradores Giovanna Stael/Folhapress

Lucro cai 24% nas maiores estatais no 1º ano de Lula 3

Ganho menor de Petrobras e BNDES reduziu soma das principais empresas

As cinco principais estatais federais —Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica e Correios— tiveram em 2023 um lucro líquido somado de R$ 182 bilhões, isto é, 24% menor em relação a um ano antes (em valores nominais, sem contar a inflação).

O desempenho no primeiro ano de Lula é explicado sobretudo por retração dos números da Petrobras, que viu seu lucro cair 33%, e do BNDES, com resultado 5% menor. Já Banco do Brasil e Caixa tiveram saldos melhores em 2023. Nos Correios, o prejuízo foi 22% menor.

A explicação para os resultados das estatais, que repassam parte dos lucros ao Tesouro Nacional, varia.

A administração da Petrobras diz que houve desvalorização do petróleo no mercado externo. A do BNDES afirma que a base de comparação foi prejudicada pela venda de ações em 2022 —o que não se repetiu em 2023.

Analistas observam de perto a movimentação do governo Lula sobre as empresas públicas. Um complicador é o fato de que, desde o ano passado, as estatais estão mais expostas a indicações políticas. **Mercado p.1**

Manifestantes marcham na noite de domingo em Jerusalém para pedir novas eleições em Israel e a devolução dos reféns do Hamas Ahmad Gharabli/AFP

ENTREVISTA DA 2ª

Ana Toni

Não vi plano no país de petróleo custear transição

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Toni diz não haver uma estratégia clara que destine verba do petróleo para a transição energética. "A Noruega faz isso com o fundo soberano deles", afirma. "Seria algo a ser debatido." **A14**

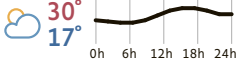
Mudança de regra derruba emissões de LCIs e LCAs

Mercado p.11

ATMOSFERA

São Paulo hoje

30° 17°

0h 6h 12h 18h 24h

Fonte: www.climatempo.com.br

ISSN 1414-5723

Auditoria aponta compra de munição por menores

Ao menos 2 milhões de munições foram vendidas irregularmente durante a gestão Bolsonaro (PL) por meio do uso de CPFs de menores de 18 anos e de pessoas mortas, segundo auditoria do TCU. **B2**

Sete de 38 ministros falam do golpe depois de Lula vetar atos

Após o veto de Lula a eventos sobre os 60 anos do golpe, 7 dos 38 ministros, além da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), citaram o tema em suas redes sociais.

"É preciso ter ódio e nojo da ditadura, como disse Ulysses Guimarães", afirmou Silvio Almeida. "Período abominável", disse Flávio Dino, do STF. **Política A6**

Camila Rocha

Legado nefasto da ditadura persiste

O silêncio de Lula quanto aos 60 anos do golpe foi sintomático. Não só seguimos reféns das Forças Armadas como somos mais militarizados. **Política A10**

EDITORIAIS A2

Alta da dívida pública cria teto para o PIB

Sobre principais projeções de analistas de mercado.

Estrada perigosa

A respeito de roubos de carga na Baixada Santista.

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

João Montanaro

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Alta da dívida pública cria teto para o PIB

Projeções apontam para juros elevados e expansão medíocre da economia nos próximos anos; romper essa dinâmica exige controle dos gastos públicos

A regra fiscal que substituiu o teto para os gastos do governo federal foi relativamente bem recebida, porque ao menos estabeleceu alguma previsibilidade para as contas públicas e afastou o risco de descontrole imediato.

Entretanto todos sabem que o arranjo em vigor é insuficiente para que o déficit orçamentário deixe de ser um obstáculo ao desenvolvimento. Assim o demonstram as projeções de analistas de mercado para a evolução da dívida pública, notadas pelo Banco Central em seu recente Relatório de Inflação.

No documento se observa que as estimativas mais consensuais são de aumento do peso da dívida pública ao longo de toda esta década. Em 2030, esse passivo chegaria a 86,1% do Produto Interno Bruto, ante 75% hoje. São cifras exorbitantes para um país emergente.

Pode-se argumentar que previsões econômicas são imprecisas por natureza. Porém são as expectativas de consumidores e empresários que movem as decisões de compras e investimentos.

Não por acaso, o cálculo de que o endividamento público seguirá em alta se faz acompanhar de uma espécie de piso para os juros —não se espera uma Selic abaixo de 8,5% anuais até o final de 2028.

Do mesmo modo, projeta-se um crescimento econômico não mais do que medíocre no mesmo período, de apenas 2% ao ano.

De novo, tais previsões obviamente não configuram uma sentença definitiva. Parece claro, entretanto, que em algum momento o governo terá de fazer algo para mudar a percepção geral.

Buscam-se por ora medidas para aumentar a receita, mas com apenas isso será impossível atingir a meta de zerar o saldo das contas neste ano e obter sobras de 0,5% e 1% do PIB em 2025 e 2026.

Projeções do Tesouro Nacional indicam insuficiência de recursos até o final da atual administração e expansão continuada da dívida no quadriênio 2023-2026 mesmo no melhor cenário —trajetória que mantém a incerteza em relação à solvência do Estado e contribui para elevar os juros.

Não haverá saída sem um programa amplo de controle de despesas. O problema essencial do marco fiscal é que sua determinação de limitar o crescimento da despesa a 70% da alta da receita não é compatível com os indexadores da maior parte dos gastos obrigatórios.

Despesas com Previdência e outros benefícios sobem com reajustes do salário mínimo acima da inflação. Aportes em saúde e educação são percentuais da receita, em desalinho à dinâmica que se busca com o ajuste orçamentário.

Rever tais regras será inescapável num futuro próximo, tendo em vista o esgotamento do espaço para ainda mais impostos.

Estrada perigosa

Roubos de carga na região de Santos demanda inteligência da polícia paulista e ação federal

A queda de 8,2% em roubos de carga na região de Santos—que abrange 24 municípios de São Paulo— no primeiro bimestre de 2024 em relação ao mesmo período de 2023 esconde uma realidade preocupante.

A redução ocorre após salto de 156% nos registros desse crime no local, um salto de 235 ocorrências em 2022 para 602 em 2023 —o maior índice desde 2001.

Em algumas cidades, a trajetória ascendente continua. As cidades de Santos e Praia Grande verificaram alta nos roubos de carga de 150% e 82,4%, respectivamente.

Nessa mesma região, o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) tem investido em ações policiais truculentas como solução, equivocada, para a insegurança —até o momento, a Operação Verão no litoral de estado matou 55 pessoas.

Roubos de carga colocam à prova, como poucos delitos, a eficiência da trabalho policial. Em geral, exigem recursos e planejamento de longo prazo por parte dos criminosos, o que demanda inteligência na investigação para prevenir ou elucidar as ocorrências.

Mas o que se vê, na prática, são investigações precárias. De janeiro a setembro de 2023, apenas 11,2% dos roubos de carga foram transformados, na época, em inquérito policial. Isso significa que a Polícia Civil paulista deixou de investigar quase 9 de cada 10 casos.

Esse tipo de delito, ademais, gera um custo econômico expressivo. Verifica-se maior perda no Sudeste. De acordo com a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, o prejuízo na região em 2022 foi de R$ 966,6 milhões, num total de R$ 1,18 bilhão no país.

Pesquisa do Datafolha mostra que a segurança é uma das principais preocupações dos brasileiros: 65% afirmam que se sentem inseguros nas ruas durante a noite —no Sudeste, a taxa chega a quase 70%.

Entretanto não é com medidas populistas, geralmente baseadas só em policiamento ostensivo e operações violentas, que se desenvolvem boas políticas nessa área.

Em relação ao roubo de cargas, o governo paulista precisa tornar a atuação de sua polícia mais eficiente, e o governo federal também deve agir nos âmbitos interestaduais e transnacionais do delito.

Conto de fadas amazônico

Lygia Maria

O presidente do Brasil de mãos dadas com o presidente da França saltitam pela mata da Ilha do Combu; num barco ao pôr do sol, miram o horizonte com ternos sorrisos. As imagens, que parecem saídas de um conto de fadas amazônico, servem bem à propaganda política de cunho ambientalista, mas escondem o descaso histórico dos governos locais e federal com a região.

No ranking dos cem maiores municípios classificados por indicadores de saneamento básico, Belém ocupa a 93ª posição, com apenas 19,88% da população ligada à rede de esgoto e ínfimos 2,38% de dejetos tratados.

A capital do Pará —cenário das idílicas fotos de Lula e Macron na recente visita do mandatário francês— sediará a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-30) no ano que vem.

Os alertas de desmatamento na amazônia caíram 29,7% em fevereiro, na comparação com o mesmo período de 2023. O problema é que, ainda assim, é o maior índice registrado desde o início da série histórica do sistema Deter do Inpe, em 2016. No mesmo mês, o Copernicus, observatório europeu, apontou que a emissão de carbono por queimadas no Brasil foi a maior desde 2003.

Na Terra Indígena Yanomami, entre 2022 e 2023, o número de garimpeiros caiu de 20 mil para 3.000, mas o de indígenas mortos foi de 343 para 363. Mesmo considerando a provável subnotificação anterior, o dado é vexatório. Enquanto isso, em outras regiões da Amazônia Legal, como na Terra Indígena Sararé, a área de extração ilegal de ouro explodiu de 36 hectares em 2022 para 252,3 hectares até outubro de 2023.

Saneamento precário, desmatamento, garimpo e infração de direitos dos povos indígenas são problemas crônicos da amazônia que exigem políticas contínuas, interdisciplinares e de longo prazo.

Houve, por óbvio, descalabros sob Bolsonaro. Mas o PT governou o país por 14 anos até a atual gestão, e a realidade cruel que assola a região permanece, encoberta sob a narrativa de um conto de fadas amazônico.

Coisa de mulherzinha

Ana Cristina Rosa

Uma sensação crescente de indignação sobre o significado de ser mulher num país como o nosso tomou conta de mim ao longo de março.

No chamado "mês da mulher", ao menos 5.580 de nós foram estupradas no Brasil —levando em consideração a média nacional de um crime a cada oito minutos, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública referentes a 2023.

Estima-se que outras 124 mulheres (negras, na maioria) foram vítimas de feminicídio, crime de homicídio praticado em razão do gênero feminino e em decorrência da violência doméstica e familiar ou do mero menosprezo à condição da mulher—dados do Ministério da Justiça e da Segurança. Mas o Monitor de Feminicídios no Brasil (MFB), elaborado à base de notícias digitais veiculadas na internet, indica situação pior.

Ainda assim, perdi as contas do número de vezes que ouvi dizer "isso é coisa de mulherzinha" nos últimos 30 dias. Falas representam crenças que orientam como as pessoas se comportam. E "coisa de mulherzinha" é expressão carregada de estigmas e costuma ser proferida como ofensa, sinal de fraqueza.

Os valores que reproduzimos refletem uma sociedade machista e patriarcal, na qual homens estão no controle. Isso implica múltiplas formas de violência contra as mulheres. "Eles" são maioria entre as autoridades máximas em cargos de decisão, têm o "poder da caneta", e não se constrangem em colocar obstáculos no caminho "delas".

Sob a falsa alegação de que gênero é questão "irrelevante", por exemplo, "eles" travam a carreira "delas". "A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo", resumiu a filósofa Simone de Beauvoir.

Por esses dias, soube que "coisa de mulherzinha" segue sendo o pior insulto que um menino pode sofrer quando está nas séries iniciais do ensino fundamental. Me pergunto até quando o feminino será sinônimo de ofensa e gênero de risco no país.

A linha vermelha dos Brazão

Italo Nogueira

Das 479 páginas do relatório da Polícia Federal sobre a morte da vereadora Marielle Franco (PSOL) e seu motorista Anderson Gomes, 83 se referem à trajetória da família Brazão.

O índice do documento é suficiente para entender a descrição. "Envolvimento em escândalos", "evolução patrimonial suspeita", "aparelhamento dos órgãos estatais", "grilagem de terras" são os capítulos que organizam o inventário.

O texto conta com reproduções de jornais que expõem o que a PF chama de "singular potencial incriminador dos irmãos". Algumas sequer têm link, por serem de uma época em que a internet engatinhava.

Em quase três décadas, os Brazão formaram currais eleitorais associando atividades suspeitas e abuso de poder econômico por meio do assistencialismo. A Justiça jamais foi capaz de coibir.

Assim, os Brazão sempre conseguiram muito voto. Mas quem lhes deu poder foi a elite política do Rio de Janeiro, facilitando a infiltração nos órgãos públicos por meio de cargos, secretaria e até um posto no Tribunal de Contas do Estado. Ela sempre tapou nariz e olhos para as evidências em busca de dividendos eleitorais.

Esse comportamento pode ser resumido na resposta de Eduardo Paes a Marcelo Freixo num debate na disputa à prefeitura em 2012. O prefeito foi criticado por ter aliados citados no relatório da CPI das Milícias.

"Sou obrigado a saber todo mundo que está citado no relatório? Aquilo não é a Bíblia."

Mais de uma década depois, Paes nomeou Brazão, citado no relatório. Depois, o exonerou e reconheceu o erro.

Mas muitos personagens semelhantes são conhecidos e circulam na política do Rio cada vez com mais poder. Torcem para que as suspeitas contra Chiquinho e Domingos sirvam apenas como exemplo de linha vermelha a não ser cruzada: mandar matar um vereador da capital. Esperam preservar os demais capítulos de suas atividades tão públicas quanto suspeitas.

Repórter da **Folha** no Rio de Janeiro

Lima Barreto e o crime

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Em "O Único Assassinato de Cazuza" Lima Barreto, faz através de um de seus personagens uma afirmação de grande atualidade: "Penso, ao ler tais notícias, que a fortuna dessa gente que está na Câmara, no Senado, nos ministérios, até na presidência da República se alicerça no crime, no assassinato, que acha você?". Ao que seu interlocutor retruca:

— Já houve quem dissesse que, quem não mandou um mortal deste para o outro mundo, não faz carreira na política do Rio de Janeiro.

Mas o ponto que escolhi para uma análise mais detida vem depois:

— Você sabe o que dizem esses políticos que sobem às alturas com dezenas de assassinatos nas costas?

— Não.

— Que todos nós matamos.

A primeira reação do autor de um crime é a negação; a segunda, que todos fazem o mesmo. A crença de que a fortuna e a carreira política assentam-se no crime não é sem consequências. Se todos acham que a corrupção é a regra do jogo, estamos em uma armadilha. Quando práticas escusas são percebidas como a regra, o ator que joga limpo se verá como um "otário". Os incentivos nessa situação são para jogar sujo (recorrendo à violência ou a corrupção), esperando que os demais também o façam.

Há forte correlação entre a crença de que "a corrupção é generalizada" e a de se considerar que "pagar propina é justificável". Um estudo experimental mostrou que a exposição à informação sobre o aumento da corrupção na Costa Rica produzia aumento de 28% na propensão a pagar propina em relação a um grupo de controle.

A cientista política Nara Pavão em estudo experimental mostrou que quando todas as alternativas são vistas como corruptas, o efeito da corrupção desaparece. O impacto da informação que um gerente da Petrobras havia devolvido meio bilhão de reais e que a Odebrecht tinha um departamento inteiro, com servidor na Suíça, dedicado a propinas foi avassalador. Após o caso JBS-Aécio a crença em um mar de lama se generalizou. A ascensão de Bolsonaro e a renovação parlamentar em 2018 não são consistentes, no curto prazo, com a ideia do efeito "mar de lama".

A atual reação contra a Lava Jato é marcada pela negação. Mais importante, vai contra as crenças do eleitorado e mostra a resiliência da aversão à corrupção. Em nosso país, o hiato entre expectativas normativas e crença sobre a prevalência da corrupção política é o maior da região. Enquanto apenas 10,1% dos entrevistados do LAPOP 2023 afirmam que é admissível pagar uma propina, o menor percentual da região (México, 22%; Uruguai 11,4%; Chile, 12.5%); só somos superados na percepção da corrupção entre os políticos pelo Peru (78.8%). A Argentina (71%) e Chile (70%) têm percentuais próximos ao nosso (75%).

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Churchill, Bolsonaro e as joias

TCU é claro sobre presentes de alto valor, mas Justiça dará a palavra final

Igor Mauler Santiago
Advogado, é doutor em direito tributário

Em 1945, numa reunião no Egito, o rei da Arábia Saudita deu a Churchill trajes típicos, joias e armas cravejadas de brilhantes que hoje valeriam R$ 750 mil. No mesmo dia, ao jantar com os seus assessores, o primeiro-ministro britânico experimentou jovialmente os presentes —não há fotos da cena— e os incorporou ao Tesouro britânico (Andrew Roberts, Churchill, p. 954-955).

Em 2021, o governo saudita enviou a Jair Bolsonaro e à então primeira-dama, Michelle, joias e relógios avaliados em R$ 5,5 milhões. O kit masculino passou despercebido; o feminino foi apreendido pela Receita Federal, que resistiu à pressão para liberá-lo nos últimos dias do mandato. Em 2019, em visita àquele país, o ex-presidente já recebera outras joias e um Rolex, depois vendido (e recomprado) nos Estados Unidos.

No momento em que a Justiça põe sob lupa os possíveis crimes do ex-presidente, é importante lembrar aquele que primeiro levou o seu antigo ajudante de ordens e hoje delator, o tenente-coronel Mauro Cid, a ter de dar explicações.

O estatuto dos servidores públicos e o código de conduta da alta administração federal proíbem o recebimento de presentes, mas não se aplicam ao presidente da República. Este segue regras especiais (lei 8.394/91 e decreto 4.344/2002), cujo alcance o Tribunal de Contas da União firmou em 2016 (acórdão 2.255). Em suma, elas dizem serem bens pessoais do presidente —garantidos à União a preferência em caso de venda e o poder de impedir alienações para o exterior— os documentos não administrativos e os livros angariados durante o mandato, desde que não recebidos em audiências com chefes de Estado e de governo estrangeiros. Presentes de qualquer outra espécie só admitem apropriação privada se forem personalíssimos ou de consumo direto.

Destituídas de maior valor cultural e não recebidas em evento oficial, as joias em princípio poderiam qualificar-se como bens particulares. Mas o valor também foi um critério adotado pelo TCU, que rechaça como absurda a ideia de "uma grande esmeralda" ou "um Picasso" passarem ao patrimônio do presidente, quaisquer que sejam as circunstâncias da sua entrega por uma nação amiga.

Resta saber que crimes podem ter sido cometidos.

Consideradas desde sempre bens públicos, como aponta o TCU, as joias não se submeteriam a tributos na importação, o que afasta a ideia de descaminho (fraude fiscal nas operações de importação e exportação). A análise se dirige, portanto, para o peculato (apropriação por agente público de bem detido em virtude do cargo, com pena prevista de 2 a 12 anos de reclusão, além de multa).

Caso a posição do TCU seja superada em juízo, e se conclua que as joias eram mesmo bens particulares, o ex-presidente estará livre de consequências fiscais quanto às que foram apreendidas.

O perdimento —pena aplicada pela Receita Federal após o prazo de defesa do viajante— exclui os tributos incidentes na importação (Imposto de Importação, PIS/Cofins, IPI e ICMS), seja por lei expressa, seja por preceder o seu fato gerador, que é o desembaraço aduaneiro. Assim, deveria excluir também quaisquer efeitos criminais, pois não se frauda tributo que não chegou a ser devido —embora o Superior Tribunal de Justiça tenha visão contrária no particular.

O efeito será oposto, porém, quanto aos dois conjuntos de joias que, não detectados pelo fisco, ingressaram no país em 2019 e 2021. Constituindo bens privados (essa é a premissa neste cenário alternativo), deveriam ter sido declarados e tributados na entrada. Não o tendo sido, estará configurado o descaminho, cuja pena é de 3 a 8 anos de reclusão, mais multa. O pagamento antes do recebimento da denúncia talvez extinga a punibilidade do delito —o que o STJ repele, mas o Supremo Tribunal Federal já admitiu algumas vezes.

Por ora, apurações sobre a adulteração do cartão de vacina e a tentativa de golpe de Estado avançam com maior velocidade no Judiciário. Não serão, contudo, as únicas batalhas que o ex-presidente terá de enfrentar.

> [...]
> Por ora, apurações sobre a adulteração do cartão de vacina e a tentativa de golpe de Estado avançam com maior velocidade no Judiciário. Não serão, contudo, as únicas batalhas que o ex-presidente terá de enfrentar

A ciência da ciência e da inovação

Com recursos e pesquisa, devemos criar antídotos contra os ataques em curso

Confiança leva tempo para se construir, mas pode se esvair rapidamente. Essa constatação também se aplica à ciência, especialmente quando opiniões baseadas apenas em opiniões se difundem para afrontar consensos construídos por evidências exaustivamente demonstradas.

Esse fato vem sendo crescentemente aproveitado por políticos em vários países, que inserem o ataque à ciência em suas plataformas eleitorais. É preocupante a receptividade desse tipo de discurso. Em especial quando os que o vocalizam são eleitos e têm poder de transformar as palavras de desprezo em políticas que derrubam conquistas que pareciam consolidadas.

Neste ano de 2024 há eleições em cerca de 65 países, envolvendo mais da metade da população mundial. Países globalmente influentes estão na lista, incluindo EUA e Índia. Se não no topo de campanhas, mas seguramente dentro delas, a ciência aparece direta ou indiretamente, seja em discursos que a valorizam, seja nos que a desvalorizam —quando não a rejeitam.

É preciso criar antídotos para reduzir os ataques à ciência. Isso requer esforços, recursos e pesquisa. Sim, pesquisa. "Pesquisa da pesquisa", ou "ciência da ciência", como vem sendo chamada.

Não é mais suficiente repetir, como um mantra, que vale a pena investir em pesquisa científica e que a ciência traz benefícios. É preciso demonstrar isso sistematicamente e, mais ainda, comunicar para atingir os mais diferentes públicos. Para se opor à "contra ciência" é preciso mais ciência, é preciso pesquisas que produzam evidências demonstrando seus impactos na sociedade, sejam estes econômicos, sociais, ambientais e/ou intelectuais.

"Ciência da ciência" é um campo que emerge de vários outros empenhados em estudar a ciência, a tecnologia e a inovação e seus efeitos na sociedade e no planeta. Para tanto, interliga disciplinas e instituições de natureza diferente, acadêmicas e não acadêmicas.

Construindo bases de dados e desenvolvendo conhecimento sobre a ciência descobrem-se coisas importantes. Descobre-se, por exemplo, que resultados de cerca de 3.000 pesquisas científicas financiadas pela Fapesp foram usadas no Brasil e no mundo para elaborar mais de 2.000 documentos de políticas públicas de governos de países do Norte e do Sul, bem como de organizações como FAO, OMS, Ibama e Anvisa, dentre outras.

Aprende-se que certos tipos de financiamento público são mais eficazes que outros na promoção da inovação em empresas, o que poderia reduzir o voluntarismo das políticas e o potencial desperdício de recursos públicos. Aprende-se ainda que, graças aos programas de pós-graduação e das bolsas que viabilizam a formação de mestres e doutores no Brasil, as empresas e os governos encontram recursos humanos de alto nível em nosso país.

Em junho próximo ocorrerá em Brasília a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI). Os estados já estão fazendo reuniões preparatórias. Da conferência se espera uma nova política de CTI. Espera-se que ela seja bem informada, com dados, evidências e estudos, e que seja monitorada, avaliada e bem comunicada. O Brasil tem muita gente competente nessas áreas, mas é preciso dar escala e convergência para o que hoje se apresenta disperso e com pouca influência.

É preciso criar uma capacidade nacional de "ciência da ciência e da inovação" para aumentar e dar visibilidade aos impactos positivos e, ao mesmo tempo, reduzir os espaços de desinformação.

> [...]
> É preciso criar uma capacidade nacional de "ciência da ciência e da inovação" para aumentar e dar visibilidade aos impactos positivos e, ao mesmo tempo, reduzir os espaços de desinformação

Amâncio Jorge de Oliveira, coordenador-executivo da Escola de Diplomacia Científica e da Inovação (USP); **Elizabeth Balbachevsky**, vice-coordenadora do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas (USP); **Guilherme Ary Plonski**, Diretor do Instituto de Estudos Avançados (USP); e **Sergio Salles-Filho**, professor do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências (Unicamp)

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Letreiro expõe reverência de quartel ao dia 31 de março no local de onde saíram tropas para executar o golpe de 1964 Eduardo Anizelli - 6.mar.24/Folhapress

Memória de 1964

"A ditadura militar e da 'burguesia nacional' criou uma sociedade desastrosa" (Vinicius Torres Freire, 30/3). Leio sempre os textos de Vinicius Torres como preciosos presentes. Nesta data, que marca o aniversário do golpe militar, ele nos oferece mais um brilhante: Não, a ditadura não é passado. Aliás, toda a trama revelada do assassinato de Marielle e Anderson está nos jogando isso na cara. Os assassinados pelas operações policiais, como nessa operação na baixada santista, estão gritando essa obviedade. A ditadura não é passado.

Luzia Gontijo
(Belo Horizonte, MG)

Democracia

"Datafolha: Democracia é melhor forma de governo para 71%; para 18%, tanto faz" (Política, 30/3). O porcentual de apoio à democracia até é bom, considerando a ininterrupta campanha contra ela feita pelo bolsonarismo, e que a maior parcela da população nasceu após a redemocratização. Um recorte por faixa etária revelaria se os mais jovens aprenderam o que foi a ditadura mais recente e suas nefastas consequências, mesmo com a dilapidação da educação. De qualquer forma, surpreende que quase um quarto das pessoas aceitaria uma ditadura, ou por total falta de noção, ou pelos privilégios que obtiveram —e mantêm— com o regime.

Adilson Roberto Gonçalves
(Campinas, SP)

*

Ainda bem que temos uma parte majoritária da população que entende ser a democracia o melhor regime. Até aí tudo bem, mas 18% entenderem que tanto faz, talvez por entenderem que não terão suas vidas melhoradas por qualquer um dos regimes. Uma coisa é clara, democracia é o menos pior dos regimes.

Marcos Valerio André da silva
(Mogi das Cruzes, SP)

Não é passado

"Ditadura não é coisa do passado, Lula, basta olhar PMs" (Adilson Paes de Souza, 30/3). Texto corajoso, verdadeiro e necessário. Espero que alguém o leia para o presidente. As PMs só matam ladrões pé de chinelo, jovens pretos e pobres sem antecedentes, mulheres e crianças. Os chefões, quando presos, fogem e ninguém encontra nem com toda a parafernália e cobertura da mídia.

Luthero Maynard
(São Paulo, SP)

*

Polícia é para servir ao cidadão contribuinte e não discriminá-lo e fazer o julgamento sumário na ocasião da abordagem.

Wilson Benvenuti Jr.
(Amparo, SP)

Data desprezada

"Datafolha: Para 63%, data do golpe de 1964 deve ser desprezada" (Política, 30/3). Maioria da população se posicionou por desprezar o golpe de 1964, o que não significa esquecer. Sobre a tentativa de golpe em 2022, esse não deve ser desprezado por enquanto. Fica a pergunta: mesmo de forma velada, se fosse de interesse dos EUA, teria acontecido o golpe?

Geronimo Aparecido Dalperio
(Santo Expedito, SP)

*

Celebrar a data do golpe seria tragicômico, não? Desprezado, jamais! A data precisa, sim, ser lembrada e ressaltada a importância da democracia...

Angela Oliveira
(Brasília, DF)

Reformas

"Precisamos de uma reforma do Judiciário e da polícia" (Rodrigo Zeidan, 29/3). Análises como essa, que escancaram problemas estruturais e relacionados às nossas classes mais abastadas, são as mais dolorosas e verdadeiras sobre nossos limites como país.

Amanda Lorien Freire Visani
(São Paulo, SP)

*

O sistema político, jurídico, militar e policial teriam que passar por uma reforma de base. Com essa voracidade constante por mais poder, ganhos e privilégios, reforçam o abismo entre salários e classes sociais e a violência social.

Anete Araujo Guedes
(Belo Horizonte, MG)

Azeite

"Páscoa menos doce: por que o chocolate e o azeite estão mais caros?" (Deborah Bizarria, 29/3). O azeite está tão caro, mas tão caro, que o prato principal nesse Domingo de Páscoa foi "azeite ao bacalhau".

Milton Cordova Jr.
(Vicente Pires, DF)

*

Redução do conteúdo em embalagens e formulações mais pobres é algo desonesto que já se faz há alguns anos.

Flávio Fernandes Marinho
(Curitiba, PR)

Armamento

"Argentina negocia compra de 24 caças F-16 usados da Dinamarca" (Mundo, 31/3). Qualquer investimento em armamento de guerra na América do Sul é mero gasto de dinheiro que poderia ser colocado em opções mais nobres, como saúde e educação. Não há ameaça de guerra nem haverá, e ainda que houvesse, tem os EUA para apoiar qualquer país que seja ameaçado.

Octavio Rossi de Morais
(Belo Horizonte, MG)

*

A compra desses F-16 são via financiamento dos EUA, com suaves prestações e um preço de aquisição baixo, além de lembrar que a Argentina hoje não tem qualquer interceptador de primeira linha, uma situação bem grave a um país de sua importância e tamanho. E não deixa de ser engraçado os críticos, que não fazem a mesma crítica nas frequentes compras bilionárias de Maduro de armamento chinês e russo.

Juliano Olivette
(Londrina, PR)

Cessar-fogo

"Papa Francisco pede cessar-fogo na Faixa de Gaza em missa de Páscoa" (Mundo, 31/3). Esse cessar-fogo pedido pelo Papa é o mesmo de várias autoridades mundiais. Lembrando que, no início, Lula falou sobre isso e foi ignorado e massacrado por todos —Lula foi o único e sua voz presente.

Niemeyer Franco
(São Mateus, ES)

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Em branco

Apenas 4 dos 11 ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) dão publicidade a suas agendas oficiais, com os compromissos e reuniões listados no site oficial da corte. Cumprem com esse critério de transparência o presidente, Luís Roberto Barroso, além dos ministros Edson Fachin, Carmen Lúcia e Cristiano Zanin. Os demais —Gilmar Mendes, Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Dias Toffoli, André Mendonça e Nunes Marques— não têm esse hábito.

LISTA A prática destoa da observada em outros Poderes: no Executivo, a maioria dos ministros divulga agenda, assim como os chefes do Legislativo. Segundo o STF, não há exigência legal para divulgação da agenda, ficando a cargo de cada ministro. Muitos dos ministros dizem que não publicizam suas atividades por questões de segurança.

FALA... O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, tem sido alvo com frequência cada vez maior de parlamentares no Congresso, mas com ritmo menor do que ocorria com seu antecessor, Flávio Dino.

... QUE EU TE ESCUTO Lewandowski, que assumiu o cargo em 1º de fevereiro, foi objeto até o momento de 9 requerimentos de deputados —todos de oposição. A maioria para depor na Câmara sobre a fuga de dois detentos da penitenciária federal de Mossoró (RN). Em comparação, Dino, apenas em março de 2023, teve 30 desses requerimentos apresentados, sobre diversos temas.

COFRE 1 O projeto que muda o regime jurídico da Embratur, para permitir que incorpore como receita recursos provenientes de dotações orçamentárias do Ministério do Turismo, dá estrutura para o órgão funcionar, afirma seu presidente, Marcelo Freixo. Ele passou os últimos dias conversando com o relator do projeto para negociar o texto, além de líderes para assegurar a sua aprovação.

COFRE 2 Segundo Freixo, a aprovação do projeto permitiria o envio de R$ 200 milhões do Orçamento via Turismo à Embratur.

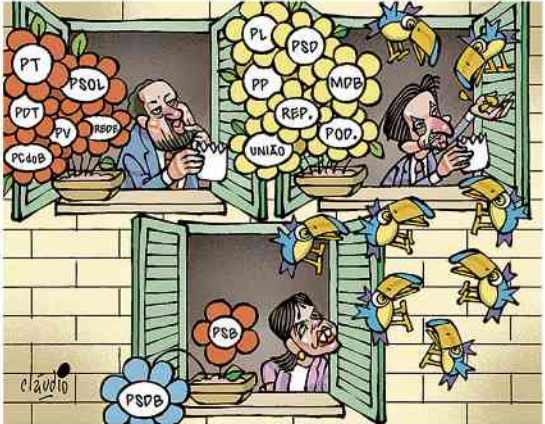
SEM... Em meio a um cerco judicial e à acusação de que tramou um golpe, Jair Bolsonaro se manteve em silêncio sobre a efeméride dos 60 anos da derrubada do presidente João Goulart por militares, em 1964.

... PALAVRAS A postura cautelosa contrasta com a adotada por Bolsonaro no passado, em que costumava tecer elogios ao evento que deu início à ditadura. Em 21 de novembro de 2013, por exemplo, foi o único deputado federal a se posicionar de forma contrária na sessão do Congresso que simbolicamente anulou o ato legislativo que destituiu Goulart. "Não houve um golpe. Não entendo por que essa Casa quer apagar um fato histórico," discursou.

VAIVÉM Partido do prefeito Ricardo Nunes, o MDB deve fechar a janela de transferências partidárias na Câmara Municipal de SP com uma bancada de 10 nomes —hoje, há oito emedebistas no Legislativo. A sigla deve receber mais três vereadores, egressos do PSDB: Fábio Riva, João Jorge e Gilson Barreto. Por outro lado, o MDB deve perder Janaína Lima, que vai para o PP. Ela diz que a mudança foi negociada com Nunes e que seguirá na base do prefeito.

MESMO SENTIDO E o presidente do diretório municipal do MDB em SP, Enrico Misasi, reagiu às críticas do presidente do PSDB, Marconi Perillo, sobre a saída de vereadores da sigla e disse que a gestão Nunes representa, também, "a continuidade do projeto idealizado pelo PSDB para SP". Misasi diz que ao MDB "não interessa um PSDB dividido, um parceiro fragilizado e em dúvida sobre sua vocação".

Com Guilherme Seto, Danielle Brant e Victoria Azevedo

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)

Manifestantes na Caminhada do Silêncio, em São Paulo, nos 60 anos do golpe de 1964 Bruno Santos/Folhapress

Verniz jurídico aproxima trama sob Bolsonaro de golpe militar de 1964

Tanto ato institucional da ditadura como minuta para reverter eleição de 2022 tentam dar aparência de legalidade a ruptura constitucional

60 ANOS DO GOLPE

Angela Pinho

SÃO PAULO Artigos, incisos, "considerandos", menções à Constituição e uso de termos como "legalidade" e "Estado de Direito".

A linguagem jurídica das minutas de decreto encontradas na investigação que mira a trama golpista para manter Jair Bolsonaro (PL) no poder trouxe à tona semelhanças com os argumentos legais usados para justificar o golpe de 1964.

O desfecho, como se sabe, é diferente. Há 60 anos, João Goulart foi deposto e substituído por um governo não eleito. Em 2022, foi diplomado o presidente escolhido nas urnas.

Mas em ambos os casos usou-se uma estratégia comum, avaliam estudiosos do período: a tentativa de dar aparência de legalidade a uma quebra da ordem constitucional.

A manobra não foi totalmente dissimulada em nenhum dos episódios. Tanto o Ato Institucional nº 1, de abril de 1964, como a minuta de estado de sítio encontrada com o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, reconhecem contradição com os ritos legais.

"Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o país", diz o preâmbulo do AI-1, ecoando o discurso dos militares de inserir a deposição de Goulart no contexto da luta contra o comunismo.

"Devemos considerar que a legalidade nem sempre é suficiente: por vezes a norma jurídica ou a decisão judicial são legais, mas ilegítimas por se revelarem injustas na prática", afirma a minuta de decreto de estado de sítio encontrada pela PF nas buscas contra Cid.

Com esse ponto em comum, ambas tentam justificar o uso da lei contra o próprio Estado de Direito.

A minuta gestada no bolsonarismo afirma que decisões do STF (Supremo Tribunal Federal) conflitam com o princípio da moralidade, também previsto na Constituição —por isso, seria legítima uma ação contra integrantes do tribunal.

O primeiro ato institucional da ditadura, por sua vez, diz que o poder constituinte "se manifesta pela eleição popular ou pela revolução". Revolução era o termo que os militares usavam para chamar o golpe de Estado contra Goulart.

"Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma", diz o texto.

O AI-1 foi redigido por Carlos Medeiros Silva e Francisco Campos.

Autor da Constituição também de outra ditadura, a do Estado Novo, Campos foi reconhecido tanto pela ligação com o autoritarismo como pelo que se via como erudição, a ponto de lhe render o apelido de Chico Ciência.

Já o grupo chamado pela Polícia Federal de "núcleo jurídico" para manter Bolsonaro no poder não tinha um nome com a mesma reputação.

Segundo a PF, ele era composto por Anderson Torres, então ministro da Justiça, Filipe Martins, assessor especial do presidente, o advogado Amauri Feres Saad e o padre José Eduardo de Oliveira e Silva, além de Cid.

Para Vera Chueiri, professora de direito constitucional da UFPR (Universidade Federal do Paraná), a exemplo de Campos em 1964, o grupo de Bolsonaro também tentou "dar fundamentação jurídica a um golpe, mas com menos sofisticação".

Ela se refere tanto à minuta de decreto de estado de sítio como com aquela, encontrada com Torres, que previa a decretação de estado de defesa no TSE para reverter o resultado das eleições.

O próprio Torres, que nega a autoria do texto, chamou-o de "aberração jurídica".

Ainda que com redação e argumentação rudimentares, as minutas encontradas com o bolsonarismo revelam uma estratégia que parece ser pensada, diz a professora da UFPR. Elas se apropriam de um argumento importante da teoria constitucional, a importância da legitimidade e não só da legalidade, para usá-lo de forma deturpada.

É claro que nem sempre quem se sente injustiçado vencerá, diz a professora, uma vez que há diferentes entendimentos de legalidade e legitimidade. Mas um acordo moral e social mínimo é preciso respeitar, diz: "jamais se admite que se use a Constituição contra ela mesma".

Autor do livro "Legalidade e Autoritarismo: o Papel dos Juristas na Consolidação da Ditadura Militar de 1964" (Juspodivm, 2018), Danilo Pereira Lima avalia que a colaboração dos profissionais do direito foi fundamental para a consolidação da ditadura ao longo dos seus 21 anos de duração.

Essa mesma cooperação não aconteceu no caso de Bolsonaro, observa. Enquanto em 1964 o golpe teve o apoio de importantes figuras da comunidade jurídica, muitas das quais se voltariam contra o regime depois, em 2022 a adesão foi bem mais restrita.

Para Lima, a diferença se explica pelas diferenças no cenário internacional, antes de Guerra Fria e, em 2022, com potências como os Estados Unidos contrárias a uma ruptura da ordem democrática.

Historiador e professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Carlos Fico vincula o verniz jurídico de golpes e tentativas no país a outro aspecto histórico.

"No Brasil, as intervenções autoritárias foram todas de natureza militar, e os militares dão muita importância a manuais e regras", afirma. "É por isso que sempre tem juristas por trás."

A tarefa deles, aliás, nem sempre é de fácil compreensão. As piruetas institucionais para dar aparência de legitimidade ao regime ditatorial não escaparam nem a Magalhães Pinto, o governador de Minas Gerais que abriu o estado às tropas golpistas de 1964.

"Desde 31 de março nós verificamos que temos vivido certa confusão. Inicialmente, restauramos a Constituição [de 1946], depois fizemos outra Constituição [a de 1967] e falamos ora em legalidade, ora em revolução", disse ele em 1968 durante reunião do Conselho de Segurança Nacional, segundo relato na reedição de "A Ditadura Envergonhada" (Intrínseca, 2014), do colunista da **Folha** Elio Gaspari.

No caso de Bolsonaro, ainda está com a PF a investigação do que há ou não de ilegalidade e de envolvimento do ex-presidente na articulações golpistas no Planalto. Ele diz que agiu "dentro das quatro linhas da Constituição". "Agora o golpe é porque tem uma minuta do decreto de estado de defesa", disse a apoiadores na avenida Paulista, em São Paulo, em fevereiro. "Golpe usando a Constituição? Tenha paciência."

+ JURISTAS LIGADOS À DITADURA MILITAR

Francisco Campos (1891-1968) Advogado, professor e político conservador. Responsável pela redação da Constituição brasileira de 1937 e do preâmbulo do AI-1 do golpe de 1964

Carlos Medeiros Silva (1907-1983) Advogado ligado a Francisco Campos, redigiu o AI-1 e foi o principal autor do projeto que resultou na Constituição de 1967. Nomeado ministro do STF por Castelo Branco, foi posteriormente seu ministro da Justiça

Luís Antônio da Gama e Silva (1913-1979) Professor da Faculdade de Direito da USP, foi reitor da universidade e posteriormente ministro da Justiça de Costa e Silva. Redigiu o AI-5, que cassou direitos fundamentais e fechou ainda mais o regime militar

EstúdioFOLHA

Fotos: divulgação

Sabonete líquido de glicerina de JOHNSON'S® é 100% livre de álcool, sulfatos e corantes; produtos da marca têm até 99% de ingredientes de origem natural*

A pele do bebê é 30% mais fina que a do adulto e, por isso, merece atenção especial

A importância de escolher o melhor sabonete para bebês

O banho do bebê é um momento muito especial, principalmente para o fortalecimento do vínculo com a criança. Diante da fragilidade do recém-nascido, é comum surgirem dúvidas na hora de escolher os produtos mais adequados para a higiene infantil.

"A pele é um órgão que desempenha várias funções essenciais, incluindo a proteção, a vigilância imunológica, a regulação da temperatura corporal e da perda de fluidos corporais. A pele do bebê é ainda mais complexa, por ser 30% mais fina que a do adulto e, por isso, merece atenção especial", afirma Sarah Santos, cientista especializada em produtos infantis da Kenvue no Brasil, detentora de JOHNSON'S®, marca com 125 anos de história e que é referência em cuidados infantis.

Santos explica que os bebês contam com menor quantidade e tamanho das glândulas sebáceas. "Essas glândulas são responsáveis por produzir os óleos naturais na pele, que ajudam a mantê-la hidratada e protegida. Com menos e menores glândulas, a pele dos bebês é mais permeável à perda de umidade para o ambiente, o que pode causar ressecamento."

Até o primeiro ano de vida, a pele continua em formação e está se adaptando ao ambiente externo, o que a torna mais sensível. Por isso, é fundamental escolher com atenção o tipo de sabonete que pode ser usado no banho do bebê. O sabonete líquido, por ficar protegido dentro da embalagem, é mais seguro para evitar o contato com bactérias do ambiente. Mas não é só isso. "Nesta fase, a barreira protetora da pele ainda está em desenvolvimento. Assim, é importante colocar na rotina do bebê produtos suaves e que não agridam a pele, priorizando o uso de sabonete líquido livre de álcool, sulfatos e corantes", diz.

Seguro desde o primeiro dia de vida, o sabonete líquido de glicerina de JOHNSON'S® é o único* 100% livre de álcool, sulfatos e corantes. Além disso, é hipoalergênico e dermatologicamente testado e tem o pH ideal para a pele do bebê. Outro diferencial é a tecnologia micelar, que promove uma limpeza suave.

"A escolha dos produtos utilizados nos bebês precisa ser criteriosa: eles devem ter o mínimo possível de ingredientes para que sejam seguros e minimizem o risco de irritação cutânea", diz Santos. Ciente disso, JOHNSON'S® desenvolveu o sabonete líquido de glicerina com apenas 13 componentes na fórmula, contra 28 componentes presentes na maioria dos produtos oferecidos no mercado.

A cientista destaca que, na escolha dos produtos usados na pele dos bebês, o ideal é priorizar fórmulas que priorizem ingredientes de origem natural. JOHNSON'S® é a marca número 1 em cuidados com bebês e crianças*. "A missão de JOHNSON'S® é trazer os maiores padrões de qualidade em produtos para bebês, portanto, a transparência nos ingredientes é fundamental. Por isso, comunicamos de forma simples e clara as fórmulas de nossos produtos, que são puras e suaves, com até 99% de ingredientes de origem natural* em xampus, condicionadores, sabonetes líquidos e loções", diz Daniela Campello, head de marketing das marcas infantis da Kenvue no Brasil.

NOVA CAMPANHA

Se a pele do bebê merece atenção especial, o que fazer para incentivar mães, pais e cuidadores a se preocuparem com os ingredientes usados em produtos de higiene para criança? A resposta é conhecimento. JOHNSON'S®, marca mais lembrada em cuidados para bebês segundo o prêmio Folha Top of Mind 2023, lançou recentemente a campanha "Nananinanão".

A iniciativa tem o objetivo de incentivar a leitura dos rótulos dos produtos usados nos bebês e crianças e conscientizar o público, de uma forma leve e divertida, sobre a importância do cuidado com os ingredientes para a pele dos pequenos.

A marca chama a atenção para a presença de substâncias como sulfatos, álcool e corantes na composição de sabonetes líquidos, que podem provocar irritações e alergias na pele dos bebês. A intenção é orientar as famílias a dar preferência a produtos sem esses ingredientes e que sejam hipoalergênicos, ou seja, desenvolvidos considerando as especificidades da pele dos bebês.

"Há décadas, somos pioneiros em pesquisas para compreender melhor as necessidades específicas da pele e dos cabelos dos bebês. Nossa paixão e expertise no assunto é tamanha que cerca de 90% de toda a pesquisa científica sobre a pele do bebê é realizada por JOHNSON'S®", explica Sarah Santos. "A ciência está por trás de cada um dos nossos produtos suaves e delicados, que superam os mais altos padrões de segurança do mercado", conclui.

Campanha quer incentivar mães, pais e cuidadores a prestarem mais atenção no rótulo dos produtos

DIFERENCIAIS DO SABONETE LÍQUIDO DE GLICERINA JOHNSON'S® BABY

Fórmula traz o equilíbrio ideal entre a limpeza e a suavidade que a pele do bebê precisa

Pele macia e hidratada com tecnologia micelar

Testado por pediatras e dermatologistas

Com glicerina de origem natural

Apenas 13 componentes na fórmula[1]

Único* 100% livre de álcool, corantes e sulfatos

Hipoalergênico e livre de parabenos, sulfatos, corantes e ftalatos

MAIS TECNOLOGIA, MENOS IRRITAÇÃO

A pele do bebê é cerca de 30% mais fina que a pele de adultos[2]. Por isso, é importante usar produtos com a tecnologia micelar e que não contenham sulfato, para uma limpeza suave, sem agredir ou ressecar a pele

SEGURO PARA RECÉM-NASCIDOS

Os produtos JOHNSON'S® são desenvolvidos por um time de especialistas e testados e aprovados por pediatras e dermatologistas

CHEGA DE LÁGRIMAS®

A fórmula do Sabonete Líquido de Glicerina JOHNSON'S® Baby inclui a tecnologia Chega de Lágrimas®, gentil para os olhos e testada por oftalmologistas

CAMPANHA NANANINANÃO

Tem o objetivo de incentivar mães, pais e cuidadores a lerem os rótulos e conscientizar o público sobre o risco de substâncias prejudiciais para a pele do bebê presentes em vários desses produtos – e, assim, dizer "não" a essas opções

A campanha chama a atenção para a presença de substâncias como sulfatos, álcool e corantes na composição de sabonetes líquidos, que podem provocar irritações e alergias na pele dos bebês, orientando as famílias a darem preferência a produtos cientificamente testados e voltados para o uso infantil

CUIDADO COM O PLANETA

RECICLAGEM

Frasco com 20% de PCR (resina pós consumo) e de material possível de reciclar

BEM-ESTAR ANIMAL

Empresa não realiza testes em animais na pesquisa ou desenvolvimento dos produtos cosméticos no Brasil

Referências

1- Cálculo conforme ISO 16128-1:2016 com base no volume cumulativo, incluindo água.
2 - Stamatas, G. N., Nikolovski, J., Luedtke, M. A., Kollias, N. & Wiegand, B. C. Infant Skin Microstructure Assessed In Vivo Differs from Adult Skin in Organization and at the Cellular Level. Pediatr. Dermatol. 27, 125–131 (2010).

Linha infantil de JOHNSON'S® não contém álcool, sulfatos e corantes

*Entre 80% do mercado e em toda a linha de sabonetes líquidos
*Calculado conforme ISO 16128, considerando todo portfólio de JOHNSON'S®

Golpe de 1964 é lembrado por ministros após Lula vetar atos

Tema foi tratado por ao menos 7 dos 38 titulares da Esplanada, além de Dilma

Paulo Saldaña e Ana Gabriela Oliveira Lima

BRASÍLIA E SÃO PAULO Após o veto imposto pelo presidente Lula (PT) a eventos relativos ao aniversário do golpe militar, a data foi mencionada por ministros do governo e lideranças petistas nas redes sociais neste domingo (31).

Ao menos 7 dos 38 ministros fizeram referências ao tema em suas contas pessoais, assim como a ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

No início do mês, o governo Lula orientou ministérios a não realizar atos em memória da efeméride em meio a um esforço para distensionar as relações com as Forças Armadas e diante da polarização persistente no país. A orientação foi criticada por historiadores, familiares de vítimas da ditadura e militantes dos direitos humanos.

O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, se manifestou com mensagem a partir da pergunta: "Por que ditadura nunca mais?". Depois, completou: "É preciso ter ódio e nojo da ditadura, como disse Ulysses Guimarães", em referência ao discurso histórico do constituinte.

O ministério comandado por Almeida havia planejado pedido de desculpas a vítimas da ditadura e ações para marcar a data, sob o slogan "sem memória não há futuro".

Paulo Pimenta (da Secretaria de Comunicação Social) fez uma publicação logo pela manhã: "Ditadura Nunca Mais! A esperança e a coragem derrotaram o ódio, a intolerância e o autoritarismo. Defender a democracia é um desafio que se renova todos os dias", publicou no X.

"Lembramos e repudiamos a ditadura militar, para que ela nunca mais se repita. A mancha deixada por toda dor causada jamais se apagará. Viva a democracia, que tem para nós um valor inestimável", disse Camilo Santana (Educação).

Sonia Guajajara (Povos Indígenas) afirmou que "a ditadura promoveu um genocídio dos nossos povos e também de nossa cultura". Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário) lembrou nomes de vítimas do período. "Minha homenagem a todos que perderam a vida e a liberdade, em razão da ruptura da democracia no dia 31 de março de 1964, que levou o país a um período de trevas. Minha homenagem a Rubens Paiva, Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, que lutaram pela democracia no Brasil."

Cida Golçalves (Mulheres) defendeu que o período jamais seja esquecido. "Neste 31 de março de 2024 faço minha homenagem a todas as pessoas presas, torturadas ou que tiveram seus filhos desaparecidos e mortos na ditadura militar. Que o golpe instalado há exatos 60 anos nunca mais volte a acontecer e não seja jamais esquecido."

Jorge Messias (Advocacia-Geral da União) publicada homenagem a Dilma Rousseff, presa e torturada pelo regime militar. "Que a Luz da Democracia prevaleça, SEMPRE. Essa é a causa que nos move."

Dilma disse que a história quase se repetiu. "Manter a memória e a verdade histórica sobre o golpe militar que ocorreu no Brasil há 60 anos, em 31 de março de 1964, é crucial para assegurar que essa tragédia não se repita, como quase ocorreu recentemente, em 8 de janeiro de 2023".

"No passado, como agora, a História não apaga os sinais de traição à democracia e nem limpa da consciência nacional os atos de perversidade daqueles que exilaram e mancharam de sangue, tortura e morte a vida brasileira durante 21 anos", afirmou.

As mensagens contrastam com o posicionamento de Lula diante da efeméride, explicitado em entrevista concedida ao jornalista Kennedy Alencar há cerca de um mês.

"O que eu não posso é não saber tocar a história para frente, ficar remoendo sempre, remoendo sempre, ou seja, é uma parte da história do Brasil que a gente ainda não tem todas as informações, porque tem gente desaparecida ainda, porque tem gente que pode se apurar. Mas eu, sinceramente, eu não vou ficar remoendo e eu vou tentar tocar esse país pra frente."

> "Manter a memória e a verdade histórica sobre o golpe militar que ocorreu no Brasil há 60 anos, em 31 de março de 1964, é crucial para assegurar que essa tragédia não se repita, como quase ocorreu recentemente, em 8 de janeiro de 2023
>
> **Dilma Rousseff**
> ex-presidente da República

O perfil oficial do PT fez publicações em que condena a ditadura, além de republicar perfis de parlamentares do partido que se posicionaram.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou ser "crucial honrar a memória daqueles que sofreram e resistiram durante esse período". "A busca por justiça e verdade ainda é uma jornada contínua, renovando nosso compromisso em construir um futuro mais justo e democrático", escreveu o deputado.

Já o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), entusiasta confesso da ditadura, manteve silêncio sobre o tema e postou uma mensagem sobre o domingo de Páscoa.

O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), general da reserva que foi vice de Bolsonaro, foi às redes sociais para elogiar o golpe. "A história não se apaga e nem se reescreve, em 31 de março de 1964 a Nação se salvou a si mesma!", publicou no X.

Caminhada em SP tem Dirceu e recados a Lula e Bolsonaro

Artur Rodrigues

SÃO PAULO Um ato para relembrar a implantação do golpe militar reuniu em São Paulo neste domingo (31) petistas históricos e entidades, teve menções ao veto do governo sobre o tema e recados para Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL).

A caminhada, com pouco mais de uma centena de manifestantes, reuniu petistas históricos como o ex-ministro José Dirceu, preso durante a ditadura, que falou em "compromisso irrenunciável" pelo resgate da memória das vítimas daquele período.

"Enquanto as Forças Armadas Brasileiras não se submeterem ao poder civil significa que o currículo das escolas militares precisa mudar."

A Rede Latino-Americana e do Caribe de Sitios de Memória leu nota com repúdio ao silêncio do governo Lula e disse que reivindicar a ditadura e se calar sobre ela são "duas faces da mesma moeda".

O deputado estadual Eduardo Suplicy (PT) afirmou que os atos da ditadura não podem ser esquecidos, mas sem menção direta à postura de governo. A deputada Luiza Erundina (PSOL) afirmou ser difícil julgar a posição do presidente. "Não é o ideal. O ideal é que seja um governo eleito democraticamente tivesse autonomia e liberdade para se posicionar."

O evento partiu de local simbólico do período, o DOI-Codi, um dos principais centros de tortura na ditadura. Foi organizado pelo Movimento Vozes do Silêncio, representado pelo Instituto Vladimir Herzog, o Núcleo de Preservação da Memória Política e a OAB-SP, com apoio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Houve diversas menções aos atos golpistas de 8 de janeiro e pedidos pela responsabilização de Bolsonaro.

Soninha Francine, secretária de Direitos Humanos da gestão Ricardo Nunes (MDB), apoiado por Bolsonaro, defendeu o direito à memória e afirmou: "Se em 8 de janeiro deste ano a gente tivesse marcando o aniversário de um novo golpe, ninguém poderia estar aqui hoje participando deste ato". Entre o público, surgiram gritos de "fora Nunes".

Manifestantes homenageiam vítimas da ditadura militar na Caminhada do Silêncio, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo Bruno Santos/Folhapress

Exército cita história para reverência em MG

O Comando do Exército decidiu não intervir na reverência ao dia 31 de março mantida no quartel em Juiz de Fora (MG) de onde partiram as primeiras tropas para a execução do golpe de 1964.

Em nota, o Exército evitou chamar o episódio de golpe. Disse que "os acontecimentos de 31 de março de 1964 representam um fato histórico enquadrado em uma conjuntura de 60 anos atrás".

Procurados sobre a homenagem, os ministérios da Defesa e de Direitos Humanos e Cidadania não se manifestaram.

A homenagem está exposta na antiga sede da 4ª Região Militar, que agora abriga a 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha.

A unidade se autodenomina "Brigada 31 de Março". Segundo seu site, o nome se deve ao seu "papel decisivo na eclosão da revolução democrática", termo utilizado por alguns militares para se referir ao golpe.

Dino vê época abominável e vota contra poder moderador de Forças

BRASÍLIA O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, citou o golpe militar de 1964 ao votar neste domingo (31) na ação sobre os limites das atribuições das Forças Armadas.

No dia em que se completam 60 anos do início da ditadura, Dino afirmou no voto que a data remete a um "período abominável da nossa história" quando "à revelia das normas consagradas pela constituição de 1946, o Estado de Direito foi destroçado pelo uso ilegítimo da força".

O julgamento no STF começou na sexta (29) em ambiente virtual e a previsão é que seja encerrado em 8 de abril. Até o momento, Dino, Luis Roberto Barroso e Luiz Fux votaram, todos contra a tese sobre as Forças Armadas serem um poder moderador.

A ação foi proposta pelo PDT, em 2020, e, antes do julgamento, teve uma liminar concedida por Fux para estabelecer que a prerrogativa do presidente da República de autorizar emprego das Forças Armadas não pode ser exercida contra os outros dois Poderes.

Um dos motivos da proposição foi o retorno do tema após Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores defenderam uma interpretação de que o artigo 142 da Constituição Federal segundo a qual as Forças Armadas são um poder moderador.

Em seu voto, Dino citou a discussão e afirmou que não existe um poder militar previsto em na Constituição.

"Com efeito, lembro que não existe, no nosso regime constitucional, um poder militar. O poder é apenas civil, constituído por três ramos ungidos pela soberania popular, direta e indiretamente. A tais poderes constitucionais, a função militar e subalterna, como aliás consta no artigo 142 da carta magna", afirmou.

Sem citar Bolsonaro, Dino afirmou que é necessário acabar com "quaisquer teses que ultrapassem ou fraudem o real sentido do artigo 142 da Constituição Federal".

> "São páginas, em larga medida, superadas da nossa história. Contudo, ainda subsistem ecos desse passado que teima em não passar
>
> **Flávio Dino**
> Ministro do STF sobre suposto poder militar no artigo 142 da Constituição

Como mostrou a apuração da PF, Bolsonaro e seus aliados se valeram de uma interpretação do jurista Ives Gandra Martins sobre a Constituição em seus debates sobre o golpe para reverter o resultado das eleições de 2022.

Dino, sem citar Ives Gandra, aborda a interpretação sobre o artigo 142 defendida por ele e classifica a tese como "delirante construção teórica".

"Tais fatos lamentavelmente mostram a oportunidade de o STF repisar conceitos basilares plasmados na Constituição vigente - filiada ao rol das que consagram a democracia como um valor indeclinável e condição de possibilidade à concretização dos direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs", diz trecho do voto do ministro.

Ainda segundo Dino, o golpe militar "resultou em muitos prejuízos à nossa nação, grande parte irreparáveis".

"São páginas, em larga medida, superadas da nossa história. Contudo, ainda subsistem ecos desse passado que teima em não passar, o que prova que não é tão passado como aparente ser."

Fotos Rubens Cavallari/Folhapress

Rua Caiubi, 164, Perdizes
O convento dos frades dominicanos em Perdizes tornou-se um local de resistência à ditadura militar. Os frades Tito, Betto, Oswaldo, Fernando e Ivo passaram a apoiar o grupo guerrilheiro ALN (Ação Libertadora Nacional), comandado por Carlos Marighella. Frei Tito de Alencar Lima ajudou a organizar o congresso realizado clandestinamente pela UNE em Ibiúna (SP) em 1968. Preso e torturado, foi libertado e banido do país após o sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher. Abalado pelas torturas sofridas na prisão, enforcou-se na França em 1974. Foi reconhecido como vítima da ditadura pela CEMDP

Capital paulista deixa marcas da ditadura militar no esquecimento

Pontos da cidade de São Paulo ligados a episódios da repressão hoje são ocupados por casas e comércio

Otavio Valle

SÃO PAULO A memória brasileira tem falhado quando se trata de deixar registrada para a história a violência praticada pelo Estado durante a ditadura militar, que se estendeu de 1964 a 1985. A cidade de São Paulo é um bom exemplo desse descaso.

Apesar de a capital paulista ter presenciado parte expressiva dos 434 desaparecimentos e mortes identificados pela CNV (Comissão Nacional da Verdade), são poucos os lugares na cidade onde existe alguma recordação do período.

Um deles é o Memorial da Resistência. Localizado ao lado da Sala São Paulo, no centro, o museu funciona no prédio onde estava instalado o Dops (Departamento de Ordem Política e Social), um dos principais órgãos de repressão daquele período.

Também na região da Luz, há o Portal de Pedra, único resquício do que fora o Presídio Tiradentes, um outro símbolo da ditadura. Nessa cadeia, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) foi presa e torturada em 1970.

Na altura do número 800 da alameda Casa Branca, existe um monólito. A pequena pedra encravada na calçada dos Jardins lembra o guerrilheiro Carlos Marighella, morto em 1969 no local depois de ser atingido por quatro tiros, em uma operação comandada pelo então delegado do Dops Sérgio Paranhos Fleury.

Com exceção de raros casos como esses citados, a memória social da cidade em torno da ditadura sobrevive apenas entre parentes e amigos das vítimas e de grupos organizados que ainda buscam justiça.

Os espaços que podemos associar à "não memória" são aqueles onde opositores do regime militar foram assassinados ou vistos pela última vez antes de desaparecer nos porões da repressão.

Nove destes locais, hoje ocupados por prédios, casas e estabelecimentos, foram fotografados nos últimos dias pela **Folha**.

Otavio Valle/Folhapress

Rua Albuquerque Lins, 850, Santa Cecília
Novos prédios foram construídos, e o ponto exato não existe mais. Segundo a versão da época, o militante Hiroaki Torigoe teria reagido à prisão e disparado contra agentes de repressão no local em 5 de janeiro de 1972. Depois de ser preso, torturado e morto, foi enterrado no cemitério de Perus

Rua Heitor Peixoto, Cambuci
Segundo a versão oficial, Gastone Lúcia Carvalho Beltrão foi morta em 22 de janeiro de 1972 durante uma troca de tiros com agentes da repressão. Em 1996, a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos comprovou a falsidade da versão. Gastone foi morta depois de presa pelos agentes dos órgãos de segurança

Otavio Valle/Folhapress

Rua da Consolação, esquina com a rua Maria Antônia, Vila Buarque
Segundo a versão dos militares, um Fusca explodiu no local na madrugada de 4 de setembro de 1969. No carro, estariam Ishiro Nagami e Sérgio Roberto Corrêa, supostamente mortos pela detonação dos explosivos que transportavam

Rua Pio XI, 767, Lapa
Na manhã de 16 de dezembro de 1976, ao menos 10 viaturas do Exército e 40 agentes policiais e militares cercaram a casa. No episódio que ficou conhecido como o "Massacre da Lapa", Ângelo Arroyo e Pedro Pomar foram mortos na casa que servia de aparelho do Partido Comunista

Rua Caquito, 247, Penha
Segundo a ditadura, no dia 15 de março de 1973, Arnaldo Cardoso, Francisco Penteado e Francisco Okama teriam sido mortos nesta rua. Entretanto, foram vistos ainda com vida nas dependências do DOI-Codi após o ocorrido. A narrativa do regime foi desmontada em 1997

Rua Serra de Botucatu, 849, Tatuapé
Segundo a versão oficial, no dia 19 de fevereiro de 1972, Alexander Voerões e Lauriberto Reyes foram mortos no local depois de tiroteio com a polícia, que também matou Napoleão Felipe Biscaldi. A CEMDP comprovou ação de execução por parte das forças de segurança

Rua Siqueira Bueno, 668, Belenzinho
Nas paredes, restaram apenas marcas da antiga metalúrgica Metal Art. No local, o operário Manoel Fiel Filho foi procurado por agentes do Dops, denunciado por levar consigo o jornal A Voz Operária. Foi morto pelo regime, provocando uma crise no governo militar após nota com contradições sobre sua morte

O senador Sergio Moro (União Brasil-PR), alvo de ação eleitoral sobre gastos em pré-campanha, em seu gabinete Pedro Ladeira - 28.fev.2023/Folhapress

Julgamento que pode cassar Moro no TRE deve durar até três sessões

Senador é alvo de ações de PT e PL questionando gastos de pré-campanha e nega irregularidades

Catarina Scortecci

CURITIBA O julgamento do processo que pode gerar a cassação do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) está na pauta do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná desta segunda-feira (1º). A sessão do colegiado começa às 14h e deve se dedicar integralmente à discussão da ação judicial que mira o ex-juiz da Lava Jato – nenhum outro processo está previsto para a data.

Além do encontro de segunda, foram reservados outros dois dias —3 e 8 de abril— no calendário da corte para tratar do assunto, se necessário.

Encabeçada pelo PT e pelo PL, a ação judicial aponta, entre outras coisas, que Moro teria feito gastos excessivos no período da pré-campanha eleitoral ligada ao último pleito, o que a defesa do senador nega.

Os dois partidos entraram com representações individuais contra Moro no TRE no final de 2022, mas, em função das semelhanças no conteúdo das acusações, elas acabaram unificadas por decisão do TRE em junho de 2023. Desde então, tramitam de forma conjunta no tribunal.

O julgamento nesta segunda deve começar com a análise do relator do caso, o juiz Luciano Falavinha, que informou que já está com seu voto pronto desde 30 de janeiro. A posição dele sobre o assunto, contudo, segue desconhecida. Ele só deve divulgar seu voto na própria segunda.

Caso entendam que precisam de mais tempo para dizer se concordam ou não com o relator, os demais magistrados podem pedir vista (mais tempo para análise), adiando a votação. Apesar disso, a expectativa do presidente do TRE, Sigurd Roberto Bengtsson, é concluir a votação no máximo dentro das três sessões programadas.

Independentemente do resultado, o desfecho da ação caberá ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), já que tanto os partidos quanto a defesa de Moro têm interesse no recurso à instância superior, na hipótese de derrota na corte regional.

O presidente do TRE acredita que o processo envolvendo o senador deve chegar a Brasília no começo de maio. A estimativa leva em conta a data máxima prevista para julgamento na corte local –até 8 de abril– mais os eventuais embargos, que são um tipo de recurso geralmente usado apenas para esclarecer algum ponto da decisão já tomada.

Se ao final a Justiça Eleitoral julgar procedente a ação contra Moro, as consequências seriam a cassação da chapa (ou seja, a perda do mandato) e a inelegibilidade por oito anos, contados desde o pleito de 2022. Ou seja, Moro ficaria "ficha suja" até o ano de 2030. Também haveria a realização de uma nova eleição no Paraná para a cadeira no Senado.

Moro se filiou ao Podemos no final de 2021 de olho na disputa presidencial. Em março de 2022, abandonou o partido, anunciando filiação à União Brasil e uma candidatura ao Senado por São Paulo. Em junho, depois da Justiça Eleitoral barrar a troca de domicílio eleitoral para São Paulo, anunciou que seria candidato ao Senado pelo Paraná.

Por isso, o PT e o PL apontam que os gastos de pré-campanha, voltados inicialmente para a disputa ao Palácio do Planalto, tornaram-se "desproporcionais" e "suprimiram as chances dos demais concorrentes" ao Senado no Paraná.

Já a defesa de Moro sustenta que as despesas realizadas entre novembro de 2021 até início de junho de 2022 nem poderiam ser consideradas, justamente porque o pré-candidato almejava outros cargos. Também argumenta que a vitória eleitoral se deu diante de todo o capital político obtido pelo ex-juiz desde a Lava Jato, concluindo não haver impacto relevante dos gastos da pré-campanha no resultado.

Na corte paranaense, serão sete julgadores no total —o presidente, que costuma votar apenas em casos de empate, antecipou que vai registrar sua posição. Ele afirma que há um entendimento do TSE de que o presidente deve votar em casos em que há possibilidade de cassação de mandato.

Além do presidente e do relator, devem participar os magistrados Anderson Ricardo Fogaça, Guilherme Frederico Hernandes Denz, Julio Jacob Junior, José Rodrigo Sade e Claudia Cristina Cristofani.

Também o representante do Ministério Público, o procurador Marcelo Godoy, deve acompanhar a sessão. Ele já se manifestou a favor da cassação de Moro, mas também apontou discordâncias em relação às representações dos partidos que ingressaram com as ações.

Embora avalie que houve abuso de poder econômico, o parecer não vê, por exemplo, utilização indevida dos meios de comunicação social, como sugeriram as siglas.

Outra diferença está no volume de gastos da pré-campanha. No cálculo feito pelo Ministério Público, a pré-campanha de Moro custou, no mínimo, pouco mais de R$ 2 milhões. O PL, por sua vez, calcula que teriam sido R$ 7,6 milhões, enquanto o PT aponta R$ 4,8 milhões. Já a defesa de Moro fala em gastos módicos e indica R$ 141 mil na pré-campanha.

As variações decorrem dos diferentes critérios adotados sobre o que deve ou não ser considerado gasto com pré-campanha e o que seria efetivamente despesa ligada ao ex-juiz ou ao conjunto de pré-candidatos das siglas.

Os gastos são diversos: há despesas com consultoria, pesquisa, serviço audiovisual, passagem, hospedagem, aluguel e compra de carro blindado, assessoria política e jurídica.

"A lisura e a legitimidade do pleito foram inegavelmente comprometidas pelo emprego excessivo de recursos financeiros no período que antecedeu o de campanha eleitoral, porquanto aplicou-se monta que, por todos os parâmetros objetivos que se possam adotar, excedem em muito os limites do razoável", diz trecho do parecer da Procuradoria.

O advogado de Moro, Gustavo Guedes, diz que há uma lista de atos que podem ser realizados pelos partidos antes da campanha oficial, sem que eles sejam identificados como propaganda eleitoral antecipada, mas que não existe uma regra clara sobre o período da "pré-campanha" e qual seria o limite do gasto.

Já PT e PL dizem que embora a legislação não trate em detalhes do período da pré-campanha, já há jurisprudência no TSE indicando que gastos excessivos não podem ser tolerados mesmo antes da campanha oficial, que ocorreu entre agosto e outubro de 2022. O exemplo mais emblemático, segundo eles, teria sido a cassação da senadora Selma Arruda.

Por 6 votos a 1, o TSE cassou o mandato da Juíza Selma (Podemos-MT) no final de 2019, ao entender que houve abuso de poder econômico e também captação ilícita de recursos ligados à campanha eleitoral de 2018. A conclusão foi de que houve omissão de quantias expressivas usadas para pagar despesas de campanha no período pré-eleitoral.

Entenda processo contra Moro

O que é a ação e quem a propôs? A ação eleitoral foi proposta pelo PL, de Jair Bolsonaro, e pela federação formada por PT, PV e PC do B, de Lula, acusam Moro de abuso de poder econômico e utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social durante a pré-campanha

Qual a alegação para cassação? Moro se filiou ao Podemos em 2021 de olho na disputa presidencial, mas acabou anunciando filiação à União Brasil e sua candidatura ao Senado. Por isso, os partidos apontam que os gastos "suprimiram as chances dos demais concorrentes"

Há divergência sobre os gastos da pré-campanha? Sim. Enquanto a defesa de Moro fala em gastos módicos e calcula R$ 141.034,70 na pré-campanha, PT e PL apontam que as somas das despesas são superiores até mesmo ao teto de gasto para a campanha ao Senado pelo Paraná, R$ 4.447.201,54

O que diz a defesa de Moro? A defesa argumenta que a eleição de Moro se deu diante de todo o capital político obtido pelo ex-juiz desde a Lava Jato, concluindo não haver impacto relevante dos gastos no resultado eleitoral

O que acontece se Moro for condenado? Se a Justiça Eleitoral julgar procedente a ação judicial, as consequências seriam a cassação da chapa e a inelegibilidade por oito anos. Ou seja, Moro ficaria "ficha suja" até 2030; a decisão cabe recurso ao TSE, ou seja, só teria efeito após esgotamento dos pedidos da defesa

Os legados da ditadura

Sociedade segue controlada por armas e coturnos passados 60 anos do golpe

Camila Rocha

Doutora em ciência política pela USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Passados 60 anos do golpe de 1964, o Brasil ainda convive com diversos legados nefastos da ditadura militar. Ainda que o autoritarismo brasileiro tenha antecedentes mais antigos, que remontam ao Estado Novo e ao regime escravocrata, a ditadura sedimentou ou institucionalizou diversas práticas e projetos regressivos. Até hoje, o Estado brasileiro não se desfez de heranças da ditadura, sobretudo àquelas relacionadas à atuação das forças de repressão militarizadas.

As Forças Armadas continuam a gozar de uma autonomia descabida para um regime democrático. Hoje o controle civil em relação à atuação de tais forças é pífio e não há qualquer esforço significativo sendo feito pelo Estado brasileiro para reverter tal estado de coisas.

O silêncio do presidente Lula a respeito dos 60 anos do golpe de 1964 é sintomático. A despeito das denúncias e investigações de tentativas de golpe por parte de Jair Bolsonaro e seus apoiadores, não só seguimos reféns das Forças Armadas como nos tornamos uma sociedade ainda mais militarizada.

No dia 13 de dezembro do ano passado, a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares foi sancionada pela Presidência. Mesmo tendo sido aprovada com 28 vetos, a legislação é classificada por Adilson Paes de Souza, autor de "Guardião da Cidade: Reflexões sobre casos de violência praticados por policiais militares", como uma "hipermilitarização das Polícias Militares".

Para Paes, a legislação promove um "Estado policial no seio da nossa democracia", o que é péssimo para a sociedade e para os próprios policiais militares, que permanecem à margem da proteção dos direitos humanos. Para Claudio Silva, ouvidor das polícias de São Paulo, a hipermilitarização pode piorar a saúde psíquica dos policiais e resultar em um aumento do número de suicídios.

Ao não terem seus direitos humanos resguardados, não há maiores incentivos para que os policiais respeitem os direitos da população que deveria proteger. Sobretudo tendo em vista a impunidade relacionada ao extermínio deliberado da população promovido por policiais de batalhões de elite, como a Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), a tropa mais letal da Polícia Militar paulista.

Criada oficialmente no dia 15 de outubro de 1970, em plena ditadura, a Rota tinha como objetivo combater guerrilhas urbanas de oposição ao regime, no entanto, seus policiais também matavam pessoas que não tinham como se defender, como denunciou o jornalista Caco Barcellos no livro "Rota 66".

Em outubro do ano passado, a Rota comemorou seu aniversário de 53 anos com a entrega de 56 medalhas e novas metralhadoras e fuzis. As câmeras corporais, no entanto, ficaram de fora dos presentes ofertados. A despeito de reduzirem as mortes decorrentes de intervenção policial em 57%, de acordo com estudo da FGV de 2022, e serem demandadas por 88% da população paulistana, o governador Tarcísio de Freitas entende que as câmeras são ineficazes e custam muito dinheiro. E é assim que, passados 60 anos do golpe de 1964, a sociedade brasileira segue controlada pelas armas e coturnos legados pela ditadura militar.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | **TER. Joel Pinheiro da Fonseca** | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

Tabata e PSDB ensaiam aliança sob sombra de eleição de 2020

Deputada diz que preferiu Boulos a Covas na última disputa por rejeitar Nunes, apoiado por parte dos tucanos

Carolina Linhares

SÃO PAULO A decisão da executiva municipal do PSDB de São Paulo de descartar o apoio ao prefeito Ricardo Nunes (MDB) pavimentou a coligação do partido com Tabata Amaral (PSB), embora ainda haja uma terceira opção, a candidatura própria.

Procurado pela **Folha**, o presidente do PSDB na capital paulista, o ex-senador José Aníbal, afirma que as duas alternativas serão avaliadas ao longo da semana. Aliados da deputada federal, no entanto, dizem acreditar que a aliança será consolidada —apesar de entraves de um lado e de outro.

Na prática, porém, boa parte dos filiados ao PSDB, além de vereadores e deputados, vão fazer campanha para Nunes, a quem preferem por ter dado continuidade à gestão de Bruno Covas (PSDB) e por estarem abrigados em cargos na máquina municipal.

Como mostrou o Painel, o PSDB deve ficar sem representação na Câmara Municipal. A crise na legenda levou os oito vereadores da bancada tucana a pedirem desfiliação —eles defendem que o partido apoie Nunes.

Se hoje Tabata busca a coligação com o PSDB, em 2020, na disputa entre Covas e Guilherme Boulos (PSOL), que concorre novamente neste ano, a deputada decidiu apoiar Boulos e não o tucano. Integrantes do partido que resistem a ela têm dito que a deputada virou as costas a Covas há quatro anos e, por isso, não faz sentido apoiá-la agora.

Em nota divulgada na época, Tabata, que havia votado em Marina Helou (Rede) no primeiro turno, disse não se alinhar inteiramente nem com Covas nem com Boulos, e elogiou ambos: "em tempos de grande polarização e ameaças autoritárias, é um alívio ver dois candidatos jovens e comprometidos com a democracia disputando o segundo turno".

A deputada justificou sua escolha por Boulos afirmando ser contrária ao vice de Covas, Ricardo Nunes.

Como Tabata aparece atrás dos concorrentes, marcando 8% no último Datafolha, ante 30% de Boulos e 29% de Nunes, o posicionamento dela em 2020 reforçou a expectativa de que a deputada se alie ao PSOL no segundo turno deste ano caso esse cenário se mantenha.

"O vice-candidato de Bruno Covas, Ricardo Nunes, acusado de violência contra a mulher, com suspeita de corrupção e com um histórico de homofobia, é a antítese de tudo o que acredito. Não podemos legitimar no poder alguém que não respeita direitos humanos fundamentais e demonstra não ter comprometimento com a ética. Isso, para mim, é inegociável", escreveu ela em 2020.

Procurada pela reportagem, a equipe de Tabata diz não haver contradição entre a decisão de 2020 e a de agora em relação ao PSDB. Em nota, voltou a afirmar que a escolha por Boulos foi em razão Nunes "representar a antítese" do que Tabata acredita.

"O posicionamento em 2020 foi, sobretudo, contra tudo aquilo que não representa o mandato de Tabata Amaral."

Naquele momento, Tabata já enfatizava pontos centrais do seu programa, como prioridade às periferias, promoção de justiça social e superação de desigualdades.

Agora, apesar da escolha pelo adversário em 2020, já há sinais da aproximação entre Tabata e a cúpula do PSDB. A ponte é construída por Orlando Faria, ex-secretário municipal de Covas, que segue no PSDB e passou a integrar a pré-campanha de Tabata —e, por isso, deixou o comando do partido na capital.

A pré-candidata à Prefeitura de São Paulo Tabata Amaral (PSB) Karime Xavier - 8.mar.24/Folhapress

> O posicionamento em 2020 foi, sobretudo, contra tudo aquilo que não representa o mandato de Tabata Amaral
>
> **Tabata Amaral**
> em nota de sua equipe, ao justificar preferência por Guilherme Boulos (PSOL) em vez de Bruno Covas (PSDB) na última eleição municipal

O novo presidente, Aníbal, que foi nomeado pelo presidente nacional do PSDB, Marconi Perillo, no fim de fevereiro, admira Tabata. Tucanos afirmam que o objetivo do ex-senador é ocupar o posto de vice na chapa dela.

No último dia 22, dos 15 integrantes da executiva municipal, apenas 2 votaram pela coligação com o prefeito. Aníbal critica a aliança entre Nunes e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a quem chama de golpista.

Parte dos tucanos veem vantagens em apoiar Tabata. Na coligação com ela, o PSDB teria influência no governo, espaço na propaganda e poderia indicar um candidato a vice —posto que, na aliança de Nunes, deve ficar com o PL e ser indicado por Bolsonaro ou pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Tabata, por sua vez, ganharia ao menos um partido aliado, já que agora conta apenas com o PSB. Isso lhe ajudaria a aumentar seu tempo de propaganda na TV, que ainda assim seria bem menor do que o de Nunes.

Para o prefeito, que já tem o apoio de ao menos 10 partidos, o PSDB nem sequer contaria no tempo de TV, pois não está entre as seis maiores legendas da coligação.

Tucanos que defendem um acordo com a deputada dizem que o PSDB daria mais envergadura à sua candidatura, que ela se parece com Covas e representa a ideologia tucana, de centro, liberal na economia, mas com a busca de garantias sociais. Ao mesmo tempo, veem em Nunes uma gestão apenas eleitoreira.

Da parte de Tabata, a eventual aliança com o PSDB atrapalha o acordo com o apresentador José Luiz Datena (PSB), que já foi convidado para ser vice. Aliados da deputada dizem acreditar que Datena estaria disposto a ceder seu lugar a um tucano.

O acerto PSB-PSDB em São Paulo atinge ainda a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, quadro importante do PSDB e que enfrenta em seu estado justamente a oposição do PSB de João Campos, prefeito do Recife e namorado de Tabata.

Com a meta de alcançar protagonismo e ter um palanque para o presidenciável Eduardo Leite (PSDB-RS) em São Paulo, o PSDB também cogita uma candidatura própria, mas esbarra na falta de nomes competitivos. A janela para novas filiações se encerra na próxima sexta-feira (5), o que aumenta a pressão.

O ex-secretário e ex-vereador Andrea Matarazzo (PSD), que concorreu em 2020, tem conversado com Aníbal sobre a possibilidade de migrar para o PSDB para ser candidato, desde que tenha apoio e incentivo entre os tucanos.

Outros nomes também estão no páreo, como o do ex-vereador Mário Covas Neto (Podemos).

Qualquer opção, no entanto, vai enfrentar forte oposição da ala que trabalha por Nunes, que inclusive divulgou um manifesto de apoio ao prefeito e conta com o aval de Tomás Covas. O Cidadania, partido que forma federação com PSDB, também defende a coligação com o MDB.

Para essa ala, a aliança com Bolsonaro tem sido usada como desculpa pela cúpula do PSDB e a escolha por Tabata, representa, no fim das contas, uma escolha por Boulos, algo que não faria sentido para os tucanos, que buscam se reafirmar como oposição a Lula (PT).

Governo produz parecer que embasa possível vinda de Putin para o G20

Texto oferece defesa para descumprir eventuais ordens de prisão do TPI contra chefes de Estado

Ricardo Della Coletta e José Marques

BRASÍLIA O governo Lula (PT) produziu um parecer com argumentação jurídica que embasa eventual vinda ao Brasil do presidente da Rússia, Vladimir Putin, mesmo ele sendo alvo de um mandado internacional de prisão.

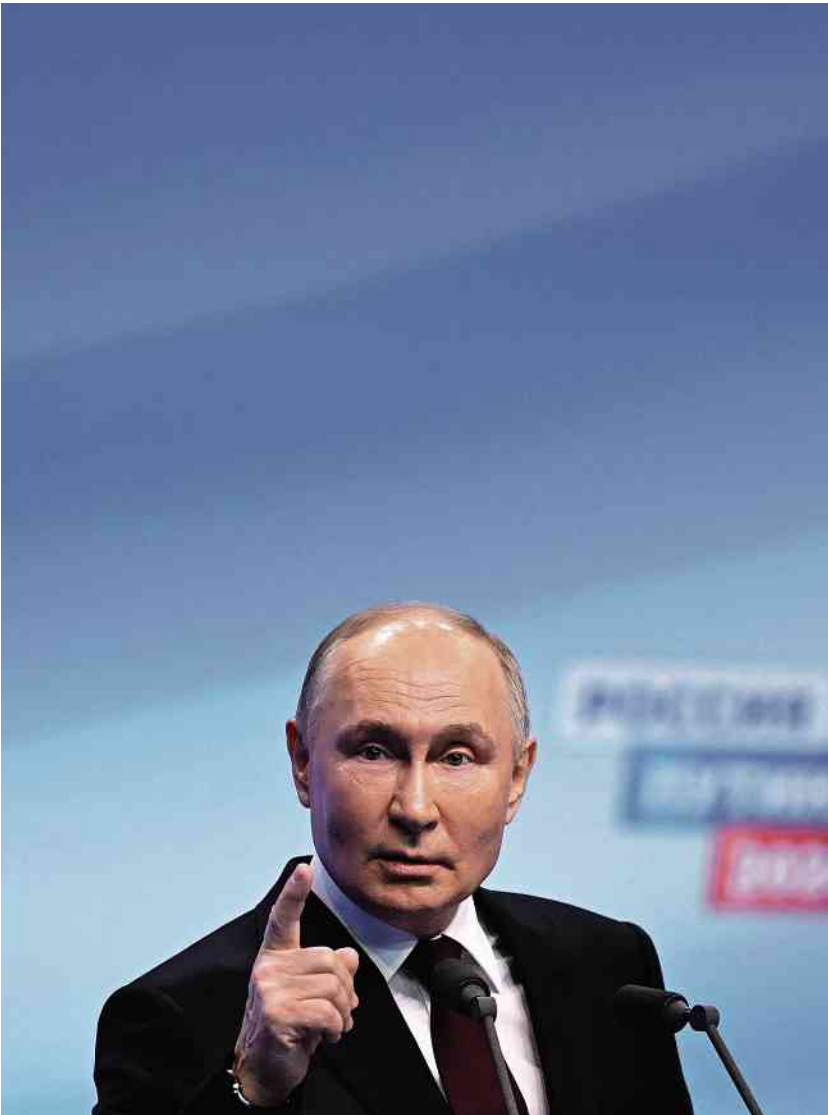
O documento foi submetido em novembro do ano passado à Comissão de Direito Internacional da ONU. O órgão atualmente trabalha na elaboração de uma normativa sobre imunidade de jurisdição a chefes de Estado. O status, que também pode ser conferido a outras altas autoridades, garante que esses líderes não sejam processados ou atingidos por ações judiciais vigentes nos países que os recebem em visitas internacionais.

O governo brasileiro não cita diretamente Putin no texto, mas faz referência a um cenário que se encaixa na situação atual do líder russo: ele é alvo de um mandado de prisão expedido pelo TPI (Tribunal Penal Internacional), acusado de ter permitido que ocorressem crimes de guerra no conflito com a Ucrânia.

Como o Brasil é signatário do Estatuto de Roma, que criou o TPI, o país em tese está obrigado a prender Putin caso ele desembarque em território nacional. Encarcerá-lo em solo brasileiro é, no entanto, um cenário considerado inimaginável devido às consequências geopolíticas e de segurança que a detenção do líder da segunda maior potência militar do planeta representaria.

Ainda assim, a hipótese de uma ordem de prisão tem potencial de criar, no mínimo, constrangimento diplomático para Brasil e Rússia em plena cúpula do G20 caso Putin venha para o encontro no Rio de Janeiro em novembro.

O texto submetido à Comissão de Direito Internacional não tem efeito prático e tampouco é garantia de que o Brasil estaria livre de censura do TPI caso ignore uma ordem do tribunal durante possível passagem de Putin pelo país, segundo especialistas ouvidos pela **Folha**.

Ele indica, porém, uma opinião oficial do governo Lula no sentido de que a imunidade de jurisdição de Putin deveria protegê-lo do alcance do TPI na hipótese de que essa viagem se concretize.

O principal argumento do documento é que acordos que criam tribunais internacionais (como é o caso do Estatuto de Roma) devem ter efeito apenas entre as partes que assinaram o tratado.

Por essa tese, um chefe de Estado de um país não signatário não poderia ter sua imunidade ignorada mesmo ao estar em um território que reconhece a autoridade dessa corte internacional. A Rússia retirou sua assinatura do Estatuto de Roma em 2016.

Em um dos parágrafos do parecer, o Brasil concorda que a imunidade de jurisdição para altas autoridades "não deve afetar os direitos e as obrigações dos Estados partes diante de acordos que estabeleceram cortes e tribunais penais internacionais". Mas em seguida destaca que isso deve ocorrer no âmbito das "relações entre as partes desses acordos".

"É norma básica da lei internacional geral, codificada no artigo 34 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, que 'um tratado não cria obrigações ou direitos para um terceiro Estado sem o seu consentimento'", diz o texto.

"Dessa forma, enquanto os artigos [sobre imunidade] não afetam obrigações de tratados referentes a tribunais internacionais, esses acordos internacionais não afetam a imunidade de agentes de Estados não partes".

O Brasil afirma ainda que a imunidade de jurisdição para dirigentes é essencial "para promover entendimentos pacíficos de disputas internacionais e relações amigáveis entre os Estados, inclusive na medida em que permite que funcionários de Estados participem em conferências internacionais e missões em países estrangeiros".

E faz eco a uma crítica que já circulou entre representantes de países em desenvolvimento sobre o mandado do TPI contra Putin: a de que a corte está sendo usada politicamente. "[A imunidade de jurisdição] contribui para a estabilidade das relações internacionais, por prevenir o exercício abusivo, arbitrário e politicamente motivado da jurisdição criminal que pode ser usado contra agentes dos Estados."

A **Folha** questionou o Itamaraty sobre o parecer apresentado na ONU e sua relação com a possível vinda de Putin ao Brasil. O ministério respondeu que não comentaria, uma vez que o documento faz observações iniciais de um tema que ainda será negociado longamente no âmbito da Comissão de Direito Internacional.

A reportagem encaminhou o parecer a quatro especialistas em direito internacional. Três viram na argumentação uma tentativa de flexibilizar as obrigações do Brasil junto ao TPI e disseram que a hipótese descrita na redação se aplica à situação de Putin.

Wagner Menezes, presidente da Academia Brasileira de Direito Internacional, opina que a argumentação apresentada pelo Brasil "relativiza" o alcance do Estatuto de Roma e vai na contramão de um dos principais objetivos do TPI: o de constranger a movimentação internacional de pessoas acusadas de crimes de guerra e contra a humanidade.

"Não é relevante se a Rússia ratificou ou não o estatuto. O Brasil não tem qualquer tipo de relação, nesse caso, com a Rússia. Trata-se de um tema da relação do Brasil com o tribunal", afirma.

Professor titular de teoria e história do direito internacional, Arno Dal Ri Jr. vê na redação submetida pelo governo à ONU uma "cortina de fumaça". Ele também classifica a argumentação de "frágil".

"Os termos do documento são hipotéticos, em que se levanta vários quadros e hipóteses, dentre essas aquela de legitimação da vinda do Putin através da imunidade típica de chefes de Estado", diz.

A possível vinda de Putin ao Brasil para a cúpula do G20 é um tema sensível. Desde que ordenou a invasão da Ucrânia, em fevereiro de 2022, o líder russo virou alvo de uma operação que, orquestrada por EUA e Europa, busca isolá-lo nos fóruns internacionais. Ele não compareceu às duas últimas edições do G20, na Índia e na Indonésia —nenhum dos países é signatário do Estatuto de Roma.

A eventual vinda de Putin à cúpula no Rio de Janeiro motivou polêmica antes mesmo de o Brasil iniciar seu mandato na presidência do G20.

Em setembro de 2023, quando participava da cúpula do fórum em Nova Déli, Lula afirmou que seu homólogo russo não corria o risco de ser preso caso decidisse vir à edição seguinte do evento. "Se eu for presidente do Brasil, e se ele [Putin] vier para o Brasil, não tem como ele ser preso. Não, ele não será preso. Ninguém vai desrespeitar o Brasil", disse o petista na ocasião.

Dias depois, Lula voltou atrás e afirmou que a decisão sobre uma eventual prisão caberia ao Poder Judiciário. "Se o Putin decidir ir ao Brasil, quem toma a decisão de prendê-lo ou não é a Justiça, não o governo nem o Congresso Nacional."

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, em Moscou Natalia Kolesnikova - 28.mar.24/AFP

+ Entenda a ordem de prisão contra Putin

O que é o TPI?
O Tribunal Penal Internacional é uma corte permanente que julga indivíduos por crimes de guerra, genocídio e crimes contra humanidade, entre outros.

O TPI é igual à Corte Internacional de Justiça?
Não; a Corte de Haia é a Corte Internacional de Justiça (CIJ), órgão judicial máximo da ONU. Enquanto o TPI julga indivíduos, a Corte de Haia julga Estados e organizações.

Como e quando ele foi criado?
Seu documento fundador, o Estatuto de Roma, é de 1998, e tem 124 signatários, incluindo o Brasil. Rússia, EUA, China e Índia são alguns dos países que não reconhecem o tratado.

Pelo que Putin foi condenado?
O russo foi responsabilizado pela deportação ilegal de crianças de áreas ocupadas pela Rússia na Ucrânia, um crime de guerra. O TPI diz que Putin falhou em exercer controle adequado de seus subordinados civis e militares.

Por que ele não foi preso?
O TPI não tem poder de polícia. Eventual detenção fica à cargo de Estados signatários do tribunal.

Argentina negocia compra de caças F-16 usados da Dinamarca

Igor Gielow

SÃO PAULO Após 30 anos de tentativas frustradas, a Argentina parece estar próxima de adquirir um novo avião de combate. Novo em termos: o país assinou um memorando para comprar da Dinamarca 24 caças americanos F-16 usados.

Se concretizada, a compra de US$ 664 milhões (R$ 3,3 bilhões hoje) será um salto na qualidade da defesa do vizinho brasileiro e terá implicações estratégicas regionais.

Buenos Aires não conta com aviões de caça desde que aposentou o último Mirage francês que operava, em 2015. Hoje, sua frota com uma capacidade mínima de combate ar-ar se resume a 12 aviões de ataque americanos A-4 Fightinghawks, dos quais talvez apenas 5 estejam operacionais.

Esses foram os últimos aviões novos incorporados pela Força Aérea Argentina, comprados em 1994 e entregues até o ano 2000. Há 11 modelos de primeira geração do Tucano da Embraer, em uso limitado.

Basta acompanhar a história política e econômica argentina nas últimas décadas para compreender as razões da falta de modernização. Em 2023, o orçamento de defesa de Buenos Aires era equivalente a cerca de 1/10 do brasileiro, respondendo por 5,4% do total da América Latina e do Caribe, segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (Londres). O Brasil lidera com 44,4% da fatia regional.

Como Milei justificará tal aquisição politicamente, em meio ao arrocho duríssimo que aplicou ao país cortando programas sociais, aposentadorias e salários de servidores, é outra questão a ser vista.

Mas não é a única. Em 1982, a ditadura agônica de Buenos Aires invadiu as britânicas ilhas Falkland, chamadas por aqui de Malvinas. Após Londres derrotar e expulsar os argentinos, que de quebra viram os militares deixarem o poder, o Reino Unido determinou um embargo militar aos rivais que vale até hoje.

Isso travou uma série de tentativas de compras por parte da Argentina, a mais recente em 2020, quando o país quase fechou negócio para adquirir os populares caças leves FA-50 da Coreia do Sul. Mas o aparelho vem com cinco componentes britânicos, um deles o central assento ejetor da mais popular fabricante do produto no mundo, a Martin-Baker.

A eleição de Javier Milei, um ultraliberal adorado pelos EUA, em oposição ao antiamericano antecessor Alberto Fernández, garantiu a mudança de jogo em favor do F-16. O Departamento de Estado americano celebrou o acordo com a Dinamarca, deixando claro que daria todas as permissões de reexportação do seu produto.

Já em outubro passado, um mês antes da vitória de Milei, foi dada uma permissão inicial para a transferência. Em nota, o governo dos EUA disse que "isso reafirma nossos laços próximos de defesa e apoio firme aos esforços argentinos de modernização".

Os F-16 dinamarqueses são antigos, fazendo parte de um lote de 77 entregues de 1980 a 1997. Mas são melhores do que nada: 19 deles estão sendo preparados para serem doados à Ucrânia e usados pelo país na guerra contra a Rússia.

Em relação ao Reino Unido, a compra da Dinamarca não deve apresentar problemas. Aquelas aeronaves mais antigas utilizam um assento ejetor americano, o Aces-2, enquanto só versões mais novas usam o britânico.

Politicamente, é de se presumir que os EUA combinaram o jogo com Londres, que não deve se sentir muito ameaçada. Nas Falklands, os britânicos mantêm ao menos quatro caças Eurofighter Typhoon, bem mais avançados do que os F-16 dinamarqueses.

Caça F-16 da Força Aérea de Israel sobrevoa Tel Aviv durante show aéreo Jack Guez - 26.abr.23/AFP

Manifestantes bloqueiam rodovia em protesto contra o governo em Jerusalém Ahmad Gharabli/AFP

Alvo de protestos, Netanyahu defende continuar a guerra

Premiê diz que nada vai impedir invasão de Rafah e rejeita eleição antecipada

GUERRA ISRAEL-HAMAS

SÃO PAULO O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, fez um pronunciamento no domingo (31) para responder aos protestos que tomaram o país na noite da véspera, os maiores desde a eclosão da guerra Israel-Hamas segundo os veículos locais.

No sábado (30), dezenas de milhares de pessoas reuniram-se em cidades como Tel Aviv, Jerusalém, Haifa, Be'er Sheva e Cesareia para demandar novas eleições e a devolução dos aproximadamente cem sequestrados no atentado de 7 de Outubro que continuam nas mãos do grupo terrorista de acordo com cálculos das forças israelenses — cerca de outros 110 foram libertados como parte de um acordo de cessar-fogo em novembro, e mais ou menos 20 teriam morrido em cativeiro.

Em seu discurso, Netanyahu disse estar comprometido com o retorno dos reféns; defendeu a continuidade da guerra na Faixa de Gaza; e reafirmou que pretende invadir Rafah, cidade na fronteira com o Egito que hoje abriga mais da metade do total de cerca de 2,3 milhões dos habitantes do território.

"Como primeiro-ministro de Israel, estou fazendo e farei de tudo para trazer nossos entes queridos para casa", disse ele, acrescentando que a melhor forma de resgatá-los é combinando pressão militar e negociações.

Bibi, como o premiê é conhecido, ainda tentou se proteger politicamente ao afirmar que a convocação de eleições agora, como pediam alguns manifestantes, paralisaria as negociações para a libertação dos reféns. "O primeiro a celebrar isso seria o Hamas."

As declarações, feitas pouco antes do líder se submeter a uma cirurgia de correção de hérnia, aparentemente não foram suficientes para aquiescer a população. Depois do pronunciamento televisionado, uma multidão ainda protestava em Jerusalém exigindo um novo pleito.

Nesta semana, os representantes do Knesset, o Parlamento israelense, votaram a favor da manutenção do recesso anual de seis semanas entre abril e maio a despeito da guerra em curso, o que provocou consternação em parte da sociedade local.

"Este governo é um desastre completo e absoluto", disse à agência de notícias Reuters Nurit Robinson, 74, durante a manifestação. "Eles vão nos levar ao precipício."

Os manifestantes também se queixam da isenção do serviço militar, obrigatório para homens e mulheres do país, para os judeus ultraortodoxos. Netanyahu a princípio tinha até este domingo para apresentar uma legislação para resolver o impasse de décadas sobre o assunto, mas na semana passada submeteu um pedido de mais 30 dias de prazo à Suprema Corte.

A Justiça concordou e deu ao governo até 30 de abril para submeter argumentos adicionais. Em uma decisão provisória, porém, ordenou a suspensão do financiamento público para alunos de seminários ultraortodoxos que seriam passíveis de recrutamento, válida a partir desta segunda-feira (1º).

> "Como primeiro-ministro de Israel, estou fazendo e farei de tudo para trazer nossos entes queridos para casa
>
> O primeiro a celebrar [a convocação de novas eleições em Israel] seria o Hamas
>
> **Binyamin Netanyahu**
> primeiro-ministro de Israel, em pronunciamento

"As luzes do gabinete de Netanyahu estão acesas há uma semana [...] para garantir que os ultraortodoxos possam continuar fugindo do recrutamento apesar da guerra", afirmou o líder da oposição, Yair Lapid, em frente ao prédio do Legislativo, em Jerusalém, segundo o jornal Times of Israel.

"Se um centésimo, um milésimo, dessa eficiência tivesse sido dedicada aos reféns, aos refugiados, à gestão da guerra ou à economia, nossa situação seria completamente diferente. Mas só há uma coisa importante para Netanyahu; permanecer no cargo", completou. Os ultraortodoxos são uma importante base da coalizão do governo de Bibi, a mais à direita da história israelense.

Para o porta-voz do Fórum de Famílias de Reféns e Desaparecidos, Haim Rubinstein, os protestos do sábado representaram um ponto de virada. "Esta noite é nada menos do que um divisor de águas na luta para devolver os 134 sequestrados e sequestradas que estão morrendo nos túneis do Hamas. As famílias estão fartas", afirmou ele no X. "Tudo explodiu numa noite, quando todos juntos deram uma mensagem clara a Netanyahu: não permitiremos que você impeça um acordo!"

Bibi afirma que Tel Aviv está mostrando flexibilidade nas negociações com o Hamas, retomadas há alguns dias. "Estou comprometido a trazer todos os reféns para casa, homens e mulheres, civis e soldados, vivos e os que foram mortos. Não deixaremos ninguém para trás", declarou no pronunciamento.

Já no que se refere à invasão terrestre de Rafah, Bibi não tentou demonstrar maleabilidade. A comunidade internacional tem expressado apreensão com a perspectiva de combates na cidade densamente habitada, mas Netanyahu reafirmou que pretende adentrá-la. "Leva tempo, mas será feito. Não há vitória sem isso", afirmou ele.

Ao mesmo tempo, o líder citou planos para a retirada da população civil e a distribuição de ajuda humanitária antes dos combates. Tel Aviv mantém Gaza sob cerco total desde o início do conflito, em 7 de outubro, restringindo a entrega de carregamentos sob a alegação de que parte dos materiais pode representar um risco à sua própria segurança. À medida que a insegurança alimentar se alastrou por Gaza devido aos bloqueios, contudo, o Estado judeu passou a ser acusado de usar a fome como arma de guerra.

Com Reuters

Oposição turca vence eleição em Istambul e desafia gestão Erdogan

BOA VISTA A principal legenda da oposição ao presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, venceu as eleições em Istambul, mais populosa e rica cidade do país, neste domingo (31).

O atual prefeito, Ekrem Imamoglu, do Partido Popular Republicano (CHP, na sigla em turco) declarou-se vencedor com cerca de 90% das urnas apuradas e uma vantagem de 10 pontos percentuais em relação ao candidato da sigla de Erdogan, Partido da Justiça e Desenvolvimento (APK), Murat Kurum.

Mais cedo, com a apuração inicial refletindo números semelhantes, ele havia afirmado que estava "muito feliz" com os resultados iniciais. "Com base nos dados que recolhemos, posso dizer que a confiança que os nossos cidadãos depositam em nós foram de fato demonstrados", disse Imamoglu em primeira declaração após o começo da apuração.

Em Ancara, o atual prefeito, Mansur Yavas (CHP), vencia com 60% dos votos contra 33% de Turgut Altinok (AKP) com mais de 85% das urnas apuradas. Yavas havia declarado vitória logo no início da apuração.

Em Esmirna, terceira maior cidade turca, Cemil Tugay (CHP), hoje prefeito da vizinha Karsiyaka, liderava com 48,7% dos votos contra 37% de Hamza Dag (AKP) com mais de 92% das urnas apuradas.

Serhan Solak, 56, afirmou em Ancara à agência de notícias Reuters que seu intuito ao votar no atual prefeito, social-democrata, era dificultar a concentração de poder. "Há uma necessidade real de equilíbrio, pelo menos a nível local."

Erdogan, há mais de 20 anos à frente da Turquia, lançou-se com intensidade nas campanhas para o governo de grandes cidades ao lado dos nomes do AKP.

Com a apuração chegando ao fim, no entanto, ele reconheceu o resultados abaixo do esperado de seu partido. "O dia 31 de março não é um fim para nós, mas um ponto de inflexão. Avaliaremos os resultados e realizaremos a nossa autocrítica", afirmou Erdogan.

Com AFP e Reuters

Hollie Adams/AFP

REI CHARLES 3º VAI A CULTO DE PÁSCOA EM 1º EVENTO DESDE CÂNCER

O rei Charles 3º, do Reino Unido, compareceu na manhã deste domingo (31) à Capela de São Jorge, no Castelo de Windsor, para acompanhar o tradicional culto religioso da Páscoa. Este foi seu primeiro compromisso público desde que anunciou o diagnóstico de câncer, há quase dois meses. O monarca de 75 anos estava sorridente e acenou para o público ao descer do carro com sua esposa, a rainha Camilla. No local, que fica a 40 quilômetros de Londres, está enterrada a mãe de Charles, a rainha Elizabeth 2ª, morta em 2022. A cerimônia acontece pouco mais de uma semana depois de a princesa de Gales, Kate Middleton — esposa do herdeiro do trono, o príncipe William—, anunciar que também havia sido diagnosticada com câncer. O casal e seus filhos não estavam presentes na capela. Outros membros da família real, como os príncipes Edward e Andrew e a princesa Anne, irmãos de Charles, marcaram presença.

entrevista da 2ª folha em defesa da energia limpa

Pedro Ladeira/Folhapress

Ana Toni, 60
Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente. Graduada em economia pela Universidade de Swansea (País de Gales), mestre pela London School of Economics e doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem passagens por Fundação Ford, Greenpeace, Transparência Internacional e Instituto Clima e Sociedade

Ana Toni

Ainda não vi plano no país para o petróleo bancar a transição energética

Secretária de Mudança do Clima afirma que combustíveis fósseis exigem debate maduro e que tempo é maior inimigo do planeta

MERCADO

João Gabriel

BRASÍLIA A secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni, diz que ainda não viu no Brasil nenhuma estratégia clara que direcione recursos do petróleo para o financiamento da transição energética.

"A Noruega faz isso com o fundo soberano deles, mas ali tem uma estratégia específica", afirma à **Folha**. "Seria algo a ser debatido. Eu ainda não vi essa proposta aqui no Brasil."

As declarações são dadas enquanto o governo mantém a exploração do petróleo nos planos de longo prazo do país mesmo em meio aos constantes alertas ambientais. "O grande problema é que a gente tem um inimigo maior que é o tempo. Tem uma emergência climática acontecendo."

No comando da secretaria criada pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente) em 2023, Toni está envolvida nas discussões relacionadas ao tema no G20 e na COP30 (Conferência das Partes, encontro da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) —ambos no Brasil.

A secretária defende mais dinheiro de nações ricas para países em desenvolvimento e afirma que o Brasil precisa avançar no debate climático no setor de óleo e gás.

Acho que a gente não está mais nesse momento de achar que pode ter esse luxo [de seguir explorando o petróleo]. O nosso pior inimigo é o tempo. Se explorar, alguém vai usar

*

Qual a avaliação sobre o resultado da COP28? Ela teve um papel muito importante, realmente significativo, no sentido de termos metas setoriais para o setor de energia, que é o que mais polui no mundo. Foi um divisor de águas. E falamos de combustível fóssil, quebramos esse tabu diplomático de não falar sobre o assunto.

Houve coisas importantes, triplicar energia renovável, duplicar eficiência, o "transitioning away", de transicionar para o fim dos combustíveis fósseis. Agora, como é que isso tudo vai ser implementado? Cadê os planos? Como documento, legal, mas, para medir o sucesso, a efetividade de uma COP, a gente precisa de implementação.

Qual a importância do termo "transitioning away"? Havia a briga entre "phase out" e "phase down", e foi interessante que surgiu outro termo. A gente ainda tem que entender o significado desse acordo, como é que se traduz, nas linguagens políticas. Há uma disputa pela interpretação desse novo termo. A gente interpreta como "ter uma transição para o fim", como a própria [ministra] Marina [Silva] sempre usa.

E quais as expectativas para a próxima COP? Para a 29 [que acontece neste ano, no Azerbaijão], o tema é a meta global de recursos dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Esse tema está minando a confiança no processo de negociação. Foi acordada [em 2015] a meta de US$ 100 bilhões, o que a gente já sabe que é muito pouco pela emergência climática. Mas, por não haver o cumprimento dessa meta até agora, esse tema está paralisando a possibilidade de outros acordos em outras áreas. É isto que a COP29 tem que entregar: quem vai pagar, quando e como.

Qual a melhor estratégia para financiar a transição energética e o combate às mudanças climáticas? Um dos grandes problemas, se não o maior, é fazer com que os recursos financeiros, que existem, fluam para países emergentes. É o grande tema que a gente colocou no G20. Há países em desenvolvimento que têm muita ambição climática, diria até muito mais do que alguns dos países desenvolvidos, mas não têm os meios e as finanças para implementar a sua ambição. É o caso brasileiro. O plano de transformação ecológica já mostra essa vontade política brasileira. A gente tem ambição, mas podíamos ir muito além. Como é que a gente faz fluir? O Fundo Clima é isso, é simbólico, ele já existia, e agora a gente conseguiu R$ 10 bilhões para ele.

Um dos grandes problemas, se não o maior, é fazer com que os recursos financeiros, que existem, fluam para emergentes. Há países em desenvolvimento que têm muita ambição climática, mas não têm os meios e as finanças para implementar a sua ambição

Mas os fundos dão conta? Vamos precisar de muitas outras [fontes]. Não é suficiente de jeito nenhum, não tenho dúvida. A reforma tributária é um passo na direção certa ao olhar para as finanças funcionais. O que a gente está subsidiando a mais e a menos. Esse debate está muito vivo aqui no Brasil, e esse processo de rever as políticas tributárias é fundamental. Mas não é um ou outro. Tem que fazer tudo ao mesmo tempo, porque a gente vive uma emergência.

Essa definição sobre a reforma tributária virá na regulamentação, quando entram disputas políticas... São novos instrumentos econômicos. Precisamos lembrar que a economia hoje reflete a consolidação de um processo histórico, de 300 ou 400 anos. Você não muda do dia para a noite. Na COP, falamos de "transitioning away", transição para o fim do combustível fóssil, mas essa transição para o fim do poder político do fóssil vai demorar provavelmente mais, porque é uma economia consolidada. Mas ter chegado a esse termo, que parece ingênuo, dá uma direção do que a gente está fazendo: mudar de uma economia que não era por mal, mas era baseada em combustível fóssil, e ir para uma renovável. Era economia linear, e agora estamos falando de economia circular. É um processo.

Não tenho dúvida de que esses novos lobbies da energia renovável vão se fortalecer com o tempo. E outros vão diminuir seu poder político. O grande problema é que a gente tem um inimigo maior, que é o tempo. Tem uma emergência climática acontecendo.

E vai dar tempo? Não temos um problema de direcionamento, ninguém quer colocar em risco a vida humana. O problema é quão rápido essa mudança acontece, como a gente acelera esses processos ao máximo. Sabemos que dinheiro é poder, e temos um hiperparceiro no Ministério da Fazenda. Então, se a gente conseguir fazer com que a economia dê os sinais certos, a gente tem esperança.

O setor de petróleo, inclusive a Petrobras, estima mais 20 ou 40 anos de uso de fósseis. É um tempo possível? A Agência Internacional de Energia nos deu um outro número, falou em até o fim desta década. A gente tem que ser guiado pela ciência. Agora [temos que pensar] que áreas dependentes de combustíveis fósseis podem ser redirecionadas mais rapidamente. Alguns produtos já têm substituto —por exemplo, o plástico de uso único— e outros talvez demorem mais porque não têm [substituto]. [Precisamos identificar] que áreas da produção e do consumo podem andar mais rápido.

E a ideia de usar os fósseis para financiar a transição energética? Essa ideia não surgiu no Brasil, a Noruega faz isso com o fundo soberano deles. Mas ali tem uma estratégia específica. Não estou falando que é certa, mas eles desenharam o fundo para isso. A gente, aqui, não. Se a proposta fosse "vou explorar o nosso petróleo para descarbonizar a economia como um todo, isso vai demorar cinco, dez anos, e, com esse recurso, vou substituir os plásticos primeiro, depois os carros, vou pagar para todo o mundo ter carro elétrico...", seria algo a ser debatido. Eu ainda não vi essa proposta aqui no Brasil.

Só acho que a gente não está mais nesse momento de achar que pode ter esse luxo [de seguir explorando]. Como falei, o nosso pior inimigo é o tempo. Se explorar, alguém vai usar.

No caso do Brasil, o mais importante para a diminuição da pegada de carbono são o desmatamento e a agricultura, que somam 75% das nossas emissões, e é onde a gente deve centrar. O desmatamento teve queda de 50% [na Amazônia em 2023], estamos fazendo nossa lição de casa.

O agronegócio e os agricultores amadureceram realmente muito, perceberam que são a primeira vítima da mudança do clima. Alguns anos atrás, ninguém poderia sonhar em um presidente falando em desmatamento zero. Era impensável.

Mas o combustível fóssil é 75% da poluição do mundo. É importante que o debate de energia aconteça no Brasil. O debate sobre energia no Brasil ainda não está nessa mesma maturidade. Mas, em outros países, esse debate está acontecendo. A Colômbia chegou a uma saída [que foi cortar os fósseis]. A Noruega, que tem um trabalho muito bom, não decidiu parar, continua explorando petróleo e, para os próximos 30 ou 40 anos, quer continuar. É uma escolha que cada país tem que fazer. A nossa decisão não é de um ministério, é do Conselho Nacional da Política Energética.

Mas o agro ficou fora do mercado regulado de carbono... É, e agora estão conversando e há possibilidade de repensarem. Está certo que as metodologias de mercado de carbono para a área de agricultura não são tão sofisticadas como na área de energia. E também é certo que, no mercado de carbono internacional, só dois países têm isso [o agro dentro do mercado regulado]. Mas no caso brasileiro é absolutamente fundamental que eles façam parte, desde o começo, dessa construção, mesmo que venham e aderir um pouco mais tarde.

Como serão aplicados os R$ 10 bilhões do Fundo Clima? O Fundo Clima tem seis áreas contempladas já decididas por um comitê. Mas, mais do que só ter dinheiro —que é fundamental—, quando falo de meios de implementação, é porque temos que ter bons projetos [submetidos ao fundo]. No ano passado, todo o recurso do fundo foi desembolsado, 100%. Para muitos projetos de energia renovável, ótimos, maravilhosos, mas a gente quer não financiar só energia. A gente precisa entrar em reflorestamento, bioeconomia, infraestrutura. Temos uma necessidade de pensar em outras áreas. A gente está conversando com o Tesouro, com a Fazenda, e mesmo com o BNDES, para construir um fundo para estruturação de projetos.

E esses R$ 10 bilhões são suficientes? Precisamos de muito mais. Mas você tem que começar [de algum patamar].

Estamos novamente falando de tempo. A velocidade é satisfatória? Não acho que, depois do governo que tivemos nos últimos anos, daria para acelerar mais do que a gente está acelerando.

O Novo PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] tem obras de grande impacto ambiental e prevê verba para os fósseis. Não é uma contradição no governo? Para as obras que seriam mais degradantes, como a BR-319 e a Ferrogrão [que cortam a Amazônia], foram criadas condicionantes de estudo, pesquisa... E o PAC trouxe a perspectiva climática para escolhas de municípios [contemplados], que é absolutamente inédito. É o suficiente? Precisa de mais? Óbvio, mas só de vincular a estudos é um ganho para a área ambiental.

As condicionantes são suficientes para garantir a sustentabilidade? É suficiente neste momento, faz parte de um processo.

Comunidades formam linha de frente na defesa de manguezais

Brasil tem a maior faixa contínua no mundo desse ecossistema, que é ameaçado por pesca predatória

No alto, manguezal próximo ao Quilombo Mangueiras, na comunidade da cidade de Salvaterra, na Ilha do Marajó; Roseti de Araujo, liderança do Quilombo do América Fotos Giovanna Stael/Folhapress

MANGUES AMAZÔNICOS

Tayguara Ribeiro e Ana Bottallo

ILHA DE MARAJÓ (PA) E BRAGANÇA (PA) Frequentemente nas notícias em todo o mundo pela sua imponente floresta, a amazônia é um bioma diverso, com vários ecossistemas distintos. Dentre eles, os mangues são pouco conhecidos, mas não menos importantes para o meio ambiente: é no norte do Brasil que se encontra a maior faixa contínua de manguezais do mundo.

Além de mais extensos, os manguezais amazônicos também são os mais bem preservados. Menos de 1% de toda a área de mangues na região, que é de cerca de 7.800 km², sofreu devastação nos últimos anos. Os manguezais se estendem do Amapá até o Maranhão, passando pelo litoral paraense. E boa parte dessa conservação se deve às comunidades tradicionais.

Manguezais são áreas estuarinas onde há o encontro da água doce dos rios com o mar. Em geral, a água é salobra, e a vegetação, composta predominantemente por espécies de mangue branco ou vermelho, capazes de expelir o excesso de sal por meio de estruturas nas suas raízes.

Neles também vivem diversas espécies de animais, como aves, peixes e crustáceos, como o caranguejo-uçá.

Os manguezais fornecem alimentação e renda para quilombolas, ribeirinhos, pescadores e indígenas. Além disso, são um importante local de captação de dióxido de carbono (CO_2), o que ajuda a combater o aquecimento global e diminuir a crise climática.

"O mangue é o nosso alimento. Aqui é área de mato, e a gente se alimenta porque o mangue está muito próximo. Tiramos nossa comida, nossos remédios [plantas medicinais]. No mangal, tiramos o caranguejo, o sururu [um tipo de mexilhão], o turu [molusco], e ainda tem o camarão, o peixe", diz Roseti do Socorro Melo de Araújo, presidente da Arquia (Associação Remanescente Quilombola do América), em Bragança (PA).

Segundo ela, todos sabem trabalhar com o caranguejo, com peixe e com os mariscos, inclusive as crianças.

"Hoje esse caranguejo está cada vez mais longe, mais difícil de pegar. Estão aterrando o mangal, jogando lixo. Grandes empresas vêm tirar pau do mangue para fazer andaime."

Não são raros os relatos de escassez de peixes. Isso tem ocorrido em razão da pesca predatória, praticada sem respeitar o ciclo reprodutivo dos animais, e da sobrepesca, com os animais sendo retirados do mar, vendidos em grande quantidade, muitas vezes para mercados externos.

"As grandes embarcações pegam até o peixe pequenininho em grande quantidade, para fazer isca. [Eles] não se preocupam como vai ser o amanhã", afirma Roseti.

As comunidades tradicionais estão na linha de frente na proteção dos manguezais, já que dependem deles para seu sustento —uma cambada, nome dado ao conjunto de 14 caranguejos adultos, é vendida por R$ 10, segundo Roseti.

Os moradores da região têm sido ameaçados e perseguidos por sua atuação, relata. A líder quilombola diz que a defesa da floresta de mangue vai desde cobrar os órgãos públicos por direitos básicos, como o reconhecimento da comunidade, até bater de frente com empresários.

"Queriam fazer criadouro de camarão no mangal. A gente se mobilizou porque sabia que isso iria nos prejudicar. Não íamos conseguir pegar o camarão, fazer o arrasto."

A carcinicultura, ou a criação de camarão em cativeiro, é uma fonte de renda para empresários na região Nordeste, onde grande parte dos manguezais já foi devastada. Para a construção dos tanques, é necessário destruir áreas intactas de manguezais. Essas e outras atividades, como a exploração da madeira dos mangues, ameaçam as comunidades e o ecossistema.

"A gente quer fazer uma casa, não usa o pau do mangal, usa madeira do cerrado. Ela tem uma forma de cortar que vai brotar novamente, a do mangue, não. Porque se a gente tirar a madeira no mangal o caranguejo não vai ter alimento. E quem é que vai sofrer? O empresário [no restaurante] não sabe de onde veio o caranguejo, ele só vai comer, mas alguém fez o sacrifício de pegar."

Uma das dificuldades para as comunidades ocorre no início do ano. Nos meses de janeiro, fevereiro e março é tempo do defeso do caranguejo. O período serve para que o animal possa se reproduzir, por isso, existem datas nas quais não é permitido coletar. As comunidades concordam que é importante proteger, mas cobram apoio financeiro.

Além do Quilombo do América, outra comunidade que depende dos manguezais para sua sobrevivência é a de Mangueiras, que fica no município de Salvaterra (PA), na Ilha do Marajó. Por lá, os moradores também atuam na proteção e manutenção do espaço.

Jéssica Melo de Oliveira, presidente da associação quilombola, conta que a comunidade e o manguezal vivem em harmonia. No local, além do caranguejo, os habitantes retiram o turu, tipo de molusco que tem como hábito se enterrar próximo aos troncos de árvores mais altas, o açaí e também plantas usadas na medicina tradicional.

"A floresta faz parte da nossa cultura. Quando a gente vai no posto e não tem uma medicação, buscamos no conhecimento dos [moradores] mais velhos. Temos indicações para picadas, dor de barriga, tudo que você imaginar", conta.

É por isso que, em muitas comunidades que vivem perto dos mangues, a fome não é um dos muitos problemas enfrentados. Acesso à saúde, disputas de terra, falta de oportunidades de emprego, violência, disponibilidade de escolas, transportes —são vários os desafios e necessidades.

"Essas famílias vão ao mangue buscar o seu alimento. Você está em São Paulo, vai a uma feira ou a um supermercado comprar a sua comida. Já as famílias quilombolas vão ao mangue buscar o seu almoço, a sua janta", resume Flávio Bezerra, pesquisador da UFPA (Universidade Federal do Pará).

Segundo ele, esse processo tem uma importância cultural, por ser símbolo do conhecimento das comunidades.

"Qual é a hora mais apropriada? Qual é o movimento da maré nesses mangues? Qual é a fase lunar? Como se aprende a colher o turu? Isso é um trabalho que envolve observação, que envolve um aprendizado dos jovens com os mais velhos" destaca.

Com foco na manutenção dos mangues, o governo federal criou no último dia 21 duas novas unidades de conservação na região do Salgado Paraense. Uma delas é a Reserva Extrativista Filhos do Mangue, em Primavera e Quatipuru. A outra é a Reserva Extrativista Viriandeua, em Salinópolis e São João de Pirabas.

+ Mangues amazônicos são tema de série

Esta é a primeira reportagem da série Mangues Amazônicos, que vai mostrar, em textos, fotos e vídeos, como as comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas são fundamentais para a resiliência desse ecossistema e da sua espécie mais emblemática, o caranguejo. O projeto tem apoio do Rainforest Journalism Fund do Pulitzer Center. Assista ao vídeo desta reportagem em folha.com/qxtsyk89.

Extensão dos mangues na costa amazônica

■ Mangues

GUIANA FRANCESA

Área dos manguezais: aprox. 369 mil ha
Extensão: 7.800 km, dos quais 7.210 km, ou 92%, são florestas de mangues
População: aproximadamente 22 mil famílias vivem na região

Amapá
oceano Atlântico
ilha de Marajó
rio Amazonas
rio Xingu
rio Tocantins
Pará
Maranhão
100 km

■ Mangues
■ Florestas e formações naturais
■ Agropecuária
■ Áreas urbanizadas

Fontes: ICMBio (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade) e Mapbiomas

A série de reportagens Mangues Amazônicos tem apoio do Rainforest Journalism Fund do Pulitzer Center

cotidiano

A endoscopista e a escritora

Rumei para a clínica onde ela iria me conhecer mais intimamente do que nunca

Giovana Madalosso
Escritora, roteirista e uma das idealizadoras do movimento Um Grande Dia para as Escritoras

Quis a vida que fosse assim: ela a endoscopista, eu a escritora. Desconfiamos do talento dela desde o dia em que nasceu, 11 anos depois de mim, a família surpresa ao ver sua mãozinha saindo pela primeira vez de dentro do cueiro, um membro demasiado grande e ágil para um recém-nascido. De cara, alguém já disse: vai ser pianista, sem imaginar que, no futuro, a menina preferiria usar seu dom para tocar tubos e conexões.

Foi para ela que eu, a escritora, preparei meu tubo nos últimos dias, tendo agendado a colonoscopia, exame que se torna necessário depois de a vida ter nos calejado por tantos ânus —me perdoem o irresistível e cretino trocadilho retal. Não queria decepcionar a minha irmã mais nova, a quem, graças à sua maturidade, venho chamando de irmã mais velha. Portanto, me esforcei para impressionar a minha irmã 11 anos mais nova mais velha, caprichando no jejum, tomando os medicamentos e, paralelamente, deixando a minha alma na privada.

Chegada a hora, rumei para a clínica, onde ela iria me conhecer mais intimamente do que nunca. Guardei minhas vestes no armário, deitei na maca e fiquei esperando por ela e pela anestesista.

Enquanto olhava ao meu redor, lembrei de quando ganhei o meu primeiro computador e convidei-a para usar um pouco. Ela devia ter uns oito anos. Abri um documento e disse que ali ela podia escrever ou desenhar, criar personagens e histórias. Pediu que eu esperasse. Logo voltou com um livro: O corpo humano. Começou a copiar uma lista de músculos, enumerados por algarismos. Fiquei indignada: pra quê copiar o que já existe, e ainda ipsis litteris? E ela: que chatice essa tua mania de ficar sempre inventando coisa.

Na sala da clínica, lembrei como somos diferentes: ela gosta de tênis, eu acho que raquete só serve para matar mosquito. Ela faz cerâmica, eu quebro tudo o que pego na mão. Ela é uma esgrimista para assuntos da vida prática, eu a mulher que sempre perde a data de vencimento dos boletos. As nossas profissões as maiores provas de que, em comum, só temos o nariz grande.

Logo depois ela entrou na sala. Tomou a minha mão, perguntando se eu estava tranquila para fazer o procedimento. Como não estaria? Nas vezes em que me joguei e caí, ela estava sempre lá embaixo segurando a rede de proteção. Quando me ralava por aí, ela sempre aparecia com um Mertiolate líquido ou metafórico. Que viessem os opiáceos. Que viesse a câmera transmitindo ao vivo o espetáculo do meu intestino. Disse para ela que sim, podíamos ir em frente.

A anestesista me picou. Naquele delicioso torpor onde não reina a supremacia das ideias recorrentes, percebi que sempre estive enganada. Ainda que eu trabalhe num bunker escuro cercada de livros e ela sob aquela luz cirúrgica, ainda que eu seja de humanas e ela de científica, ainda que eu prefira criar e ela copiar, na verdade temos trabalhos muito parecidos: somos ambas fascinadas pelo ser humano, pelas suas entranhas e até pela sua decadência; ela usa uma cânula para entrar, vasculhar e investigar o que vai dentro de cada um, eu faço o mesmo usando as letras.

DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | **TER. Vera Iaconelli** | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Relatório aponta compra de munição por menores de 18

TCU constatou essa e outras irregularidades durante a gestão Jair Bolsonaro

Raquel Lopes

BRASÍLIA Ao menos 2 milhões de munições foram vendidas irregularmente no país durante a gestão Jair Bolsonaro (PL), de acordo com relatório de auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União).

Segundo dados do Sicovem (Sistema de Controle de Venda e Estoque de Munições), utilizado pelo Exército, as munições foram adquiridas utilizando CPFs de menores de 18 anos, bem como de pessoas falecidas, além de não informar o devido número de registro da arma.

A auditoria mostrou ainda que o sistema permitiu a venda de munições em calibres diferentes dos relativos às armas registradas. Por exemplo, foi possível comprar munição de fuzil 5,56 mm usando o documento de uma arma calibre 22.

Homem em clube de tiro em São Paulo Marlene Bergamo - 22.jul.2022/Folhapress

Foram registradas 164 vendas a 151 CPFs de menores de 18 anos, além de 6.669 munições destinadas a pessoas falecidas. Outras 30.409 foram liberadas para armas que já constavam no sistema como perdidas, roubadas ou furtadas, e 267.993 munições foram destinadas a colecionadores e armas de acervo de coleção que, na prática, não podem ser usadas. Os dados foram organizados pelo Instituto Sou da Paz.

Segundo Bruno Langeani, consultor sênior da entidade, após os problemas de liberação de armas com registro no Exército para criminosos, o ponto mais grave é o das munições. "O sistema usado por lojistas é praticamente um formulário online, que aceita acriticamente qualquer informação fornecida, sem travas que previnam fraudes", disse.

Como a **Folha** mostrou em novembro de 2022, uma organização criminosa liderada por irmãos gêmeos no Maranhão foi acusada de despejar cerca de 60 toneladas de munição no mercado ilegal do Brasil. Essa organização só conseguiu agir devido a uma falha primária no Sicovem.

A investigação da Polícia Civil e da Promotoria do Maranhão apontou que membros da suposta organização introduziram por mais de um ano, de novembro de 2020 a março de 2022, informações falsas no sistema do Exército.

O Sicovem é um sistema usado pelo Exército para o controle em tempo real da venda de munição do fabricante a estabelecimentos comerciais e dos lojistas ao consumidor final, evitando possíveis desvios. Implantado em 2007 por portaria do Ministério da Defesa, o sistema pertence à CBC (Companhia Brasileira de Cartuchos), que praticamente monopoliza a venda de munições para uso não militar no país. Essa relação é criticada por especialistas.

"O Exército confia em usar um sistema da empresa, que se beneficia mais quanto maior for o volume de suas vendas, e que, portanto, não tem interesse em travar. Esse interesse deveria ser do poder público, representado pelo Exército", disse Langeani.

A falta de controle na venda de munições também foi discutida em audiência pública no último dia 19 na Comissão de Segurança Pública do Senado. Na ocasião, o diretor de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército, general Marcus Alexandre Fernandes, afirmou que a situação está sendo resolvida.

"Nós iniciamos o desenvolvimento de um sistema novo em 2021, ele não está finalizado. Falta pouco para termos um Sicovem com cruzamento de dados, a pessoa terá que entrar com o gov.br, e o CPF já vai ser buscado no site da Receita", disse. E acrescentou: "Vai ter acesso também à base de dados do Sigma [Sistema de Gerenciamento Militar de Armas], tendo acesso aos dados dos atiradores. A gente acredita que tão logo esse sistema esteja pronto nós consigamos resolver de forma definitiva esse ponto."

O líder da bancada da bala e presidente da Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado da Câmara, deputado Alberto Fraga (PL-DF), disse que houve negligência de membros do poder público, que precisam ser responsabilizados. "Me assusta o TCU fazer um relatório desses, ele tem que fiscalizar as contas, virou polícia? Nós temos que disciplinar para não acontecer esse tipo de coisa, disciplinar é uma coisa, marginalizar os atiradores é outra."

A **Folha** já havia mostrado outras irregularidades apontadas pelo TCU, entre elas que ao menos 8% das armas apreendidas por serem usadas em atividades criminosas no estado de São Paulo pertenciam a CACs (colecionadores, atiradores desportivos e caçadores). Além disso, 5.200 condenados pela Justiça conseguiram obter, renovar ou manter o registro de CAC no Exército entre 2019 e 2022. Eles respondiam principalmente a acusações por porte ou posse ilegal de armas, lesão corporal e tráfico de drogas.

Mãe morta em operação da PM em Santos queria ser enfermeira

Isabella Menon

SÃO PAULO No dia em que morreu, Edneia Fernandes Silva, 31, havia levado um dos seis filhos ao barbeiro e comprado ovos de Páscoa. Também tinha levado roupa para consertar em uma costureira, antes de se sentar na praça José Lamacchia, no bairro Bom Retiro, em Santos (SP), para conversar com uma amiga. E ali ela foi morreu, na última quarta-feira (27), baleada na cabeça durante uma operação policial.

Andréia Fernandes, irmã da vítima, conta que Edneia era religiosa e falava com a amiga sobre Jesus quando levou o tiro. "Ela era fiel ao senhor e foi atingida", diz.

Segundo Andréia, a irmã não costumava sair. "Onde ela morava é área de risco. Ela estava estudando para ser enfermeira e sair de onde morava. O sonho dela era não criar os filhos ali."

Segundo a SSP (Secretaria da Segurança Pública) do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos), policiais militares patrulhavam a região e teriam revidado um ataque a tiros de suspeitos quando Edneia foi atingida. À TV Globo testemunhas contestaram a versão oficial e afirmaram que houve apenas um disparo quando três motos da polícia passaram pelo local.

Procurada neste domingo (31), a SSP afirmou que não há novidades na investigação do caso.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Largou o curso de medicina para estudar sociologia

MYRIAN SEPÚLVEDA DOS SANTOS (1955 - 2024)

SÃO PAULO Myrian Sepúlveda dos Santos cursou dois anos de medicina, mas se descobriu como socióloga, pesquisadora e professora.

Dona de uma extensa carreira universitária, escreveu artigos e livros sobre identidade, políticas culturais, museus, Carnaval e relações raciais.

Myrian morreu no dia 17 de março após uma longa luta contra o câncer, deixando três filhos. Doze anos antes ela já havia superado o câncer de mama.

Largou o jaleco e, como pesquisadora, esteve à frente de projetos como o Museu do Cárcere, documentando o sistema penitenciário, e Museu Afrodigital Rio, onde há exposições sobre as memórias dos escravizados.

Graduou-se em história pela UFF (Universidade Federal Fluminense), concluiu mestrado em sociologia no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj) e, desde 2018, era professora titular da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

Em seu livro mais recente, "Memória Coletiva e Justiça Social", publicado em 2021 pela editora Garamond, Myrian destrinchou temas como a luta política de negros, indígenas e quilombolas. Também se debruçou sobre os movimentos de vítimas da ditadura em busca de reparação.

A socióloga é lembrada pelos colegas de profissão como uma intelectual, e os amigos a definem como uma mulher generosa.

"O Iesp-Uerj se solidariza com a família e os amigos e amigas da grande, generosa, solidária e afetuosa cientista social que foi Myrian Sepúlveda dos Santos", diz a nota de pesar do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj.

Rogério Souza, professor e pesquisador da Universidade Cândido Mendes, destacou no portal da Sociedade Brasileira de Sociologia que Myrian sempre esteve atenta também às discussões sobre as formas de inserção da mulher na academia.

Maria Inês Couto de Oliveira tem Myrian como uma irmã de alma. Ambas tinham 14 anos de idade quando se encontraram pela primeira vez em um colégio na Tijuca, na zona norte do Rio de Janeiro. "Somos amigas desde a primeira semana de aula. Nunca mais nos afastamos", afirma Maria Inês, emocionada.

A amizade resistiu às distâncias, como no período em que Myrian fez doutorado nos EUA, na New School for Social Research. "Em todas as vezes eu viajei para visitá-la", lembra.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Micro-ônibus desgovernado mata quatro em procissão no domingo de Páscoa em PE

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Um micro-ônibus desgovernado atropelou participantes de uma procissão em Jaboatão dos Guararapes (PE), na região metropolitana de Recife, na tarde deste domingo de Páscoa. Segundo o Corpo de Bombeiros, quatro pessoas morreram.

O acidente ocorreu no bairro Marcos Freire. O Corpo de Bombeiros foi acionado por volta das 17h e, por volta das 20h, informou que ainda contabilizava os feridos. Em nota, a prefeitura informou que a Paróquia do Perpétuo Socorro, que realizava a procissão, diz que são cerca de 20.

O veículo operava uma linha de transporte de passageiros saindo do bairro. Imagens divulgadas em redes sociais mostram que o micro-ônibus desceu a ladeira desgovernado na direção das vítimas. O motorista fugiu logo após o acidente, mas a prefeitura diz que já foi identificado.

"A prefeitura está colaborando para que as investigações transcorram com o devido rigor", afirmou. A Polícia Civil não havia respondido até a a conclusão da edição.

A Arquidiocese de Pernambuco divulgou um comunicado em solidariedade às vítimas e cobrando resposta das autoridades.

"Estamos à disposição para colaborar com as vítimas e seus familiares, auxiliando e contribuindo na superação desta fatalidade", afirma o texto. "Requeremos das Autoridades Públicas que a situação seja averiguada, com todos os envolvidos no acidente devidamente responsabilizados."

Em nota, o prefeito Mano Medeiros (PL) declarou estar profundamente abalado. A governadora Raquel Lyra (PSDB) falou nas redes. "Meus sentimentos aos fiéis e familiares vítimas do atropelamento ocorrido hoje durante procissão em Jaboatão", escreveu. "Triste em saber da notícia neste domingo de Páscoa."

HOSPITAL GERAL DE SÃO MATEUS "DR MANOEL BIFULCO"
ABERTURA

Acha-se aberto, no **Hospital Geral de São Mateus "Dr. Manoel Bifulco"** a licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90009/2024**, com fulcro na Lei nº 14.133de abril de 2024, referente ao **Processo nº 024.00003785/2024-71**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS PARA IMPRESSORA TERMO TRANSFERÊNCIA**. A data da abertura do certame será no dia **15/04/2024 às 10h00min**, através do sistema www.comprasnet.gov.br

---

COMPANHIA METALÚRGICA PRADA
CNPJ/MF nº 56.993.900/0001-31 - NIRE 35-3.0004858.0
Aviso aos Acionistas

A Companhia Metalúrgica Prada ("Companhia") informa que os documentos relacionados às demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 31 de dezembro de 2023 encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, na Rua Engenheiro Francisco Pitta Britto, nº 138, Jardim Promissão, São Paulo/SP - CEP 04.753-900, conforme determina o artigo 133 da Lei nº 6.404/76.
São Paulo, 29 de março de 2024 - **Diretoria**

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DA
Federação Nacional das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança – FENASES
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

A Comissão pró-fundação da **Federação Nacional das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança - FENASES**, convoca os representantes legais dos sindicatos integrantes da categoria econômica de Comercialização - Varejo e Distribuição, Prestação de Serviços, Projetos, Instalações, Manutenções, Monitoramento, Integração de Sistemas, Rastreamentos e Inspeção Técnica de Segurança, a nível nacional, das bases territoriais dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Ceará, Piauí, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espirito Santo, para comparecer à assembleia geral de fundação da entidade, a ser realizada no dia 17/05/2024, às 10:00 horas em primeira chamada e às 10:30 horas em segunda chamada, na Parkseg Academy, Rua dos Cisnes, 355, Cidade Universitária Pedra Branca, Palhoça/SC. A assembleia também será realizada de forma híbrida, permitindo participação remota através do link: https://meet.google.com/qtw-jeuq-eiw, para discussão e deliberação acerca da seguinte ordem do dia: 1. Aprovação da Fundação da **Federação das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança-FENASES**; 2. Aprovação do Estatuto Social da Federação; 3. Definição da forma de custeio da Federação; 4. Eleição e posse da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e Delegados Representantes da Federação junto a Entidade Sindical de Grau Superior; 5. Aprovação afiliar a Federação em Entidade Sindical de grau superior. Blumenau, 27 de março de 2024. Barbara Locatelli - Pela Comissão Pró-Fundação.

CIDADE DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA CAPELA DO SOCORRO**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela SUBPREFEITURA CAPELA DO SOCORRO, situada na Rua Cassiano dos Santos, 499, São Paulo, Capital, CEP 04827-110, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/SUB-CS/2024,** com critério de julgamento de menor preço DO ITEM, objetivando a prestação de serviços **Motofrete para entrega e coleta de pequenas cargas por meio de motocicletas, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, objetivando atender às necessidades da Subprefeitura Capela do Socorro, conforme especificações constantes do anexo II, Termo de Referência, deste edital.** A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (https://www.gov.br/compras) - UASG nº 925068, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado **o início da sessão às 9:30h do dia 15/04/2024.** Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar - Subprefeitura Capela do Socorro.

CIDADE DE SÃO PAULO — **EDUCAÇÃO**

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 03/DRE-IQ/2024 TIPO: MENOR PREÇO SEI N° 6016.2024/0012895-3. A DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO ITAQUERA torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade COTAÇÃO ELETRÔNICA, **na data de 11/04/2024, às 09 horas**. OBJETO: Contratação de arbitragem, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP. A sessão pública de processamento de Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo (a) Pregoeiro (a) com auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

CIDADE DE SÃO PAULO — **ESPORTE E LAZER**

Processo 6019.2023/0001854-0. I - DESPACHO À vista dos elementos que instruem este processo, em especial a decisão do **Tribunal de Contas do Município de São Paulo (100722426)** e a manifestação constante no documento **SEI nº 100729658, SUSPENDO,** sine die, o certame licitatório objeto da **Concorrência Presencial nº 021/2023,** o qual visa à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS, EXECUTIVOS E CONSTRUÇÃO DAS EDIFICAÇÕES, INCLUSO O COMISSIONAMENTO DA OPERAÇÃO, MANUAIS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ARENA REI PELÉ, para o fim de melhor atender às exigências e aos apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo. II - PROVIDÊNCIAS POSTERIORES: 1. Publique-se no Diário Oficial da Cidade, jornal de grande circulação e site da SEME. 2. Comunique-se a presente decisão ao E. TCM/SP. 3. Após, encaminhe-se à DGEE/DESM para as providências sequenciais.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024

Processo: 009/2024. OBJETO: Contratação de serviços comuns de empresa para prestação de serviços de Engenharia para Avaliações dos Bens Móveis e Imóveis com emissão dos Laudos de Avaliação para fins de Seguro Patrimonial a risco absoluto, com base norma da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas 14653, CFC – Conselho Federal de Contabilidade e CPC 46, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Edital: a partir de 01/04/2024 das 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30, no site www.gov.br/compras. Entrega das propostas: a partir de 01/04/2024 às 08h30, no site www.gov.br/compras. Visita até 11/04/2024. Abertura das propostas em 15/04/2024 às 09h30, no site www.gov.br/compras.

Patricia Nihari Arantes
Pregoeira

CIDADE DE SÃO PAULO — **ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS comunica que, a partir do dia 01/04/2024, na Divisão de Compras e Licitação, na Rua Líbero Badaró, 425 - 35º andar - Centro - São Paulo, das 08:00 às 17:00 horas (DF), telefone para informações: (11) 3291-9712, estará à disposição dos interessados o respectivo caderno de licitação para consulta e aquisição, até o último dia útil anterior à data designada para a sessão de abertura do aludido certame e nos endereços eletrônicos: https://epubli.prefeitura.sp.gov.br e https://gov.br/compras

PREGÃO ELETRÔNICO: 07/SMADS/2024 - PROCESSO: 6024.2023/0006897-9
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA EM ELEVADORES DE MARCAS VARIADAS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO, NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM UNIDADES ADMINISTRATIVAS E DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SMADS), DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PMSP), CONFORME SE ESPECIFICA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. **SESSÃO DE ABERTURA: 17/04/2024 às 14:00 horas (DF)**

PREGÃO ELETRÔNICO: 11/SMADS/2024 - PROCESSO: 6024.2024/0000313-5
OBJETO: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, REALIZADA NA FORMA ELETRÔNICA, PARA AQUISIÇÃO DE 150 UNIDADES DE KIT DE COMPUTADOR PADRÃO COM MONITOR, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SMADS), DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PMSP), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL.
SESSÃO DE ABERTURA: 16/04/2024 às 10:00 horas (DF)

CIDADE DE SÃO PAULO — **SAÚDE**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/mdepublicontrolador.php?acao=negociospesquisar

PROCESSO: 6018.2024/0004632-0 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90192/2024-SMS.G, do tipo menor preço, processo nº **6018.2024/0004632-0**, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE ABAIXADOR DE LÍNGUA; BANDAGEM ELÁSTICA; PASTA PARA ELETROENCEFALOGRAMA E ALGODÃO HIDRÓFILO.** A abertura/realização da sessão pública do pregão que ocorrerá a partir das 10:00h do dia 10 de abril de 2024, a cargo da 15ª Comissão Permanente de Licitações.

PROCESSO: 6018.2023/0096186-7 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90202/2024-SMS.G, do tipo menor preço, processo nº 6018.2023/0096186-7, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO INSUMOS SANEANTES I. A abertura/realização da sessão pública do pregão que ocorrerá a partir das 10:00h do dia 16 de abril de 2024, a cargo da 15ª Comissão Permanente de Licitações.

PROCESSO: 6018.2024/0023194-1 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2024-SMS.G, do tipo menor preço, processo nº 6018.2024/0023194-1, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE CORANTES PARA OTIMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NEUROCIRÚRGICOS COM O AUXÍLIO DE MICROSCOPIA. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das10h00min, do dia 11 de abril de 2024, a cargo da 18ª CPL/SMS.

PROCESSO: 6110.2024/0001520-3 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90208/2024-SMS.G, do tipo menor preço, processo nº 6110.2024/0001520-3, destinado ao Registro de Preços objetivando o fornecimento de materiais de OPME de Próteses Vasculares com entrega em consignação, necessários para o atendimento de cirurgias na especialidade de Vascular, a serem utilizados nas Unidades Hospitalares pertencentes à SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SP, para o período de 12 (doze) meses. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 9h, do dia 11 de abril de 2024, a cargo da 3ª CPL/SMS.

PROCESSO: 6018.2023/0059081-8 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90209/2024-SMS.G, do tipo menor preço, processo nº 6018.2023/0059081-8, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DRENO DE KHERR (SONDA T). A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00min, do dia 11 de abril de 2024, a cargo da 12ª CPL/SMS.

PROCESSO: 6018.2024/0022501-1 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90206-SMS.G, do tipo menor preço, processo nº 6018.2023/0080779-5, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DIVERSOS 77. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00min do dia 15 de abril de 2024, a cargo da 5ª CPL/SMS.

PROCESSO: 6018.2024/0012476-2 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90207/2024-SMS.G, do tipo menor preço, processo nº 6018.2024/0012476-2, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DIVERSOS 37. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00min do dia 16 de abril de 2024, a cargo da 5ª CPL/SMS.

Santander — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**
1º LEILÃO: 11 de abril de 2024, às 14h30min *. 2º LEILÃO: 15 de abril de 2024, às 14h30min *. *(horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Abílio Soares, 318 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que levará à PÚBLICO LEILÃO de modo somente ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, [illegible] ALESSANDRA ALMEIDA DA SILVA [illegible] JEAN CARLOS DA SILVA [illegible] **R$ 339.650,14** [illegible] line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL NO SITE: www.portalzuk.com.br Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 21773).

Santander — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE** — SOLD LEILÕES
1º LEILÃO: 11 de abril de 2024, a partir das 11h10min
2º LEILÃO: 12 de abril de 2024, a partir das 15h10min (horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que levará à PÚBLICO LEILÃO de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, [illegible] ANA KARINA DE ANDRADE MATHEUS/SERGIO MURILO MATHEUS [illegible] **R$ 264.418,59 (duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e nove centavos)** [illegible] **R$ 195.624,31** [illegible] (Dossiê 02.21709)

Santander — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE** — SOLD LEILÕES
1º LEILÃO: 11 de abril de 2024, a partir das 10h20min
2º LEILÃO: 12 de abril de 2024, a partir das 14h20min (horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que levará à PÚBLICO LEILÃO de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, [illegible] (s) Fiduciante(s) RODRIGO AUGUSTO JUNIOR, maior, inscrito no CPF nº 449.661.128-66, no dia 11 de abril de 2024, a partir das 10h20min em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 294.760,44 (duzentos e noventa e quatro mil, setecentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos)**, o imóvel matriculado sob nº 7.935 do Oficial de Registro de Imóveis de Miguelópolis/SP, constituído por Casa residencial situada na Rua Antonio Bento Peixoto, nº 218, Centro, em Miguelópolis/SP, com área de terreno de 277,50 m² e área construída de 66,71m²(100,00m² conforme IPTU). Cadastro Municipal: 198.210.021. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.06 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **12 de abril de 2024, a partir das 14h20min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 171.195,83 (cento e setenta e um mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta e três centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão. Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.21692)

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O **CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA**, usando de sua competência legal, CONVOCA Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - EIA/RIMA do empreendimento **"LOTEAMENTO NOVA PORTO FELIZ"**, de responsabilidade da Constal Empreendimentos Imobiliários Ltda conforme processo IMPACTO 226/2022 (e-ambiente CETESB de nº 066695/2022-73, **que se realizará no dia 16 de abril de 2024, às 17 horas, na "Estação das Artes" da cidade de Porto Feliz-SP, Rua Benedito Lisboa nº 15, Centro, Porto Feliz-SP.**

As **INSCRIÇÕES** serão feitas **PRESENCIALMENTE**, a partir das 16h no **local da respectiva Audiência Pública**, na recepção do evento.

Os estudos estarão à disposição dos interessados a partir do dia **26 de fevereiro**, de **segunda à sexta-feira, das 10h às 16h**, nos seguintes locais:

- Casa do Empreendedor de Porto Feliz - Rua Ademar de Barros nº 320, Centro.
- Biblioteca Municipal de Porto Feliz- Praça Eugênio Mota nº 85, Centro.

A **cópia eletrônica** do EIA/RIMA também poderá ser encontrada na seguinte página eletrônica: https://cetesb.sp.gov.br/licencamentoambiental/eia-rima/

INFORMAÇÕES:
Consema - Tel: (11) 3133-3622 | E-mail: consema@sp.gov.br
Constal – Tel: (15) 2107-7389 | E-mail: constal@constal.com.br

---

CIDADE DE SÃO PAULO — **EDUCAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Educação está realizando a **Consulta Pública nº 90002/SME/2024,** em atendimento ao Decreto Municipal nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022, para colher subsídios que poderão ser utilizados na elaboração do Edital visando a Parceria na modalidade Termo de Colaboração para execução de atividades do serviço de apoio escolar psicossocial (SAEPS) para a melhoria das condições de permanência, aprendizagem e desenvolvimento dos bebês, crianças e adolescentes da Rede Municipal de Ensino. A Minuta de Edital estará disponível para exame e eventuais sugestões até as **16h** do dia **29/04/2024**, no site www.diariooficial.prefeitura.sp.gov.br e na SME/COMPS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - sala 316 - Vila Clementino. As eventuais sugestões poderão ser encaminhadas através do e-mail smelicitacao@sme.prefeitura.sp.gov.br, por telefone (11) 3396-0517 ou protocoladas no endereço supra, dentro do prazo e horário estipulados. Visando dar atendimento ao disposto no § único do Artigo 21 da Lei nº 14.133/2021, solicitamos providenciar a sua publicação, pelo menos uma vez, em jornal diário de grande circulação.

DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Acha-se aberta no Departamento de Águas e Energia Elétrica – UASG: 262101, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90001/2024 - DAEE, Processo nº 137.00001852/2024-54, do tipo menor preço, objetivando a Execução de serviços de limpeza, desobstrução e desassoreamento de corpos hídricos na bacia do Rio Pinheiros no Município de São Paulo – SP. A abertura das propostas dar-se-á no dia 19/04/2024 às 10h00, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br. Os interessados poderão consultar o Edital completo nos sites www.imprensaoficial.com.br (opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS"); www.pncp.gov.br ou www.daee.sp.gov.br.

DAEE — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO — SÃO PAULO SÃO TODOS

NESP EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S/A
CNPJ/MF Nº 25.198.407/0001-04 – NIRE Nº 35300493222
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **NESP EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S/A** para se reunirem em assembleia geral ordinária, a se realizar às **14h30 do dia 16 de abril de 2024,** na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132, Bloco B, sala 1110A, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05314-000, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: a) apreciar as contas da diretoria relativas ao último exercício social findo em 31/12/2023; b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; c) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; e, d) apreciar o relatório de gestão e informações dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria relativo ao exercício social findo em 31/12/2023. A assembleia geral ordinária será realizada de forma presencial e também por meio digital, mediante a disponibilização de link de acesso aos acionistas, nos termos previstos no artigo 5º, parágrafo único da Lei nº 14.010/2020, de modo a respeitar as restrições de ordem sanitárias e preservar os riscos à saúde dos acionistas. Nos termos do artigo 16º do estatuto social, o acionista poderá fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador, constituído na forma do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.

São Paulo, 01 de abril de 2024.
NESP EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S/A
HELENO MASPOLI VERUCCI
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NESP S/A – NOVO ENTREPOSTO DE SÃO PAULO
CNPJ/MF Nº 25.099.778/0001-20 | NIRE Nº 35300492722
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **NESP S/A – NOVO ENTREPOSTO DE SÃO PAULO** para se reunirem em assembleia geral ordinária, a se realizar às **15h30 do dia 16 de abril de 2024,** na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132, Bloco B, sala 1110B, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05314-000, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: a) apreciar as contas da diretoria relativas ao último exercício social findo em 31/12/2023; b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; c) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; e, d) apreciar o relatório de gestão e informações dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria relativo ao exercício social findo em 31/12/2023. A assembleia geral ordinária será realizada de forma presencial e também por meio digital, mediante a disponibilização de link de acesso aos acionistas, nos termos previstos no artigo 5º, parágrafo único da Lei nº 14.010/2020, de modo a respeitar as restrições de ordem sanitárias e preservar os riscos à saúde dos acionistas. Nos termos do artigo 16º do estatuto social, o acionista poderá fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador, constituído na forma do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.

São Paulo, 01 de abril de 2024.
NESP S/A – NOVO ENTREPOSTO DE SÃO PAULO
SÉRGIO FRANCISCO BENASSI
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CIDADE DE SÃO PAULO — **SAÚDE**

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta na **COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE**
PREGÃO ELETRÔNICO, **nº 90003/2024/CRSN -** Processo SEI **nº 6018.2024/0006982-6**
Objetivando a **AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS 02, para atender as necessidades da Coordenadoria Regional de Saúde Norte.**
Download do edital: https://www.gov.br/compras e https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar - A realização da sessão ocorrerá às **09:00 horas do dia 11/04/2024** ou poderá ser adquirido mediante o recolhimento de taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo, nos termos da legislação vigente, junto ao Setor de Compras/Licitações da Coordenadoria Regional de Saúde Norte, local de realização do pregão, sito à Rua Paineira do Campo, 902 - Santana - CEP 02012-040.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA — taba

ELIDILEI DE OLIVEIRA MARTINS, leiloeiro oficial, inscrito na JUCESP nº 1409, com escritório à Rua Libero Badaró, 377 – Centro, São Paulo/SP, autorizado pelo(a) Credor(a) Fiduciário(a): Cooperativa de Crédito Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - **SICREDI Centro Oeste Paulista**, CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-38, com sede na Avenida Rio Branco nº 1153, Centro, Marília/SP, conforme Cédula de Crédito Bancário nº C21730684-4, emitida em 24/02/2022, na qual figuram como **Devedores Fiduciantes: RICHARD ALEX DE OLIVEIRA**, empresário, portador do RG nº 21.887.543-5 SSP/SP e do CPF/MF nº 215.103.728-22 e seu cônjuge **CLAUDIA REGINA BORGES DE OLIVEIRA**, cabeleireira, portadora do RG nº 30.889.227 SSP/MS e do CPF/MF nº 264.423.218-00, ambos brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Robson Rodrigues Modonese nº 11-45, Novo Jardim Pagani, Bauru/SP, CEP: 17024-420 e como **Devedor(es) Garantidor(es): R.A. DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE VEÍCULOS**, sociedade comercial inscrita no CNPJ/MF nº 12.244.441/0001-18, com sede na Avenida Nações Unidas, Quadra 23-55, Vila Nova Cidade Uni, Bauru/SP, CEP: 17012-202, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente On-line, do(s) imóvel(is) abaixo descrito(s), nas datas, hora e local infracitados, dentro dos parâmetros e na forma da lei 9.514/97. Local da realização dos leilões: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.tabaleiloes.com.br; Descrição do(s) imóvel(is): **UMA RESIDENCIAL UNIFAMILIAR,** com 180,15m² de área construída, no Loteamento denominado **Residencial Villa de León**, na **Rua Catalunha, nº 126** (antiga rua 07), Piratininga-SP – CEP: 17499-310 e seu respectivo terreno (L-13 da Q-F), com 300,00m². Imóvel objeto da **Matrícula nº 9.529 do Ofício de Registro de Imóveis e Anexos de Piratininga/SP. Inscrição Municipal**: 8.242. **OBS**: i) Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do artigo 30 da Lei 9.514/97. Datas dos leilões: >1º Leilão: **23/04/2024** - 10:00hs, valor: R$ 1.041.000,00. >2º Leilão: **25/04/2024** – 10:00hs, valor: R$ 546.952,00. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. Para as demais condições para participação e informações sobre o Leilão, favor consultar o Edital completo no site www.tabaleiloes.com.br ou pelo telefone (11) 3249-4680 e também via e-mail: contato@tabaleiloes.com.br.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
C.N.P.J. 60.633.674/0001-55
Cotação - Processo IPT Nº DL00188.2024 - RC94327.2024

Objeto: Manutenção Preventiva do Sistema de Purificação de Água por Osmose Reversa, Equipamento: Modelo OS 100HD CEDI, Marca GEHAKA; número de série: 14695501001001).
Publicação para o dia: 01.04.2024
Data Final para apresentação de proposta: 03.04.2024 até as 17:00h.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone/e-mail: (11) 3767-4039 - sonia@ipt.br - Departamento de Compras.

PECINI LEILÕES — **EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE**

DATA: 1º Público Leilão: 08/04/2024, às 11h00 | 2º Público Leilão: 10/04/2024, às 11h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 2108, 21º ANDAR DO BLOCO Nº 02 - EDIFÍCIO ESTAR, integrante do empreendimento "RESIDENCIAL AUTÊNTICO"**, situado na Rua das Palmeiras, nº 650, Vila Moreira, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: privativa de 81,5800m²; comum de 34,9496m² (já incluído o direito ao uso de 01 vaga de garagem, em lugar indeterminado); total construída de 116,5296m²; FIT de 17,5227m² ou 0,3421% no terreno e nas demais coisas de uso comum. Matrícula Imobiliária nº 108.631 do 1º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 111.74.34.0001.02.084. Consolidação da Propriedade em 08/03/2024. **Valores**: **1º Leilão: R$ 541.865,68**. **2º Leilão: R$ 729.400,47**. **Encargos do Arrematante**: **i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **iv)** Na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de Condomínio e IPTU vencidos antes dos leilões; **v)** Verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **vi)** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vii) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Ficam os Devedores Fiduciantes **SANTIAGO ANTÔNIO FUMAGALLI**, CPF nº 007.800.319-97 e **NADIA FUMAGALLI ANTONIO**, CPF nº 051.759.531-17, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail: contato@pecinileiloes.com.br; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES — **EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES *ONLINE***

DATA: 1º Público Leilão: 09/04/2024, às 15h00 | 2º Público Leilão: 11/04/2024, às 15h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 1.112, TIPO "3", 11º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 02, INTEGRANTE DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL THE GATE**, situado na Rua Dona Tecla, nº 602, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: Privativa Total de 74,8000m²; Comum de Divisão Não Proporcional de 26,8095m²; Comum de Divisão Proporcional de 20,8098m², composta de 12,6409m² de área padrão de construção do condomínio e 8,1689m² de área descoberta; Total de 122,4193m²; FIT de 14,8842m² no terreno e o coeficiente de proporcionalidade de 0,2381% nas demais coisas de uso comum, vinculado o direito ao uso de 1 (um) depósito e de 01 (uma) vaga indeterminada, localizados na garagem coletiva do condomínio. Matrícula Imobiliária nº 164.346 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.64.34.0536.00.000 (área maior). Obs: Inscrição não individualizada para o imóvel. Consolidação da Propriedade em 15/03/2024. **Valores**: **1º Leilão: R$ 624.518,47. 2º Leilão: R$ 759.125,73. Encargos do Arrematante**: **i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU vencidos antes e após as datas dos leilões; **iv)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **v)** Na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de Condomínio vencidos antes dos leilões; **vi)** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vii) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Ficam os Devedores Fiduciantes **ANDERSON UYNNE ERNANDES**, CPF nº 172.654.358-77 e **MONICA BECARI**, CPF nº 262.102.978-70, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponíveis no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail contato@pecinileiloes.com.br; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary nº 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CNPJ 71.832.679/0001-23

AVISO AOS ACIONISTAS

Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao encerramento do exercício social de 2023, acham-se à disposição dos Acionistas desta Sociedade em sua sede localizada na Rua Boa Vista, nº 162, 6º andar, nesta Capital. São Paulo, 25 de março de 2024.

PEDRO TEGON MORO
Diretor Presidente

História de sobrevivente da bomba atômica vai virar filme

Takashi Morita, que tem 100 anos de idade, sobreviveu ao ataque de 1945 e se mudou para o Brasil há 68 anos

Vicente Vilardaga

SÃO PAULO O relojoeiro japonês Takashi Morita, de 100 anos, é um hibakusha. O termo significa literalmente vítima da bomba atômica. Ele estava em Hiroshima às 8h15 do dia 6 de agosto de 1945, quando o artefato nuclear apelidado de Little Boy, com 72 quilos de urânio 235, caiu sobre a cidade matando imediatamente cerca de 70 mil pessoas e afetando outras dezenas de milhares. Foi o marco do fim da Segunda Guerra Mundial.

Morita, que chegou ao Brasil em 1956, integrava o exército japonês. Tinha 21 anos e sofreu um ferimento grave no pescoço. Ele diz que só sobreviveu porque usava uma farda grossa —era um dia quente e todos vestiam roupas leves— e porque não bebeu água nem comeu nada naquele dia.

A vida de Morita, que atualmente vive numa clínica de idosos na Vila Mariana (zona sul), rendeu um livro autobiográfico, "A Última Mensagem de Hiroshima: O que Vi e como Sobrevivi à Bomba Atômica", e vai virar o filme curta-metragem "Alma Errante – Hibakusha", de Joel Yamaji.

Quando chegou aqui, Morita já era casado e com dois filhos. "Me falaram que o Brasil era um paraíso, e eu acreditei."

O governo japonês só passou a reconhecer a existência de sintomas de doenças decorrentes da radioatividade da bomba em 1957, 12 anos depois, mas sem assumir a responsabilidade de cuidar de enfermos e descendentes.

Só em 1983 o governo se prontificou a oferecer indenização de 25 mil ienes mensais (R$ 821) às vítimas que viviam no Japão. Quem havia emigrado continuava sem direitos. Entre os problemas que eventualmente afligem hibakushas e seus descendentes estão vários tipos de câncer, catarata e problemas de tireoide.

Morita passou os últimos 40 anos lutando pelos hibakushas. E transformou-se em um militante contra as guerras.

Em 1984, ajudou a criar a Associação dos Sobreviventes da Bomba Atômica, que funcionava em cima de sua mercearia no bairro da Saúde. Na ocasião foram reunidos 70 membros, mas em poucos meses o número saltou para 300.

O objetivo era conseguir direitos semelhantes às pessoas que viviam no Japão ou, pelo menos, assistência médica para as famílias. Foi então proposto que os tratamentos de saúde fossem realizados no Japão —o governo japonês se propunha a pagar a viagem, mas muitos hibakushas alegaram não ter condições físicas de fazê-la. O assunto foi parar na Justiça e só em 2005 as vítimas da bomba que viviam em outros países conseguiram um pequeno auxílio para tratar da saúde.

A partir de 2008 a entidade que representa essas vítimas passou a ser chamar Associação Hibakusha Brasil pela Paz, devido à influência pacifista de Morita. Segundo Junko Watanabe, 81, representante da organização, há atualmente 63 hibakushas vivos no Brasil.

Takashi Morita vive hoje em São Paulo Zanone Fraissat/Folhapress

equilíbrio

'Jovens senhoras' abrem mão de rolês que não têm lugar para se sentar

Mulheres também dão preferência a passeios diurnos e hobbies manuais como crochê e aproveitam tempo de qualidade em casa

TODAS

Raíssa Basílio

SÃO PAULO Cada geração tem sua particularidade, mas há certos comportamentos que podem se interseccionar. O fenômeno das jovens senhoras atinge millennials e geração Z. São as mulheres que deixam baladas de lado e preferem atividades caseiras ou bares que tenham sempre onde sentar.

A expressão "jovem senhora" nasceu na internet e agora é uma forma de descrição para quem escolheu um estilo de vida que seria considerado o de uma pessoa mais velha, em outra época. Esse movimento valoriza também a saúde e o bem-estar, considerando aspectos físicos, emocionais, mentais e ambientais, e atividades manuais, como bordar, fazer crochê e cozinhar.

Isabela Borrelli, 30, gosta de dormir cedo e de fazer crochê Raíssa Basílio/Folhapress

A editora Isabela Borrelli, 30, conta que se considerava uma jovem senhora antes mesmo de o termo se popularizar. "Eu sempre tive alguns interesses que são mais associados a essa ideia de senhora ou de avó", conta.

"Há alguns anos, comecei a fazer trabalhos manuais, aprendi crochê no YouTube e adorei. Também sempre fui uma pessoa muito cansada, desde a adolescência. Nunca gostei muito de vida noturna. Gosto muito de dormir cedo e acordar umas 6h. Posso ver o sol raiar, passar o café, fazer um crochê enquanto assisto a alguma coisa ou leio um livro."

De acordo com Vitor Coelho, especialista em tendências na WGSN América Latina, empresa líder em tendências de comportamento e consumo, 35% da geração Z dos EUA e do Reino Unido relatam interesse em cozinhar, acima dos 21% registrados em 2019. "Essa geração presta cada vez mais atenção ao que come e ao que bebe", afirma.

E acrescenta: "Em termos práticos, vemos o decrescimento da ingestão de álcool, uma redefinição da alimentação caseira, o crescimento dos snacks e o consumo consciente, tanto de produtos com selos sustentáveis quanto aqueles para dietas restritivas".

"Eu me considero uma jovem senhora porque não costumo praticar as mesmas atividades ou frequentar os mesmos lugares que as pessoas da minha idade. Não vou a bares, baladas e não bebo", conta Mariane Silva, 31, designer gráfica.

O grupo das jovens senhoras aumentou em número de adeptas após a pandemia, quando houve uma mudança social e comportamental, apontam as especialistas Vanessa Amorim, psicóloga com foco em terapia cognitiva-comportamental, e Simone Jorge, doutora em ciências sociais e professora universitária.

Tais transformações são também influenciadas por dificuldades econômicas —parte da geração com mais de 30 anos vive na casa dos pais, onde podem juntar dinheiro e ter uma vida confortável.

"Esse movimento começou em 2008 com a crise econômica. A gente vive uma crise geracional em que os nossos pais, os nossos avós, tinham mais facilidade de comprar um imóvel, de pagar sua própria universidade, e isso foi ficando cada vez mais difícil", afirma a psicóloga Vanessa Amorim.

"Eu prefiro rolês que não sejam de virar a noite, principalmente porque tem que pegar transporte público. Eu canso rápido das coisas e das interações sociais, então prefiro que dê para ir embora logo", conta Luisa Marcelino, 23, designer editorial. Ela destaca também a importância de ter lugar para sentar e o que comer nos lugares que frequenta.

> **"Nunca gostei muito de vida noturna. Gosto de dormir cedo e acordar umas 6h. Posso ver o sol raiar, passar o café, fazer um crochê enquanto assisto a alguma coisa ou leio um livro**
>
> **Isabela Borrelli**
> editora

Mariane assina embaixo —conta que prefere ir a lugares mais intimistas e que tenham sempre onde sentar. Ela diz que o conceito de jovem senhora também está ligado aos seus hobbies.

"Gosto de praticar atividades manuais, tipo bordado, aproveitar a paz do lar para poder assistir a filmes, séries, aproveitar esse aconchego de lar", afirma.

Isabela Borrelli diz ser a pessoa que vai rejeitar qualquer rolê em que precise ficar horas em pé. Só abre exceções para alguns shows, mas conta que leva sempre um remédio para dores na bolsa. "Se não tiver um lugar onde sentar, eu vou ficar com dor na lombar, é muito desagradável, não gosto", diz a editora.

O mesmo vale para bebida alcoólica, algo que Borrelli nunca apreciou muito. O álcool, ela diz, interfere na sua rotina e estilo de vida, que prioriza atividades tranquilas e saudáveis e prática regular de exercícios físicos.

Ao analisar o fenômeno, a psicóloga Vanessa Amorim lembra que a pandemia trouxe fobia social, sedentarismo e dificuldades de relacionamento devido ao isolamento e à dependência da tecnologia. E que esses comportamentos refletem mudanças significativas na forma como os jovens encaram a vida, buscando alternativas mais conscientes.

Otero comemora seu gol, que deu a vitória ao Santos na primeira partida da decisão do Paulista Guilherme Dionizio/Agência O Globo

Santos se impõe e sai na frente na decisão do Paulista

Equipe alvinegra vence o Palmeiras por 1 a 0 na primeira partida da final

SÃO PAULO Está em vantagem o Santos na decisão do Campeonato Paulista. A equipe alvinegra teve uma boa atuação na noite de domingo (31), na Vila Belmiro, em Santos, e venceu o primeiro jogo da final estadual. Otero, de cabeça, completando boa jogada de Guilherme, definiu a vitória por 1 a 0 da formação do litoral sobre o Palmeiras.

A competição será definida no próximo domingo (7), no Allianz Parque, em São Paulo, onde um eventual empate beneficiará o clube preto e branco. Atual bicampeã, a agremiação alviverde terá de ganhar por ao menos dois gols de diferença ou triunfar por um e brigar pelo tri em uma disputa por pênaltis.

Na Vila, houve equilíbrio na etapa inicial. O Santos tomava a iniciativa e controlava a bola na maior parte do tempo, porém enfrentava a ameaça das chegadas rápidas e objetivas do Palmeiras, que teve a melhor chance construída antes do intervalo: aos cinco minutos, Flaco López recebeu de Endrick em contra-ataque, na frente de João Paulo, e não conseguiu tirar a bola do alcance do goleiro.

Embora não tenham conseguido uma oportunidade tão clara antes do intervalo, os donos da casa tiveram volume de jogo e chegaram com perigo à área do rival. Guilherme causava problemas ao adversário pela ponta esquerda, onde achou espaço para três finalizações, mas os times desceram ao vestiário sem gols.

A única alteração para o segundo tempo —realizada ainda no finzinho do primeiro, por lesão— foi a presença de Morelos no ataque alvinegro, no lugar de Julio Furch. O panorama, no entanto, não mudou, e o Santos voltou a apostar nos avanços pelo lado esquerdo, onde encontrou o caminho para a rede.

Aos três minutos, Guilherme recebeu de Pituca no mano a mano com Marcos Rocha, driblado com facilidade. O cruzamento chegou à entrada da pequena área. Piquerez cochilou e permitiu que Otero cabeceasse livre, ainda que no meio do gol. Weverton preferiu arriscar o canto esquerdo e viu o placar apontar 1 a 0.

O Palmeiras tinha bastante dificuldade e vivia seu pior momento no embate, o que levou Abel Ferreira a fazer três substituições de uma vez, aos 20: entraram Richard Ríos, Lázaro e Rony nas vagas de Zé Rafael, Endrick e Flaco López. Fábio Carille respondeu trocando Giuliano e Otero por Cazares e Pedrinho.

Abel ainda apostou em Vanderlan e Estêvão, e o Palmeiras conseguiu estabelecer alguma pressão nos 15 minutos derradeiros. Rony apareceu bem para finalizar duas vezes, errando o alvo em uma e parando em João Paulo em outra. O goleiro voltou a aparecer bem para impedir gol contra de Felipe Jonatan, e o Santos terminou a primeira perna da decisão em vantagem.

"Feliz pelo resultado. A gente fez uma preparação muito boa para uma vitória dentro de casa, com nossa torcida. Mas não conseguimos nada. Temos 90 minutos lá e precisamos continuar com a mesma humildade para conquistar o título", afirmou Otero.

"É um jogo de 180 minutos. Perdemos o primeiro tempo. Vamos estar com nossa torcida para ser campeões", respondeu Luan.

Os clubes chegaram à decisão do Paulista em momentos bem diferentes de suas histórias. Enquanto o Palmeiras acumula títulos nos últimos anos, o Santos passa pelo pior período de sua existência.

Rebaixado à Série B do Campeonato Brasileiro pela primeira vez em dezembro passado, a equipe do litoral vê nesse troféu uma espécie de trampolim de volta à normalidade.

O descenso no campeonato nacional, afinal, "coroou" anos péssimos.

Em 2021, 2022 e 2023, o clube nem sequer passou de fase no Paulista —chegou até mesmo a flertar com o rebaixamento também no estadual.

O desempenho no ano passado foi tão ruim que a equipe não conseguiu nem mesmo se classificar para a Copa do Brasil deste ano.

Assim, o Santos disputa em 2024, além do Paulista, apenas a Série B.

A gestão mudou, mas a situação do clube continua dificílima do ponto de vista administrativo. Empossado em janeiro, o presidente Marcelo Teixeira encontrou uma dívida na casa dos R$ 700 milhões, com várias cobranças de curto prazo, e recorreu a vendas de atletas —como Marcos Leonardo, negociado com o Benfica por 18 milhões de euros (cerca de R$ 97 milhões)— por algum fôlego.

Conseguiu montar um elenco que se mostrou competitivo para a disputa estadual, apostando em jogadores como os experientes Gil e Giuliano, desprezados pelo rival Corinthians. Dirigido por Fábio Carille, o grupo obteve a segunda melhor campanha da primeira fase, antes de derrubar Portuguesa e Bragantino rumo à final.

Já o Palmeiras, atual bicampeão paulista, o Palmeiras retornou à decisão quase em piloto automático, com uma continuidade de elenco e comissão técnica sem paralelo no futebol brasileiro nesta década. O clube chegou à cisão do estadual nas últimas cinco edições, com Abel Ferreira à frente em quatro delas.

Além disso, conquistou, desde a chegada do treinador português, no fim de 2020, duas Libertadores (2020 e 2021), uma Copa do Brasil (2020) e dois Campeonatos Brasileiros (2022 e 2023).

Elsa/Getty Images/AFP

SINNER BATE DIMITROV NA FINAL E CONQUISTA O ABERTO DE MIAMI

O italiano Jannik Sinner, 22, venceu o búlgaro Grigor Dimitrov, 32, por 2 sets a 0 (6-3 e 6-1) neste domingo (31) e conquistou o Aberto de Miami. Ele finalmente vence o torneio após ter chegado à decisão no ano passado e perder para o russo Daniil Medvedev, e em 2021, quando foi derrotado pelo polonês Hubert Hurkacz. De quebra, o italiano tomou o lugar do espanhol Carlos Alcaraz e agora é o número 2 do ranking da ATP, atrás do sérvio Novak Djokovic. O resultado coroa seu bom início de ano. Ele venceu o primeiro Grand Slam de sua carreira, o Aberto da Austrália, em janeiro.

O resgate do orgulho santista

Com ou sem o título, o belo resultado na Vila Belmiro devolve o Santos à torcida

Juca Kfouri
Jornalista, autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

O Santos pisou na Vila Belmiro como azarão.

Se não como zebra, porque clássico é clássico e vice-versa e porque o Santos é o Santos. Favorito, mesmo no Alçapão, era o Palmeiras.

Deu no que deu.

Coração na ponta da chuteira diante de sua torcida, o time praiano mostrou que a Série B é acidente de percurso e de curta duração.

Se virá a ser campeão na casa verde, são outros 500, o mais provável é que nem seja.

A simples tensão imposta nos próximos dias ao rival é o suficiente para disputar a partida de volta de cabeça erguida.

A gente que andava de lado olhando pro chão voltou a estar altiva, depois de lotar Morumbi e Itaquera e quebrar a invencibilidade do Palmeiras.

O Trio de Ferro que respeite o clube brasileiro mais conhecido do mundo.

E se o Rei Pelé foi poupado da tristeza de 2023, hoje estaria orgulhoso pelo que as camisas brancas fizeram e pelo gol de Otero.

Aliás, bem que a Torcida Jovem poderia botar a faixa de cabeça para cima.

Sob suspeita

Em 2013, na véspera de enfrentar o Real Madrid pelas semifinais da Champions, o Borussia Dortmund revelou que Mario Götze, com apenas 20 anos, seria transferido ao fim da temporada para o rival Bayern Munique.

Os dois times alemães se classificaram para a final, e o jovem ficou fora, por alegada lesão muscular sofrida contra os espanhóis.

Se estava realmente machucado, não se sabe —e, se estivesse, a providência tratou de exercer o bom senso.

Corte para 2024, e constate que no Rio e em São Paulo vivemos a mesma situação na fase final dos estaduais.

O Palmeiras acertou com Rômulo, antes de enfrentar o Novorizontino, e o Flamengo, com Carlinhos, na véspera de jogar com o Nova Iguaçu.

Rômulo entrou em campo na casa verde, e Carlinhos, no Maracanã. Ambos tiveram atuações discretas, para ser gentil com os dois.

Exigir mais seria até desumano.

Por mais que quisessem, estavam enfrentando seus futuros companheiros e, caso brilhassem, marcassem gols, vencessem, despertariam a má vontade dos torcedores alviverdes e rubro-negros.

Melhor teria sido fazer as negociações depois dos jogos, mas tanto o Palmeiras quanto o Flamengo podem alegar que corriam o risco de perdê-los e que foram transparentes ao tornar públicas as contratações.

Daí que a melhor atitude de Novorizontino e de Nova Iguaçu teria sido não escalá-los, como fez o Borussia.

Em 1977, depois que o atacante Rui Rei, da Ponte Preta, teve um ataque de nervos e acabou, ainda no primeiro tempo, expulso do jogo decisivo do Campeonato Paulista contra o Corinthians, o que acabou com o jejum de quase 23 anos, ele foi contratado pelo campeão.

Se houve quem o acusasse de ter se vendido na própria noite da decisão, muitos já não tiveram mais dúvida da tramoia quando a transação foi anunciada.

Vicente Matheus, o presidente corintiano, indignado, respondia que jamais contrataria alguém que se vendesse ao adversário, o que faz sentido, mas não impede a sobrevivência da suspeita até hoje, quase meio século depois.

É a velha história da mulher de César, aquela a quem não basta ser honesta, precisa parecer honesta.

Infelizmente, honestidade e futebol vivem divorciados não é de hoje, e a reconciliação parece improvável.

Evitar suspeições deveria ser obrigação de todos, mas não é assim que a coisa funciona.

Que o Palmeiras não contrate Pituca antes do domingo...

Pasteur em SP vai estudar minicérebros com zika para ver ação neurológica do vírus

CIÊNCIA

Ana Bottallo

SÃO PAULO Entre as linhas de pesquisa que devem ser estudadas no Institut Pasteur de São Paulo, inaugurado oficialmente nesta quarta-feira (27) em cerimônia com a presença do presidente da França, Emmanuel Macron, estão os efeitos de patógenos no desenvolvimento cerebral, como o zika vírus.

Para isso, os pesquisadores vão infectar minicérebros com amostras do vírus com luminescência, trazidos da sede do instituto, em Paris. "A descoberta do mecanismo da interação de um microrganismo com o cérebro pode levar ao potencial de desenvolvimento de novas drogas e terapias", afirma a imunologista Paola Minóprio, diretora do Institut Pasteur em São Paulo.

Segundo ela, o custo de produção desse tipo de tecnologia no Brasil é muito caro. Neste sentido, ter uma unidade do centro de pesquisa em São Paulo facilita não só no envio de amostras mas também na reprodução dessas tecnologias.

O Institut Pasteur de São Paulo está localizado no campus Butantã, da USP (Universidade de São Paulo), na zona oeste da capital. Nele, há 17 laboratórios, quatro dos quais com biossegurança nível 3.

A criação do convênio entre o Institut Pasteur e a USP ocorreu em março de 2023, em cerimônia celebrada pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, Vahan Agopyan, o presidente da Fapesp, Marco Antonio Zago, e o reitor da USP e professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Carlos Gilberto Carlotti Junior, na sede do Pasteur em Paris.

Antes disso, desde 2019, por meio da plataforma científica Pasteur-USP, os dois países colaboraram em mais de 90 produções científicas. A consolidação dos laços entre os parceiros e a transformação da plataforma científica em Institut Pasteur de São Paulo, uma unidade própria, aproxima ainda mais os dois países.

Na noite de quarta (27), Macron agradeceu a toda a colaboração e se mostrou entusiasmado com as novas cooperações que podem sair da unidade Pasteur de São Paulo. "Obrigado por todo o trabalho realizado, vocês já não são mais um parceiro, mas sim uma unidade completa do Pasteur que vai ter autonomia na pesquisa desenvolvida aqui. A ciência produzida aqui é algo maior do que a cooperação França-Brasil, ela vai produzir conhecimento científico que vai ultrapassar gerações e se tornar um ganho humanitário comum", disse o presidente francês.

> A ciência produzida aqui é algo maior do que a cooperação França-Brasil, ela vai produzir conhecimento científico que vai ultrapassar gerações e se tornar um ganho humanitário comum
>
> **Emmanuel Macron**
> presidente da França

Minicérebros são reproduções do órgão criados em laboratório e que mimetizam as características tridimensionais de um órgão real. Eles ajudam os cientistas a entenderem, por exemplo, efeitos de drogas e outros mecanismos bioquímicos sem a necessidade de utilizar cobaias animais ou células in vitro.

A pesquisa é coordenada pela virologista Patricia Braga, professora do departamento de microbiologia do ICB (Instituto de Ciências Biomédicas) da USP, que desenvolve os organoides a partir de células-tronco.

Além dos efeitos no neurodesenvolvimento de infecções por vírus, os cientistas também pretendem estudar efeitos de doenças neurodegenerativas, como Alzheimer, e as causas genéticas e ambientais envolvidas no transtorno do espectro do autismo.

Segundo Minóprio, algumas infecções virais podem potencializar os sintomas da condição autista, por isso estudá-los será essencial. "São doenças que, ao longo do tempo, podem afetar o organismo [degenerativas], como Alzheimer, e outras que não são doenças, como o autismo, mas têm efeito no sistema nervoso cerebral. Então decidimos concentrar a nossa atividade em doenças tropicais emergentes e reemergentes que possam levar ao comprometimento cerebral, seja ele durante o neurodesenvolvimento ou no envelhecimento", afirma.

O Institut Pasteur é uma organização privada, sem fins lucrativos, voltada à pesquisa científica e ao desenvolvimento de vacinas e terapias para a prevenção e combate de doenças infecciosas e não infecciosas, com foco em saúde pública. Foi fundado em 1888 na capital francesa e tem atualmente 32 unidades associadas em todo o mundo.

A pesquisadora destaca ainda a importância do estudo de doenças tropicais negligenciadas, como a doença de Chagas. "Vamos também procurar desenvolver minicérebros bovinos para ver como o protozoário atua nesses animais."

Para Carlotti Junior, da USP, a criação da unidade põe o Brasil estrategicamente no estudo de doenças infecciosas e vírus. "A próxima pandemia ocorrerá, só não sabemos quando e onde será, mas assim que ela ocorrer nós estaremos preparados."

PAPA FRANCISCO ACENA PARA MULTIDÃO DE FIÉIS NA PRAÇA SÃO PEDRO APÓS CELEBRAR A MISSA DE PÁSCOA
Os compromissos do líder religioso na Semana Santa foram marcados pela preocupação com sua saúde; durante a liturgia, o pontífice pediu pelo cessar-fogo na Faixa de Gaza Tiziana Fabi/AFP

MENSAGEIRO SIDERAL

Salvador Nogueira
folha.com/mensageirosideral

Astronautas levarão plantas à Lua na missão Artemis 3

A Nasa anunciou a seleção de três experimentos a serem enviados à Lua em sua primeira missão tripulada à superfície no século 21, a Artemis 3, marcada (no momento) para o final de 2026. Um deles fará o primeiro estudo da capacidade de de plantas para sobreviver e crescer no ambiente lunar.

O Leaf (acrônimo em inglês para "efeitos lunares sobre a flora agricultural") tem a liderança de Christine Escobar, da empresa Space Lab Technologies, de Boulder, Colorado. Ele deve ser o primeiro a observar o desempenho da fotossíntese e do crescimento de plantas sob a iluminação solar do polo sul lunar. A ideia é medir o impacto de estresse sobre as plantas em razão da radiação espacial e da gravidade mais fraca (na Lua ela tem um sexto da intensidade medida na superfície da Terra).

O experimento é um primeiro passo para avaliar a viabilidade de plantações em estufas lunares, o que pode vir a ser essencial não só para a alimentação de tripulações estacionadas no satélite natural, mas também para a manutenção de ar respirável (via conversão fotossintética de dióxido de carbono em oxigênio).

Além desse, os outros dois experimentos selecionados pela Nasa são o Lems (acrônimo para "estação de monitoramento do ambiente lunar") e o LDA ("analisador dielétrico lunar").

O primeiro, liderado por Mehdi Benna, da Universidade de Maryland em Baltimore, medirá "selenomotos" (equivalentes lunares dos terremotos) e ajudará a investigar a estrutura interna da Lua.

Já o segundo é fruto de colaboração com a Jaxa (agência espacial japonesa) e é liderado por Hideaki Miyamoto, da Universidade de Tóquio. Seu objetivo é medir a capacidade de do regolito (poeira que recobre a superfície lunar) de propagar um campo elétrico, parâmetro fundamental na busca por substâncias voláteis presentes lá, principalmente gelo de água.

O trio foi escolhido por conta da exigência de manipulação humana em sua instalação na Lua. Mas é certo que outros experimentos também serão adicionados a essa primeira missão, que tem a ambição de realizar a maior estadia em solo lunar já realizada por astronautas, algo como uma semana. O atual recorde, obtido pela Apollo 17 em 1972, é de três dias.

A Nasa segue firme com seus planos de retornar à Lua com tripulação antes do fim da década, mas a escolha vem criando problemas para outras iniciativas da agência, com um orçamento anual em declínio e os altos custos do programa Artemis e da missão de retorno automatizado de amostras de Marte.

Para 2025, a gestão cortou verbas destinadas à operação dos telescópios espaciais Hubble e Chandra, gerando protestos entre os astrônomos. O corte sobre o Hubble foi menor (10%), mas o Chandra perdeu 40% de sua verba, que deve seguir encolhendo até atingir cerca de 10% do valor atual, em 2029. Além disso, o JPL (Laboratório de Propulsão a Jato da Nasa) promoveu um corte de 8% em sua força de trabalho, a fim de conter despesas. Levar astronautas à Lua e trazer rochas de Marte não é fácil, nem barato.

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **1º.abr.1924**

Adolf Hitler é condenado a 5 anos de prisão na Alemanha

A Corte de Justiça de Munique, na Alemanha, fez publicar nesta terça-feira (1º) o veredicto do julgamento referente ao caso da tentativa de golpe de Estado.

Adolf Hitler, um dos chefes da fracassada ação, foi condenado a cinco anos de cárcere. Outros quatro réus também receberam penas de prisão, mas o general Erich Ludendorff foi absolvido.

Em 8 de novembro de 1923, o grupo do Hitler invadiu um encontro político em uma cervejaria e, no dia seguinte, comandou uma marcha golpista para tentar tomar o poder da região da Baviera e posteriormente o da Alemanha.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

"Black & White"

FOLHA DE S.PAULO ★★★
SEGUNDA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2024

ilustrada

festival é tudo verdade

Tribunal nas telas

Mostra de documentários tem obras que julgam e condenam, como 'O Competidor', sobre polêmico reality show, e 'Quiet on Set'

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Enquanto o É Tudo Verdade, maior festival de documentários do país, se preparava para a sua 29ª edição, uma obra documental ganhava cada vez mais exposição nas redes sociais, com vídeos de TikTok elencando seus pontos mais aflitivos e reportagens na imprensa internacional explicando os escândalos que "Quiet on Set: The Dark Side of Kids TV" desenterrava.

Uma série, não um filme, a produção ainda indisponível no Brasil mostra como produtores do canal Nickelodeon roteirizavam para seus astros infantis cenas de alto teor sexual e tinham comportamento abusivo no set. Dan Schneider, um dos chefões da época, continua trabalhando com crianças.

Por isso mesmo, é curioso que o É Tudo Verdade abra sua programação em São Paulo, nesta semana, com "O Competidor". Por mais distintos que os títulos sejam, ambos usam o alcance do documentário para denunciar situações tóxicas que ocorrem num passado em que a percepção e a vigilância em relação ao que mostram eram diferentes.

Não que tudo seja assunto de tribunal, mas os debates éticos e morais que ambos propõem causam espanto e reflexão na mesma medida. No caso de "O Competidor", conhecemos a história de Tomoaki Hamatsu, ou Nasubi, que em japonês significa berinjela, apelido que ganhou por ter o rosto alongado.

O nome pegou também pelo fato de o rapaz ter seu pênis coberto com um emoji do vegetal durante os 15 meses que teve sua vida transmitida na televisão japonesa. Precursor do reality show, o Denpa Shonen exibiu para todo o país, em 1998, a rotina de Nasubi enquanto o confinava num pequeno apartamento.

Sua missão era sobreviver apenas com itens que ganhava em concursos —no Japão, as pessoas têm o hábito de ligar para programas de rádio e escrever para revistas para participar de sorteios, que os premiam com todo tipo de produto ou valor monetário.

Ao longo dos 15 meses, Nasubi teve de contar com a sorte para poder se vestir e se alimentar, sem contato com o exterior e exposto a situações que qualquer um veria como desumanas. Mesmo assim, cenas como aquelas em que o rapaz era obrigado a comer ração de cachorro ou em que, faminto, recebe um pacote de arroz sem ter uma panela para cozinhar foram grande fenômeno de audiência.

"Todos foram cúmplices enquanto espectadores, mas é difícil, porque nossa percepção era outra. Há divergências sobre quais informações eram dadas ao público", diz Clair Titley, diretora de "O Competidor", que foi exibido no Festival de Toronto e que, após a abertura do É Tudo Verdade, terá sessões para o público.

Ela decidiu contar a história de Nasubi porque viu pessoas falando sobre o reality a partir de uma tentativa de exotizar o Japão e dizer que sua televisão é extrema. Faltava, anos depois, um olhar mais atento à experiência do rapaz.

Titley acredita que não teve dificuldade para convencer o astro do reality a fazer o filme.

Continua na pág. C6

Foto do cartaz do festival
Thomaz Farkas/Divulgação

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

DOUTOR BRASIL

O Brasil terá 3 médicos para cada grupo de 1.000 habitantes em 2025. A marca fará o país ultrapassar as que são registradas hoje nos EUA, com 2,7 médicos por 1.000 habitantes, o Canadá, com 2,8, o Japão, com 2,6, e a China, com 2,5.

DOUTOR 2 Os dados são do estudo "Demografia Médica no Brasil", coordenado pelo professor da Universidade de São Paulo (USP) Mario Scheffer

DOUTOR 3 A projeção foi feita considerando todos os cursos de medicina já abertos no país, e também o edital lançado pelo Ministério da Educação (MEC) neste ano, que autorizou a criação de mais 5.700 vagas em 95 cursos. Levou em conta também os ajustes de população do censo do IBGE.

DOUTOR 4 O Brasil chegou ao fim de 2023 com 597.428 médicos diplomados, ou 2,91 por 1.000 habitantes. Neste ano deve alcançar a marca de 597.428 médicos numa população de 205 milhões de pessoas.

DOUTOR 5 Em 2025, enfim, serão 635.706 doutores diplomados, para uma população de 206 milhões de habitantes.

ACELERADO Se o ritmo permanecer, o país chegará à marca de um milhão de médicos em 2035, diz o Scheffer.

LOMBADA Apesar do número emblemático, o país precisa resolver diversos problemas, como o da distribuição dos médicos pelo país e a sua boa formação.

FREIO "O momento é de dar uma pausa para investirmos em planejamento", afirma Scheffer, referindo-se ao debate sobre a abertura de mais cursos de medicina no Brasil.

FREIO 2 "Como vamos garantir a boa formação de todos eles? E o seu posterior deslocamento para as regiões desassistidas?", questiona.

SINAL AMARELO "Estamos diante de uma oportunidade, mas também de um alerta", segue o professor.

AMARELO 2 De acordo com ele, cerca de 43 mil novos médicos se formam todos os anos no Brasil. E só existem no país cerca de 20 mil vagas de ingresso na residência, que é quando eles se dedicam ao estudo de uma especialidade.

AMARELO 3 Resultado: 40% dos doutores brasileiros não têm hoje especialidade médica. "É importante termos generalistas também, desde que bem formados", afirma Scheffer.

PÁGINAS

Fotos Ronny Santos/Folhapress

A escritora Claudia Cavalcanti 1 recebeu convidados, na semana passada, no lançamento do seu novo livro, "Avenida Beberibe" (editora Fósforo). A empresária e consultora de moda Gloria Kalil e o marido, o professor de filosofia Sérgio Cardoso 2, prestigiaram o evento na Livraria da Tarde, em São Paulo

LEÃOZINHO Na plateia repleta de famosos que acompanhou a gravação do programa Caldeirão com Mion (Globo) especial de Caetano Veloso e Maria Bethânia, duas convidadas chamaram a atenção por estarem muito emocionadas quando o músico cantou "O Leãozinho": Sandra Annenberg e sua filha, Elisa.

IRMÃOS? Ao apresentador Marcos Mion, a jornalista contou que sempre cantava essa música para a filha quando ela era criança. Sandra também revelou uma história curiosa sobre como conheceu a obra dos artistas. "Minha mãe me apresentou Caetano, e a minha 'boadastra' me apresentou Bethânia. Eu demorei muito tempo para descobrir que eles eram irmãos", disse ela, aos risos. A atração vai ao ar no sábado (6).

LUZ, CÂMERA.. Quatro filmes emblemáticos da cineasta Eliane Caffé serão exibidos gratuitamente na mostra "Cinema em Zonas de Conflito", que ocorrerá no Sesc Consolação, a partir de quarta (3) e até o dia 24 de abril. As sessões serão seguidas por bate-papos da diretora com artistas como Gero Camilo e Vera Hamburger.

...AÇÃO As produções escolhidas para a mostra são "Narradores de Javé", "Kenoma", "Era o Hotel Cambridge" e "Para Onde Voam as Feiticeiras".

PISTA A vida e a carreira de Ayrton Senna (1960-1994) são o tema do livro "Veloz como o Vento", do jornalista italiano Leonardo Guzzo. Lançado em 2021 na Itália, a obra chega ao Brasil pela Maquinaria Editorial. O volume narra de forma romanceada as relações do piloto com seus familiares, amores e adversários nas corridas.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Pet Shop Boys faz disco de baladas irônicas com potentes traços alemães

'Nonetheless' contou com produção de James Ford, nome que já trabalhou com os Arctic Monkeys e o Depeche Mode

André Barcinski

PARATY (RJ) "Fazer este disco foi tão prazeroso que nem pode ser considerado trabalho", diz Neil Tennant, de 69 anos, vocalista do grupo Pet Shop Boys, sobre "Nonetheless", o 15º álbum de estúdio do duo que ele mantém há 43 anos com o tecladista Chris Lowe, de 64 anos. "Nós nunca fizemos um disco de maneira tão leve e agradável."

Com lançamento previsto para o fim deste mês pela gravadora Parlophone Records, este é o primeiro álbum do Pet Shop Boys produzido pelo talentoso James Ford, conhecido por trabalhos com Gorillaz, Arctic Monkeys, Florence and the Machine e pela produção dos dois discos mais recentes do Depeche Mode, "Spirit" e "Memento Mori".

"James é um músico extraordinário", diz Lowe. "Ele é um exímio instrumentista e toca tudo o que você pode imaginar, bateria, baixo, guitarra, glockensnpiel, além de um monte de sintetizadores analógicos, instrumentos raros dos anos 1960 e 1970 que ele tem no estúdio. Também é um programador fantástico e faz ótimos arranjos de cordas. Amamos que ele não usa samples. Tudo é tocado ao vivo, o que confere ao som um calor e uma pureza que são únicos."

Tennant diz que o método de trabalho do Pet Shop Boys não mudou nas últimas décadas. Ele e Lowe trabalham em amostras das músicas, que são gravadas e enviadas para o produtor. Ford trabalhou sozinho por duas ou três semanas, ouvindo as fitas e anotando sugestões, e depois se juntou à dupla por cerca de um mês, refazendo o disco todo. "Tive de cantar tudo de novo", afirma Tennant. "Mas faz parte. Se estamos trabalhando com um produtor, ele vira o terceiro dos Pet Shop Boys."

Tennant e Lowe se dizem muito felizes com o resultado, mas Tennant conta que, à primeira audição, o disco não soou tão bem. "Simplesmente o odiamos. Achamos tudo um desastre. A mixagem parecia errada, os arranjos orquestrais estavam muito baixos, fiquei deprimido. Mas aí, no dia seguinte, botei meus fones de ouvido e fui dar uma caminhada no parque Battersea [em Londres]. O dia estava ensolarado, o tempo estava maravilhoso e, de repente, o disco fez sentido para mim", diz, entre risadas.

"Já ouviu 'Innervisions'?", pergunta Tennant, lembrando o clássico álbum de Stevie Wonder de 1973. "Não estou nos comparando ao Stevie Wonder —ou melhor, estou sim— mas sabe a sensação de ouvir o disco e perceber que Stevie não fez o menor esforço durante a gravação? De que foi só diversão? Tivemos a mesma sensação."

"Nonetheless" tem dez músicas e mistura, como de hábito em discos do Pet Shop Boys, baladas e canções mais dançantes, sempre com as letras espertas e irônicas de Tennant. Uma das músicas mais peculiares é "The Schlager Hit Parade", uma ode a um tipo de música chamada schlager, típica da Alemanha e muito popular em países do norte da Europa, que consiste em canções muito simples e de forte apelo popular, com melodias fáceis e letras ingênuas.

"No universo do schlager, sempre é Natal ou férias de verão", diz Tennant, em tom de brincadeira. "Somos obcecados por esse tipo de música e gastamos dias inteiros no YouTube, pesquisando canções de Harold Faltermeyer [compositor alemão de trilhas de filmes como 'Top Gun']. Quando fomos gravar nosso penúltimo disco, 'Hotspot', no estúdio Hansa, em Berlim, famoso por clássicos como 'Heroes', de David Bowie, o que queríamos mesmo era conversar com os técnicos para saber mais sobre os milhares de discos de schlager que foram gravados lá."

Além do lançamento do novo disco, abril é um mês importante para os Pet Shop Boys porque marca os 40 anos de seu primeiro sucesso mundial com a canção "West End Girls". Tennant e Lowe acabaram de remixar uma nova gravação da música, feita por outro duo inglês, o Sleaford Mods. "Foi bem fiel à original, mas manteve a pegada mais crua e pesada do Sleaford Mods", afirma Lowe.

No fim do ano, o Pet Shop Boys esteve no Brasil para dois shows, um no Primavera Sound e outro na casa Audio, em São Paulo. "É sempre bom tocar no Brasil", diz Tennant. "O público é muito emotivo e canta as músicas junto com a gente, é uma ótima sensação. Da primeira vez que fomos a São Paulo, há uns 30 anos, eu odiei, mas depois a cidade se tornou muito mais sofisticada. Hoje tem muita arte, prédios muito interessantes e pessoas gentis. Mudei de ideia totalmente sobre São Paulo."

Lowe concorda. "É sempre bom ouvir os brasileiros falando português. É uma língua tão bonita e calorosa que você imediatamente se sente dentro de uma música de Sergio Mendes", afirma o músico.

Nonetheless

Artista: Pet Shop Boys. Gravadora: Parlophone Records. Produção: James Ford. Lançamento em 29 de abril. Nas plataformas digitais

Neil Tennant e Chris Lowe, do Pet Shop Boys Divulgação

Thomaz Farkas filmou seu ímpeto de mudar o país

Fotógrafo e cineasta tem retrospectiva no festival É Tudo Verdade, mostra dedicada a celebrar o cinema documental

ANÁLISE

Inácio Araujo
Crítico de cinema

SÃO PAULO Num dos documentários que serão apresentados em sua homenagem no festival É Tudo Verdade, Thomaz Farkas lembra que o desejo de fazer cinema nos anos 1960 seguia a vontade de transformar o Brasil e de ver o nascimento de um país moderno.

Daí não ter sido difícil ter ao seu lado um grupo de cineastas, como Geraldo Sarno, Maurice Capovilla, Paulo Gil Soares e outros que partilhavam o mesmo objetivo e seguiam os mesmos métodos. Desse encontro nasceu a hoje mitológica Caravana Farkas, que rodou por um Brasil desconhecido —entendamos, basicamente, o Nordeste.

Mostrar o Brasil profundo, com o atraso e a riqueza que convive com esse atraso, foi a chave que criou a mitologia da chamada caravana, alimentado por vários lados. Essencial também foi o fato de essa série de filmes quase não ter sido vista em seu tempo.

Os filmes não se prestavam a circular comercialmente, afinal, estávamos em plena ditadura militar, e o Nordeste era, naquela época, uma região malvista pelos censores.

Uma tentativa de exibição na TV Cultura foi bloqueada por razões políticas —os filmes mostravam muita miséria, além de serem em preto e branco. Mesmo assim, eles se tornaram uma referência no cinema brasileiro da época.

Quanto a Farkas, antes de ser cineasta, este brasileiro nascido meio que por acaso na Hungria, há cem anos, foi fotógrafo. Na verdade, cresceu entre equipamentos. Seu pai já era dono da loja Fotoptica, quando Farkas chegou definitivamente ao Brasil, por volta dos cinco anos. Mais tarde viria a herdar e expandir a empresa. Desde criança fotografava. Ele se tornou um dos mais originais de sua geração.

Era capaz de captar a vibração de um estádio de futebol como o do Pacaembu lotado em dia de clássico. Mas seus trabalhos também impressionam, como alguém comenta, pelos ângulos insólitos e enquadramentos assimétricos.

Esses dois registros, o dos ângulos insólitos e o Brasil popular, digamos assim, das fotos do Pacaembu, talvez resumam essas duas paixões de Farkas —a de ver um Brasil liberto do seu atraso e sua população liberta da pobreza.

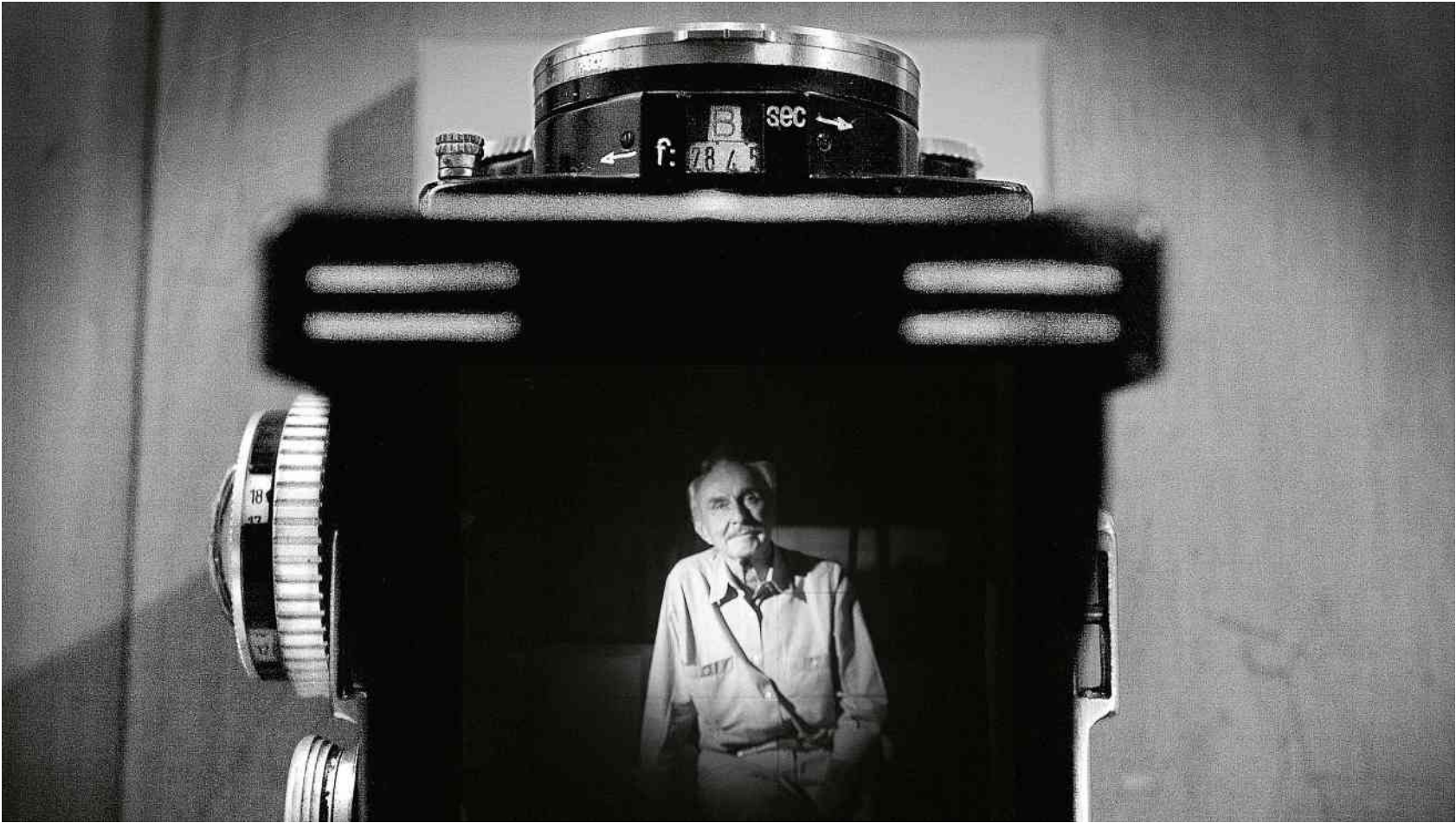
O cinema veio mais tarde, estimulado pelas câmeras que a Fotoptica vendia, e também reflete a dupla preocupação.

Dos dois documentários que homenageiam o cineasta, o de Eduardo Escorel dá conta sobretudo de sua arte. Ali já é possível entrever aquela personalidade discretamente exuberante de Farkas.

Essa personalidade se mostra por inteiro no filme de Walter Lima Junior. Ali, Farkas, morando em Paraty, no Rio de Janeiro, diz, por exemplo, que queria mesmo é ser baiano.

Farkas realizou um trabalho essencial como presidente do conselho da Cinemateca Brasileira, na ocasião em que a instituição foi absorvida pela secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. Foi o início de uma era de ouro da instituição, que terminaria apenas durante a gestão Marta Suplicy no MinC.

Farkas morreu em 2011, aos 86 anos. Desde então, ficou mais fácil notar como todas as linhas das atividades audiovisuais brasileiras confluíram em sua direção. Ele, autor e produtor, batalhou pela preservação de suas imagens.

Thomaz Farkas no É Tudo Verdade
De 7 a 13 de abril, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Informações no site etudoverdade.com.br

O cineasta Thomaz Farkas em retrato de 2006 Leonardo Wen/Folhapress

Helena Solberg lança longa sobre condição da mulher no Brasil

Lúcia Monteiro

SÃO PAULO Era 1964, início da ditadura militar no Brasil. Helena Solberg havia queimado as páginas de uma novela escrita na juventude e desistido de ser escritora. Estava casada e tinha um filho, mas não trabalhava nem se identificava com a vida de dona de casa.

Foi então que começou a entrevistar mulheres sobre casamento, virgindade, sexo, felicidade, amor. As entrevistadas pertenciam às classes média e alta do Rio de Janeiro, tinham até 27 anos e, para tratar de temas tão íntimos não aceitaram serem filmadas.

Nascia "A Entrevista", curta lançado em 1966. Glória Solberg, então cunhada da cineasta, foi a única que topou mostrar o rosto, se tornando protagonista. A ousadia e a originalidade foram reconhecidas nos festivais internacionais por onde o filme passou.

Meio século depois, Helena Solberg recebe uma mensagem da jornalista Beatrice Andreose. Uma lata com o curta tinha sido encontrada em uma escola da comuna de Este, em Pádua, na Itália.

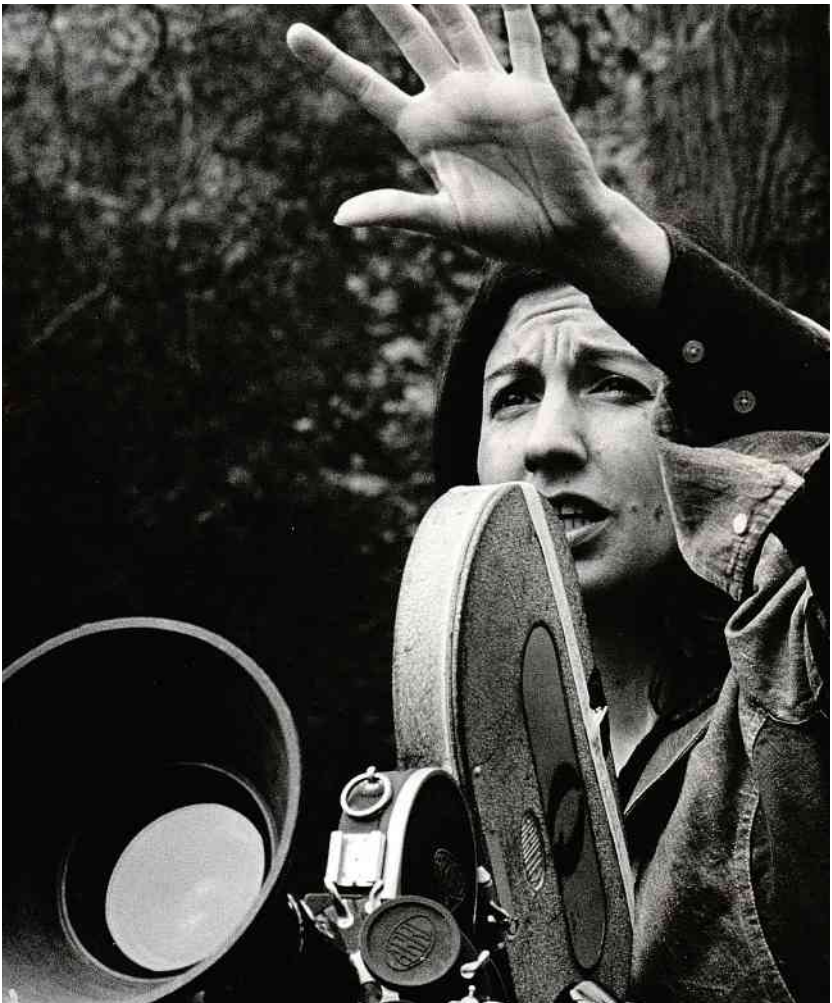
A película, bem preservada, fala da condição da mulher nos anos 1960, e Andreose pede que a cineasta descreva a ela a situação atual. Foi o pretexto para iniciar a realização de "Um Filme para Beatrice", documentário que estreia agora no festival É Tudo Verdade.

Duas narrativas estruturam o novo filme. Há, de um lado, a reflexão sobre questões que ocupam as mulheres latino-americanas nas últimas cinco décadas —dupla jornada, virgindade, violência sexual, liberdade. Do outro lado está a trajetória da própria cineasta, vista por meio de imagens de alguns de seus 18 filmes. As duas narrativas são inseparáveis, já que a condição da mulher se revela uma preocupação constante na obra de Helena Solberg.

Nossa entrevista começa com uma questão sobre a coerência de seu cinema. O tema não chega a ser tabu, mas incomoda a entrevistada. Ela nunca pretendeu fazer uma autobiografia e, em "Um Filme para Beatrice", resistiu antes de se retratar em cena.

"Eu estava preocupada em chegar ao presente, em como estão as mulheres agora", diz. E como estamos? "A gente dá um passo à frente e dois para trás, as coisas não se resolvem. A mulher quer algo ambicioso, uma mudança que atinge a estrutura da sociedade."

Se Helena Solberg costuma ser identificada como rara mulher do cinema novo, não é assim que ela se apresenta no filme. "Pertenço à geração do cinema novo e era próxima de alguns cineastas", diz.

De fato, Glauber Rocha a ajudou a conseguir financiamento para "A Entrevista", Mário Carneiro assina a direção de fotografia do filme e Joaquim Pedro de Andrade deixou que ela acompanhasse as filmagens de "O Padre e a Moça", de 1966. Isso não a impede de reconhecer o machismo que existia. "Era um clube do bolinha e eles eram machistas. Mas isso estava na sociedade como um todo", afirma.

A cineasta Helena Solberg em imagem usada em 'Um Filme para Beatrice' Divulgação

A cineasta tinha pouco mais de 30 anos quando se mudou para Washington, casada e com dois filhos. Foi um choque. O movimento feminista enchia as ruas, e ela tentava pensar em estratégias para continuar a fazer cinema no novo país, com poucos contatos e uma vida mais doméstica.

Publicou um anúncio num quadro de avisos em busca de voluntárias para pesquisar feminismo e o coletivo formado deu origem a "The Emerging Woman", de 1975, dedicado "às mulheres dos últimos 200 anos, cuja luta tornou possível o surgimento da nova mulher". Ela não parou de filmar.

No balanço geral que "Um Filme para Beatrice" propõe sobre sua trajetória e sobre a condição da mulher, não há espaço para lamentos. "Nunca me senti injustiçada. Queria fazer cinema e saber mais sobre quem somos", afirma ela.

Aos 85 anos, Solberg convoca interlocutores como a ministra Anielle Franco, a crítica feminista Heloísa Teixeira e o professor Guilherme Pereira, conhecido como Rita von Hunty.

No início de nossa entrevista, quis pedir a ela que refletisse sobre a própria obra, que olhasse para o passado, e o incômodo surgiu. Nada menos sintonizado com os interesses de Solberg, que vive com os dois pés no presente.

Alexa, que horas são?

Pessoa mais complicada que relógio suíço às vezes é só chata mesmo

Bia Braune

Jornalista e roteirista, é autora do livro 'Almanaque da TV'. Escreve para a TV Globo

Sentado em seu trono, em vias de devorar mais um dos próprios filhos e partir para o happy hour, Cronos —o senhor do tempo, não o modelo de pulso— está de saco cheio. Exausto de suas funções, mas principalmente do alarme que apita, indicando todos os remédios para pressão do mundo.

"São muitos os destinos humanos a regular e atormentar! 'Boralá,' minha gente, que eu tenho hora..." Então desiste e passa o trabalho à estagiária. Sua voz trovejando pelo monte Ótris. "Alexa, que horas são?"

"São 23h57, tenha uma boa noite." Responde a bolota que habita minha mesa de trabalho, enquanto leio em voz alta este meu delírio. Eficientíssima, desde que haja wi-fi. Geringonça ideal para uma pessoa como eu, que não usa relógio.

Por alergia a pulseiras de couro ou borracha, sim, mas por convicção também. Concordo com Cortázar sobre sermos nós os presenteados a ele, não o contrário. Além do que, celular é o novo carrilhão de bolso. Uma solução para anacronismos.

Graças a um amigo, fui apresentada à alta relojoaria. O que menos importa é a hora. A graça está nas complicações, um conjunto de características que transforma certos relógios em portentos do engenho humano.

A terminologia desse métier, por si só, é fascinante. Existem horas saltantes, alternâncias, reservas de marcha, esqueletos e até turbilhões, um mecanismo que compensa a força da gravidade e as irregularidades do movimento do corpo.

Badalado como convém a um artefato dessa natureza, o recordista absoluto de complicações é suíço e possui 57. Entre elas, calendários gregoriano, judaico e lunar. Indicações de solstício, equinócio e signos do zodíaco. Alarmes com "petite" ou "grande sonnerie", que nem sei o que são, mas soaram bonito.

Veja você, meu amigo entusiasta de relógios é justamente a pessoa com os ponteiros mais confusos do juízo. Me leva a pensar num povo complicado demais que bate ponto por aí. Você é desses?

Faz-se um convite com antecedência, precisa checar a agenda. Na véspera, ah, está muito em cima. Meia hora para escolher um filme. Onde jantar? Mais fácil pedir uma pizza. De que sabor? Ih, liga o cronômetro e espera sentado.

Uma vez, porém, que a palavra "crônica" também deriva de "cronos", sinto-me no lugar ideal de fala. "Alexa, que horas são?" Tempo de mudar. Relógios suíços podem ser assim, mas talvez você, com suas complicações, seja apenas chato.

Marcelo Martinez

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore

cantorejac@gmail.com (interina)

Filme retrata luta de Alex Jones na Justiça depois de divulgar fake news

Alex Jones: Uma Guerra Contra a Verdade

Max, 16 anos

Alex Jones é um pregador de extrema direita que acha que tudo na imprensa é falso. Dessa forma, difamou as vítimas da escola Sandy Hook assassinadas em 2012 afirmando que "era um plano da esquerda para proibir a venda de armas". Foi condenado e obrigado a pagar US$ 1 bilhão para as famílias. Já pediu desconto e falência pessoal. Este documentário da HBO acompanha a sua batalha judicial.

Steve! (Martin): Documentário em 2 Partes

Apple TV+, livre

O multifacetado Steve Martin tem livros, filmes e shows de stand-up, além de ser exímio banjoísta. E muito engraçado. "Estou feliz que me escolheram para ser tema de uma biografia sobre mim", diz Martin, fazendo graça sobre o documentário de Morgan Neville.

Todos Já Sabem

Mubi, 12 anos

Laura, uma espanhola morando em Buenos Aires, volta para a Espanha com os dois filhos para o casamento da irmã. Ela encontra o ex-namorado, Paco, e um evento trágico acaba expondo muitos segredos dos dois. Um suspense com Penélope Cruz, Javier Bardem e Ricardo Darín.

Sob Nova Direção

Globoplay, livre

As confusões das amigas Belinha e Pit no gerenciamento de um bar no subúrbio do Rio de Janeiro. Com Heloísa Perissé e Ingrid Guimarães, as quatro temporadas desta série de humor exibida em 2003 estão disponíveis na plataforma.

Fico Te Devendo uma Carta Sobre o Brasil

Canal Brasil, 21h25, 12 anos

A diretora Carol Benjamin fez um filme sobre o pai, que ficou três anos e meio preso durante a ditadura, e a avó, uma dona de casa casada com um militar que aprende política com os filhos e se torna uma militante pela anistia.

Roda Viva

TV Cultura, 22h, livre

No centro da roda está a professora Heloisa Starling, que acaba de lançar o livro "A Máquina do Golpe - 1964: Como Foi Desmontada a Democracia no Brasil", que narra o que aconteceu há 60 anos, entre 30 de março e 1º de abril de 1964.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Bicudinho *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

7	5				2			
	6		1	4			5	
8		3	9	6			7	
4							9	
	3	8	4					2
	9		6			7	8	
9			7					5
	8	4			6			
			5	2		4		9

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com novas lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

7	5	1	8	3	2	9	4	6
2	6	9	1	4	7	3	5	8
8	4	3	9	6	5	2	7	1
4	7	5	2	8	1	6	9	3
6	3	8	4	7	9	5	1	2
1	9	2	6	5	3	7	8	4
9	2	6	7	1	4	8	3	5
5	8	4	3	9	6	1	2	7
3	1	7	5	2	8	4	6	9

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Médico que trata doenças mediante remédios contrários a elas **2.** Adversário / Em ambientes domésticos, recanto onde se servem bebidas **3.** Mostrar afeto por alguém / Ato de molhar as plantas **4.** Rasgar com violência, com crueldade **5.** Em rádios, Ondas Tropicais / A mão direita **6.** Picar com tesoura **7.** Afrouxar / Osvaldo Cruz (1872-1917), médico e sanitarista **8.** Passagem suave de uma a outra cor **9.** Pigmento vermelho dos vegetais **10.** Preposição que pode indicar causa, lugar, medida etc. / O ator britânico Firth, Oscar em 2011 por "O Discurso do Rei" **11.** A peça sonora usada por árbitros esportivos / O "eu" da psicanálise **12.** Sigla da entidade que auxilia dependentes de substâncias entorpecentes a ficarem livres delas / A língua das palavras love e okay **13.** Perder a cor ou o vigor.

VERTICAIS

1. Colono desbravador de terras / Parada de um motor por defeito **2.** Pontos extremos / O naipe da figura de coração **3.** A forma do principal ingrediente da omelete / Uma pimenta muito ardida **4.** Defender uma contradição / Uma filha da avó **5.** (Quím.) O símbolo do alumínio / Em oftalmologia, deformação coniforme da córnea **6.** Limitado relativamente a disponibilidade ou número / As iniciais do ator estadunidense Clooney, de "Mar em Fúria" **7.** O oposto de fechada / Um amigo do Chico Bento, das histórias em quadrinhos **8.** (Pop.) Amasso / Rio da África ocidental, com mais de 4.000 Km **9.** Uma ave colorida / O deus do tempo, segundo a mitologia grega, pai de Zeus.

HORIZONTAIS: 1. Alopata, **2.** Rival, Bar, **3.** Amar, Rega, **4.** Dilacerar, **5.** Ot, Destra, **6.** Recortar, **7.** Suxar, OC, **8.** Matiz, **9.** Caroteno, **10.** Por, Colin, **11.** Apito, Ego, **12.** Na, Inglês, **13.** Esmaecer.

VERTICAIS: 1. Arador, Pane, **2.** Limites, Copas, **3.** Oval, Cumari, **4.** Paradoxar, Tia, **5.** Al, Ceratocone, **6.** Restrito, GC, **7.** Aberta, Zé Lelé, **8.** Agarro, Níger, **9.** Arara, Cronos.

Ricardo Cammarota

O século 21 é uma humilhação

Imagino que nossos descendentes, se existirem, vão nos considerar ridículos

Luiz Felipe Pondé

Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'Era do Niilismo'. É doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo

É comum se lamentar que estamos polarizados. Estamos, sim, e não deveremos superar essa fratura neste século. Pelo contrário, deve piorar. No Brasil e no mundo, aqueles que falam em nome da democracia são os mesmos que alimentam a polarização desde o início.

A política, quando militante, é sempre febril. Sempre foi. As redes só ampliaram a capilaridade desse ódio político e o tornaram visível como a luz do Sol. Na democracia, a soberania é popular, e o povo gosta de desentendimentos militantes quando faz política. A intenção é aniquilar o inimigo.

A condição da política é como um espetáculo circense em que se usa armas de verdade. Política sempre foi um circo, hoje a palhaçada está aniquilando a fé pública nas instituições.

Comparado à direita, hoje, o PT é anacrônico na sua operação. A direita atual detém o monopólio do fazer político pós-moderno. A direita é populista, a esquerda é histérica. A tendência da política é se radicalizar cada vez mais, e, por isso mesmo, o ódio crescerá entre aqueles que se julgam a favor ou contra a história. A democracia hoje tende à violência entre populismo e histeria. A direita cospe quando fala, a esquerda é uma farsa moral.

É engraçado quando alguém usa argumentos do tipo "estou do lado certo da história". Este argumento foi usado tanto por nazistas quanto comunistas no século 20. A história não tem lado certo porque ela não tem sentido algum. Esse argumento é pura retórica fajuta para deslegitimar quem está do outro lado que não o seu.

A direita hoje detém o anseio das populações que se sentem prejudicadas pelo discurso elitista da esquerda gourmet —a única que sobrou. Grande parte da população está de saco cheio, na Europa e nos Estados Unidos, dos riquinhos que querem imigração ilegal para pagarem babás e empregadas baratas.

Nos Estados Unidos, a classe média alta, graças à turma que atravessa a fronteira vindo do México quase morrendo —e para a qual os inteligentinhos aqui derramam lágrimas de crocodilo—, pode usufruir de serviçais mais baratos. Quem disser o contrário é mentiroso ou não sabe nada da realidade americana. Daí os riquinhos votarem nos democratas, hoje partido da elite americana.

Já os americanos pobres, que poderiam ser esses serviçais, ou aceitam salários menores —que em comparação com o Brasil são verdadeiros salários maravilhosos— como os ilegais, ou ficam sem emprego. Quando votam em Donald Trump, os inteligentinhos os xingam. Mas a opção deles é racional com ou sem xingamentos da elite.

Já no Brasil, o povo está de saco cheio de se ferrar na mão de bandidos e usuários de drogas defendidos pela moçada riquinha dos direitos humanos, de ver suas concepções de vida serem humilhadas pelos que acham que ou você aceita a "revolução de gênero" e similares ou você é um lixo cultural, enfim, cansados de serem considerados o esgoto da inteligência política. E isso não deve mudar. Uma vez tendo aprendido a rota da militância por meio do uso das redes, o povo de direita não vai recuar, por isso, é fundamental regular as redes, certo?

Veja duas pautas na moda. Uma é o baseado do bem. Imagine que fumo um de vez em quando e que, obviamente, compro do narcotráfico. Não seria lógico supor que, mesmo que meu baseado seja legal, continuo a alimentar o narcotráfico? Não seria mais lógico legalizar as drogas e pronto? Por que não? Já sei: quem sabe o narcotráfico e seus representantes nos poderes da República não queiram perder seus lucros infinitos. Pagar impostos sempre foi para os fracos.

Os iluminados da elite intelectual não toleram a imbecilidade obscurantista da imensa maioria do povo brasileiro que é contra o aborto. Disfarçam sua condescendência arrogante para com esses ignorantes falando em "educação". Por que? Porque supõem que quem não concorda com o principio liberal da escolha individual —por trás dos que são a favor da escolha individual pelo aborto— é gente estúpida.

Imagino que nossos descendentes —se existirem— vão nos considerar ridículos com nossas "afetações ideológicas". O século 21 ainda vai nos humilhar muito.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

INES 249

Tribunal nas telas

Continuação da pág. C1

Justamente porque esta foi a primeira vez que ele pôde narrar a sua versão dos fatos.

Legalmente, Nasubi pouco poderia ter feito. O lendário produtor do Denpa Shonen deixa claro, ao ser entrevistado no início do filme, que as portas do apartamento ficavam destrancadas e que não havia um contrato que o prendesse ali. Existia, portanto, consentimento. Por outro lado, parece pouco ético transformar em entretenimento —e lucro— aquela exposição ao ridículo.

Dessa forma, "O Competidor" pode ser visto como espécie de julgamento extrajudicial, chegando aonde a lei japonesa não poderia —para que o espectador seja juiz do caso.

É uma situação semelhante à de "Quiet on Set" e de outros filmes e séries documentais que jogam com a ideia de seus personagens serem vítimas ou vilões, promovendo um tribunal cinematográfico.

Em algumas obras, não há repercussão legal cabível, como acontece com "O Competidor" ou "House of Hammer" e "Framing Britney Spears". Os dois últimos retratam anos de relações tóxicas dentro da família de Armie Hammer, ator que caiu em desgraça após acusações de abuso sexual e canibalismo, e da de Britney Spears, mantida pelo pai numa curatela que o filme mostra ter enchido muitos bolsos.

Outras lidam com casos polarizantes que passaram pela Justiça, mas tiveram desfechos que não agradaram a todos, como "Johnny Depp x Amber Heard", sobre o divórcio midiático e as acusações de agressão mútuas dos atores de Hollywood, e "Deixando Neverland", que teve uma segunda parte anunciada, sobre os supostos abusos sexuais cometidos por Michael Jackson, duas décadas depois de o cantor ser absolvido numa investigação criminal.

Simon Leviev, retratado em "O Golpista do Tinder" por enganar mulheres e fugir com seu dinheiro, chegou a ser preso, mas agora está solto e virou alvo das câmeras. Jeffrey Epstein, de "Poder e Perversão", morreu na prisão antes de ser condenado num novo caso de abuso sexual e também viu seu caso ganhar sobrevida.

"Pacto Brutal", ao escolher não falar com o assassino da atriz Daniella Perez, Guilherme de Pádua, recebeu críticas por supostamente promover um novo julgamento para alguém que já havia cumprido pena, sem ouvir seu lado.

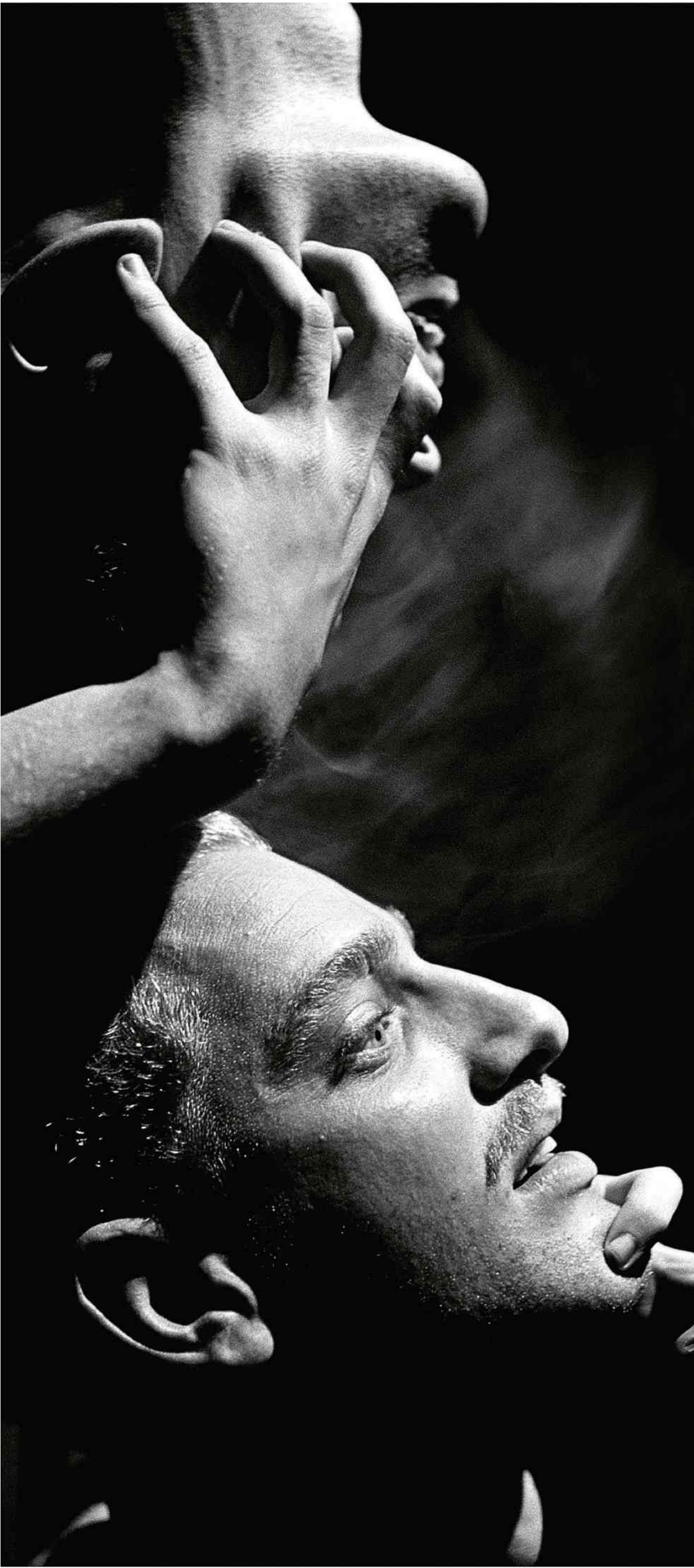
Agora, "Vale o Escrito - A Guerra do Jogo do Bicho", que expõe nomes que controlam a contravenção no Rio de Janeiro, terá sua segunda temporada impactada pela prisão dos mandantes do assassinato de Marielle Franco.

"Não fiz esse filme para apontar dedos", diz Clair Titley, sobre o "O Competidor". "Enquanto cineasta, quero promover discussões. Claro que não acho correto o que fizeram com Nasubi, mas gosto do fato de cada um olhar para a história da sua maneira."

Segundo Amir Labaki, fundador do É Tudo Verdade, agregar posicionamentos e os confrontar diante do espectador está no cerne do gênero documental. "É absolutamente contemporânea, na produção não ficcional, a afirmação do documentarista como maestro de uma polifonia de pontos de vista, da justaposição e contraste de narrativas distintas da mesma situação."

Também em exibição no É Tudo Verdade, "Diários da Caixa Preta", que concorre entre os longas documentais, mostra a luta da diretora Shiori Ito para levar o homem que a estuprou à Justiça —algo que ele, próximo do ex-premiê Shinzo Abe, conseguiu evitar.

É Tudo Verdade
De 3 a 14 de abril. Nos cinemas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Detalhes em etudoverdade.com.br. Grátis

Experimento fotográfico de Thomaz Farkas feito em 1947 na Politécnica, que integra a Universidade de São Paulo
Divulgação

MOSTRA COMPETITIVA

Internacional

- **'Celluloid Underground'**, de Ehsan Khoshbakht
- **'Cento e Quatro'**, de Jonathan Schörnig
- **'Copa de 71'**, de Rachel Ramsay e James Erskine
- **'Corpo'**, de Petra Seliškar
- **'Diários da Caixa Preta'**, de Shiori Ito
- **'E Assim Começa'**, de Ramona S. Diaz
- **'Mamãe Suriname - Mama Sranan'**, de Tessa Leuwsha
- **'Mixtape La Pampa'**, de Andrés di Tella
- **'O Mundo É Família'**, de Anand Patwardhan
- **'O Relatório da Revolta de 1967'**, de Michelle Ferrari
- **'Uma Estória Americana'**, de Jean-Claude Taki e Alexandre Gouzou
- **'Zinzindurrunkarratz'**, de Oskar Alegria

Nacional

- **'Diamantes'**, de Daniela Thomas, Sandra Corveloni e Beto Amaral
- **'Fernanda Young - Foge-me ao Controle'**, de Susanna Lira
- **'Hoje É o Primeiro Dia do Resto da Sua Vida'**, de Bel Bechara e Sandro Serpa
- **'Inutensílios'**, de Bruno Jorge
- **'Lampião, Governador do Sertão'**, de Wolney Oliveira
- **'Tesouro Natterer'**, de Renato Barbieri
- **'Verissimo'**, de Angelo Defanti

INÊS 249

Plataforma da Petrobras no ES; lucro caiu 33% em 2023, o que a empresa atribuiu, entre outras razões, à desvalorização do petróleo Bruno Santos - 1º.mar.24/Folhapress

Lucro das maiores estatais cai 24% no primeiro ano de Lula 3

Ganho menor de Petrobras e BNDES diminui resultado somado das cinco grandes

Mariana Brasil

BRASÍLIA As principais estatais federais —Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica Federal e Correios— registraram um lucro líquido somado de R$ 182 bilhões em 2023, o que representa uma queda de 24% em relação a um ano antes (em valores nominais, sem contar a inflação).

O desempenho no primeiro ano do governo Lula (PT) é explicado principalmente pela retração do resultado da Petrobras, que viu seu lucro cair 33% em relação a 2022 (para R$ 124,6 bilhões). Também houve queda no BNDES, com um resultado 5% menor no ano passado (para R$ 11,9 bilhões).

Por outro lado, Banco do Brasil e Caixa registraram resultados melhores em 2023. No primeiro caso, houve expansão de 11,3% (para R$ 35,5 bilhões). No segundo, de 15,5% (para R$ 10,6 bilhões).

A explicação para os resultados das estatais, que repassam parte de seus lucros ao Tesouro Nacional por meio de dividendos, varia. No caso da Petrobras, a administração da empresa diz que houve desvalorização do petróleo no mercado externo. O barril do tipo Brent caiu 18% em 2023 na comparação com 2022.

A companhia diz que seu resultado foi impactado por margens menores na venda de derivados e por maiores despesas operacionais. A retração do lucro acompanha o das grandes petroleiras do mundo, que também registraram recuo nos ganhos.

No BNDES, a administração afirma que a base de comparação com 2022 foi prejudicada pela venda de ações naquele ano —o que não se repetiu em 2023.

O BNDES buscou se desfazer de ações de diferentes companhias, como Petrobras e Vale, durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL) —orientação contrária à do governo Lula, que já sinalizou querer ampliar a presença do banco como sócio de empresas.

O diretor financeiro do BNDES, Alexandre Abreu, diz que a atual gestão preferiu não fazer venda de ações por não considerar o momento adequado. Segundo ele, essa mudança de orientação acabou beneficiando a instituição.

"O fato de a gente não ter feito [a venda] fez com que as ações se valorizassem, e tivemos vantagens em mantê-las. Se tivéssemos vendido, teríamos perdido", afirma o executivo.

Segundo ele, a atual administração do banco também teve de lidar com um caixa menor devido às devoluções antecipadas de recursos ao Tesouro —que, só em 2022, superaram R$ 70 bilhões.

"No início desta gestão havia um problema de caixa, que caiu de R$ 90 bilhões no começo de 2022 para R$ 16 bilhões no início de 2023, quando nós assumimos", diz Abreu.

Em gestões anteriores, o BNDES havia se comprometido a devolver, até 2023, R$ 440 bilhões em recursos repassados pelo Tesouro entre 2008 e 2014.

No ano passado, no entanto, a instituição firmou um acordo com o TCU (Tribunal de Contas da União) para adiar o restante dos pagamentos e dividir os R$ 22,6 bilhões remanescentes em parcelas até 2030.

Sobre os próximos exercícios, a diretoria do BNDES afirmou que ainda é cedo para projeções de resultados. Mas o banco prevê aumentar o nível de desembolsos do atual 1,1% do PIB (Produto Interno Bruto) para 2% em 2026 —de acordo com a administração, com segurança e indicadores de saúde financeira em dia.

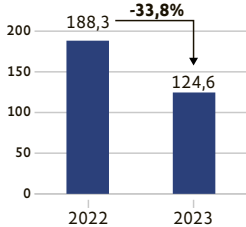
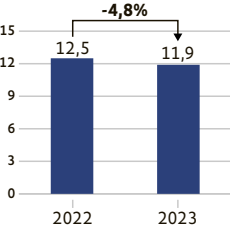
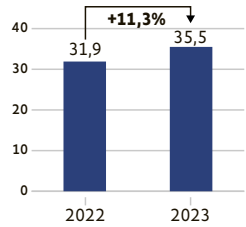
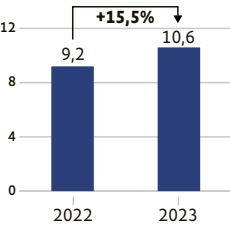
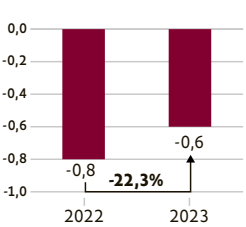
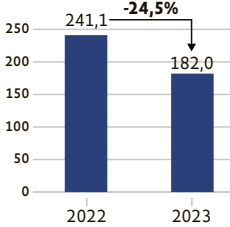
Já no Banco do Brasil, houve melhora do resultado. Os diretores atribuem o desempenho a diferentes fatores, como o crescimento das receitas de prestação de serviços —por exemplo, em consórcios, seguros e operações de crédito e garantia.

Principal financiador do agronegócio nacional, o banco monitora o desempenho da safra em meio aos efeitos climáticos que têm atingido o país neste ano. A avaliação, no entanto, é que apenas culturas específicas em regiões delimitadas têm sido afetadas até agora —o que minimiza potenciais impactos na carteira.

O banco diz que, nas contratações da safra atual, mais de 50% dos volumes estão cobertos por mitigadores de risco. Afirma ainda que a carteira ligada ao agronegócio está sólida e com números baixos de inadimplência.

Na Caixa, o vice-presidente de Finanças, Marcos Brasiliano Rosa, destaca entre os principais fatores para o desempenho de 2023 a melhora da margem financeira, com mais receitas nas operações de crédito, e o controle da inadimplência. Segundo ele, a tendência natural é que a recuperação da margem financeira continue neste ano.

O vice-presidente também diz que o governo Lula e os novos produtos da atual gestão geram novos negócios para o banco. Um exemplo é o programa "Pé De Meia", espécie de poupança para alunos de baixa renda que cursarem o ensino médio.

"A Caixa faz isso como executora do programa e, por óbvio, recebendo tarifa para isso, e em todas elas passando pela questão de sustentabilidade e rentabilidade. A Caixa acaba trabalhando um pouco mais e ganhando um pouco mais em cima desse tipo de serviço."

Ele também cita o Minha Casa, Minha Vida, que teve algumas de suas linhas extintas no governo Bolsonaro e que agora voltarão a ser operadas —como a faixa 1 do programa habitacional, voltada às famílias de baixa renda.

A Caixa diz que 2024 deve ser ainda melhor devido a diferentes fatores, como a queda da taxa de juros.

"Isso faz com que se criem um ambiente um pouco mais auspicioso e um mercado com um pouco mais de tranquilidade", diz Brasiliano.

Nos Correios, houve prejuízo 22% menor (para R$ 596 milhões). O resultado decorre de uma retração no campo das despesas e de uma melhora no resultado financeiro, principalmente devido a menos variações cambiais.

O resultado das estatais é registrado enquanto analistas observam de perto a movimentação do governo Lula sobre as empresas. Entre investidores da Petrobras, por exemplo, há preocupação de que atos da nova gestão afetem o desempenho da companhia.

Um complicador é o fato de, desde o ano passado, as estatais estarem mais expostas a indicações políticas com a suspensão do trecho da Lei das Estatais que tornava mais rigoroso o processo de escolha para cargos de conselheiros e diretores.

Elena Landau, economista da PUC-Rio, vê riscos de o governo federal interferir mais nas estatais, como no caso da Petrobras. "Quando você muda a Lei das Estatais, você consegue fazer indicações não técnicas de aliados e distribuir cargos", diz.

"A venda de refinaria já começou a ter problema desde o governo Bolsonaro, que também quis intervir no preço do combustível, e isso assusta potenciais compradores", afirma ela.

"A intervenção política na Petrobras também leva ao equívoco de o governo voltar a utilizar a empresa para fazer navio e apoiar a indústria naval, que o Brasil já tentou várias vezes fazer", afirma. "Essa soma de coisas atrapalha toda a operação das estatais."

O economista Joelson Sampaio, da FGV (Fundação Getúlio Vargas), afirma que o respeito à Lei das Estatais garante a proteção do conselho nas indicações e em outros momentos que envolvem a operação da companhia.

Ele lembra que a saúde financeira das empresas públicas rende dividendos para a União (em 2024, o Tesouro espera receber R$ 43,6 bilhões do conjunto total das estatais).

"Quando a empresa estatal é bem gerida, ela é superavitária e gera resultados positivos para o governo e para a população", diz.

Petrobras e BNDES têm lucro menor, enquanto resultado de outras estatais melhora

Resultado líquido
Em R$ bi

Fonte: Balanços das estatais (lucro dos bancos considera o recorrente)

Quando a empresa estatal é bem gerida, ela é superavitária e gera resultados positivos para o governo e para a população

Joelson Sampaio
economista da FGV (Fundação Getúlio Vargas)

Tebet defende direito de Lula indicar Mantega para conselhos

Nathalia Garcia

BRASÍLIA A ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) defendeu o direito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de indicar o ex-ministro Guido Mantega para cargos em conselhos, seja da Vale ou da Braskem.

Ela também descartou que haja interferência do governo petista sobre a Petrobras. "A partir do momento em que o presidente vê na figura do ex-ministro Guido Mantega um parceiro e tenta com isso colocá-lo na economia, na política, ou seja, ao seu lado, é direito do presidente", disse Tebet em entrevista à CNN Brasil, que foi ao ar no sábado (30).

"Em se vendo que o estatuto das estatais não permite, o errado seria se o presidente insistisse. Percebeu-se que não o podia, o presidente parou de insistir. Isso faz parte da política."

Lula trabalhou para indicar Mantega para um dos assentos do conselho de administração ocupados pela Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, abrindo caminho para o ex-ministro da Fazenda na linha sucessória.

A notícia do recuo foi recebida com alívio pelos investidores, que temiam ingerência política do governo Lula na mineradora. Fracassada a tentativa, o governo estudou indicá-lo para o conselho administrativo da Braskem.

À CNN Brasil, Tebet disse também não ver interferência do Executivo sobre as decisões da Petrobras. O tema ganhou notoriedade depois que o conselho da estatal barrou o pagamento de dividendos extraordinários aos acionistas, afugentando investidores e fazendo a companhia perder bilhões em valor de mercado.

"Eu não vejo [interferência]. Converso com o presidente da Petrobras [Jean Paul Prates] regularmente por outros interesses que temos, porque somos da equipe econômica, não vejo essa interferência na política de preços da Petrobras", disse.

"Tanto é que falou-se muito que [a Petrobras] perdeu R$ 50 bilhões, o que se recupera em 15 dias, mas ninguém viu que teve o segundo maior valor histórico da série nos últimos anos. Então, a Petrobras continua forte, com uma política muito importante, moderna, de repaginar a sua história", continuou.

Na entrevista, Tebet também falou sobre a atual política de juros do Banco Central e defendeu que o patamar de 9% na Selic não pode ser o piso buscado pela autoridade monetária para a taxa básica ao término de 2024.

"[9%] Não pode ser o piso. Só pode ser o piso se nós, a partir do segundo semestre, começarmos a dar outros sinais que não os sinais que estamos dando. Porque o Banco Central não está analisando os preços dos alimentos apenas. O BC está de olho na política fiscal do governo", disse.

Quanto ao trabalho do governo para equilíbrio das contas públicas, Tebet afirmou que não há "pelo menos até o meio do ano" preocupação em discutir a revisão da meta de déficit zero em 2024. Para o ano que vem, evitou se comprometer com a promessa de 0,5% de superávit.

Equipe da Secretaria de Saúde do Rio, com idades entre 24 e 44 anos, que viraliza nas redes com conteúdo pop Aluísio Bispo/Divulgação

Apenas 6,7% dos servidores federais são da geração Z

Nascidos entre 1995 e 2010 são tidos como importantes para avanços em tecnologia, política pública e diversidade

VIDA PÚBLICA
SERVIDORES DA GERAÇÃO Z

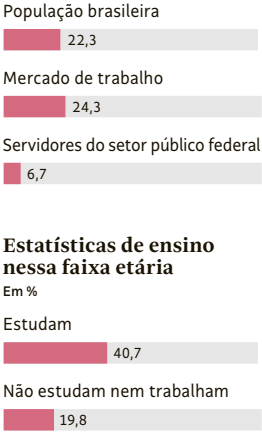
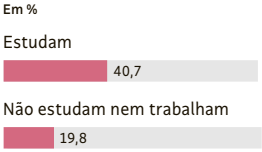
Luany Galdeano

RIO DE JANEIRO Jovens da geração Z, nascidos entre 1995 e 2010, podem levar ao setor público um olhar mais apurado para pautas como tecnologia, comunicação e políticas públicas para diversidade, segundo especialistas. Mas, embora representem quase um quarto da população do país, ainda são minoria entre os servidores.

No Executivo federal, apenas 6,7% do quadro têm menos de 30 anos. Na Prefeitura de São Paulo, o número é ainda mais baixo: só 3% dos profissionais da administração direta têm entre 18 e 30 anos.

A baixa presença da geração Z no setor público se estende para outras partes do mundo. Nos EUA, só 1,6% dos servidores do nível federal estão nessa faixa etária, segundo relatório publicado em 2022 pela ONG americana Partnership for Public Service com base em dados públicos do governo.

As informações do Executivo federal são do painel estatístico de pessoal do MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos), e as da capital paulista são do boletim de recursos humanos da prefeitura, ambos referentes a fevereiro deste ano.

Os dados revelam um ritmo lento de ingresso de novos servidores, que pode elevar as chances de conflitos geracionais nos órgãos públicos, além de atrasar a renovação do quadro profissional.

"O problema é ter um serviço público calcado somente em uma geração, independentemente de qual for", afirma Fernando Coelho, professor de administração pública da USP e integrante do Movimento Pessoas à Frente.

"Se só há pessoas mais velhas, elas já têm algum tipo de vício e, em razão do modelo burocrático, podem não gerar abertura para processos de inovação."

Na Prefeitura de São Paulo, a média de idade é de 48 anos. No Executivo federal, o mesmo índice seguia estável, em 49 anos, desde 2014, mas começou a subir a partir de 2021. Hoje, está em 51 anos.

Fatores como redução da abertura de concursos e maior dificuldade dos jovens para serem aprovados nos certames, por falta de mestrado ou doutorado, barram a entrada de novos profissionais no setor, segundo Coelho.

Além disso, a força de trabalho de linha de frente, como médicos e policiais, tende a integrar uma faixa etária mais jovem que a das burocracias mais "tradicionais", como da administração direta.

No setor público federal, pessoas acima dos 60 anos são mais que o dobro de jovens: 90.574 ante 38.457. A maior parcela, ou 40%, dos servidores com menos de 30 anos atua como residente no setor de saúde ou no programa Mais Médicos.

A chance de haver conflitos geracionais aumenta nesse contexto, em que há uma lacuna de idade maior entre funcionários novos e antigos, capaz de evidenciar a diferença de comportamento entre grupos etários distintos.

A geração Z tem relações sociais atreladas à internet e às tecnologias. Por isso, quando chegam a um ambiente profissional, podem ter maior dificuldade para se adaptar, segundo Leonardo Trevisan, professor de economia da ESPM.

Trevisan afirma que, por isso, jovens tendem a não seguir regras tradicionais de como se vestir e se portar com figuras de autoridade, por exemplo. "É possível que o choque provoque problemas na entrega de trabalho no setor público, onde esses códigos de conduta são ainda mais rígidos."

Além disso, jovens também estão sujeitos a sofrer com estereótipos e preconceitos, assim como ocorre com os mais velhos. A geração Z é associada à falta de compromisso com o trabalho, e, por vezes, tachada como mimada e exigente.

No entanto, especialistas afirmam que a chegada inevitável dos nascidos entre 1995 e 2010 ao ambiente de trabalho pode modernizar alguns aspectos do setor público.

"O ideal é existir uma composição intergeracional, até para ter o aproveitamento das vantagens de cada geração", diz Fernando Coelho, da USP.

No Piauí, por exemplo, 400 alunos jovens de escolas públicas foram contratados para auxiliar servidores mais velhos com tecnologia.

Essa integração também ocorre na Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Na equipe responsável pelas redes sociais da pasta, 6 dos 10 funcionários têm até 30 anos, mas a faixa etária varia de 24 a 44 anos.

As publicações da secretaria viralizam por fazer referência à cultura pop e surfar na onda de tendências populares nas redes.

Isso começou na época da pandemia, com a publicação dos calendários de vacinação da Covid. Para faixas etárias mais jovens, a equipe passou a referenciar conteúdo de diferentes gerações a fim de aumentar o engajamento.

"Fizemos uma postagem: se você sabe o que é mIRC [rede social popular no fim dos anos 1990], chegou a hora de se vacinar", conta Clarissa Mello, 38, gerente de conteúdo da secretaria.

"Fugiu da curva do institucional e sentimos que tinha espaço, porque, quanto mais a gente engajasse, melhor, para que o maior número de pessoas se vacinasse."

Esse tipo de abordagem virou marca nas redes da pasta. Com as publicações, a secretaria foi de 20 mil em 2021 para 362 mil seguidores no Instagram. No TikTok, os vídeos acumulam 221 mil curtidas.

O grupo diz apreciar o ambiente de trabalho na pasta devido à autonomia para propor e publicar conteúdo, sem precisar passar por muitas etapas de aprovação que atrasariam o processo. Esse tipo de dinâmica é valorizada por profissionais da geração Z, segundo especialistas.

"Acho difícil imaginar que conseguiríamos levar tantas pessoas para se vacinar e fazer pautas de saúde serem discutidas se a gente não pudesse brincar também. Essa liberdade é essencial para o dia a dia de trabalho, mas também para o resultado que vemos nas redes", afirma Patricia Avolio, 30, supervisora de conteúdo.

Especialistas afirmam que a diversidade é outro tema valorizado para os mais jovens. Por isso, ao alcançar o setor público, a geração Z pode demandar maior presença de grupos sub-representados, sobretudo em cargos de chefia.

Essa faixa etária também pode desenvolver mais políticas públicas para a inclusão do que as gerações passadas, de acordo com Leonardo Trevisan, da ESPM. O tema é caro aos jovens por terem nascido em um contexto em que a diversidade é mais discutida e ampliada.

"Se queremos um Brasil atendendo mais aqueles que precisam, ter a geração Z chegando ao setor público talvez facilite uma aceitação de graus de diversidade maiores."

Procurado, o MGI não respondeu ao questionamento sobre a falta de jovens no quadro de funcionários.

A Prefeitura de São Paulo disse, em nota, que a idade não é critério de seleção e a atração de jovens depende do perfil do cargo. Segundo a gestão, o programa de estágio da prefeitura é o maior do país na área pública e atrai jovens estudantes.

Esta é a primeira reportagem da série Servidores da Geração Z, uma parceria com o Instituto República.org, que discute a presença, atração e retenção de jovens profissionais no setor público.

Entenda a Geração Z

% de nascidos entre 1995 e 2010

	%
População brasileira	22,3
Mercado de trabalho	24,3
Servidores do setor público federal	6,7

Estatísticas de ensino nessa faixa etária

Em %

	%
Estudam	40,7
Não estudam nem trabalham	19,8

Fonte: Censo 2022, Pnad Contínua 2023 e dados de 2024 do painel estatístico de pessoal do governo federal

O problema é ter um serviço público calcado somente em uma geração. Se só há pessoas mais velhas, elas já têm algum tipo de vício e, em razão do modelo burocrático, podem não gerar abertura para processos de inovação

Fernando Coelho, professor de administração pública da USP

TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.

CNPJ nº 34.840.096/0001-18

Relatório da Administração

São Paulo, 28 de março de 2024, o Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ("TRSP"), divulga seus resultados referentes ao ano de 2023. **Sobre o TRSP:** Localizado no Porto de Santos, a construção do TRSP teve início em 2021 e constitui um marco na abertura do mercado. Trata-se de um ativo estratégico que ampliará as opções de suprimento na região de maior demanda por gás natural do Brasil. O TRSP terá uma capacidade de regaseificação nominal licenciada de 14 milhões de m³/dia e de armazenamento de 173 mil m³ de GNL. A entrega e armazenamento será feita com um FRSU *(Floating Storage and Regasification Unit)*, navio que realiza o armazenamento e a regaseificação do gás natural liquefeito (GNL). Uma tubulação com cerca de 8 quilômetros de extensão ligará o navio regaseificador ao ponto de entrega do gás natural de Cubatão, onde poderá se conectar à rede de gasodutos de distribuição de gás natural. Quando pronto, o TRSP permitirá a importação de gás natural e a expansão da oferta do energético, seja por meio das redes de gasodutos, ou eventualmente, *off-grid* através do projeto GNL B2B, com o auxílio de caminhões-tanque. A previsão é de que o TRSP inicie suas operações no início de 2024. Nesse projeto, foram investidos até 31 de dezembro de 2023 um montante de R$ 1,2 bilhões. **Impacto do TRSP na comunidade local:** Desde as etapas de avaliação do projeto, a Companhia estabeleceu contato com as comunidades locais, instaurando uma comunicação ativa para levantar as necessidades dos habitantes da região. Quando se concluiu o estudo de impacto ambiental do projeto, foi definido que a Companhia realizaria 35 programas obrigatórios ligados ao processo de licenciamento ambiental e que três colônias de pescadores sediadas no estuário de Santos seriam monitoradas para fins ambientais. A administração, por iniciativa própria, decidiu ampliar o grupo de pescadores analisados, incluindo mais quatro colônias no monitoramento. Em paralelo ao envolvimento com as colônias pesqueiras, o time do TRSP viabilizou ações sociais relevantes com outras comunidades, de forma voluntária, através da parceria com Instituto Elos. Esta ONG situada na Baixada Santista, possuí ampla experiência na gestão de projetos de impacto na região. Esse projeto focou em dois eixos: Desenvolvimento Territorial que contou com a participação da comunidade local, estimulando o empreendedorismo, a educação ambiental e o pertencimento perante a região). E, o Protagonismo Jovem direcionado a adolescentes e jovens adultos, com iniciativas para melhorar a perspectiva futura dessa população.

Demonstrações financeiras em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)*

Balanços Patrimoniais	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos: Caixa e equivalentes de caixa	8	193.713	174.246
Títulos e valores mobiliários	9	533	160
Recebíveis de partes relacionadas	10	2.874	3.105
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		9.545	1.670
Outros ativos		31.462	25.466
Ativo circulante		**238.127**	**204.647**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	49.924	–
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		7.634	17.626
Instrumentos financeiros derivativos	16	30.677	17.301
Imobilizado	11	1.230.182	659.488
Intangível		8.456	2.748
Direito de uso	12	1.511.675	8.522
Ativo não circulante		**2.838.548**	**705.685**
Total do ativo		**3.076.675**	**910.332**

Balanços Patrimoniais	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivos: Debêntures	14	735.565	128.270
Passivos de arrendamento	15	148.740	1.088
Instrumentos financeiros derivativos	16	147	485
Fornecedores	17	22.791	13.619
Ordenados e salários a pagar		9.744	5.000
Imposto de renda e contribuição social correntes		377	377
Outros tributos a pagar		2.144	920
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19	307	307
Pagáveis a partes relacionadas	10	1.154	1.025
Outras contas a pagar	17	48.739	16.088
Passivo circulante		**969.708**	**167.179**
Debêntures	14	–	696.596
Passivos de arrendamento	15	1.415.008	7.803
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	–	564
Passivo não circulante		**1.415.008**	**704.963**
Total do passivo		**2.384.716**	**872.142**
Patrimônio líquido	19		
Capital social		787.205	37.205
Outros resultados abrangentes		(11.928)	–
Reservas de lucros		–	985
Prejuízos acumulados		(83.318)	–
Total do patrimônio líquido		**691.959**	**38.190**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.076.675**	**910.332**

Demonstrações dos Resultados	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas	20	(74.164)	(10.966)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(131)	55
Resultado Operacional		**(74.295)**	**(10.911)**
Despesas financeiras		(188.847)	(110.687)
Receitas financeiras		125.208	110.302
Variação cambial, líquida		199	(106)
Efeito líquido dos derivativos		9.088	60.298
Resultado financeiro líquido	21	**(54.352)**	**59.807**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(128.647)**	**48.896**
Imposto de renda e contribuição social	18		
Diferido		44.344	(16.558)
Resultado líquido do exercício		**(84.303)**	**32.338**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício		**(84.303)**	**32.338**
Outros resultados abrangentes:			
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:			
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	16	(18.072)	–
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	16	6.144	–
		(11.928)	**–**
Resultado abrangente do exercício		**(96.231)**	**32.338**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(128.647)	48.896
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	20	38.895	520
Transações com pagamento baseado em ações	22	1.391	526
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos		54.842	(22.048)
Provisão de bônus e participação no resultado		5.482	3.293
		(28.037)	**31.187**
Variação em:			
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos, líquidos		3.403	(18.600)
Partes relacionadas, líquidas		359	(552)
Fornecedores e outros passivos financeiros		9.404	(40.036)
Ordenados e salários a pagar		(1.618)	(2.243)
Outros ativos e passivos, líquidos		25.217	1.573
		36.765	**(59.858)**
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		**8.728**	**(28.671)**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
(Compra) venda de títulos e valores mobiliários, líquido		(34)	340.223
Adições ao imobilizado e intangível	11	(659.379)	(379.272)
Outros ativos financeiros		–	(24.953)
Recebimento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		6.194	–
Pagamento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		(11.291)	–
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**(664.510)**	**(64.002)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de debêntures		–	(204)
Amortização de principal sobre arrendamentos	15	(27.927)	(166)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	15	(46.824)	(887)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	19	750.000	–
Instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		–	4.293
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**675.249**	**3.036**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		**19.467**	**(89.637)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**174.246**	**263.883**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**193.713**	**174.246**

Transações que não envolveram caixa: A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:
(i) Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no montante de R$ 113.556 (R$ 26.824 em 31 de dezembro de 2022). (ii) Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R$ 1.533.968, relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento. **Apresentação de juros:** Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores mobiliários, assim como, os juros pagos sobre as obras em andamento e ativos de contrato são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**37.205**	**–**	**985**	**–**	**38.190**
Resultado líquido do exercício		–	–	–	(84.303)	(84.303)
Resultados abrangentes:						
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa líquido de imposto	16	–	(11.928)	–	–	(11.928)
Total de outros resultados abrangentes		**–**	**(11.928)**	**–**	**(84.303)**	**(96.231)**
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:						
Integralização de capital		750.000	–		–	750.000
Absorção de reserva legal com prejuízos acumulados		–	–	(985)	985	–
Total de contribuições e distribuições		**750.000**	**–**	**(985)**	**985**	**750.000**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**787.205**	**(11.928)**	**–**	**(83.318)**	**691.959**

	Nota	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**37.205**	**–**	**(31.046)**	**6.159**
Resultado líquido do exercício		–	–	32.338	32.338
Resultados abrangentes:					
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto		–	–	–	–
Total de outros resultados abrangentes		**–**	**–**	**32.338**	**32.338**
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:					
Dividendos mínimos obrigatórios	19	–	–	(307)	(307)
Constituição reserva legal		–	1.617	(1.617)	–
Absorção de prejuízos acumulados		–	(632)	632	–
Total de contribuições e distribuições		**–**	**985**	**(1.292)**	**(307)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**37.205**	**985**	**–**	**38.190**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: O Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S/A ("TRSP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A., que detém 100% do seu capital social. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final. A Companhia tem como atividades principais a construção, operação e manutenção de instalações de regaseificação e transferência de gás natural liquefeito ("GNL") e atua em importação, distribuição, armazenamento, transporte e comercialização de gás natural liquefeito atua também na prestação de serviço de engenharia, assessoria, coordenação, gerenciamento na implantação, operação e manutenção necessários a consecução das atividades mencionadas anteriormente e construção, operação e manutenção de gasodutos integrantes do terminal de regaseificação de GNL. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional onde sendo realizados os últimos ajustes e testes para início das operações, que estavam previamente previstas para iniciar em 1º de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 731.581 (em 31 de dezembro de 2022 capital circulante líquido positivo de R$ 37.468). A Companhia faz parte de um grupo econômico relevante e gerencia de forma integrada os fluxos de caixa operacionais, de investimentos e de financiamentos. **1.1 Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação ("FSRU"):** Em 01 de julho de 2023, a Companhia passou a deter a gestão e responsabilidade sobre a Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação ("FRSU"), sendo reconhecido o direito de uso e passivo de arrendamento atrelado no montante de R$1.533.969. O ativo arrendado será utilizado para recepção, armazenamento e regaseificação de GNL ("Gás Natural Liquefeito"). O prazo do arrendamento considerado foi de 20 anos sendo o contrato inicial de 10 anos com razoável certeza de prorrogação por dois períodos de 5 anos. **1.2 Impactos dos conflitos internacionais:** A Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito entre Rússia e Ucrânia iniciado no final de fevereiro de 2022, assim como os recentes acontecimentos no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das *commodities* de óleo de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o presente momento, os efeitos desses conflitos não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. Adicionalmente, a Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das *commodities* de óleo de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, não houve impactos nas demonstrações financeiras anuais. A Companhia continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vistas a potenciais impactos nos negócios e, consequentemente, nas demonstrações financeiras. **2. Declaração de conformidade:** Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pela Administração em 28 de março de 2024. **3. Políticas contábeis:** As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: **3.1 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual ela opera, gera e consome dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2 Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão inclusas nas seguintes notas explicativas: **• Nota 6** - Mensuração de valor justo reconhecidas; **• Nota 12** - Direito de uso; **• Nota 15** - Passivos de arrendamento; **• Nota 18** - Imposto de renda e contribuição social; **• Nota 22** - Pagamentos baseados em ações. **4. Normas contábeis: 4.1 Normas contábeis recentemente adotadas pela Companhia: Norma aplicável - Principais requisitos ou mudanças na política contábil - Impacto:** Alterações à IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023. - A IAS 8/CPC 23 introduz a nova definição de estimativa contábil "As estimativas contábeis são montantes monetários nas demonstrações contábeis que estão sujeitas a incerteza de mensuração" e esclarece como as entidades devem distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. Os parágrafos impactados são os itens 5, 32, 34, 38 e 48 e o título do item 32. Ocorre uma distinção entre estimativas contábeis (são aplicadas prospectivamente) e políticas contábeis (são aplicadas retrospectivamente). - Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia; Alterações à IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023. - A IAS 1/CPC 26 introduz orientações para decisão sobre quais políticas contábeis devem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras. Os parágrafos impactados para apoiar na identificação de política contábil materiais são os itens 114, 117, 122, 117A, 117E, 139V e exclusão dos itens 118, 119 e 121. -Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia; Alterações à IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023. - Alteração de escopo de isenção de reconhecimento inicial e esclarece como as entidades devem contabilizar o imposto diferido em certas transações tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção. Os parágrafos impactados são: Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e b do item 24; inclui o inciso (iii) da letra b do item 15, o item 22A, a letra c do item 24, os itens 98K e 98L e o exemplo 8 do Apêndice B. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia; Alterações à CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguro. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023. - A alteração adiciona uma nova opção de transição para a IFRS 17 (a 'sobreposição de classificação') para aliviar as complexidades operacionais e os desfasamentos contabilísticos únicos na informação comparativa entre passivos de contratos de seguro e ativos financeiros relacionados na aplicação inicial da IFRS 17. Permite a apresentação de informações comparativas sobre ativos financeiros devem ser apresentadas de forma mais consistente com a IFRS 9 Instrumentos Financeiros. - Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia; Alteração CPC 32/IAS 12 - item 4A referente a nova regra tributária Pilar Dois. - Tendo em vista que em 2023 muitos países promulgaram regulação tributária voltada a implementar as regras dos modelos globais anti-erosão da base tributária em nível global (GloBE model rules) integrantes do projeto denominado "Pilar Dois" e coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esta legislação causou incertezas na apuração de ativos e passivos fiscais diferidos no contexto do CPC 32 ("Tributos sobre o Lucro"). Em vista deste cenário, o IASB e o AASB propuseram mudanças no IAS 12, que foram implementadas no Brasil mediante a publicação da Resolução CVM nº 197, em 28/12/2023, introduzindo alterações na norma correspondente brasileira (CPC 32). Essas mudanças introduziram uma isenção temporária obrigatória com relação ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois (item 4A do CPC 32). A Resolução CVM nº 197/2023 também introduziu no CPC 32 obrigações de divulgação de informações sobre a exposição da entidade aos tributos do Pilar Dois, sem apresentar requisitos específicos quanto ao nível de detalhamento e permitindo o atendimento desta obrigação com a divulgação de informações sobre o progresso da entidade na avaliação de sua exposição. - A Companhia aplicou esta isenção temporária para as demonstrações financeiras com exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, avaliamos o que está no escopo das regulações tributárias que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas em alguns dos países nos quais determinadas entidades consolidadas pelo grupo operam. Em que pese o fato de que a implementação dessas regulações é ainda muito recente e que nenhum país aplicou exigência concreta de imposto mínimo global em 2023, a Companhia, considerando os pontos acima, efetuou uma avaliação preliminar, apoiada por consultoria especializada, e concluiu não haver expectativa de impactos significativos em relação às jurisdições onde opera. No entanto, a Companhia prosseguirá com os estudos e avaliação mais aprofundada da aplicação das novas regras, para divulgação do qualquer exposição, se houver, nas demonstrações financeiras dos próximos exercícios. **4.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Norma aplicável - Principais requisitos ou mudanças na política contábil:** Alterações à IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024. - Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um *sale-leaseback* que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de *sales and leaseback;* Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentações das Demonstrações Contábeis. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024; Alteração à IAS 1 com a intenção de aprimorar as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (comumente referidos como "*covenants*"). As alterações também responderam às preocupações das partes interessadas sobre a classificação de tal passivo como circulante ou não circulante que surgiram no decorrer do projeto, em especial após discussão e emissão de agenda *decision* por parte do IFRIC; Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024. - As alterações introduzem dois novos objetivos de divulgação - um na IAS 7 e outro na IFRS 7 - para que a entidade forneça informações sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores que permitiriam ao leitor das demonstrações avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade. Também será necessário divulgar o tipo e o efeito das alterações não monetárias nos valores contábeis dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento do fornecedor. Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo CPC e IASB e que estejam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não são aplicáveis ou relevantes para a Companhia. **5. Ativos e passivos financeiros: Política contábil:** A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros. Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "Principal e Juros". Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas, vencidas ou quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	8	192.453	174.078
Recebíveis de partes relacionadas	10	2.874	3.105
Outros ativos financeiros		30.070	25.304
Total		**225.397**	**202.487**
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.260	168
Títulos e valores mobiliários	9	533	160
Instrumentos financeiros derivativos	16	30.677	17.301
Total		**32.470**	**17.629**
Total		**257.867**	**220.116**
Passivos			
Custo amortizado			
Debêntures	14	(735.565)	(824.866)
Fornecedores	17	(22.791)	(13.619)
Passivos de arrendamento	15	(1.563.748)	(8.891)
Pagáveis a partes relacionadas	10	(1.154)	(1.025)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19	(307)	(307)
Total		**(2.323.565)**	**(848.708)**
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	16	(147)	(485)
Total		**(147)**	**(485)**
Total		**(2.323.712)**	**(849.193)**

6. Mensuração de valor justo reconhecido: Política contábil: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros. Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: i. o uso de preços de mercado cotados; ii. para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado. Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio. A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no qual as avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos cotados em mercados ativos. • Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos. • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo com a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

	Nota	Valor contábil e valor justo (i) 31/12/2023 Nível 2	31/12/2022 Nível 2
Ativos			
Aplicações em fundos de investimento	8	1.260	168
Títulos e valores mobiliários	9	533	160
Instrumentos financeiros derivativos	16	30.677	17.301
Total		**32.470**	**17.629**
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	16	(147)	(485)
Total		**(147)**	**(485)**

(i) As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresenta saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato deles possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve alteração na classificação dos níveis da Companhia. **7. Gestão de risco financeiro:**

Política contábil: Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto. O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado pela tesouraria e time de riscos sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria e time de riscos da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos com taxa de juros flutuante protegidos. A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **a) Risco de mercado:** O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. **(i) Risco cambial:** Exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivos de arrendamento (i)	(1.548.942)	–
Instrumentos financeiros derivativos	30.530	(16.816)
Total	**(1.518.412)**	**(16.816)**

(i) A Companhia designou 100% do passivo de arrendamento exposto a dólar para proteção de receitas futuras altamente prováveis, conforme demonstrado na nota 23 c). A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares. Um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do real em relação ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2023, teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e o patrimônio líquido afetado e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

Instrumento	Risco	Provável	Cenários 25%	50%	(25%)	(50%)
Passivos de arrendamentos (i)	Alta cambial	(1.599.717)	(1.999.646)	(2.399.575)	(1.199.787)	(799.858)
Instrumentos financeiros derivativos cambiais	Baixa cambial	26.177	7.112	2.821	58.880	124.989
Exposição cambial, líquida		**(1.573.540)**	**(1.992.534)**	**(2.396.754)**	**(1.140.907)**	**(674.869)**

(i) A Companhia designou 100% do passivo de arrendamento exposto a dólar para proteção de receitas futuras altamente prováveis, conforme demonstrado na nota 16 c). O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados em 31 de dezembro de 2023, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável. Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R$/U.S.$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções, realizadas por consultoria especializada, para as taxas de câmbio em 12 meses, como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio	31/12/2023	Provável	Cenários 25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.$	4,8413	5,0000	6,2500	7,5000	3,7500	2,5000

(ii) Risco da taxa de juros: A Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

Exposição taxa de juros	Provável	Cenários 25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de caixa	19.336	24.170	29.004	14.502	9.668
Títulos e valores mobiliários	179	224	269	134	90
Empréstimos e financiamentos	(73.559)	(91.949)	(110.339)	(55.169)	(36.780)
Total	**(54.044)**	**(67.555)**	**(81.066)**	**(40.533)**	**(27.022)**

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 11 de janeiro de 2024, como segue:

	Provável	Cenários 25%	50%	(25%)	(50%)
CDI	9,98%	12,48%	14,98%	7,49%	4,99%

b) Risco de crédito: As operações regulares expõem a Companhia à potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	193.713	174.246
Títulos e valores mobiliários	533	160
Instrumentos financeiros derivativos	30.677	17.301
Recebíveis de partes relacionadas	2.874	3.105
Outros ativos financeiros	31.462	25.304
Total	**259.259**	**220.116**

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários. Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A" nacional. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria e riscos de acordo com a política da Companhia. Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
AAA	224.923	191.707
Total	**224.923**	**191.707**

c) Risco de liquidez: A abordagem da Companhia é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação. Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2023 Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	31/12/2022 Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(735.564)	–	–	–	(735.564)	(1.012.894)
Fornecedores	(22.791)	–	–	–	(22.791)	(13.619)
Passivos de arrendamento	(155.804)	(310.758)	(315.637)	(2.514.384)	(3.296.583)	(21.179)
Pagáveis a partes relacionadas	(1.154)	–	–	–	(1.154)	(1.025)
Dividendos a pagar	(307)	–	–	–	(307)	(307)
Instrumentos financeiros derivativos	7.835	7.305	15.389	–	30.529	16.815
Total	**(907.785)**	**(303.453)**	**(300.248)**	**(2.514.384)**	**(4.025.870)**	**(1.032.209)**

8. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	31	13
Aplicações financeiras	193.682	174.233
	193.713	**174.246**

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas	1.260	168
	1.260	**168**
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB	192.422	174.065
	192.422	**174.065**
	193.682	**174.233**

As aplicações financeiras foram rentabilizadas a taxas em torno de 100% do certificado do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Veja a nota 7 com a análise de sensibilidade sobre os riscos de taxa de juros. **9. Títulos e valores mobiliários: Política contábil:** Os títulos e valores mobiliários são mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os instrumentos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos instrumentos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento).

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em fundos de investimento		
Títulos públicos	533	160
	533	**160**

Esses títulos possuem taxa de juros atrelada à SELIC (taxa básica de juros) com rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI com liquidez diária. **10. Partes relacionadas: Política contábil:** As operações envolvendo partes relacionadas são realizadas de forma independente por cada entidade através de condições contratuais previamente acordadas, adicionalmente, os acordos firmados são avaliados e aprovadas em comitê de partes relacionadas. **a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:**

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Operações comerciais		
Compass Comercialização S.A. (i)	869	25
Compass Gás e Energia S.A. (i)	241	240
Rota 4 Participações S.A.	–	182
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A. (iii)	1.764	2.658
Total	**2.874**	**3.105**

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Operações comerciais		
Raízen S.A. (ii)	518	411
Compass Gás e Energia S.A. (i)	636	614
Total	**1.154**	**1.025**

(i) Despesas a serem reembolsadas. (ii) Gastos com serviços compartilhados e de responsabilidade da Companhia. A natureza das despesas relacionadas ao centro de serviços compartilhados está relacionada aos seguintes serviços: processos de TI, contabilidade, impostos, suporte jurídico e outros. (iii) Custos de benefícios aos empregados relacionados a estudos de projetos futuros.
b) Transações com partes relacionadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas (despesas) compartilhadas		
Raízen S.A. e suas controladas	(3.227)	(2.546)
Compass Gás e Energia S.A.	694	(1.020)
Rota 4 Participações S.A.	40	260
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	2.324	3.925
Compass Comercialização S.A.	937	–
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A.	3.330	–
Outros	(61)	(67)
Total	**4.037**	**552**

c) Remuneração dos administradores e diretores: A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego e remuneração baseado em ações. Apresentamos a seguir o resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo à empregados e administradores	3.844	2.012
Bônus de longo prazo a administradores	2.479	303
Benefícios pós-emprego	92	89
Total	**6.415**	**2.404**

11. Imobilizado: Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos. Os ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso. A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. **a) Reconciliação do valor contábil:**

	Obras em andamento	Total
Valor de custo		
Saldo em 31/12/2021	**253.586**	**253.586**
Adições	406.096	406.096
Transferências (i)	(194)	(194)
Saldo em 31/12/2022	**659.488**	**659.488**
Adições	570.978	570.978
Transferências (i)	(284)	(284)
Saldo em 31/12/2023	**1.230.182**	**1.230.182**
Saldo em 31/12/2022	**659.488**	**659.488**
Saldo em 31/12/2023	**1.230.182**	**1.230.182**

(i) Refere-se a transferências ao ativo intangível da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia adicionou R$ 8.599 referente a capitalização de mão de obra gerada internamente (R$ 9.840 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). **b) Capitalização de custos de empréstimos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia capitalizou R$ 98.214 a uma taxa média ponderada de 8,87% a.a. (R$ 62.365 e 6,27% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro 2022). **12. Direito de uso: Política contábil:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Além disso, a Companhia considera quando aplicável uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Unidade flutuante de armazenamento e regaseificação	Total
Valor de custo			
Saldo em 31/12/2021	**3.907**	**–**	**3.907**
Adições	4.793	–	4.793
Reajustes contratuais	419	–	419
Saldo em 31/12/2022	**9.119**	**–**	**9.119**
Adições (i)	–	1.533.969	1.533.969
Reajustes contratuais	7.983	–	7.983
Saldo em 31/12/2023	**17.102**	**1.533.969**	**1.551.071**
Valor de amortização			
Saldo em 31/12/2021	**(146)**	**–**	**(146)**
Adições	(451)	–	(451)
Saldo em 31/12/2022	**(597)**	**–**	**(597)**
Adições	(450)	(38.349)	(38.799)
Saldo em 31/12/2023	**(1.047)**	**(38.349)**	**(39.396)**
Saldo em 31/12/2022	**8.522**	**–**	**8.522**
Saldo em 31/12/2023	**16.055**	**1.495.620**	**1.511.675**

(i) As adições do exercício são compostas, principalmente, pelo contrato relacionado ao afretamento da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação ("FSRU"). O ativo arrendado fica conectado ao Jetty, ambos parte integrantes do Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ("TRSP"), e será utilizado para recepção, armazenamento e regaseificação de Gás Natural Liquefeito ("GNL"). Ele possui uma capacidade de regaseificação nominal licenciada de 14 milhões de m³/dia e de armazenamento de 173 mil m³ de GNL. O prazo do contrato é de 10 anos com alto grau de probabilidade de renovação por ao menos dois períodos de 5 anos, conforme previsto nos termos do contrato, totalizando uma vida útil estimada até junho de 2043. **13. Redução ao valor recuperável: Política contábil:** O valor recuperável dos ativos é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando existentes. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. **Teste de redução ao valor recuperável:** Os ativos imobilizados de vida útil definida, que estão sujeitos à amortização, são testados para impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não havia intangíveis de vida útil indefinida na Companhia para teste. **14. Debêntures: Política contábil:** Inicialmente são mensurados pelo valor

continua →★

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)* **da TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.**

justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros. Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: i. o montante da obrigação nos termos do contrato; e ii. o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita. Os termos e condições das debêntures pendentes são os seguintes:

Descrição	Encargos financeiros: Indexador	Encargos financeiros: Taxa anual de juros	Moeda	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Objetivo
Sem garantia							
Debêntures							
1ª emissão	CDI + 1,95%	13,83%	Real	735.565	824.866	ago-24	Investimentos
Total				**735.565**	**824.866**		
Circulante				**735.565**	**128.270**		
Não circulante				**–**	**696.596**		

As debêntures no não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2023	31/12/2022
1 a 2 anos	–	696.596
Total	**–**	**696.596**

As debêntures são denominadas na seguinte moeda:

	31/12/2023	31/12/2022
Reais	735.565	824.866
Total	**735.565**	**824.866**

Abaixo movimentação das debêntures ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Saldo em 31/12/2021	**717.651**
Gastos de captação	(204)
Juros, variação cambial e valor justo	107.419
Saldo em 31/12/2022	**824.866**
Pagamento de juros sobre obra em andamento	(206.687)
Juros, variação cambial e valor justo	117.386
Saldo em 31/12/2023	**735.565**

A Companhia não possui *covenants* financeiros e cumpriu todos os demais itens não financeiros. **15. Passivo de arrendamento: Política contábil:** Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte: i. pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; ii. pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa; iii. valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual; e iv. o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida, e o pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício do locatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início dado que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Para determinar a taxa de empréstimo incremental, a Companhia: i. quando possível, usa o financiamento de terceiros recente recebido pelo locatário individual como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido; ii. usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, que não tem financiamento recente de terceiros; e iii. faz uma estimativa de custo de captação, utilizando premissas do contrato, como por exemplo: prazo médio, moeda de contratação, garantias, entre outros. A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros, ajustada a moeda funcional e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 8,23% e 13,73%, de acordo com o prazo e moeda de cada contrato. Adicionalmente, para a mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia pode contabilizar dois ou mais contratos em conjunto desde que: i. tenham sido firmados com a mesma contraparte ou parte relacionada da contraparte; e ii. tenham sido celebrados em datas próximas; ou iii. se os contratos não puderem ser entendidos sem considerados em conjunto; ou iv. se tiverem obrigações de performance/contraprestações inter-relacionadas nos contratos; ou v. se os direitos de usar os ativos subjacentes transferidos nos contratos constituírem um único componente do arrendamento. Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos. Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo do arrendamento se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido). A avaliação subsequente do passivo de arrendamento é pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. É reavaliada quando há uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento resultante de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma mudança nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia do valor residual, se a Companhia mudar sua avaliação, quanto a opção a ser exercida na compra, extensão ou rescisão ou se houver um pagamento do arrendamento revisado essencialmente fixo. A movimentação dos arrendamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.845**
Adições e reajuste contratual	5.212
Apropriação de juros e variação cambial	887
Amortização de principal	(166)
Pagamento de juros	(887)
Saldo em 31/12/2022	**8.891**
Adições e reajuste contratual [(i)]	1.541.952
Apropriação de juros e variação cambial	87.656
Amortização de principal	(27.927)
Pagamento de juros	(46.824)
Saldo em 31/12/2023	**1.563.748**
Circulante	148.740
Não circulante	1.415.008
Total	**1.563.748**

[(i)] Vide informações na nota explicativa 12. Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2043. Os valores são atualizados mensalmente por variação cambial em moeda estrangeira e anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI. Além disso, alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram consideradas na determinação do prazo e na classificação como arrendamento financeiro. O *aging* dos arrendamentos é o seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Até 1 ano	148.740	1.088
De 1 a 2 anos	137.683	972
De 3 a 5 anos	351.510	2.295
Acima de 5 anos	925.815	4.536
Total	**1.563.748**	**8.891**

16. Instrumentos financeiros derivativos: Política contábil: Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia, se necessário, designam certos derivativos como: i. *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou ii. *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa). No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. É documentado o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização das operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses. A Companhia adota, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua (anual), se os instrumentos de *hedge* enquadrados em *hedge accounting* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. O impacto dos instrumentos financeiros derivativos nos balanços patrimoniais é:

	Nocional 31/12/2023	Nocional 31/12/2022	Valor justo 31/12/2023	Valor justo 31/12/2022
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos a termo	6.716	53.012	(147)	(485)
Contratos de opções cambiais	363.098	391.326	30.677	17.301
Total dos instrumentos financeiros			**30.530**	**16.816**
Ativo não circulante			30.677	17.301
Passivo circulante			(147)	(485)
Total			**30.530**	**16.816**

Os instrumentos contratados pela Companhia têm como objeto a proteção de dívidas com exposição cambial, componentes de custos e compromissos futuros atrelados à exposição cambial e Brent. ***Hedge* de fluxo de caixa:** A Companhia adotou uma estratégia de *hedge accounting* para proteger seus resultados da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa decorrente dos efeitos cambiais das receitas altamente prováveis em dólares norte-americanos projetados para um período de 20 anos, através de instrumentos de proteção não derivativos - passivo de arrendamento em dólares norte-americanos já contratado.

Instrumentos financeiros	Mercado	Risco	2024	Ajuste de avaliação patrimonial contribuídos
Passivo de arrendamento	–	Câmbio	(18.072)	(18.072)
Total			**(18.072)**	**(18.072)**
(–) Tributos diferidos			6.144	6.144
Efeito no patrimônio líquido			(11.928)	–
Efeito no patrimônio líquido			**(11.928)**	**(11.928)**

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos consolidados em outros resultados abrangentes durante o exercício:

Saldo em 31/12/2022	**–**
Movimentação ocorrida no exercício:	
Valor justo de termo câmbio	(18.072)
Total	**(18.072)**
Total das movimentações ocorridas no exercício (antes dos tributos diferidos)	(18.072)
Efeito de tributos diferidos nos ajustes de avaliação patrimonial	6.144
Total	**(11.928)**
Saldo em 31/12/2023	**(11.928)**

Em 31 de dezembro de 2023 não houve qualquer ineficiência de hedge a ser baixada para resultado do exercício. **17. Fornecedores e outras contas a pagar: Política contábil:** As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e giro onde e geralmente são pagas dentro de 90 dias após o reconhecimento:

a) Fornecedores:	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de materiais e serviços	22.791	13.619
Total	**22.791**	**13.619**

b) Outras contas a pagar:	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para aquisição de imobilizado	21.137	15.023
Provisões para fornecedores de serviços	27.602	1.065
Total	**48.739**	**16.088**

18. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: A taxa combinada do imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido. **a) Imposto de renda e contribuição social corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **b) Imposto de renda e contribuição social diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionam a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **c) Exposição fiscal:** Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(128.647)	48.896
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	**43.740**	**(16.625)**
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Selic indébito	613	67
Outros	(9)	–
Imposto de renda e contribuição social	**44.344**	**(16.558)**
Taxa efetiva - %	**-34,47%**	**-33,86%**

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$ 7.634 (R$ 17.626 em 31 de dezembro de 2022), registrado no ativo não circulante refere-se a imposto de renda e contribuição social. **b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:** Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos ativos de:		
Diferenças temporárias:		
Provisões de participações no resultado	1.864	918
Provisões diversas	9.470	424
Transações com pagamento baseado em ações	950	304
Diferido sobre resultado pré-operacional	87.454	19.956
Arrendamentos	17.705	125
Selic indébito	–	2.141
Outros	12	5.043
Total	**117.455**	**28.911**
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias		
Resultado não realizado com derivativos	(10.380)	(5.717)
Juros capitalizados	(57.151)	(23.758)
Total	**(67.531)**	**(29.475)**
Total de tributos diferidos registrados	**49.924**	**(564)**
Diferido ativo	49.924	–
Diferido passivo	–	(564)
Total diferido, líquido	**49.924**	**(564)**

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:

Ativo

	Prejuízo fiscal e base negativa	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Diferido sobre resultado pré operacional	Arrendamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	**4.383**	**13.324**	**752**	**–**	**–**	**88**	**18.547**
Impacto no resultado do exercício	(4.383)	(13.324)	590	19.956	125	7.400	10.364
Saldo em 31/12/2022	**–**	**–**	**1.342**	**19.956**	**125**	**7.488**	**28.911**
Impacto no resultado do exercício	–	–	9.992	67.498	11.436	(6.526)	82.400
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	6.144	–	6.144
Saldo em 31/12/2023	**–**	**–**	**11.334**	**87.454**	**17.705**	**962**	**117.455**

Passivo

	Resultado não realizado com derivativos	Juros capitalizados	Total
Saldo em 31/12/2021	**–**	**(2.553)**	**(2.553)**
Impacto no resultado do exercício	(5.717)	(21.205)	(26.922)
Saldo em 31/12/2022	**(5.717)**	**(23.758)**	**(29.475)**
Impacto no resultado do exercício	(4.663)	(33.393)	(38.056)
Saldo em 31/12/2023	**(10.380)**	**(57.151)**	**(67.531)**
Total impostos diferidos reconhecidos			**49.924**

19. Patrimônio líquido: Política contábil: a. Capital social: O capital social está apresentado por ações ordinárias. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias, quando incorridos, serão reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na nota 18 - Imposto de renda e contribuição social. **b. Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404. **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária. Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária. **d. Reserva de retenção de lucro:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. Caso haja prejuízos acumulados, o lucro do exercício deve ser utilizado para compensar estes efeitos. **a) Capital social:** O capital subscrito da Companhia é de R$787.205 (R$ 37.205 em 31 de dezembro de 2022), inteiramente integralizado, representando por 787.205 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal (37.206 em 31 de dezembro de 2022), sendo.

Acionistas	Quantidade de ações em 31/12/2023: ON	%	Total	%
Compass Gás e Energia S.A.	787.205	100,00	787.205	100,00
Total	**787.205**	**100,00**	**787.205**	**100,00**

Acionistas	Quantidade de ações em 31/12/2022: ON	%	Total	%
Compass Gás e Energia S.A.	37.205	100,00	37.205	100,00
Cosan S.A.	1	–	1	–
Total	**37.206**	**100,00**	**37.206**	**100,00**

b) Movimentação de dividendos a pagar:

Saldo em 31/12/2021	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	307
Saldo em 31/12/2022	**307**
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	–
Saldo em 31/12/2023	**307**

c) Outros resultados abrangentes:

	Nota	31/12/2022	Resultado abrangente	31/12/2023
Resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa	16	–	(18.072)	(18.072)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa	16	–	6.144	6.144
		–	**(11.928)**	**(11.928)**

20. Custos e despesas por natureza: Política contábil: Custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços. As despesas compreendem aos gastos ligados diretamente a operação. Os custos e despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Depreciação e amortização	(38.895)	(520)
Materiais e serviços	(2.077)	(5.220)
Gastos com pessoal	(19.706)	(3.668)
Multas, impostos e taxas	(12.264)	(1.376)
Outras despesas	(1.222)	(182)
	(74.164)	**(10.966)**
Gerais e administrativas	(74.164)	(10.966)
	(74.164)	**(10.966)**

21. Resultado financeiro líquido: Política contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda. Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(115.235)	(105.240)
Amortização do gasto de captação	(2.150)	(2.285)
	(117.385)	**(107.525)**
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	20.427	47.389
	20.427	**47.389**
Custo da dívida, líquida	**(96.958)**	**(60.136)**
Outras receitas, encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	5.312	(1.681)
Juros capitalizados no imobilizado e intangível [(i)]	98.214	62.365
Arrendamento mercantil	(69.586)	(886)
Juros sobre outras obrigações	(29)	(24)
Despesas bancárias e outros	(592)	(23)
Variação cambial e derivativos não-dívida	9.287	60.192
	42.606	**119.943**
Resultado financeiro, líquido	**(54.352)**	**59.807**
Reconciliação		
Despesas financeiras	(188.847)	(110.687)
Receitas financeiras	125.208	110.302
Variação cambial	199	(106)
Efeito líquido dos derivativos	9.088	60.298
Resultado financeiro, líquido	**(54.352)**	**59.807**

[(i)] Vide informações na nota explicativa 11. **22. Pagamento baseado em ações Política contábil: Transações liquidadas com ações:** O custo de transações liquidadas com ações com executivos é mensurado por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data em que são concedidos, e é reconhecido como despesa durante o período de aquisição, que termina na data em que os empregados têm direito ao prêmio. Um crédito correspondente é reconhecido no passivo. O modelo *Black-Scholes* foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos. A Companhia possui planos de remuneração baseada em ações que são liquidáveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2023, possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações: (ii) A Companhia realizou a outorga um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações ("SARs") e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias de sua controladora Compass. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes detalhes do pagamento baseado em ações:

Tipo de prêmio/ Data de concessão	Expectativa de vida (meses)	Concessão de planos [(i)]	Exercido/ cancelado/ transferido	Disponível	Valor justo na data de outorga - R$
Plano de remuneração baseado em:					
01/08/2021	36	37.57	–	37.57	–
01/08/2022	36	31.67	–	31.67	–
01/08/2023	36	22.95	–	22.95	–
Total		**92.19**	**–**	**92.19**	**–**
Total		**92.19**	**–**	**92.19**	**–**

[(i)] Total de ações acrescidas correspondente ao valor proporcional dos dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos seus acionistas entre a data da outorga e o término do referido período de *vesting*. **i. Mensuração dos valores justos:** O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e, as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Black-Scholes* foram as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Premissas chave:		
Preço de mercado na data de outorga	42,21	29,20
Taxa de juros	N/A	N/A
Dividend yield	N/A	N/A
Volatilidade	N/A	N/A

ii. Reconciliação de opções de ações em circulação: O movimento no número de prêmios em aberto são os seguintes:

	Programa de concessão de ações
Saldo em 31/12/2021	**33.634**
Acréscimo de ações	35.782
Saldo em 31/12/2022	**69.416**
Acréscimo de ações	22.781
Saldo em 31/12/2023	**92.197**

iii. Despesas reconhecidas no resultado: As despesas de remuneração baseada em ações e liquidadas em caixa incluídas na demonstração dos resultados, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa	(1.391)	(526)
Total	**(1.391)**	**(526)**

23. Eventos subsequentes: Em 20 de março de 2024, a Companhia concluiu sua 1ª Emissão de Notas Comerciais, em série única, com a captação de R$ 200.000, nos termos do contrato celebrado entre a depositária Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A. e sua controladora Compass Gás e Energia S.A. As notas possuem vencimento em março de 2026 e serão remuneradas a 100% CDI + 1,7% a.a.

Diretoria

Nelson Roseira Gomes Neto – Diretor Presidente
José Carlos Broisler Oliver – Diretor Executivo
Frederico Suano Pacheco de Araújo – Diretor Executivo

Membros do Conselho de Administração

Rubens Ometto Silveira Mello – Presidente do Conselho de Administração
Marcelo Eduardo Martins – Membro do Conselho de Administração
Nelson Roseira Gomes Neto – Membro do Conselho de Administração

Contadora

Renata Pavanelli Chaves – CRC 1SP283861/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do **Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras do **Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.** ("Companhia" ou "TRSP"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outros assuntos: Valores correspondentes:** Os valores correspondentes relacionados as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2022, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório, sem modificação, em 05 de abril de 2023. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de Ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração e governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 28 de março de 2024

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/0-1

Thiago Gonçalves Marques Contador CRC 1 SP 254881/0-8

País deixa de empregar 450 mil aprendizes

Sancionada há 24 anos, lei obriga empresa com mais de 50 funcionários a ter cota para jovens entre 14 e 24 anos

Patrick Fuentes

SÃO PAULO O número de jovens aprendizes que entraram no mercado de trabalho por meio da Lei da Aprendizagem cresceu 571% desde 2006, de acordo com dados do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). Naquele ano, quando essas contratações começaram a ser monitoradas, havia 81 mil aprendizes ante 546 mil no final de 2023.

Sancionada há 24 anos, a lei obriga empresas com mais de 50 funcionários a terem de 5% a 15% de jovens aprendizes entre 14 e 24 anos entre seus funcionários. Especialistas apontam que há capacidade para 1 milhão de aprendizes, e essa é a meta do MTE.

De acordo com dados do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), entre janeiro e outubro de 2023, o número de aprendizes no Brasil cresceu 7,1%, com 60,8 mil contratações em janeiro, chegando a 65,2 mil em dezembro. No comparativo com ano anterior, o volume de aprendizes cresceu 0,7%, chegando a 63 mil contratações.

Rodrigo Dib, superintendente Institucional do CIEE, afirma que a Lei da Aprendizagem dá oportunidade de trabalho, além de representar inclusão social aos jovens. Contudo, avalia haver empecilhos para que a legislação atinja seu potencial pleno.

"O programa jovem aprendiz é benéfico para empresa, que consegue um profissional em formação enquanto aprende a cultura empresarial. Ao olhar o potencial da lei, se todas as empresas enquadradas na obrigatoriedade dela a seguissem, teríamos cerca de 1 milhão de aprendizes."

De acordo com o MTE, até novembro de 2023, os auditores-fiscais do trabalho realizaram mais de 36 mil ações para implementação no programa, em uma atividade constante para fazer com que o número de beneficiados aumente.

Em 2024, o ministério afirma ter mais 266 ações de fiscalização de empresas relacionadas a aprendizes planejadas. A expectativa é ter 120 mil aprendizes contratados após ações da pasta.

Em 2023, a lei foi alterada por meio do decreto 11.479. Com isso, a Secretaria de Inspeção do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização, também desenvolveu um sistema em que empresas emitem certidão de cumprimento de cota de aprendiz para auxiliar em futuras inspeções.

Para Dib, apesar das ações de fiscalização, empresas ignoram a existência da Lei de Aprendizagem, mesmo com risco de multa.

A relação entre os jovens aprendizes e a empresa em que trabalham é majoritariamente positiva. Segundo pesquisa do CIEE, 70% dos aprendizes sentem-se acolhidos nas empresas, com 72% satisfeitos em relação à oportunidade.

É o caso de Gabriel Ciccone Oliveira, 20 anos, João Pedro Gonçalves da Silva, 19, e Júlia Pereira Silva, 22, que atualmente são aprendizes na Prestex, empresa de logística de São Paulo.

Gabriel diz que, por meio do programa de aprendiz, teve sua primeira oportunidade de trabalhar no meio corporativo. Ele atua na área de parceiros estratégicos.

João Pedro, antes de trabalhar no setor de marketing da empresa de logística, era caixa em uma sorveteria. "Eu vejo um crescimento pessoal muito grande nessa oportunidade, me desenvolvendo e aprendendo bastante, tendo a chance de estar botando muito do que eu aprendo no curso em prática ali dentro", diz.

Segundo o CIEE, 11,45% dos aprendizes afirmam que o grupo familiar conta com meio salário mínimo para arcar com todas as despesas mensais da residência (hoje em R$ 706), 30,6% até um salário mínimo (R$ 1.412) e 35,2% até dois salários mínimos (R$ 2.824).

Compass Gás e Energia S.A.

CNPJ nº 21.389.501/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

• Somos a Compass, uma empresa criada para ampliar e diversificar o mercado de gás no Brasil, promovendo mais segurança e competitividade à matriz energética.
Fazemos isso ancorados em nossos valores: transparência, conexão e ousadia.
Nossa história começou em 2012 com a aquisição da **Comgás** pela **Cosan**. Desde então, criamos um modelo de negócio vencedor que possibilitou ampliar o número de clientes e expandir a rede de gasodutos de distribuição.
A partir de todo o conhecimento e experiência na gestão da **Comgás**, criamos a **Compass** em março de 2020, com o propósito de oferecer opções para um mercado de gás e energia cada vez mais livre no Brasil. Em 4 anos de história, já investimos mais de R$ 9 bilhões no mercado brasileiro de gás natural.
Hoje, nossas operações são agrupadas em dois segmentos: **Distribuição e Marketing & Serviços.**

Distribuição
Atuamos através de dois veículos. Além da **Comgás**, maior distribuidora de gás natural do país localizada em São Paulo, temos participação em mais 11 distribuidoras de gás gerenciadas pela **Commit**, controlada da Compass que tem como sócio a Mitsui. Os ativos da Commit estão organizados nos *clusters* Nordeste (Norgás) e Centro-Sul, onde temos a **Sulgás**, cujo controle adquirimos do Rio Grande do Sul no início de 2022, e a **Necta**, controlada diretamente pela Commit. Nas demais distribuidoras, a Commit vem trabalhando em sinergia e alinhamento com seus sócios locais, trocando experiências e implementando melhores práticas de gestão.
Marketing & Serviços
Segmento que tem como propósito oferecer alternativas de suprimento de gás natural garantindo segurança e flexibilidade, e promovendo a descarbonização a todos seus clientes, sejam aqueles conectados à rede de distribuição ou aos não conectados (*off-grid*) deslocando outros energéticos por meio do modal rodoviário (GNL B2B).
Geridos pela **Edge**, seu modelo de negócio conta com ativos estratégicos como o **TRSP** (Terminal de Regaseificação de São Paulo) localizado em Santos); os ativos e contratos de **Biometano**; o **GNL B2B**; os demais projetos de infraestrutura; e a comercialização de gás.
São Paulo, 27 de Março de 2024
A **Compass Gás e Energia S.A.** anuncia hoje seus resultados referentes ao 4° Trimestre de 2023 (4T23) e ao exercício de 2023 (12M23). O resultado é apresentado de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o 4T23 e 4T22, exceto quando indicado de outra forma.
1.0 | Mensagem dos Executivos
O ano de 2023 foi de muitas realizações para a evolução estratégica da **Compass**.
No segmento de **distribuição**, apesar da queda de volumes distribuídos, mantivemos nosso ritmo de conexões, atingindo 2,7 milhões de clientes conectados, que resultou em aumento do **EBITDA**. Além disso, avançamos na alienação da Norgás mantendo foco na otimização do nosso portfólio.
No segmento de **Marketing & Serviços**, criamos a **Edge**, avançamos na agenda de biometano com a sociedade com a OrizonVR, celebramos contrato de longo prazo de *offtake* de biometano com a São Martinho, e entramos na reta final da obra do **TRSP**.
Iniciamos o ano de 2024 com toda energia e entusiasmo para promover uma transição energética **segura e eficiente**, desenvolvendo as pessoas e a sociedade, agora, ao lado do time da **Compass**.
Antônio Simões | CEO
Encerramos o ano de 2023 com sólidos resultados, impactados pelo início da venda de GNL pela **Edge** e pela resiliência no segmento de **distribuição**, totalizando um **EBITDA ajustado** de **R$ 4.290 milhões**, **crescimento** de **24%** vs 2022.
Nossos investimentos totalizaram **R$ 2.035 milhões**, dentro do range do guidance divulgado, resultado do nosso **compromisso** com o desenvolvimento do mercado de gás, nas obras **TRSP** e **projeto de biometano**, além dos investimentos no segmento de **distribuição**.
Tudo isso, aliado à disciplina na alocação de capital encerrando o ano com uma alavancagem de **1,3x**.
Guilherme Machado | CFO & IRO
2.0 | Destaques do Trimestre

Operacionais
2,7 milhões de clientes atendidos
25 mil km de extensão da rede
13,2 MMm³/d de volume distribuído

Financeiros
Receita Líquida **R$ 4,2 bi** -19% vs 4T22
Alavancagem **1,3 x** Dívida líquida/EBITDA LTM
EBITDA Ajustado **R$ 1,1 bi** +19% vs 4T22

3.0 Sumário Executivo

(R$ Mil)	4T23	4T22	Var.	12M23	12M22	Var.
Receita operacional líquida	4.230.824	5.246.602	-19%	17.767.327	19.719.205	-10%
Lucro bruto	793.582	918.898	-14%	3.511.296	3.354.370	5%
EBITDA	669.436	894.421	-25%	4.244.721	3.410.023	24%
EBITDA ajustado[1]	1.088.344	913.421	19%	4.290.140	3.459.869	24%
Resultado líquido	1.380.152	516.275	>100%	1.800.241	1.977.298	-9%
Resultado líquido recorrente[1]	632.623	423.277	49%	2.107.524	1.769.099	19%
Investimentos[2]	549.834	486.368	13%	2.035.119	1.485.307	37%
Dívida líquida (ex-IFRS16)	5.505.343	4.351.952	27%	5.505.343	4.351.952	27%
Alavancagem[3]	1,31x	1,26x	n/a	1,31x	1,26x	n/a

[1] Resultado ajustado por eventos extraordinários. Maiores informações no item 5.1 e 8.1 respectivamente.
[2] Não inclui juros capitalizados.
[3] Dívida liquida / EBITDA LTM (acumulado nos últimos 12 meses)
• Volume distribuído de 13,2 MMm³/d no 4T23, redução de 6% versus 4T22. No ano, tivemos um volume de 13,5 MMm³/d, uma retração de 9% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado principalmente por menores volumes nos segmentos industrial e automotivo.
• EBITDA ajustado de R$ 1.088,3 milhões no 4T23, um crescimento de 19% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete a diversificação do portfólio da Compass, unindo a resiliência da distribuição com o início das operações da Edge. Desta forma, a Compass encerra 2023 com EBITDA ajustado de R$ 4.290,1 milhões, 24% superior ao período comparativo.
• Lucro líquido recorrente de R$ 632,6 milhões no 4T23, 49% superior quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O acumulado do ano totalizou R$ 2.107,5 milhões.
• Investimentos de R$ 549,8 milhões no trimestre destinados principalmente às operações de distribuição de gás natural e às obras do Terminal de Regaseificação de GNL, cujas obras devem finalizar no 1T24.
• Dívida líquida encerrou o trimestre em R$ 5.505,3 milhões, com alavancagem financeira de 1,31x.
4.0 | Resultado por Segmento
4.1 | Distribuição de Gás

Volume[1] (mil m³)	4T23	4T22	Var.	12M23	12M22	Var.
Residencial	74.950	85.414	-12%	329.068	334.669	-2%
Comercial	43.337	44.068	-2%	168.340	166.692	1%
Industrial[2]	1.043.157	1.096.052	-5%	4.213.232	4.638.695	-9%
Automotivo	53.735	59.939	-10%	215.933	308.256	-30%
Volume	**1.215.178**	**1.285.474**	**-5%**	**4.926.573**	**5.448.311**	**-10%**
MMm³/dia	**13,2**	**14,0**	**-6%**	**13,5**	**14,9**	**-9%**
Clientes (un.)[3]	**2.670.316**	**2.498.333**	**7%**	**2.670.316**	**2.498.333**	**7%**
Extensão da rede (km)	**24.750**	**23.790**	**4%**	**24.750**	**23.790**	**4%**
Lucro bruto (R$ mil)	724.047	920.178	-21%	3.511.296	3.376.717	4%
EBITDA (R$ mil)	**945.439**	**957.512**	**-1%**	**4.042.095**	**3.604.781**	**12%**
(+) Resultado operações descontinuadas	–	19.001	n/a	45.419	49.845	-9%
EBITDA ajustado (R$ mil)	**945.439**	**976.512**	**-3%**	**4.087.515**	**3.654.627**	**12%**
Investimentos (R$ mil)[4]	415.753	390.781	6%	1.539.374	1.132.585	36%

[1] Distribuidoras cuja Companhia detém o controle (Comgás, Sulgás e Necta) em 31 de dezembro de 2023.
[2] Contempla os volumes dos segmentos Industrial e Cogeração.
[3] Demonstramos o valor bruto de adição de clientes, ou seja, não considera desligamentos, cortes ou suspensão de clientes existentes.
[4] Não inclui juros capitalizados.
No 4T23 foram distribuídos 13,2 MMm³/d, redução de 6% quando comparado ao 4T22, resultado do (i) menor consumo nos segmentos residencial e comercial, em função das maiores temperaturas registradas no período, (ii) impacto da performance da atividade industrial, em especial em alguns segmentos como indústria cerâmica, vidros e siderurgia.
Assim como no trimestre anterior, o GNV continua recuperando competitividade após a reversão dos incentivos fiscais aos combustíveis. Contudo, os volumes permanecem abaixo dos períodos comparativos de 2022, marcados pela vigência dos incentivos fiscais.
No ano, foram distribuídos 13,5 MMm³/d, uma retração de 9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Impactado principalmente por menores volumes nos segmentos industrial e automotivo, que permanecem parcialmente compensados pelo segmento comercial, de maior margem.
Em 2023, mantivemos nosso ritmo de conexões, e alcançamos a marca de 172 mil novos clientes, atingindo um total de 2,7 milhões de clientes conectados na Comgás, Sulgás e Necta. A correção inflacionária sobre as margens de distribuição associado a um mix mais rico entre segmentos impactaram positivamente o EBITDA, atingindo R$ 945,4 milhões no 4T23. No ano o EBITDA ajustado foi de R$ 4.087,5 milhões, apresentando um crescimento de 12% quando comparado com o ano de 2022, mesmo com a retração de 9% em volumes. Os números consideram o resultado da Norgás, que foram classificados como operação descontinuada, conforme detalhado no item 1.5 do ITR.
4.2 | Marketing & Serviços
Conforme mencionado no release do 3T23, iniciamos as operações do nosso segmento de Marketing & Serviços, agora organizados sobre a marca "Edge".

	4T23	4T22	Var.	12M23	12M22	Var.
Volume negociado (TBTu)	10	–	n/a	20	–	n/a
EBITDA (R$ Mil)	**(184.522)**	**(21.852)**	**>100%**	**405.942**	**(61.610)**	**n/a**
Efeitos pontuais (R$ Mil)[1]	418.908	–	n/a	–	–	n/a
EBITDA ajustado (R$ Mil)	**234.387**	**(21.852)**	**n/a**	**405.942**	**(61.610)**	**n/a**

[1] Resultado ajustado por eventos extraordinários. Maiores informações no item 7.1.
Em 2023, a Edge negociou suas primeiras cargas de GNL do período de julho a dezembro de 2023, totalizando 20 TBTu. Essa transação resultou em um ganho líquido de R$ 683 milhões, registrado contabilmente no 3T23.
Para fins comparativos, sob a perspectiva gerencial, os resultados desta operação foram apresentados proporcionalmente ao período de julho a dezembro. Consequentemente, conforme apresentado no release do último trimestre, a Edge ajustou o EBITDA do 3T23, excluindo o impacto da receita de 10 TBTu de GNL referente ao 4T23.
Desta forma, consideramos o efeito desse volume no 4T23 e totalizamos um EBITDA ajustado de R$ 234,4 milhões, e no ano R$ 406,0 milhões, conforme ilustrado no quadro acima.
4.3 | G&A

(R$ Mil)	4T23	4T22	Var.	12M23	12M22	Var.
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(92.558)	(42.716)	>100%	(207.421)	(136.963)	51%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	645	-98%	(38)	659	n/a
Depreciação e amortização	1.060	830	28%	4.142	3.156	31%
EBITDA	**(91.481)**	**(41.239)**	**>100%**	**(203.317)**	**(133.148)**	**53%**

As despesas gerais e administrativas não alocadas aos segmentos operacionais da Compass somaram R$ 91,5 milhões no 4T23. A variação é um resultado pontual em decorrência da restruturação societária e troca de auditoria, além do aumento do quadro de funcionários com a expansão dos negócios, e da inflação no período.
5.0 | Resultado Financeiro

(R$ Mil)	4T23	4T22	Var.	12M23	12M22	Var.
Custo da dívida bruta	**(297.492)**	**(267.171)**	**11%**	**(1.132.680)**	**(1.005.050)**	**13%**
Rendimento de aplicações financeiras	159.048	149.681	6%	611.868	600.469	2%
(=) Custo da dívida, líquida	**(138.444)**	**(117.490)**	**18%**	**(520.812)**	**(404.581)**	**29%**
Outros encargos e variações monetárias	(8.360)	2.974	n/a	(33.655)	78.696	n/a
Despesas bancárias e outros	(1.649)	(3.820)	-57%	(8.322)	(13.737)	-39%
Passivos de arrendamento (IFRS 16)	(36.107)	(742)	>100%	(75.495)	(5.464)	>100%
Efeitos pontuais[1] - Resultado financeiro	331.536	9.529	>100%	(92.669)	(32.051)	>100%
Resultado financeiro, líquido	**146.976**	**(109.549)**	**n/a**	**(730.953)**	**(377.137)**	**94%**

[1] Efeitos relacionados à provisão mencionada nº item 5.1. abaixo
No 4T23 o resultado financeiro totalizou R$ 147,0 milhões, principalmente em função da reversão da provisão de juros e multa da Tese de Subvenção (não tributação pelo IRPJ/CSLL do benefício da redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo) conforme detalhado no item de 5.2 | Imposto de Renda.
No ano o resultado financeiro totalizou -R$ 731,0 milhões, explicado principalmente (i) passivos de arrendamento referentes ao afretamento da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação (FSRU) a partir de Jul/23 e (ii) atualização dos valores de multa e juros da subvenção (maiores informações no item 5.2 de Imposto de Renda).
5.1 | Lucro Líquido

(R$ Mil)	4T23	4T22	Var.	12M23	12M22	Var.
Resultado líquido	**1.380.152**	**516.275**	**>100%**	**1.800.241**	**1.977.299**	**-9%**
Efeitos pontuais - EBITDA ajustado[1]	276.480	–	n/a	–	–	n/a
Efeitos pontuais - IR/CS[2]	(692.473)	(83.469)	>100%	214.614	(240.251)	n/a
Efeitos pontuais - Resultado financeiro[2]	(331.536)	(9.529)	>100%	92.669	32.051	>100%
Resultado líquido (recorrente)	**632.623**	**423.277**	**49%**	**2.107.524**	**1.769.099**	**19%**

[1] Impacto líquido de IR dos R$ 418.908 ajustados para o 4T23 em Marketing & Serviços.
[2] Efeitos relacionados à provisão mencionada no item 5.2 e reconhecimento de créditos extemporâneos relativos ao mesmo tema no 1T22.
Em bases recorrentes, o lucro líquido no 4T23 foi de R$ 632,6 milhões, 49% superior ao mesmo período do ano passado. Reflexo principalmente (i) início das operações de Marketing e Serviços e (ii) fruto da correção inflacionária sobre as margens de distribuição de gás natural associado a um mix mais rico entre segmentos.
No ano o lucro líquido recorrente totalizou R$ 2.107,5 milhões em função dos efeitos já detalhados. Excluindo os efeitos não recorrentes de R$ 307,3 milhões mencionados no item acima, o resultado líquido consolidado de 2023 é de R$ 1.800,2 milhões. **5.2 | Imposto de Renda e Contribuição Social**

(R$ Mil)	4T23	4T22	Var.	12M23	12M22	Var.
Resultado antes do IR/CS	**573.944**	**588.745**	**-3%**	**2.614.133**	**2.256.638**	**16%**
Alíquota nominal de IR/CS (%)	*34,0%*	*34,0%*		*34,0%*	*34,0%*	
Despesas teóricas IR/CS	**(195.141)**	**(200.173)**	**-3%**	**(888.805)**	**(767.257)**	**16%**
Ajustes para cálculo de taxa efetiva	308.876	25.233	>100%	244.108	197.821	23%
Efeitos pontuais - IR/CS	692.473	83.469	>100%	(214.614)	240.251	n/a
Despesas efetivas de IR/CS	**806.208**	**(91.471)**	**n/a**	**(859.311)**	**(329.185)**	**>100%**
Alíquota efetiva de IR/CS (%)	*140,47%*	*-15,54%*		*-32,87%*	*-14,59%*	
Corrente	617.524	(83.126)	n/a	(1.136.919)	(723.405)	57%
Diferido	188.684	(8.345)	n/a	277.608	394.220	-30%

No 4T23, o resultado de imposto de renda e contribuição social foi de R$ 806,2 milhões. No ano, o resultado foi de -R$ 859,3 milhões, equivalente a uma alíquota efetiva de 32,9%, devido principalmente à constituição de provisão de passivos tributários de R$ 214,6 milhões.
A partir do 1° trimestre de 2021, a subsidiária Comgás passou a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação do benefício da redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo, cuja alíquota efetiva é reduzida de 18% para o intervalo entre 12 e 15,6% por força do art. 8° do Anexo II do Regulamento do ICMS. Esses créditos foram reconhecidos pela Comgás com base no seu melhor entendimento sobre o tema, consubstanciada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência aplicável.
Desde o 2T22 a Comgás reclassificou a probabilidade de perda em eventual discussão específica sobre o tema de remota para possível. O tema foi novamente julgado pela 1ª Seção do STJ, agora para os demais benefícios fiscais que não o crédito presumido, no dia 26 de abril de 2023 com resultado desfavorável aos contribuintes.
Os administradores da Companhia, observando a interpretação técnica que disciplina o tratamento das incertezas quanto aos tributos sobre o lucro (ICPC22 e IFRIC 23), decidiram pela constituição de provisão em 31 de março de 2023 devido à decisão desfavorável. O montante atualizado totalizava R$ 1.387.388 (R$ 924.043 de principal registrado na rubrica de imposto de renda corrente, R$ 228.157 de juros e R$ 235.188 de multa registrados na rubrica de resultado financeiro), que engloba as autuações recebidas para os exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018 e os demais créditos aproveitados nos anos seguintes até 31 de março de 2023, acrescidos dos respectivos encargos legais.
Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023, que concedeu desconto de 80% para pagamento de todos os débitos, autuados e não autuados pela RFB, relativos a esse tema, de forma que a Companhia espera a regulamentação do programa para efetivar a quitação do passivo. Considerando o desconto concedido, o passivo atualizado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 277.478 (R$ 184.809 principal, R$ 45.631 multa e R$ 47.038 juros). Para maiores detalhes, consultar nota explicativa 27 das Demonstrações Financeiras.
5.3 | Investimentos

(R$ Mil)	4T23	4T22	Var.	12M23	12M22	Var.
Consolidado	**549.834**	**486.368**	**13%**	**2.035.119**	**1.485.307**	**37%**
Distribuição de gás	415.753	390.781	6%	1.539.374	1.132.585	36%
Marketing & Serviços	134.081	95.587	40%	495.745	352.722	41%

No 4T23, foram empenhados R$ 549,8 milhões, dos quais R$ 415,8 milhões referem-se aos investimentos das controladas de distribuição de gás que ocorreram conforme o planejamento dos ciclos regulatórios; e R$ 134,1 milhões restante referem-se substancialmente aos investimentos para a construção do TRSP.
No acumulado do ano, foram empenhados R$ 2.035,1 milhões, dos quais R$ 1.539,4 referem-se aos investimentos das controladas de distribuição de gás e o restante refere-se substancialmente aos investimentos para a construção do TRSP.
Não estão incluídas as capitalizações de juros dos financiamentos vinculados aos projetos.
5.4 | Endividamento

(R$ Mil)	Dez 23	Dez 22	Var.
Empréstimos e financiamentos	5.039.163	4.177.974	21%
Debêntures	4.977.987	4.100.865	21%
Derivativos	219.992	55.106	>100%
Dívida bruta	**10.237.142**	**8.333.945**	**23%**
(-) Caixa, equivalentes de caixa e TVM	**(4.731.799)**	**(3.981.993)**	**19%**
Dívida líquida (ex-IFRS 16)	**5.505.343**	**4.351.952**	**27%**
EBITDA ajustado LTM (ex-IFRS 16)[1]	4.203.968	3.447.391	22%
Endividamento de curto prazo/Endividamento total	0,19	0,20	-5%
Alavancagem	**1,31x**	**1,26x**	**n/a**

[1] Resultado ajustado por eventos extraordinários. Maiores informações no item 8.1.
Encerramos o trimestre com alavancagem financeira de 1,31x, sendo 81% dos financiamentos com vencimento no longo prazo. Importante destacar que as dívidas indexadas à inflação e dólar estão majoritariamente *hedgeadas* para CDI.
6.0 | Projeções
No dia 13 de novembro de 2023, divulgamos Fato Relevante, onde revisamos o *guidance* de 2023, refletindo o início dos negócios do segmento de Marketing & Serviços.
Conforme imagem abaixo, encerramos o ano com um EBITDA ajustado de R$ 4.290 milhões, valor próximo ao máximo do range divulgado, devido principalmente (i) ao início dos negócios da Edge (Marketing & Serviços), (ii) efeito mix favorável, fruto das novas conexões realizadas no ano, e inflação no reajuste das tarifas. Em relação ao Capex, somamos R$ 2.035 milhões no acumulado do ano, dentro do range divulgado, resultado dos investimentos destinados às operações de distribuição de gás natural, construção do TRSP e demais projetos da Edge.

[1]Não inclui juros capitalizados.
6.1 | Projeções 2024
Divulgamos no dia 27 de março de 2024, Fato Relevante com o *guidance* de 2024, conforme tabela abaixo:

R$ Mln	Realizado 2023	Guidance 2024 Mínimo	Guidance 2024 Máximo
EBITDA	4.290	4.400	4.700
CAPEX	2.035	2.600	2.900

Principais premissas (i) Variáveis macroeconômicas baseadas em dados de reconhecidas consultorias terceirizadas; (ii) EBITDA, reflete os resultados recorrentes das operações, excluindo eventuais efeitos pontuais; (iii) Capex reflete o plano regulatório das distribuidoras, investimentos do TRSP e o início da construção da planta de biometano em Marketing & Serviços.
7.0 | ESG
Em outubro de 2023, realizamos a 2ª emissão de debêntures da Compass no valor de R$ 1,7 bilhões, vinculada a métricas de Sustentabilidade. Os *key performence indicators* selecionados foram relacionados às agendas ambientais e sociais da Companhia.
O KPI ambiental refere-se à distribuição de biometano e apoia a redução de emissões do Escopo 3. Quanto ao KPI social é avaliada a diversidade* em cargos de liderança com o objetivo de ampliar a representatividade de grupos minorizados. Ambas as métricas estão alinhadas com os *Sustainability-linked Bond Principles* (SLBP) da Associação Internacional do Mercado de Capitais (ICMA - *International Capital Market Association*).
Abaixo, apresentamos o objetivo dos indicadores:

*os grupos de diversidade são: gênero feminino e pessoas do gênero masculino: autodeclaradas negras (pretas ou pardas), pessoas com deficiência; representantes da comunidade LGBTQIAPN+; e diversidade etária considerando a geração igual ou superior a 60 anos.
8.0 | Auditores Independentes
Em conformidade com a Resolução 162/22, a Companhia informa que as empresas de auditoria ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S, responsável pela auditoria das demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023 e 30 de setembro de 2023, e a BDO RCS Auditores Independentes responsável pela auditoria das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, não foram contratadas para prestar serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2023.

Balanços patrimoniais *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	9	680.246	265.994	3.931.532	3.403.635
Caixa restrito	10	–	–	578	–
Títulos e valores mobiliários	10	2.823	1.035	800.267	578.358
Contas a receber de clientes	11	–	–	1.525.366	1.908.388
Instrumentos financeiros derivativos	23	–	–	24.449	352.568
Estoques		–	–	292.335	133.881
Recebíveis de partes relacionadas	12	7.554	21.130	10.884	6.558
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		28.030	14.039	120.389	50.198
Outros tributos a recuperar	13	–	–	291.435	769.197
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	14.1c	370.912	42.773	35.797	101.027
Ativos financeiros setoriais	15	–	–	207.005	148.955
Outros ativos		963	166	182.940	110.606
		1.090.528	**345.137**	**7.422.977**	**7.563.371**
Ativos circulantes mantidos para venda	16	387.215	–	911.500	–
Ativo circulante		**1.477.743**	**345.137**	**8.334.477**	**7.563.371**
Contas a receber de clientes	11	–	–	25.607	22.817
Caixa restrito	10	–	–	4.100	4.100
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	80.486	38.937	708.272	482.296
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		22.378	45.330	90.243	125.164
Outros tributos a recuperar	13	–	–	246.139	212.281
Depósitos judiciais	28	–	–	43.960	55.382
Instrumentos financeiros derivativos	23	–	–	151.206	39.295
Ativos financeiros setoriais	15	–	–	341.695	193.378
Outros ativos		–	–	76.700	18.708
Investimentos em subsidiárias e associadas	14.1	7.869.712	6.686.237	1.630.124	2.525.292
Imobilizado	17	11.480	5.947	1.255.012	671.573
Intangível	18	6.782	1.479	13.299.255	12.015.135
Ativos de contrato	19	–	–	1.041.421	1.110.335
Direito de uso	20	14.158	12.312	1.588.292	83.059
Ativo não circulante		**8.004.996**	**6.790.242**	**20.502.026**	**17.558.815**
Total do ativo		**9.482.739**	**7.135.379**	**28.836.503**	**25.122.186**

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	34.532	1.131	1.937.294	1.685.123
Passivos de arrendamento	25	3.593	2.635	163.740	13.195
Instrumentos financeiros derivativos	23	–	–	63.331	485
Fornecedores	26	7.570	1.994	1.534.041	1.842.810
Ordenados e salários a pagar		140.895	57.460	301.560	193.585
Imposto de renda e contribuição social correntes		952	7.931	306.235	137.092
Outros tributos a pagar		4.350	5.224	187.949	264.391
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	30	526.060	42.611	569.956	72.863
Pagáveis a partes relacionadas	12	7.588	1.751	23.269	14.764
Passivos financeiros setoriais	15	–	–	70.013	67.419
Outros passivos financeiros	8	–	–	133.937	72.579
Outras contas a pagar		27.659	6.472	329.528	218.239
		753.199	**127.209**	**5.620.853**	**4.582.545**
Passivos não circulantes disponíveis para venda	16	–	–	152.255	–
Passivo circulante		**753.199**	**127.209**	**5.773.108**	**4.582.545**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	2.128.947	398.485	8.079.856	6.593.716
Passivos de arrendamento	25	11.629	10.361	1.473.203	63.411
Instrumentos financeiros derivativos	23	–	–	297.453	399.866
Provisão para demandas judiciais	28	–	–	63.518	87.747
Obrigações de benefício pós-emprego	29	–	–	442.164	448.157
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	–	–	2.156.383	2.161.191
Passivos financeiros setoriais	15	–	–	1.740.685	1.549.197
Receitas diferidas ou antecipadas		–	77.981	–	592.601
Outras contas a pagar		–	80	16.513	36.971
Passivo não circulante		**2.140.576**	**486.907**	**14.269.775**	**11.932.857**
Total do passivo		**2.893.775**	**614.116**	**20.042.883**	**16.515.402**
Patrimônio líquido	30				
Capital social		2.272.500	2.272.500	2.272.500	2.272.500
Reserva de capital		2.860.598	2.872.050	2.860.598	2.872.050
Outros componentes do patrimônio líquido		154.985	152.761	154.985	152.761
Reservas de lucros		1.300.881	1.223.952	1.300.881	1.223.952
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		6.588.964	6.521.263	6.588.964	6.521.263
Acionistas não controladores	14.2	–	–	2.204.656	2.085.521
Total do patrimônio líquido		**6.588.964**	**6.521.263**	**8.793.620**	**8.606.784**
Total do passivo e patrimônio líquido		**9.482.739**	**7.135.379**	**28.836.503**	**25.122.186**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros: Legal [i]	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**2.272.500**	**2.872.050**	**152.761**	**46.563**	**1.177.389**	**–**	**6.521.263**	**2.085.521**	**8.606.784**
Resultado líquido do exercício		–	–	–	–	–	1.602.989	1.602.989	197.252	1.800.241
Resultados abrangentes:										
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa líquido de imposto	23 c)	–	–	(13.803)	–	–	–	(13.803)	–	(13.803)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	30.e)	–	–	10	–	–	–	10	–	10
Equivalência patrimonial de ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto		–	–	180	–	–	–	180	172	352
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto		–	–	15.837	–	–	–	15.837	137	15.974
Total de outros resultados abrangentes		**–**	**–**	**2.224**	**–**	**–**	**1.602.989**	**1.605.213**	**197.561**	**1.802.774**
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:										
Combinações de negócios	14.2	–	–	–		–	–	–	237.460	237.460
Perda na distribuição de dividendos para acionistas não controladores		–	(405)	–	–	–	–	(405)	405	–
Ações outorgadas reconhecidas		–	967	–	–	–	–	967	7	974
Transações com pagamento baseado em ações	36	–	(13.479)	–	–	–	–	(13.479)	(118)	(13.597)
Dividendos não reclamados de não controladores		–	1.465	–	–	–	–	1.465	13	1.478
Dividendos e juros sobre capital próprio	30 d)	–	–	–	–	(724.565)	(801.495)	(1.526.060)	(316.193)	(1.842.253)
Constituição de reserva de retenção de lucros	30 d)	–	–	–	–	801.494	(801.494)	–	–	–
Total de contribuições e distribuições		**–**	**(11.452)**	**–**	**–**	**76.929**	**(1.602.989)**	**(1.537.512)**	**(78.426)**	**(1.615.938)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**2.272.500**	**2.860.598**	**154.985**	**46.563**	**1.254.318**	**–**	**6.588.964**	**2.204.656**	**8.793.620**

[i] Para mais detalhes ver nota 30.f).

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**2.272.500**	**2.886.216**	**127.919**	**46.563**	**1.011.449**	**–**	**6.344.647**	**28.466**	**6.373.113**
Resultado líquido do exercício		–	–	–	–	–	1.848.640	1.848.640	128.658	1.977.298
Resultados abrangentes:										
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto		–	–	24.842	–	–	–	24.842	216	25.058
Total de outros resultados abrangentes		**–**	**–**	**24.842**	**–**	**–**	**1.848.640**	**1.873.482**	**128.874**	**2.002.356**
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:										
Perda na distribuição de dividendos para acionistas não controladores		–	(1.022)	–	–	–	–	(1.022)	1.022	–
Combinação de negócios		–	–	–	–	–	–	–	2.924.376	2.924.376
Aquisição de não controladores		–	–	–	–	–	–	–	(888.649)	(888.649)
Dividendos e juros sobre capital próprio	30 d)	–	–	–	–	(211.021)	(1.471.679)	(1.682.700)	(107.433)	(1.790.133)
Constituição reserva de retenção de lucros		–	–	–	–	376.961	(376.961)	–	–	–
Ações outorgadas reconhecidas		–	2.319	–	–	–	–	2.319	(1.000)	1.319
Transações com pagamento baseado em ações		–	(15.463)	–	–	–	–	(15.463)	(135)	(15.598)
Total de contribuições e distribuições		**–**	**(14.166)**	**–**	**–**	**165.940**	**(1.848.640)**	**(1.696.866)**	**1.928.181**	**231.315**
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**2.272.500**	**2.872.050**	**152.761**	**46.563**	**1.177.389**	**–**	**6.521.263**	**2.085.521**	**8.606.784**

Demonstrações dos resultados *(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 (Reapresentado) [i]	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado) [i]
Receita operacional líquida	31	–	–	17.767.327	19.719.205
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	32	–	–	(14.256.031)	(16.364.835)
Resultado bruto		**–**	**–**	**3.511.296**	**3.354.370**
Despesas de vendas	32	–	–	(164.399)	(163.256)
Despesas gerais e administrativas	32	(207.421)	(136.963)	(788.015)	(563.467)
Outras receitas operacionais, líquidas	33	70.723	659	607.226	(91.905)
Resultado Operacional		**(136.698)**	**(136.304)**	**(345.188)**	**(818.628)**
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		**(136.698)**	**(136.304)**	**3.166.108**	**2.535.742**
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	14.1	1.707.820	1.832.290	178.978	98.033
Resultado de equivalência patrimonial		**1.707.820**	**1.832.290**	**178.978**	**98.033**
Despesas financeiras		(98.971)	(74.698)	(1.658.582)	(1.291.850)
Receitas financeiras		66.129	196.053	1.283.025	898.099
Variação cambial, líquida		(4)	82	152.592	102.655
Efeito líquido dos derivativos		–	–	(507.988)	(86.041)
Resultado financeiro líquido	34	**(32.846)**	**121.437**	**(730.953)**	**(377.137)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**1.538.276**	**1.817.423**	**2.614.133**	**2.256.638**
Imposto de renda e contribuição social	27				
Corrente		–	(7.248)	(1.136.919)	(723.405)
Diferido		41.549	13.044	277.608	394.220
		41.549	**5.796**	**(859.311)**	**(329.185)**
Resultado líquido das operações em continuidade		1.579.825	1.823.219	1.579.825	1.823.219
Resultado líquido das operações em continuidade não controladores		–	–	174.997	104.234
Resultado líquido das operações descontinuadas	16 c	23.164	25.421	23.164	25.421
Resultado líquido das operações descontinuadas não controladores	16 c	–	–	22.255	24.424
Resultado líquido do exercício		**1.602.989**	**1.848.640**	**1.800.241**	**1.977.298**
Resultado líquido do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores		1.602.989	1.848.640	1.602.989	1.848.640
Acionistas não controladores		–	–	197.252	128.658
		1.602.989	**1.848.640**	**1.800.241**	**1.977.298**
Resultado básico por ação das operações em continuidade - em Reais:	35				
Ordinárias				R$2,21205	R$2,55285
Preferenciais				R$2,21205	R$2,55285
Resultado diluído por ação das operações em continuidade - em Reais:	35				
Ordinárias				R$2,21122	R$2,55043
Preferenciais				R$2,21122	R$2,55043
Resultado básico e diluído por ação das operações descontinuadas - em Reais:	35				
Ordinárias				R$0,03243	R$0,03559
Preferenciais				R$0,03243	R$0,03559

[i] Para mais detalhes veja notas 3.3 e 16.

Demonstrações dos resultados abrangentes *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 (Reapresentado) [i]	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado) [i]
Resultado líquido do exercício		**1.602.989**	**1.848.640**	**1.800.241**	**1.977.298**
Outros resultados abrangentes:					
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:					
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	30.e)	10	–	10	–
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	23 c)	(13.803)	–	(20.914)	–
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	23 c)	–	–	7.111	–
		(13.793)	**–**	**(13.793)**	**–**
Itens que não podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
Equivalência patrimonial de ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto		180	–	352	–
Ganhos atuariais com plano de benefício definido	29	15.837	24.842	24.203	37.965
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos atuariais com plano de	27 c)	–	–	(8.229)	(12.907)
		16.017	**24.842**	**16.326**	**25.058**
Resultado abrangente do exercício - operações continuadas		1.582.049	1.848.061	1.757.355	1.952.511
Resultado abrangente do exercício - operações descontinuadas		23.164	25.421	45.419	49.845
Resultado abrangente do exercício		**1.605.213**	**1.873.482**	**1.802.774**	**2.002.356**
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		1.605.213	1.873.482	1.605.213	1.873.482
Acionistas não controladores		–	–	197.561	128.874
		1.605.213	**1.873.482**	**1.802.774**	**2.002.356**

[i] Para mais detalhes veja notas 3.3 e 16.

continua →★

→★ continuação

Compass Gás e Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 (Reapresentado) [i]	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado) [i]
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.538.276	1.817.423	2.614.133	2.256.638
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	32	4.142	3.156	899.635	776.248
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	14.1	(1.707.820)	(1.832.290)	(178.978)	(98.033)
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	33	50	–	31.174	51.724
Transações com pagamento baseado em ações	36	53.404	25.117	60.801	28.478
Provisão para demandas judiciais	33	–	–	7.225	11.035
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos		95.714	24.078	1.257.600	808.597
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	15	–	–	(110.125)	339.854
Resultado nas operações de derivativos, líquidos		–	–	–	(248.123)
Provisão de bônus e participação no resultado		26.013	19.834	109.314	83.877
Provisão para perdas de crédito esperadas	11	–	–	17.314	16.861
Realização de receita diferida		(77.981)	–	(592.601)	–
Outros		–	–	43.695	8.360
		(68.202)	**57.318**	**4.159.187**	**4.035.516**
Variação em:					
Contas a receber de clientes		–	–	398.863	(248.081)
Estoque		–	–	(207.963)	(3.106)
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos, líquidos		1.704	(48.533)	(673.950)	(224.729)
Partes relacionadas, líquidas		19.412	(6.584)	4.538	(588)
Fornecedores e outros passivos financeiros		4.793	1.221	(254.941)	(213.287)
Ordenados e salários a pagar		8.330	1.827	(54.190)	(34.367)
Receita Diferida		–	77.981	–	592.601
Obrigação de benefício pós-emprego		–	–	(26.931)	(25.963)
Outros ativos e passivos, líquidos		18.970	3.534	(41.974)	48.610
		53.209	**29.446**	**(856.548)**	**(108.910)**
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		**(14.993)**	**86.764**	**3.302.639**	**3.926.606**
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aporte de capital em subsidiárias e associadas	14.1 a)	(916.724)	(258.000)	–	–
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	14.3	–	(1.629.688)	(135.000)	(2.378.196)
Venda (compra) de títulos e valores mobiliários, líquido		(1.329)	518.381	(153.736)	1.434.994
Caixa restrito		–	–	(567)	(4.100)
Dividendos recebidos de subsidiárias e associadas	14.1 c)	732.171	1.884.192	210.492	99.519
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato		(10.090)	(1.499)	(2.317.889)	(1.659.202)
Venda de investimentos, líquido de caixa cedido		–	–	–	728.542
Outros ativos financeiros		–	–	–	(24.953)
Operação descontinuada	14.1 c)	–	–	62.699	44.969
Recebimento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		–	–	6.194	–
Pagamento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		–	–	(11.291)	–
Caixa recebido na venda de ativos imobilizado e intangível		–	–	4.637	8.319
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		**(195.972)**	**513.386**	**(2.334.461)**	**(1.750.108)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	22	1.728.823	398.106	3.128.374	2.944.147
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	22	–	–	(1.547.820)	(2.275.698)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	22	(57.236)	(52.111)	(400.070)	(523.774)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		–	–	(459.378)	(294.300)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		–	–	284.728	19.882
Amortização de principal sobre arrendamentos	25	(2.014)	(1.637)	(38.590)	(10.891)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	25	(1.745)	(1.059)	(53.708)	(5.375)
Aquisição de participações de acionista não controladores		–	(468.070)	–	(468.070)
Dividendos pagos	30	(1.042.611)	(1.622.247)	(1.340.220)	(1.709.838)
Instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		–	–	–	4.293
Pagamento de remuneração baseada em ações	36	–	–	(13.597)	(15.597)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		**625.217**	**(1.747.018)**	**(440.281)**	**(2.335.221)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		**414.252**	**(1.146.868)**	**527.897**	**(158.723)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**265.994**	**1.412.862**	**3.403.635**	**3.562.358**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**680.246**	**265.994**	**3.931.532**	**3.403.635**
Informação complementar					
Impostos de renda e contribuição social pagos		(460)	(7.408)	(465.866)	(178.547)

[i] Para mais detalhes veja nota 16.

Transações que não envolveram caixa:
A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:
(i) Em 23 de dezembro de 2023 a subsidiária Comgás deliberou juros sobre capital próprio no montante de R$ 7.393, a serem pagos no mês subsequente.
(ii) Em 14 de dezembro de 2023 a subsidiária Commit constituiu dividendos propostos do montante de R$ 50.000.
(iii) Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no montante de R$248.246 (R$61.653 em 31 de dezembro de 2022).

Apresentação de juros e dividendos:
Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores mobiliários, assim como, os juros pagos sobre as obras em andamento e ativos de contrato são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

Demonstrações do valor adicionado *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 (Reapresentado) [i]	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado) [i]
Receitas					
Receitas de distribuição de gás e comercialização de energia		–	–	19.952.854	23.088.128
Receita na prestação de serviços	31	–	–	638.956	587.302
Receita de construção	31	–	–	1.494.142	1.217.818
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		70.722	–	591.693	(94.777)
Provisão para perdas de crédito esperadas	11	–	–	(17.314)	(16.861)
		70.722	**–**	**22.660.331**	**24.781.610**
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos do gás, transporte e compra de energia		–	–	(14.493.969)	(17.804.975)
Custos dos serviços prestados		–	–	(53.632)	(37.596)
Custo de construção	32	–	–	(1.494.142)	(1.217.818)
Materiais, serviços e outras despesas		(63.244)	(33.666)	(560.380)	(458.711)
		(63.244)	**(33.666)**	**(16.602.123)**	**(19.519.100)**
Valor adicionado bruto		**7.478**	**(33.666)**	**6.058.208**	**5.262.510**
Retenções					
Depreciação e amortização	32	(4.142)	(3.156)	(899.635)	(776.248)
Valor adicionado líquido produzido		**3.336**	**(36.822)**	**5.158.573**	**4.486.262**
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	14.1	1.707.820	1.832.290	178.978	98.033
Receitas financeiras		66.129	196.058	1.283.025	885.653
		1.773.949	**2.028.348**	**1.462.003**	**983.686**
Valor adicionado total a distribuir		**1.777.285**	**1.991.526**	**6.620.576**	**5.469.948**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos		**136.505**	**83.943**	**365.633**	**283.232**
Remuneração direta		102.993	63.183	216.534	170.386
Benefícios		6.398	4.413	87.363	71.226
FGTS e outros		27.114	16.347	61.736	41.620
Impostos, taxas e contribuições		**(39.479)**	**5.645**	**2.464.588**	**1.992.358**
Federais		(41.549)	(6.443)	1.378.420	839.494
Estaduais		–	–	1.036.027	1.107.692
Municipais		2.070	12.088	50.141	45.172
Despesas financeiras e aluguéis		**100.434**	**78.719**	**2.035.534**	**1.266.905**
Juros e variação cambial		98.975	74.615	1.845.883	1.155.900
Aluguéis		1.459	4.104	43.886	31.845
Outros		–	–	145.765	79.160
Remuneração de capitais próprios		**1.579.825**	**1.823.219**	**1.754.821**	**1.927.453**
Participação dos acionistas não-controladores		–	–	174.997	104.234
Dividendos propostos		–	1.682.700	41.475	1.790.133
Resultado do exercício, líquido de destinações		1.579.825	140.519	1.538.349	33.086
Total		**1.777.285**	**1.991.526**	**6.620.576**	**5.469.948**

[i] Para mais detalhes veja notas 3.3 e 16.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

1. Contexto operacional: A Compass Gás e Energia S.A. ("Compass Gás e Energia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 12 de novembro de 2014, registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo ("B3"). A Companhia é controlada pela Cosan Dez Participações S.A. ("Cosan Dez") por meio de participação direta de 88% do capital social. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan S.A. ("Cosan"). A Companhia tem como atividades principais, a Administração, controle, ou mesmo gestão de portfólio de investimentos com o objetivo em desenvolver um mercado de gás e energia cada vez mais amplo, transparente e competitivo no Brasil. Por meio de suas subsidiárias têm como atividades (i) distribuição de gás natural canalizado em todo Brasil para clientes da categoria industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração; (ii) comercialização de gás natural; (iii) desenvolvimento de projetos de infraestrutura; e (iv) desenvolvimento de projetos de geração térmica por meio de gás natural. **1.1 Realização da rubrica diferida da Compass Comercialização S.A. e Compass Gás e Energia S.A.:** Em 01 julho de 2022, a Compass Comercialização S.A. ("Compass Comercialização") firmou um instrumento contratual para cancelamento das cargas de Gás Natural Liquefeito ("GNL") com entregas previstas com fornecedores externos para 2023. Em contrapartida foi acordada uma compensação financeira entre as partes cujo recebimento foi inicialmente registrado no balanço da Compass Comercialização na rubrica de receita diferida. Em 13 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as obrigações remanescentes, foi realizado o reconhecimento na rubrica de outras receitas operacionais do montante de R$ 923.214, sendo R$ 845.233 relacionado ao instrumento acima citado e R$ 77.981 relacionado ao reconhecimento de bonificação recebida. **1.2 Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação ("FSRU"):** Em 01 de julho de 2023, a subsidiária Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ("TRSP") passou a deter a gestão e responsabilidade sobre a Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação ("FSRU"), sendo reconhecido o direito de uso e passivo de arrendamento atrelado no montante de R$1.510.810. O ativo arrendado será utilizado para recepção, armazenamento e regaseificação de GNL ("Gás Natural Liquefeito") no TRSP. O prazo do arrendamento considerado foi de 20 anos sendo o contrato inicial de 10 anos com razoável certeza de prorrogação por dois períodos de 5 anos. **1.3 Aquisição de estoque de GNL na Compass Comercialização S.A.:** Em setembro de 2023, a subsidiária Compass Comercialização S.A. ("Comercialização") realizou a aquisição de uma carga de GNL no montante de R$ 177.089. Esse estoque de gás será utilizado para os testes de comissionamento e início da operação do Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ("TRSP"). Até o encerramento do exercício de 2023 não houve o efetivo consumo da carga tendo o seu saldo atualizado devido ao reconhecimento da perda por evaporação do GNL na rubrica de outras despesas no montante de R$ 29.946. **1.4 Acordo comercial entre Compass Comercialização e Comgás:** Em 24 de julho de 2023, a Comgás e Compass Comercialização celebraram um aditivo contratual, que contemplou o adiamento da data de início do contrato de fornecimento de gás, inicialmente estipulada para 1º de julho de 2023, conforme os termos do contrato original formalizado em agosto de 2021. Em decorrência da postergação, as partes acordaram uma compensação financeira no montante total de R$453.316, dos quais R$53.316 foram liquidados em 8 de agosto de 2023. Em 26 de setembro de 2023, a Compass Comercialização realizou uma proposta adicional de compensação financeira à Comgás, no montante de R$150.000, liquidada em 23 de outubro de 2023, em função da flexibilização do prazo de início de fornecimento ao longo do 1º trimestre de 2024. Essa contraprestação foi descontada do saldo remanescente inicialmente acordado. Por fim, em 24 de novembro de 2023, a Compass Comercialização realizou uma nova proposta de compensação financeira à Comgás, no montante de R$150.000, liquidada em 28 de dezembro de 2023. Em contrapartida para que o gás natural comercializado sob o contrato de fornecimento de gás possa ser disponibilizado em quaisquer dos *citygates* da malha de distribuição. Essa contraprestação foi descontada do saldo remanescente inicialmente acordado, que após essa compensação financeira passou a ser de R$ 100.000, o qual será pago trimestralmente pelos próximos 5 anos mediante o cumprimento de obrigações de performance estabelecidas. Como resultado desses acontecimentos, e com as devidas anuências da ARSESP, a Comgás recebeu até o momento o total de R$353.316, que por conseguinte, parte desse montante, líquida dos impostos incidentes é redistribuída aos consumidores de acordo com as disposições previstas no contrato de concessão (vide nota explicativa 15). **1.5 Cisão Commit e ativo disponível para venda:** Em 09 de outubro de 2023, foi aprovada a cisão parcial da controlada Commit Gás S.A. ("Commit") para uma nova companhia denominada Norgás S.A. ("Norgás"). A parcela cindida é composta pela participação societária da Commit nas seguintes empresas: Companhia de Gás do Ceará ("CEGÁS"), Companhia Potiguar de Gás ("POTIGÁS"), Gás de Alagoas S.A. ("ALGÁS"), Sergipe Gás S.A. ("SERGÁS") e Companhia Pernambucana de Gás ("COPERGÁS"). A Compass Gás e Energia detém 51% de participação societária da Norgás, mesmo percentual que detém na Commit, não alterando a participação sobre as companhias acima referidas. A ocorrência desse evento reforça a estratégia da Companhia de alienação de sua participação na Norgás, e com isso, na mesma data esses investimentos para fins de balanço patrimonial foram classificados como 'ativo e passivo mantido para venda' e para fins de demonstrativo do resultado foram classificados como 'operação descontinuada'. Para mais detalhes vide nota explicativa 16. **1.6 Aquisição de 51% de participação societária na Biometano Verde Paulínia S.A.:** Em 20 de outubro de 2023, a Compass Comercialização concluiu a aquisição do controle de 51% de participação societária da Biometano Verde Paulínia S.A. ("BVP"). Para mais detalhes vide nota explicativa 14.3. **1.7 Impactos dos conflitos internacionais:** A Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito entre Rússia e Ucrânia, assim como os recentes acontecimentos no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de óleo de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o presente momento, os efeitos desses conflitos não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A Companhia continuará monitorando o aumento do risco nessas áreas para mudanças materiais. **2. Declaração de conformidade:** Estas informações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pela Administração em 27 de março de 2024. **3. Políticas contábeis:** As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: **3.1 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2 Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 7** - Mensuração de valor justo reconhecidas; • **Nota 11** - Contas a receber de clientes; • **Nota 14.3** - Aquisição de subsidiárias; • **Nota 15** - Ativos e passivos financeiros setoriais; • **Nota 18** - Intangível; • **Nota 20** - Direito de uso; • **Nota 24** - Compromissos; • **Nota 25** - Passivos de arrendamento; • **Nota 27** - Imposto de renda e contribuição social; • **Nota 28** - Provisões para demandas e depósitos judiciais; • **Nota 29** - Obrigações de benefício pós-emprego; • **Nota 36** - Pagamentos baseados em ações. **3.3 Reclassificação na demonstração de resultados:** A ARSESP através da deliberação 1.205 de 18 de agosto de 2021, NTF-044-2021, divulgou um novo Manual de Contabilidade Regulatória e Plano de Contas do setor de distribuição de gás canalizado para empresas sobre sua regulamentação com aplicabilidade a partir do exercício de 2023. Conforme nota técnica acima citada, a ARSESP determina que a contabilização das variações, positivas e negativas, entre o preço incluído nas tarifas e o efetivamente pago pela concessionária ao supridor, que são periodicamente repassadas aos usuários por meio de contas gráficas, deve ser registrada no grupo de receitas operacional líquida. A política contábil usualmente aplicada pela Companhia é consistente com o entendimento da essência da operação, classificando os efeitos da Conta Corrente Regulatória ("CCR") em seu resultado bruto, porém com alocações no grupo de custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados. Em complemento, o documento também menciona que a classificação de despesas e custos podem variar em relação às práticas comumente adotadas em que parte dos gastos administrativos também são admitidos como custos das operações relacionadas aos serviços de distribuição de gás canalizado. A subsidiária Comgás reavaliou voluntariamente a forma de apresentação da classificação dos efeitos da CCR e despesas gerais e administrativas, por entender que tal apresentação atenderá as exigências da ARSESP e OCPC08, fornecendo informações mais consistentes nas consolidações alinhadas com as práticas adotadas pelo grupo. Estas reclassificações não impactam os principais indicadores utilizados pela subsidiária Comgás. A aplicação da mudança na política contábil gerou a seguinte reclassificação na demonstração do resultado no exercício comparativo:

	Consolidado 31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	20.133.787	(414.582)	19.719.205
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(16.561.153)	196.318	(16.364.835)
Resultado bruto	**3.572.634**	**(218.264)**	**3.354.370**
Despesas de vendas	(163.256)	–	(163.256)
Despesas gerais e administrativas	(781.731)	218.264	(563.467)
Outras receitas operacionais, líquidas	(91.905)	–	(91.905)
Resultado Operacional	**(1.036.892)**	**218.264**	**(818.628)**
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido	**2.535.742**	**–**	**2.535.742**

4. Normas contábeis: 4.1 Normas contábeis recentemente adotadas pela Companhia: Norma aplicável - Principais requisitos ou mudanças na política contábil - Impacto: Alterações à IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 - A IAS 8/CPC 23 introduz a nova definição de estimativa contábil "As estimativas contábeis são montantes monetários nas demonstrações contábeis que estão sujeitas a incerteza de mensuração" e esclarece como as entidades devem distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. Os parágrafos impactados são os itens 5, 32, 34, 38 e 48 e o título do item 32. Ocorre uma distinção entre estimativas contábeis (são aplicadas prospectivamente) e políticas contábeis (são aplicadas retrospectivamente) - Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Compass; Alterações à IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 - A IAS 1/CPC 26 introduz orientações para decisão sobre quais políticas contábeis devem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras. Os parágrafos impactados para apoiar na identificação de política contábil materiais são os itens 114, 117, 122, 117A, 117E, 139V e exclusão dos itens 118, 119 e 121 - Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Compass; Alterações à IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 - Alteração de escopo de isenção de reconhecimento inicial e esclarece como as entidades devem contabilizar o imposto diferido em certas transações tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção. Os parágrafos impactados são: Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e b do item 24; inclui o inciso (iii) da letra b do item 15, o item 22A, a letra c do item 24, os itens 98K e 98L e o exemplo 8 do Apêndice B - Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Compass; Alterações à CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguro - Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 - A alteração adiciona uma nova opção de transição para a IFRS 17 (a 'sobreposição de classificação') para aliviar as complexidades operacionais e os desfasamentos contabilísticos únicos na informação comparativa entre passivos de contratos de seguro e ativos financeiros relacionados na aplicação inicial da IFRS 17. Permite a apresentação de informações comparativas sobre ativos financeiros devem ser apresentadas de forma mais consistente com a IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Compass; Alteração CPC 32/IAS 12 - item 4A referente a nova regra tributária Pilar Dois - Tendo em vista que em 2023 muitos países promulgaram regulação tributária voltada a implementar as regras dos modelos globais anti-erosão da base tributária em nível global (GloBE model rules) integrantes do projeto denominado "Pilar Dois" e coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esta legislação causou incertezas na apuração de ativos e passivos fiscais diferidos no contexto do CPC 32 ("Tributos sobre o Lucro"). Em vista deste cenário, o IASB e o AASB propuseram mudanças no IAS 12, que foram implementadas no Brasil mediante a publicação da Resolução CVM nº 197, em 28/12/2023, introduzindo alterações na norma correspondente brasileira (CPC 32). Essas mudanças introduziram uma isenção temporária obrigatória com relação ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados aos tributos sobre o lucro de Pilar Dois (item 4A do CPC 32). A Resolução CVM nº 197/2023 também introduziu no CPC 32 obrigações de divulgação de informações sobre a exposição da entidade aos tributos do Pilar Dois, sem apresentar requisitos específicos quanto ao nível de detalhamento e permitindo o atendimento desta obrigação com a divulgação de informações sobre o progresso da entidade na avaliação de sua exposição - A Companhia aplicou esta isenção temporária para as demonstrações financeiras com exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, avaliamos o que está no escopo das regulações tributárias que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas em alguns dos países nos quais determinadas entidades consolidadas pelo grupo operam. Em que pese o fato de que a implementação dessas regulações é ainda muito recente e que nenhum país aplicou exigência concreta de imposto mínimo global em 2023, a Companhia, considerando os pontos acima, efetuou uma avaliação preliminar, apoiada por consultoria especializada, e concluiu não haver expectativa de impactos significativos em relação às jurisdições onde opera. No entanto, a Companhia prosseguirá com os estudos e avaliação mais aprofundada da aplicação das novas regras, para divulgação de qualquer exposição, se houver, nas demonstrações financeiras dos próximos trimestres. **4.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Norma aplicável - Principais requisitos ou mudanças na política contábil:** Alterações à IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 - Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um *sale-leaseback* que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de *sales and leaseback*; Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 - "Alteração à IAS 1 com a intenção de aprimorar as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (comumente referidos como "*covenants*"). As alterações também responderam às preocupações das partes interessadas sobre a classificação de tal passivo como circulante ou não circulante que surgiram no decorrer do projeto, em especial após discussão e emissão de agenda *decision* por parte do IFRIC; Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 - "As alterações introduzem dois novos objetivos de divulgação - um na IAS 7 e outro na IFRS 7 - para que a empresa forneça informações sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores que permitiriam ao leitor das demonstrações avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da empresa. Também será necessário divulgar o tipo e o efeito das alterações não monetárias nos valores contábeis dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento do fornecedor.". Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo CPC e IASB e que estejam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não são aplicáveis ou relevantes para a Companhia. **5. Informação por segmento:** As informações por segmento são utilizadas pela alta Administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras. A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no lucro antes dos juros, depreciação e amortização *("EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization")*. **Segmentos reportados:** i. Distribuição de Gás: refere-se, principalmente, as distribuidoras de gás natural canalizado que a Companhia tem controle ou participação. As regiões de atuação são no Sudeste, Sul, Centro, Norte e Nordeste do país e atendem clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração. ii. Marketing & serviços: refere-se, principalmente, a comercialização de gás, sendo a compra e a venda de gás a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação. O segundo semestre de 2023 marcou o início das operações deste segmento através da Compass Comercialização S.A., esse segmento inclui também outros investimentos em processo de desenvolvimento e atividades corporativas, incluindo TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo, Rota 4 Participações S.A. ("Rota 4") e Edge - Empresa de Geração de Energia S.A. ("Edge"). Além do portfólio de investimentos no setor de gás a Companhia apresenta os efeitos em seu resultado relacionados as atividades corporativas da Compass Gás e Energia S.A. de forma separada no segmento "Compass Corporativo".

31/12/2023

	Segmentos reportados: Distribuição de gás	Segmentos reportados: Marketing & serviços	Reconciliação: Compass Corporativo	Reconciliação: Eliminações	Consolidado
Resultado					
Receita operacional bruta	22.099.990	–	–	–	22.099.990
Receita operacional líquida	17.767.327	–	–	–	17.767.327
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(14.256.031)	–	–	–	(14.256.031)
Resultado bruto	**3.511.296**	**–**	**–**	**–**	**3.511.296**
Despesas de vendas	(164.399)	–	–	–	(164.399)
Despesas gerais e administrativas	(460.247)	(120.347)	(207.421)	–	(788.015)
Outras receitas operacionais, líquidas	120.155	416.348	70.723	–	607.226
Resultado de equivalência patrimonial	178.978	–	1.707.820	(1.707.820)	178.978
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(1.365.055)	(194.556)	(98.971)	–	(1.658.582)
Receitas financeiras	1.027.158	189.738	66.129	–	1.283.025
Variação cambial	144.191	8.405	(4)	–	152.592
Derivativos	(481.225)	(26.763)	–	–	(507.988)
Resultado financeiro, líquido	**(674.931)**	**(23.176)**	**(32.846)**	**–**	**(730.953)**
Imposto de renda e contribuição social	(808.862)	(91.998)	41.549	–	(859.311)
Resultado líquido do exercício	**1.701.990**	**180.827**	**1.579.825**	**(1.707.820)**	**1.754.822**
Resultado operações descontinuadas	45.419	–	23.164	(23.164)	45.419
Resultado líquido das operações descontinuadas	**1.747.409**	**180.827**	**1.602.989**	**(1.730.984)**	**1.800.241**
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores	1.550.678	180.306	1.602.989	(1.730.984)	1.602.989
Acionistas não controladores	196.731	521	–	–	197.252
	1.747.409	**180.827**	**1.602.989**	**(1.730.984)**	**1.800.241**
Outras informações selecionadas					
Depreciação e amortização	856.312	39.181	4.142	–	899.635
EBITDA	4.042.095	335.182	1.575.264	(1.707.820)	4.244.721
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	(1.642.400)	(665.399)	(10.090)	–	(2.317.889)
Reconciliação EBITDA					
Resultado líquido do exercício	1.701.990	180.827	1.579.825	(1.707.820)	1.754.822
Impostos de renda e contribuição social	808.862	91.998	(41.549)	–	859.311
Resultado financeiro	674.931	23.176	32.846	–	730.953
Depreciação e amortização	856.312	39.181	4.142	–	899.635
EBITDA	**4.042.095**	**335.182**	**1.575.264**	**(1.707.820)**	**4.244.721**

31/12/2022 (Reapresentado) [i]

	Segmentos reportados: Distribuição de gás	Segmentos reportados: Marketing & serviços	Reconciliação: Compass Corporativo	Reconciliação: Eliminações	Consolidado
Resultado					
Receita operacional bruta	24.683.430	263.537	–	–	24.946.967
Receita operacional líquida	19.480.660	238.545	–	–	19.719.205
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(16.103.943)	(260.892)	–	–	(16.364.835)
Resultado bruto	**3.376.717**	**(22.347)**	**–**	**–**	**3.354.370**
Despesas de vendas	(163.259)	3	–	–	(163.256)
Despesas gerais e administrativas	(395.959)	(30.545)	(136.963)	–	(563.467)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(83.213)	(9.351)	659	–	(91.905)
Resultado de equivalência patrimonial	98.033	–	1.832.290	(1.832.290)	98.033
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(1.102.821)	(114.331)	(74.698)	–	(1.291.850)
Receitas financeiras	556.822	145.224	196.053	–	898.099
Variação cambial	108.227	(5.654)	82	–	102.655
Derivativos	(110.213)	24.172	–	–	(86.041)
Resultado financeiro, líquido	**(547.985)**	**49.411**	**121.437**	**–**	**(377.137)**
Imposto de renda e contribuição social	(339.575)	4.594	5.796	–	(329.185)
Resultado líquido do exercício	**1.944.759**	**(8.235)**	**1.823.219**	**(1.832.290)**	**1.927.453**
Resultado operações descontinuadas	49.845	–	25.421	(25.421)	49.845
Resultado líquido do exercício com operações descontinuadas	**1.994.604**	**(8.235)**	**1.848.640**	**(1.857.711)**	**1.977.298**
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores	1.865.946	(8.235)	1.848.640	(1.857.711)	1.848.640
Acionistas não controladores	128.658	–	–	–	128.658
	1.994.604	**(8.235)**	**1.848.640**	**(1.857.711)**	**1.977.298**
Outras informações selecionadas					
Depreciação e amortização	772.462	630	3.156	–	776.248
EBITDA	3.604.781	(61.610)	1.699.142	(1.832.290)	3.410.023
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	(1.271.149)	(386.554)	(1.499)	–	(1.659.202)
Reconciliação EBITDA					
Resultado líquido do exercício	1.944.759	(8.235)	1.823.219	(1.832.290)	1.927.453
Impostos de renda e contribuição social	339.575	(4.594)	(5.796)	–	329.185
Resultado financeiro	547.985	(49.411)	(121.437)	–	377.137
Depreciação e amortização	772.462	630	3.156	–	776.248
EBITDA	**3.604.781**	**(61.610)**	**1.699.142**	**(1.832.290)**	**3.410.023**

[i] Para mais detalhes veja a nota 3.3 e 16. Adicionalmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atualizou sua estrutura de divulgação por segmentos, com isso, as informações correspondentes ao exercício anterior estão sendo reapresentadas.

31/12/2023

	Segmentos reportados: Distribuição de gás	Segmentos reportados: Marketing & serviços	Reconciliação: Compass Corporativo	Reconciliação: Eliminações	Consolidado
Itens do balanço patrimonial:					
Caixa e equivalentes de caixa	2.891.989	359.297	680.246	–	3.931.532
Títulos e valores mobiliários	794.978	2.466	2.823	–	800.267
Contas a receber de clientes	1.550.598	375	–	–	1.550.973
Instrumentos financeiros derivativos	140.645	35.010	–	–	175.655
Estoques	152.116	140.219	–	–	292.335
Impostos a recuperar	602.829	94.969	50.408	–	748.206
Ativos financeiro setorial	548.700	–	–	–	548.700
Ativos circulantes mantidos para venda	911.500	–	387.215	(387.215)	911.500
Outros ativos financeiros	2.423	–	–	–	2.423
Outros ativos circulantes	239.460	28.683	379.429	(417.373)	230.199
Outros ativos não circulantes	497.329	252.794	80.486	–	830.609
Investimento em subsidiárias e associadas	1.630.124	–	7.869.712	(7.869.712)	1.630.124
Ativo de contrato	1.041.421	–	–	–	1.041.421
Direito de uso	62.459	1.511.675	14.158	–	1.588.292
Imobilizado	5.776	1.237.756	11.480	–	1.255.012
Intangíveis	12.593.878	698.595	6.782	–	13.299.255
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.118.107)	(735.564)	(2.163.479)	–	(10.017.150)
Passivos financeiros derivativos	(360.637)	(147)	–	–	(360.784)
Fornecedores	(1.503.055)	(23.416)	(7.570)	–	(1.534.041)
Ordenados e salários a pagar	(137.623)	(23.042)	(140.895)	–	(301.560)
Passivos financeiros setoriais	(1.810.698)	–	–	–	(1.810.698)
Impostos e contribuição social a pagar	(482.876)	(6.006)	(5.302)	–	(494.184)
Outras contas a pagar circulantes	(858.496)	(54.260)	(561.307)	417.373	(1.056.690)
Passivos não circulantes disponíveis a venda	(152.255)	–	–	–	(152.255)
Passivos de arrendamento	(57.974)	(1.563.747)	(15.222)	–	(1.636.943)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.958.443)	(197.940)	–	–	(2.156.383)
Passivo atuarial	(442.164)	–	–	–	(442.164)
Outras contas a pagar não circulantes	(67.879)	(12.152)	–	–	(80.031)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	**8.716.018**	**1.745.565**	**6.588.964**	**(8.256.927)**	**8.793.620**
Ativo total	**23.666.225**	**4.361.839**	**9.482.739**	**(8.674.300)**	**28.836.503**
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores	6.749.343	1.507.584	6.588.964	(8.256.927)	6.588.964
Acionistas não controladores	1.966.675	237.981	–	–	2.204.656
Total do patrimônio líquido	**8.716.018**	**1.745.565**	**6.588.964**	**(8.256.927)**	**8.793.620**

31/12/2022 (Reapresentado) [i]

	Segmentos reportados: Distribuição de gás	Segmentos reportados: Marketing & serviços	Reconciliação: Compass Corporativo	Reconciliação: Eliminações	Consolidado
Itens do balanço patrimonial:					
Caixa e equivalentes de caixa	2.478.458	659.183	265.994	–	3.403.635
Títulos e valores mobiliários	569.296	8.027	1.035	–	578.358
Contas a receber de clientes	1.910.584	20.621	–	–	1.931.205
Instrumentos financeiros derivativos	344.760	47.103	–	–	391.863
Estoques	133.881	–	–	–	133.881
Impostos a recuperar	995.453	93.601	59.369	8.417	1.156.840
Ativos financeiro setorial	342.333	–	–	–	342.333
Outros ativos financeiros	2.295	–	–	–	2.295
Outros ativos circulantes	199.824	17.931	64.069	(63.633)	218.191
Outros ativos não circulantes	290.207	229.046	38.937	1	558.191
Investimento em subsidiárias e associadas	2.525.292	–	6.686.237	(6.686.237)	2.525.292
Ativo de contrato	1.110.335	–	–	–	1.110.335
Direito de uso	62.214	8.533	12.312	–	83.059
Imobilizado	147	665.479	5.947	–	671.573
Intangíveis	11.906.408	107.248	1.479	–	12.015.135
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.054.357)	(824.866)	(399.616)	–	(8.278.839)
Passivos financeiros derivativos	(399.866)	(485)	–	–	(400.351)
Fornecedores	(1.784.176)	(56.640)	(1.994)	–	(1.842.810)
Ordenados e salários a pagar	(127.412)	(8.713)	(57.460)	–	(193.585)
Receita diferida	–	(514.620)	(77.981)	–	(592.601)
Passivos financeiros setoriais	(1.616.616)	–	–	–	(1.616.616)
Impostos e contribuição social a pagar	(386.648)	(1.680)	(13.155)	–	(401.483)
Outras contas a pagar circulantes	(410.710)	(15.963)	(50.834)	99.062	(378.445)
Passivos de arrendamento	(54.707)	(8.903)	(12.996)	–	(76.606)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.160.627)	(564)	–	–	(2.161.191)
Passivo atuarial	(448.157)	–	–	–	(448.157)
Outras contas a pagar não circulantes	(124.638)	–	(80)	–	(124.718)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	**8.303.573**	**424.338**	**6.521.263**	**(6.642.390)**	**8.606.784**
Ativo total	**22.871.487**	**1.856.772**	**7.135.379**	**(6.741.452)**	**25.122.186**
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores	6.218.052	424.338	6.521.263	(6.642.390)	6.521.263
Acionistas não controladores	2.085.521	–	–	–	2.085.521
Total do patrimônio líquido	**8.303.573**	**424.338**	**6.521.263**	**(6.642.390)**	**8.606.784**

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atualizou sua estrutura de divulgação por segmentos, com isso, as informações correspondentes ao exercício anterior estão sendo reapresentadas. **5.1 Receita operacional líquida por categoria de clientes**:

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) [i]
Distribuição de gás		
Industrial	11.411.212	12.945.164
Residencial	2.202.348	2.200.849
Cogeração	710.288	943.907
Automotivo	592.917	928.468
Comercial	820.685	814.962
Termogeração	2.517	11.197
Receita de construção	1.494.142	1.217.818
Outros	533.218	418.295
Total	**17.767.327**	**19.480.660**
Marketing & serviços		
Comercialização de energia elétrica	–	238.545
Total	**–**	**238.545**
Total	**17.767.327**	**19.719.205**

[i] Para mais detalhes veja nota 3.3.

Nenhum cliente ou grupo específico representou 10% ou mais da receita líquida nos exercícios apresentados em outras categorias. **6. Ativos e passivos financeiros: Política contábil:** A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros. Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "Principal e Juros". Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiras foi realizada. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	9	673.581	264.908	2.969.358	3.092.439
Contas a receber de clientes	11	–	–	1.550.973	1.931.205
Caixa restrito	10	–	–	4.678	4.100
Recebíveis de partes relacionadas	12	7.554	21.130	10.884	6.558
Ativos financeiros setoriais	15	–	–	548.700	342.333
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	14.1c	370.912	42.773	35.797	101.027
Total		**1.052.047**	**328.811**	**5.120.390**	**5.477.662**
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	9	6.665	1.086	962.174	311.196
Títulos e valores mobiliários	10	2.823	1.035	800.267	578.358
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	175.655	391.863
Total		**9.488**	**2.121**	**1.938.096**	**1.281.417**
Total		**1.061.535**	**330.932**	**7.058.486**	**6.759.079**
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	(2.163.479)	(399.616)	(3.998.033)	(1.670.370)
Fornecedores	26	(7.570)	(1.994)	(1.534.041)	(1.842.810)
Outros passivos financeiros		–	–	(133.937)	(72.579)
Passivos de arrendamento	25	(15.222)	(12.996)	(1.636.943)	(76.606)
Pagáveis a partes relacionadas	12	(7.588)	(1.751)	(23.269)	(14.764)

continua →★

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Compass Gás e Energia S.A. *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	30	(526.060)	(42.611)	(569.956)	(72.863)
Passivos financeiros setoriais	15	–	–	(1.810.698)	(1.616.616)
Parcelamento de débitos tributários		–	–	(5.219)	(5.549)
Total		**(2.719.919)**	**(458.968)**	**(9.712.096)**	**(5.372.157)**
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	–	–	(6.019.117)	(6.608.469)
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	(360.784)	(400.351)
Total		**–**	**–**	**(6.379.901)**	**(7.008.820)**
Total		**(2.719.919)**	**(458.968)**	**(16.091.997)**	**(12.380.977)**

7. Mensuração de valor justo reconhecidas: Política contábil: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros. Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: i. o uso de preços de mercado cotados; ii. para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado. Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio. A Companhia e suas subsidiárias possuem uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia e suas subsidiárias, incluindo o nível no mercado. Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia e suas subsidiárias usam dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos. • Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia e suas subsidiárias em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos. • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

	Nota	Valor contábil e valor justo [i] 31/12/2023 Nível 2	31/12/2022 Nível 2
Ativos			
Aplicações em fundos de investimento	9	962.174	311.196
Títulos e valores mobiliários	10	800.267	578.358
Instrumentos financeiros derivativos	23	175.655	391.863
Total		**1.938.096**	**1.281.417**
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	(6.019.117)	(6.608.469)
Instrumentos financeiros derivativos	23	(360.784)	(400.351)
Total		**(6.379.901)**	**(7.008.820)**

[i] As operações com instrumentos financeiros da Companhia e suas subsidiárias que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato deles possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve alteração na classificação dos níveis da Companhia e suas subsidiárias. **8. Gestão de risco financeiro: Política contábil:** Esta nota explica a exposição da Companhia e suas subsidiárias a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto. O gerenciamento de risco financeiro da Companhia e suas subsidiárias é controlado pela tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de hedge é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de hedge e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos com taxa de juros flutuante protegidos. A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **a) Risco de mercado:** O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia e suas subsidiárias utilizam derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. **(i) Risco cambial:** Exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivos de arrendamento (i)	(1.548.942)	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.040.452)	(1.773.947)
Instrumentos financeiros derivativos - dívidas	2.040.452	1.773.947
Instrumentos financeiros derivativos - cambiais	30.530	(24.875)
Total	**(1.518.412)**	**(24.875)**

(i) A Companhia designou 100% do passivo de arrendamento exposto a dólar para proteção de receitas futuras altamente prováveis, conforme demonstrado na nota 23 c). A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares. Um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do real em relação ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2023, teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e o patrimônio líquido afetado e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

Instrumento	Risco	Provável	Cenários 25%	50%	(25%)	(50%)
Passivos de arrendamentos	Alta cambial	(1.599.717)	(1.999.646)	(2.399.575)	(1.199.787)	(799.858)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta cambial	(2.107.339)	(2.634.173)	(3.161.008)	(1.580.504)	(1.053.669)
Instrumentos financeiros derivativos - dívida	Baixa cambial	2.107.339	2.634.173	3.161.008	1.580.504	1.053.669
Instrumentos financeiros derivativos - cambiais	Baixa cambial	26.177	7.112	2.821	58.880	124.989
Exposição cambial, líquida		**(1.573.540)**	**(1.992.534)**	**(2.396.754)**	**(1.140.907)**	**(674.869)**

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados em 31 de dezembro de 2023, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável. Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R$/U.S.$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções, realizadas por consultoria especializada, para as taxas de câmbio em 12 meses, como segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio 31/12/2023	Provável	Cenários 25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.$	4,8413	5,0000	6,2500	7,5000	3,7500	2,5000

(ii) Risco da taxa de juros: A Companhia e suas subsidiarias monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

Exposição da taxa de juros	Provável	Cenários 25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de caixa	390.993	488.741	586.489	293.245	195.496
Títulos e valores mobiliários	81.270	101.587	121.905	60.952	40.635
Caixa restrito	409	512	614	307	205
Instrumentos financeiros derivativos	(225.318)	(214.031)	(209.885)	(228.175)	(239.087)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(486.940)	(608.676)	(730.411)	(365.205)	(243.470)
Total	**(239.586)**	**(231.867)**	**(231.288)**	**(238.876)**	**(246.221)**

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 11 de janeiro de 2024, como segue:

	Provável	Cenários 25%	50%	(25%)	(50%)
CDI	9,98%	12,48%	14,98%	7,49%	4,99%
IPCA	3,85%	4,82%	5,78%	2,89%	1,93%
IGPM	3,34%	4,17%	5,10%	2,50%	1,67%

(iii) Risco de preço: • Gás Natural: A Companhia e suas subsidiárias realizam operações com derivativos de gás natural, a fim de mitigar os riscos decorrentes das oscilações nos indexadores de gás natural em seus contratos de compra e venda de gás natural com entidades terceiras. Parte desses instrumentos estarem designados em *hedge accounting* para a proteção dos fluxos de caixa (vide nota 23), abaixo apresentamos uma análise de sensibilidade referente à oscilação de preço:

Instrumento	Fator de risco	Provável	Cenários 25%	50%	(25%)	(50%)
Derivativos de Brent	Variação no preço U.S.$/bbl	7.375	9.216	11.067	5.527	3.689

b) Risco de crédito: As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	3.931.532	3.403.635
Títulos e valores mobiliários	800.267	578.358
Caixa restrito	4.678	4.100
Contas a receber de clientes (i)	1.550.973	1.931.205
Instrumentos financeiros derivativos	175.655	391.863
Recebíveis de partes relacionadas	10.884	6.558
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	35.797	101.027
Total	**6.509.786**	**6.416.746**

(i) Em 31 de dezembro de 2023, as subsidiárias do segmento de distribuição de gás possuíam uma carteira de aproximadamente 2,53 milhões de clientes (não auditado), das categorias residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência. A Companhia e suas subsidiárias estão expostas a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários. Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A" nacional. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia. Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
AAA	4.635.702	3.079.698
AA	151.497	1.159.780
A	124.932	–
A-	–	138.478
Total	**4.912.131**	**4.377.956**

c) Risco de liquidez: A abordagem da Companhia e suas subsidiárias é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação. Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2023 Total	31/12/2022 Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.281.876)	(1.642.705)	(2.889.975)	(6.614.672)	(13.429.228)	(12.369.633)
Fornecedores	(1.534.041)	–	–	–	(1.534.041)	(1.842.810)
Outros passivos financeiros (i)	(133.937)	–	–	–	(133.937)	(72.579)
Parcelamento de débitos tributários	(904)	(905)	(1.810)	(1.885)	(5.504)	(5.851)
Passivos de arrendamento	(159.587)	(322.133)	(326.701)	(2.538.675)	(3.347.096)	(61.269)
Pagáveis a partes relacionadas	(23.269)	–	–	–	(23.269)	(14.764)
Dividendos a pagar	(569.956)	–	–	–	(569.956)	(72.863)
Instrumentos financeiros derivativos	(299.230)	(213.155)	(116.671)	827.553	198.497	626.273
Total	**(5.002.800)**	**(2.178.898)**	**(3.335.157)**	**(8.327.679)**	**(18.844.534)**	**(13.813.496)**

(i) Na subsidiária Comgás, em 31 de dezembro de 2023 o saldo antecipado pelos fornecedores junto a instituições financeiras era de R$ 133.397 (R$ 72.579 em 31 de dezembro de 2022). O prazo de pagamento destas operações é de até 90 dias. A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A Companhia não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor, assim como não recebe nenhum benefício por parte do banco nessa operação. As demais subsidiárias não possuem operações de risco sacado. **9. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Bancos conta movimento	91	22	82.814	131.802
Aplicações financeiras	680.155	265.972	3.848.718	3.271.833
	680.246	**265.994**	**3.931.532**	**3.403.635**

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas	6.665	1.086	962.174	311.196
	6.665	**1.086**	**962.174**	**311.196**
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	–	–	115.592	20.691
Certificado de depósitos bancários - CDB	673.490	264.886	2.760.025	2.939.946
Outras	–	–	10.927	–
	673.490	**264.886**	**2.886.544**	**2.960.637**
	680.155	**265.972**	**3.848.718**	**3.271.833**

As aplicações financeiras foram rentabilizadas a taxas em torno de 100% do certificado CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Veja a nota 8 com a análise de sensibilidade sobre os riscos de taxa de juros. **10. Títulos e valores mobiliários e caixa restrito: Política contábil:** Os títulos e valores mobiliários são mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os instrumentos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos instrumentos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento). O caixa restrito é mensurado e classificado ao custo amortizado, ambos com vencimento médio dos títulos do governo entre dois e cinco anos, porém podem ser resgatados prontamente e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Aplicações em fundos de investimento				
Títulos públicos	2.823	1.035	800.267	578.358
	2.823	**1.035**	**800.267**	**578.358**
Caixa restrito				
Caixa restrito em operação societária	–	–	578	–
Valores mobiliários dados em garantia	–	–	4.100	4.100
Total	**–**	**–**	**4.678**	**4.100**

Possuem taxa de juros atrelada à SELIC (taxa básica de juros) com rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI com liquidez diária. **11. Contas a receber de clientes: Política contábil:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional devido a um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém os saldos de contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Contas de gás a receber	889.012	1.052.703
Receita não faturada [i]	782.813	968.147
Outros	9.932	34.449
Subtotal	**1.681.757**	**2.055.299**
(–) Provisão para perdas de crédito esperadas	(130.784)	(124.094)
Total	**1.550.973**	**1.931.205**
Circulante	1.525.366	1.908.388
Não circulante	25.607	22.817
Total	**1.550.973**	**1.931.205**

[i] A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrado no balanço para fins de competência. O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
A vencer	1.472.532	1.854.522
Vencidas:		
Até 30 dias	56.031	68.111
De 31 a 60 dias	11.460	13.468
De 61 a 90 dias	6.497	7.322
Mais de 90 dias	135.237	111.876
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(130.784)	(124.094)
Total	**1.550.973**	**1.931.205**

A variação na perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber é a seguinte:

	Nota	Consolidado
Saldo em 31/12/2021		**(93.424)**
(Adições) reversões		(16.861)
Baixas		18.114
Combinação de negócios	14.3 b)	(31.923)
Saldo em 31/12/2022		**(124.094)**
(Adições) reversões		(17.314)
Baixas		10.624
Saldo em 31/12/2023		**(130.784)**

12. Partes relacionadas: Política contábil: As operações envolvendo partes relacionadas são realizadas de forma independente por cada entidade através de condições contratuais previamente acordadas, adicionalmente, os acordo firmados são avaliados e aprovadas em comitê de partes relacionadas. **a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. (i)	128	186	350	4.390
Cosan S.A. (ii)	1.299	1.299	1.299	1.370
Commit Gás S.A.	3.958	8.070	–	–
Compass Um Participações S.A.	–	8.664	–	–
Sulgás - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	–	1.737	–	–
Compass Comercialização S.A.	1.072	–	–	–
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	635	614	–	–
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A.	–	40	–	–
Norgás S.A.	–	–	8.976	–
Outros	462	520	259	798
Total	**7.554**	**21.130**	**10.884**	**6.558**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. (i)	178	502	10.234	13.421
Cosan S.A. (ii)	4.253	996	4.258	996
Commit Gás S.A.	2.838	–	–	–
Norgás S.A.	–	–	6.816	–
Outros	319	253	1.961	347
Total	**7.588**	**1.751**	**23.269**	**14.764**

(i) Gastos com serviços compartilhados e de responsabilidade da Companhia e suas subsidiárias. A natureza das despesas relacionadas ao centro de serviços compartilhados está relacionada aos seguintes serviços: processos de TI, contabilidade, impostos, suporte jurídico, etc. (ii) Despesas pagas pela Cosan S.A. que serão reembolsadas pela Companhia.

b) Transações com partes relacionadas:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita operacional				
Raízen S.A. e suas controladas	–	–	6.481	28.006
Elevações Portuárias S.A.	–	–	397	689
Total	**–**	**–**	**6.878**	**28.695**
Custo operacional				
Raízen S.A. e suas controladas	–	–	–	(33.242)
Total	**–**	**–**	**–**	**(33.242)**
Receitas (despesas) compartilhadas				
Raízen S.A. e suas controladas	(1.459)	1.216	(23.894)	(27.781)
Cosan S.A.	(10.883)	(6.001)	(14.446)	(6.001)
Sulgás - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	47	3.476	–	–
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A.	16.815	–	–	–
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	2.591	–	2.591	–
Commit Gás S.A.	(2.267)	8.100	–	–
Outros	484	–	(1.926)	–
Total	**5.328**	**6.791**	**(37.675)**	**(33.782)**
Resultado financeiro				
Rumo Malha Paulista S.A.	–	–	8.642	12.105
Total	**–**	**–**	**8.642**	**12.105**
Total	**5.328**	**6.791**	**(22.155)**	**(26.224)**

c) Remuneração dos administradores e diretores: A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego e remuneração baseado em ações. Apresentamos a seguir o resultado da Controladora e Consolidado em 31 de dezembro de 2023, conforme segue:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Benefícios de curto prazo à empregados e administradores	35.464	22.623	90.862	60.483
Transações com pagamentos baseados em ações	–	50	114	1.691
Bônus de longo prazo a administradores	39.845	17.960	55.313	24.883
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	–	–	1.164	–
Benefícios pós-emprego	524	498	1.836	1.345
Total	**75.833**	**41.131**	**149.289**	**88.402**

d) Demais transações com partes relacionadas: Em 7 de junho de 2023, a subsidiária Comgás firmou contrato de compra e venda de créditos de ICMS com a Rumo Malha Paulista S.A., no valor de R$157.179 e deságio de 10%. A transferência do crédito está condicionada à autorização da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ. Até 31 de dezembro de 2023, foram autorizados e transferidos R$78.917, pelos quais a Companhia pagou R$67.025 gerando um ganho de R$8.642, reconhecido na linha de receitas financeiras com partes relacionadas (nota 12.b). As subsidiárias Compass Comercialização e Comgás celebraram acordo comercial cujos efeitos, descritos na nota 1.4, são eliminados para fins de consolidação. **13. Outros tributos a recuperar: Política Contábil:** Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
COFINS (i)	183.704	528.028
PIS (i)	36.604	219.853
ICMS	308.605	226.823
Outros	8.661	6.774
Total	**537.574**	**981.478**
Circulante	291.435	769.197
Não circulante	246.139	212.281
Total	**537.574**	**981.478**

(i) Em 13 maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo de PIS e COFINS. A Companhia por meio de suas subsidiárias reconheceu créditos referentes ao tema. No deferimento dos créditos de PIS e COFINS, a Companhia por meio de suas subsidiárias passou a utilizá-lo para os pagamentos mensais de PIS e COFINS, bem como para os pagamentos de IRPJ e CSLL. **14. Investimento em subsidiária e associadas: Política contábil: a) Subsidiárias:** Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. **b) Associada:** Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em "Resultado de equivalência patrimonial". Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e suas investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "Outros resultados abrangentes". **14.1. Investimento em subsidiárias e associadas:** As subsidiárias e associadas diretas e indiretas da Companhia estão listadas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Participações diretas em subsidiárias		
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	99,14%	99,14%
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	100,00%	100,00%
Rota 4 Participações S.A.	99,99%	100,00%
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	99,99%	100,00%
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A.	99,99%	100,00%
TRPE - Terminal de Regaseificação de GNL de Pernambuco Ltda.	100,00%	99,98%
Compass Comercialização S.A.	100,00%	100,00%
Compass Um Participações S.A.	100,00%	100,00%
Commit Gás S.A.	51,00%	51,00%
Norgás S.A. [i]	51,00%	–
Edge International SA In Gründung [iii]	100,00%	–
Participação da Compass Um Participações S.A. em sua subsidiária		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	51,00%	51,00%
Participação da Commit Gás S.A. em suas subsidiárias e associadas		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	49,00%	49,00%
Necta Gás Natural S.A.	100,00%	100,00%
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS [i]	–	29,44%
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS [i]	–	29,44%
CEG Rio S.A.	37,41%	37,41%
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	24,50%	24,50%
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS [i]	–	83,00%
Companha de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul - MSGÁS	49,00%	49,00%
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS	41,00%	41,00%
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS [i]	–	41,50%
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS [i]	–	41,50%
Participação da Norgás S.A. em suas associadas		
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS [i]	29,44%	–
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS [i]	29,44%	–
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS [i]	83,00%	–
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS [i]	41,50%	–
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS [i]	41,50%	–
Participação da Compass Comercialização S.A. em suas subsidiárias		
Biometano Verde Paulínia S.A. [ii]	51,00%	–
Ute Porto de Suape Ltda.	100,00%	100,00%

[i] Investimento destinado para venda em 09 de outubro 2023, conforme detalhado na nota 1.5. [ii] Aquisição de controle de participação societária, conforme detalhado na nota 14.3. [iii] Entidade constituída em 18 de dezembro de 2023 em Genebra-Suíça, cuja moeda funcional é o dólar dos Estados Unidos.

A seguir estão os investimentos em subsidiárias e associadas em 31 de dezembro de 2023, que são relevantes para a Companhia: **a) Controladora:** Movimentação:

	Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada [i]	Dividendos declarados	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Efeitos da cisão e outros	Reclassificação mantidos para venda [i]	Saldo em 31/12/2023	Dividendos a receber
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	3.131.216	1.316.903	–	(745.729)	–	15.837	(11.050)	–	3.707.177	328.255
Compass Comercialização S.A.	363.367	267.522	–	–	150.000	(1.877)	–	–	779.012	–
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	38.190	(84.302)	–	–	750.000	(11.926)	–	–	691.962	307
Rota 4 Participações S.A.	13.116	301	–	–	–	–	–	–	13.417	25
Compass Um Participações S.A.	988.298	40.891	–	(514)	–	–	–	–	1.028.675	876
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	9.664	(3.211)	–	–	15.152	–	–	–	21.605	–
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A.	–	5	–	–	1.000	–	–	–	1.005	–
Edge International SA In Gründung	–	–	–	–	567	10	–	–	577	–
TRPE - Terminal de Regaseificação de GNL de Pernambuco Ltda.	–	–	–	–	5	–	–	–	5	–
Norgás S.A.	–	–	–	–	–	–	387.215	(387.215)	–	–
Commit Gás S.A.	2.142.386	169.711	23.164	(321.949)	–	180	(387.215)	–	1.626.277	41.449
Total	**6.686.237**	**1.707.820**	**23.164**	**(1.068.192)**	**916.724**	**2.224**	**(11.050)**	**(387.215)**	**7.869.712**	**370.912**

[i] Para maiores informações, vide nota 16.

	Saldo em 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Dividendos declarados	Aumento de capital	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31/12/2022	Dividendos a receber
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	3.282.832	1.716.133	–	(1.879.448)	–	–	11.699	3.131.216	41.429
Compass Comercialização S.A.	143.661	(30.294)	–	–	250.000	–	–	363.367	–
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	6.159	32.338	–	(307)	–	–	–	38.190	307
Rota 4 Participações S.A.	16.670	(3.554)	–	–	–	–	–	13.116	25
Compass Um Participações S.A.	950.540	38.119	–	(362)	–	–	1	988.298	362
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	8.388	(6.724)	–	–	8.000	–	–	9.664	–
Commit Gás e Energia S.A.	–	86.272	25.421	(67.065)	–	2.097.758	–	2.142.386	650
Total	**4.408.250**	**1.832.290**	**25.421**	**(1.947.182)**	**258.000**	**2.097.758**	**11.700**	**6.686.237**	**42.773**

A seguir, um resumo das informações financeiras das controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Saldo em 31/12/2023 Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Saldo em 31/12/2022 Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	13.738.834	(12.044.661)	1.694.173	1.408.786	12.664.111	(11.631.358)	1.032.753	1.811.479
Compass Comercialização S.A.	815.602	(36.589)	779.013	267.522	932.718	(569.350)	363.368	(30.294)
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	3.076.673	(2.384.714)	691.959	(84.302)	910.332	(871.836)	38.496	32.338
Rota 4 Participações S.A.	13.637	(219)	13.418	301	13.524	(407)	13.117	(3.554)
Compass Um Participações S.A.	1.058.196	(3.200)	1.054.996	54.051	998.502	(9.842)	988.660	38.119
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	23.960	(2.356)	21.604	(3.211)	13.787	(4.123)	9.664	(6.724)
Commit Gás e Energia S.A.	2.342.484	(113.995)	2.228.489	495.094	3.054.525	(87.359)	2.967.166	341.813
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A.	1.007	(2)	1.005	5	–	–	–	–
TRPE - Terminal de Regaseificação de GNL de Pernambuco Ltda.	5	–	5	–	–	–	–	–
Edge International SA In Gründung	578	–	578	–	–	–	–	–

b) Consolidado: Movimentação:

	Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada [i]	Dividendos declarados	Outros	Reclassificação mantidos para venda [i]	Saldo em 31/12/2023	Dividendos a receber
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	424.837	36.300	–	(57.956)	351	–	403.532	5.636
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	415.301	–	5.921	(19.238)	–	(401.984)	–	–
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	627.829	37.028	–	(24.525)	–	–	640.332	6.957
Sergipe Gás S.A. - Sergás	69.430	–	3.230	(5.466)	–	(67.194)	–	–
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	184.537	–	11.573	(13.676)	1.446	(183.880)	–	–
CEG Rio S.A.	274.480	84.822	–	(70.916)	–	–	288.386	20.708
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	291.543	20.828	–	(14.497)	–	–	297.874	2.496
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	168.887	–	14.371	(13.118)	–	(170.140)	–	–
Gás de Alagoas S.A. - Algás	68.448	–	10.324	(8.492)	(624)	(69.656)	–	–
Total	**2.525.292**	**178.978**	**45.419**	**(227.884)**	**1.173**	**(892.854)**	**1.630.124**	**35.797**

(i) Para maiores informações, vide nota 16.

	Saldo em 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Combinação de negócios	Dividendos declarados	Outros	Saldo em 31/12/2022	Dividendos a receber
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	–	19.931	–	411.737	(6.831)	–	424.837	44.121
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	–	–	19.094	405.700	(9.493)	–	415.301	8.300
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	–	34.885	–	608.468	(15.524)	–	627.829	16.214
Sergipe Gás S.A. - Sergás	–	–	9.015	63.856	(3.441)	–	69.430	3.202
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	–	–	6.717	182.009	(4.189)	–	184.537	–
CEG Rio S.A.	–	29.686	–	261.336	(16.542)	–	274.480	14.968
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	–	13.531	–	284.173	(6.161)	–	291.543	3.837
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	–	–	9.066	168.211	(8.390)	–	168.887	7.674
Gás de Alagoas S.A. - Algás	–	–	5.953	66.001	(2.984)	(522)	68.448	2.711
Total	**–**	**98.033**	**49.845**	**2.451.491**	**(73.555)**	**(522)**	**2.525.292**	**101.027**

A seguir, um resumo das informações financeiras das coligadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Saldo em 31/12/2023 Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Saldo em 31/12/2022 Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	1.208.959	(685.288)	523.671	96.866	1.115.974	(458.322)	657.652	161.467
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	1.118.237	(399.252)	718.985	153.217	1.093.210	(453.632)	639.578	161.504
CEG Rio S.A.	1.944.385	(1.326.484)	617.901	233.099	1.910.875	(1.351.937)	558.938	150.969
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	390.976	(193.298)	197.678	56.649	339.695	(164.774)	174.921	11.448

continua ★

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Compass Gás e Energia S.A. *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

c) Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a receber:

	Nota	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021		25	–
Dividendos propostos		1.819.012	31.178
Juros sobre capital próprio proposto		128.170	42.377
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto		(19.220)	(31.589)
Dividendos e juros sobre capital recebidos		(1.884.192)	(99.519)
Combinação de negócios	14.3 b)	–	202.968
Operação descontinuada		–	(44.969)
Outros		(1.022)	581
Saldo em 31/12/2022		**42.773**	**101.027**
Dividendos propostos		1.015.726	194.364
Juros sobre capital próprio proposto		52.466	33.520
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto		(7.868)	(5.027)
Dividendos e juros sobre capital recebidos		(732.171)	(210.492)
Acervo líquido cindido	16	–	(18.646)
Operação descontinuada		–	(62.699)
Outros		(14)	3.750
Saldo em 31/12/2023		**370.912**	**35.797**

14.2. Participação de acionistas não controladores: Política contábil: As transações com participação de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários. Movimentação:

	Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Combinação de negócios (i)	Reclassificação de investimento	Outros	Saldo em 31/12/2023
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	27.152	11.419	(6.869)	–	–	443	32.145
Commit Gás S.A.	2.058.369	185.312	(309.324)	–	(372.030)	173	1.562.500
Norgás S.A.	–	–	–	–	372.030	–	372.030
Biometano Verde Paulínia S.A.	–	521	–	237.460	–	–	237.981
Total	**2.085.521**	**197.252**	**(316.193)**	**237.460**	**–**	**616**	**2.204.656**

	Saldo em 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Combinação de negócios (i)	Aquisição de não controladores	Outros	Saldo em 31/12/2022
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	28.466	14.881	(16.297)	–	–	102	27.152
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	–	6.466	(26.701)	908.883	(888.649)	1	–
Commit Gás S.A.	–	107.311	(64.435)	2.015.493	–	–	2.058.369
	28.466	**128.658**	**(107.433)**	**2.924.376**	**(888.649)**	**103**	**2.085.521**

(i) Para maiores informações, vide nota 14.3. **14.3. Aquisição de subsidiárias: Política contábil:** Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é geralmente mensurada pelo valor justo, bem como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Qualquer ágio que surja é testado anualmente quanto à recuperabilidade. Os custos de transação são registrados conforme incorridos no resultado, exceto se relacionados à emissão de dívida ou patrimônio líquido. Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar quaisquer participações não controladoras na aquisição: i. a valor justo; e ii. na sua parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirente, que são geralmente ao valor justo. A contraprestação transferida não inclui valores relacionados à liquidação de relacionamentos pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos no resultado. Estimativas são necessárias para avaliar os ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios. Os ativos intangíveis, como as marcas, são comumente parte essencial de um negócio adquirido, pois nos permitem obter mais valor do que seria possível de outra forma. **Mensuração dos valores justos:** Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros. Uma vez que se trata de uma mensuração de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisitada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação. **a) Biometano Verde Paulínia S.A.:** Em 20 de outubro de 2023, a Compass Comercialização realizou a aquisição de 51% de participação societária da Biometano Verde Paulínia S.A. ("BVP") pelo montante de R$247.152, sendo R$100.000 via aporte de capital, R$135.000 pagos em parcela única para os antigos acionistas controladores e R$12.152 referente a contraprestação contingente. A BVP é uma Companhia de capital fechado com sede no Brasil cujas atividades envolverão a purificação e tratamento de Biogás e de produção, movimentação e comercialização de Biometano. A Compass Comercialização realizou a aquisição em linha com o objetivo de expansão do segmento de Marketing & Serviços, oferecendo soluções cada vez mais completas aos seus clientes na direção de uma transição energética segura e eficiente. Na avaliação realizada pela Companhia, o preço de aquisição foi alocado como contrato de fornecimento de biogás, contrato de comodato e licenças pelo valor justo de R$384.277. Os ativos intangíveis serão amortizados até 2045. O valor justo dos ativos e passivos adquiridos se encontra demonstrado a seguir:

Contraprestação transferida	31/12/2023
Aporte de capital	100.000
Transferência de caixa	135.000
Contraprestação contingente	12.152
Contraprestação transferida	**247.152**
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito	100.341
Intangível	582.238
Fornecedores	(5)
Outras obrigações	(1)
IR e CS Diferidos	(197.961)
Participação dos acionistas não controladores	(237.460)
Ativos líquidos e adquiridos	**247.152**
Contraprestação contingente	(12.152)
Rendimentos de aplicação financeira	341
Caixa recebido	(100.341)
Contraprestação transferida, líquida do caixa	**135.000**

A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição lucro líquido no montante de R$ 1.104, respectivamente geradas pela BVP. Se a subsidiária adquirida tivesse sido consolidada desde 1º de janeiro de 2023, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentaria um lucro líquido de R$ 2.826 (não auditada). A Administração para fins de procedimentos anuais avaliou os fatores da combinação de negócios e as estimativas utilizadas. **b) Commit e Sulgás:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia concluiu a aquisição dos investimentos Sulgás e Commit. Na tabela abaixo demonstramos, a contraprestação paga e a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas datas das aquisições.

31/12/2022	Sulgás	Commit	Efeitos consolidação	Consolidado
Contraprestação transferida - Parcela única	**945.979**	**2.097.758**	**–**	**3.043.737**
Valores reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos				
Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito	73.298	124.174	–	197.472
Contas a receber de clientes	90.828	142.528	–	233.356
Estoques	7.274	3.859	–	11.133
Dividendos a receber	–	254.493	(51.525)	202.968
Direito de uso	3.786	4.785	–	8.571
Ativos setoriais	–	59.757	–	59.757
Ativos mantidos para venda	–	726.243	–	726.243
Ativo de contrato	25.958	61.777	–	87.735
Imobilizado	–	257	–	257
Intangível	2.749.893	988.847	(1.230.182)	2.508.558
Investimentos	–	2.528.220	(76.729)	2.451.491
Outros créditos	142.180	87.248	–	229.428
Fornecedores	(107.833)	(90.689)	–	(198.522)
Arrendamentos	(3.940)	(8.543)	–	(12.483)
Impostos a pagar	(14.647)	(31.217)	–	(45.864)
IR e CS diferido	(871.183)	(649.324)	418.262	(1.102.245)
Provisão para contingências	(10.551)	(11.508)	–	(22.059)
Passivo setorial	(117.881)	(22.524)	–	(140.405)
Dividendos a pagar	(104.048)	–	51.525	(52.523)
Outras obrigações	(8.272)	(55.132)	–	(63.404)
Participação de acionistas não controladores	(908.883)	(2.015.493)	–	(2.924.376)
Ativos líquidos e adquiridos	**945.979**	**2.097.758**	**(888.649)**	**2.155.088**
Contraprestação transferida para aquisição de não controladores	–	(468.070)	–	(468.070)
Participação de não controladores	–	–	888.649	888.649
Contraprestação transferida, líquida de não controladores	**945.979**	**1.629.688**	**–**	**2.575.667**
Caixa adquirido	(73.298)	(124.174)	–	(197.472)
Contraprestação transferida, líquida do caixa adquirido e não controladores	**872.681**	**1.505.514**	**–**	**2.378.195**

Sulgás: Em 3 de janeiro de 2022, a Companhia, por meio de sua controlada Compass Um Participações S.A. ("Compass Um") concluiu a aquisição de 51% do capital social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul ("Sulgás") de propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul pelo montante de R$ 945.979, pago em caixa, que incluiu a antecipação de dividendos de R$9.264. A partir dessa data, a Sulgás passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia. A Sulgás está localizada na cidade de Porto Alegre, e tem como principal atividade a distribuição de gás natural canalizado do Estado do Rio Grande do Sul e opera com exclusividade esse serviço por meio do modelo de concessão com vigência até abril de 2044. Sua rede de distribuição totaliza aproximadamente 1,4 mil km, atendendo a mais de 78 mil clientes em 41 municípios, com volume distribuído de 1,5 milhão m³/dia. Na avaliação realizada pela Companhia, foram avaliados a valor justo os ativos e passivos adquiridos, e a diferença entre o valor justo desses ativos e passivos e o valor pago foi alocado como direito de concessão para distribuição de gás. O valor justo do intangível de R$ 2.749.893 contempla o efeito de alocação do direito de concessão no montante de R$ 2.582.077, apurado com base no contrato de concessão existente entre a Sulgás e poder concedente. O período de concessão é de 50 anos a partir da data contratada (19 de abril de 1994 a 18 de abril de 2044). A participação de não controladores na Sulgás foi mensurada de acordo com a parcela proporcional de participação nos ativos líquidos identificáveis. Os custos de aquisição da subsidiária Sulgás foram de R$ 9.839. Os gastos referem-se principalmente a consultorias jurídicas, contábeis e tributárias. A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição receitas e lucro líquido no montante de R$ 1.860.342 e R$ 152.389, respectivamente geradas pela Sulgás. A Administração para fins de procedimentos anuais reavaliou os fatores da combinação de negócios e não identificou alterações relevantes. **Commit:** Em 11 de julho de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da participação de 51% da Petrobras Gás S.A. ("Gaspetro"), pelo montante de R$2.097.758, pago em caixa. Deste montante, R$468.070 refere-se à aquisição de 49% da Sulgás, a qual não está sendo considerada como uma combinação de negócios, visto estar fora do escopo do "IFRS 3/CPC 15 - Combinação de negócios" realizada em estágios, pois a Companhia já detinha o controle dessa entidade. Com a conclusão da aquisição, a Companhia assumiu o controle da adquirida. Com a aquisição, a Companhia reforça o compromisso de atuação e investimento no segmento de distribuição de gás natural, contribuindo para garantir a segurança energética fundamental para o crescimento econômico e o aumento da competitividade das regiões onde atua. A participação não controladora de 49% das ações ordinárias pertence à Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. ("Mitsui"), está mensurada de acordo com a parcela proporcional de participação nos ativos líquidos identificáveis e registrada no patrimônio líquido da Companhia. A estimativa de valor justo dos direitos de concessão foi calculada para cada uma das distribuidoras investidas e controladas da Commit considerando uma taxa de custo médio de capital ponderado regulatório, prazo de concessão, incluindo potenciais prorrogações e margem regulatória e volumes estimados. Em 12 de julho de 2022, foi anunciada a mudança da razão social da Gaspetro para Commit Gás e Energia S.A. ("Commit"). Na data de aquisição a Commit possuía participação em 18 distribuidoras de gás natural canalizado de diversas regiões do país e busca promover as melhores práticas para desenvolvimento sustentável do setor. Abaixo apresentamos as investidas e os respectivos percentuais de participação no momento da aquisição:

Distribuidoras	% de participação
Controlada	
Gás Brasiliano Distribuidora S.A.	100,00%
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	
Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul	49,00%
Companhia Potiguar de Gás	83,00%
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul	49,00%
CEG Rio S.A.	37,41%
Gás de Alagoas S.A.	41,50%
Companhia de Gás da Bahia	41,50%
Companhia de Gás do Ceará	41,50%
Companhia Paranaense de Gás	24,50%
Companhia Pernambucana de Gás	41,50%
Companhia de Gás do Amapá	37,25%
Companhia de Gás do Piauí	37,25%
Companhia Paraibana de Gás	41,50%
Cia. Rondoniense de Gás	41,50%
Sergipe Gás S.A.	41,50%
Companhia de Gás de Santa Catarina	41,00%
Companhia Brasiliense de Gás	32,00%
Agência Goiana de Gás Canalizado S.A.	30,46%

Após avaliação pelo valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, a Companhia apresentou mais valias no valor de R$ 2.627.213, alocadas pelo valor justo majoritariamente em investimento e intangível. O direito de concessão da controlada Gás Brasiliano foi apurado com base no contrato de concessão. E a mais-valia relacionada ao direito de concessão das investidas não controladas foi alocado como parte do investimento. A mais-valia registrada será amortizada com base no contrato de concessão, incluindo potenciais prorrogações de cada investida. Os custos de aquisição da subsidiária Commit foram de R$ 14.604. Os gastos referem-se principalmente a consultorias jurídicas, contábeis e tributárias. A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição receitas e lucro líquido no montante de R$ 644.442 e R$ 219.577, respectivamente geradas pela Commit. Se a subsidiária adquirida tivesse sido consolidada desde 1º de janeiro de 2022, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentaria uma receita líquida de R$ 20.717.331 e lucro líquido de R$ 2.728.550 (não auditada). A Administração para fins de procedimentos anuais reavaliou os fatores da combinação de negócios para efeito da contabilização inicial. **15. Ativo e passivo financeiro setorial: Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das distribuidoras, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pelas agências reguladoras, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras. No caso das distribuidoras reguladas pela ARSESP, conforme disposto na Deliberação nº 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados as distribuidoras ou devolvidos aos usuários no encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário. Ainda, tal Deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados pelas distribuidoras, mas que, essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa. Com o advento da referida deliberação, as subsidiárias Comgás e Necta entendem não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras. Contudo, para a subsidiária Sulgás o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais somente serão registrados após a deliberação do órgão regulador. A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram a seguinte:

	Nota	Ativo setorial	Passivo setorial	Total
Saldo em 31/12/2021		558.310	(1.372.283)	(813.973)
Custo do gás (i)		(466.743)	–	(466.743)
Créditos tributários (ii)		–	16.876	16.876
Atualização monetária (iii)		80.996	(120.804)	(39.808)
Diferimento do IGP-M (iv)		110.013	–	110.013
Combinação de negócios	14.3 b)	59.757	(140.405)	(80.648)
Saldo em 31/12/2022		342.333	(1.616.616)	(1.274.283)
Custo do gás (i) (v)		27.954	–	27.954
Créditos tributários (ii)		12.425	(47.144)	(34.719)
Atualização monetária (iii)		49.098	(146.938)	(97.840)
Diferimento do IGP-M (iv)		116.890	–	116.890
Saldo em 31/12/2023		548.700	(1.810.698)	(1.261.998)
Circulante		207.005	(70.013)	136.992
Não circulante		341.695	(1.740.685)	(1.398.990)
Total		548.700	(1.810.698)	(1.261.998)

(i) Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação do regulador prevê recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes. (ii) Refere-se ao valor líquido de créditos tributários no exercício, conforme deliberação nº 1.359 de 10 de dezembro de 2022. (iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC. (iv) Apropriação do diferimento do IGP-M para as categorias de clientes residencial e comercial, reconhecidas no ativo não circulante, conforme deliberação nº 1.162 de 26 de maio de 2021 e 7º Termo Aditivo do Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021. (v) Inclui os efeitos de (R$ 34.193) em 30 de junho de 2023, (R$75.158) em 26 de setembro de 2023 e (R$ 68.063) em 24 de novembro de 2023, referentes aos valores redistribuídos aos consumidores (vide nota 1.4). Diante da audiência pública realizada pela ARSESP no dia 9 de janeiro de 2023, relacionada ao tema da devolução dos créditos de PIS/COFINS aos clientes, provenientes da exclusão do ICMS das suas bases, as subsidiárias e representantes do setor apresentaram importantes contribuições a serem consideradas pela agência durante o período de análise. Conforme a deliberação nº 1.491 de 24 de janeiro de 2024, a disponibilização do Relatório Circunstanciado referente às contribuições recebidas ficou prorrogada em até 120 dias, a contar do dia subsequente a data final da prorrogação anterior, ou seja, de 27 de janeiro de 2024. Dessa forma, até que se concluam as análises dessas contribuições por parte da agência reguladora, o tema segue em aberto e sem concretização acerca de próximos passos, não havendo assim impacto nessa demonstração financeira. **16. Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada: Política contábil:** A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantidos para venda está disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado do Grupo está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação. O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Conforme mencionado na nota explicativa 1.5 os saldos correspondentes ao balanço patrimonial da Norgás foram reclassificados para rubrica de ativo e passivo mantido para venda, já os saldos da demonstração do resultado foram reclassificados para a rubrica de resultado de operações descontinuada. Os saldos estão demonstrados abaixo:

a. Ativo mantido para venda:

31/12/2023	Nota	Controladora	Consolidado
Dividendos a receber	14 .1 c)	–	18.646
Investimento	14 .1 a)	387.215	892.854
Total		**387.215**	**911.500**

b. Passivo mantido para venda:

31/12/2023	Nota	Controladora	Consolidado
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27 c)	–	152.255
Total		**–**	**152.255**

c. Resultado de operação descontinuada:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Equivalência patrimonial	**23.164**	**25.421**	**45.419**	**49.845**
Acionistas controladores	23.164	25.421	23.164	25.421
Acionistas não controladores	–	–	22.255	24.424
Total	**23.164**	**25.421**	**45.419**	**49.845**

d. Demonstrações dos fluxos de caixa:

	Nota	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		**62.699**	**44.969**
Dividendos recebidos de subsidiárias e associadas	14 .1 c)	62.699	44.969
Total		**62.699**	**44.969**

17. Imobilizado: Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos. Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso. A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecido no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa sem um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue: Edifícios e benfeitorias 4% - 5% Outros 8% - 20% **a) Reconciliação do valor contábil:**

Consolidado	Nota	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo					
Saldo em 31/12/2021		**5.997**	**264.734**	**1.803**	**272.534**
Adições		100	406.794	–	406.894
Baixas		–	–	(5.902)	(5.902)
Transferências		–	(6.173)	6.286	113
Combinação de negócios	14.3 b)	237	–	20	257
Saldo em 31/12/2022		**6.334**	**665.355**	**2.207**	**673.896**
Adições		5.867	579.134	–	585.001
Baixas		–	–	(69)	(69)
Transferências		291	(293)	115	113
Saldo em 31/12/2023		**12.492**	**1.244.196**	**2.253**	**1.258.941**
Valor de depreciação					
Saldo em 31/12/2021		**(409)**	**–**	**(635)**	**(1.044)**
Adições		(1.012)	–	(267)	(1.279)
Baixas		–	–	–	–
Saldo em 31/12/2022		**(1.421)**	**–**	**(902)**	**(2.323)**
Adições		(1.342)	–	(279)	(1.621)
Baixas		–	–	15	15
Saldo em 31/12/2023		**(2.763)**	**–**	**(1.166)**	**(3.929)**
Saldo em 31/12/2022		**4.913**	**665.355**	**1.305**	**671.573**
Saldo em 31/12/2023		**9.729**	**1.244.196**	**1.087**	**1.255.012**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 através de suas subsidiárias foram adicionados R$ 8.639 referente a capitalização de mão de obra gerada internamente (R$ 9.826 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). **b) Capitalização de custos de empréstimos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas subsidiárias capitalizaram R$ 98.214 a uma taxa média ponderada de 8,87% a.a. (R$ 62.365 e 6,27% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro 2022). **18. Intangível: Política contábil: a) Direito de concessão:** As subsidiárias possuem um contrato de concessão pública para o serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, as subsidiárias reconhecem esse direito como um intangível. Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, são amortizados para corresponder ao período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para as subsidiárias, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelos órgãos reguladores para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão. A amortização é reconhecida pelo método linear e reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições do órgão regulador. A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **b) Relacionamento com clientes:** Refere-se a custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato. **c) Contrato de fornecimento:** A subsidiária Biometano Verde Paulínia possui um contrato firmado de compra e venda de biogás produzido no aterro sanitário de Paulínia, onde está localizada a planta de purificação. A vigência do contrato é de 20 anos e foi calculado a partir da data de início da operação. **d) Ágio:** O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios. Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação. **e) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **f) Despesas subsequentes:** As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **g) Amortização:** Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos. Para os ativos relacionados aos contratos de concessão, a amortização é limitada ao prazo máximo da concessão, para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil.

Consolidado	Direito de Concessão	Ágio	Contrato de fornecimento	Relacionamento com clientes	Outros	Total
Valor de custo						
Saldo em 31/12/2021	**11.638.142**	**94.892**	**–**	**1.141.655**	**4.764**	**12.879.453**
Adições	–	5.300	–	113.497	8.297	127.094
Baixas	(57.723)	–	–	(19)	–	(57.742)
Transferências	837.788	–	–	(6)	6.677	844.459
Combinação de negócios (ii)	2.508.558	–	–	–	–	2.508.558
Saldo em 31/12/2022	**14.926.765**	**100.192**	**–**	**1.255.127**	**19.738**	**16.301.822**
Adições	–	–	–	121.807	14.824	136.631
Baixas	(62.272)	–	–	(64)	–	(62.336)
Combinação de negócios (ii)	–	–	574.363	–	7.875	582.238
Transferências (i)	1.460.012	–	–	(332)	179	1.459.859
Saldo em 31/12/2023	**16.324.505**	**100.192**	**574.363**	**1.376.538**	**42.616**	**18.418.214**
Valor de amortização						
Saldo em 31/12/2021	**(2.685.127)**	**–**	**–**	**(864.843)**	**(829)**	**(3.550.799)**
Adições	(653.133)	–	–	(104.864)	(3.550)	(761.547)
Baixas	25.658	–	–	1	–	25.659
Saldo em 31/12/2022	**(3.312.602)**	**–**	**–**	**(969.706)**	**(4.379)**	**(4.286.687)**
Adições	(741.087)	–	–	(126.723)	(1.612)	(869.422)
Baixas	37.148	–	–	2	–	37.150
Saldo em 31/12/2023	**(4.016.541)**	**–**	**–**	**(1.096.427)**	**(5.991)**	**(5.118.959)**
Saldo em 31/12/2022	**11.614.163**	**100.192**	**–**	**285.421**	**15.359**	**12.015.135**
Saldo em 31/12/2023	**12.307.964**	**100.192**	**574.363**	**280.111**	**36.625**	**13.299.255**

(i) Do montante transferido de ativo de contrato, uma parcela foi reclassificada para ativo financeiro no montante de R$ 103.084 (R$ 35.057 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). (ii) Para maiores informações, vide nota 14.3. **19. Ativos de contrato: Política contábil:** Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. As subsidiárias reavaliam a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

	Nota	Ativos de contrato
Saldo em 31/12/2021		**684.970**
Adições	31	1.217.818
Transferências		(880.188)
Combinação de negócios	14.3 b)	87.735
Saldo em 31/12/2022		**1.110.335**
Adições	31	1.494.142
Transferências		(1.563.056)
Saldo em 31/12/2023		**1.041.421**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 através de suas subsidiárias foram adicionados R$ 126.522 referente à capitalização de mão de obra gerada internamente (R$ 109.265 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), por meio da capitalização de mão de obra. **Compromissos de investimento:** A subsidiária Comgás assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (expansão, melhorias e manutenções) a serem realizados até a finalização do prazo de concessão, em 30 de maio de 2049. Os valores dos investimentos para projetos de expansão e suporte operacional são de, aproximadamente, R$ 20 bilhões além de investimentos em suporte administrativos, com previsão de desembolso de cerca de R$ 3 bilhões, a valor presente a serem investidos anualmente de forma linear. Considerando que o contrato de concessão prevê uma regulação por incentivo, definindo-se a cada ciclo quinquenal um plano de negócios eficiente à luz de uma taxa de retorno de capital definida à época, para garantir a oportunidade para a concessionária obter uma remuneração apropriada para os seus investimentos, a cada revisão tarifária a Comgás proporá um plano regulatório vinculativo, aderente à realidade da época e considerando a taxa de retorno de capital definida pelo órgão regulador. As demais distribuidoras não possuem compromissos de investimento a serem realizados durante o prazo da concessão. **Capitalização de custos de empréstimos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária Comgás capitalizou R$ 82.441 a uma taxa média ponderada de 12,70% a.a. (R$ 70.884 a 12,06% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária Sulgás capitalizou R$ 973 a uma taxa média ponderada de 5,81% a.a. (R$ 217 a 4,10% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). **20. Direito de uso: Política contábil:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Além disso, a Companhia considera quando aplicável uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Consolidado	Nota	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Veículos	Máquinas, equipamentos e instalações	Unidade flutuante de armazenamento e regaseificação	Total
Valor de custo						
Saldo em 31/12/2021		**78.906**	**–**	**74**	**–**	**78.980**
Adições		18.059	–	–	–	18.059
Reajustes contratuais		2.915	–	–	–	2.915
Combinação de negócios	14.3 b)	8.571	–	–	–	8.571
Baixas		(7.106)	–	–	–	(7.106)
Saldo em 31/12/2022		**101.345**	**–**	**74**	**–**	**101.419**
Adições (i)		10.718	6.105	–	1.533.969	1.550.792
Reajustes contratuais		12.646	–	–	–	12.646
Baixas		(21.551)	–	(74)	–	(21.625)
Saldo em 31/12/2023		**103.158**	**6.105**	**–**	**1.533.969**	**1.643.232**
Valor de amortização						
Saldo em 31/12/2021		**(5.686)**	**–**	**(74)**	**–**	**(5.760)**
Adições		(12.802)	–	–	–	(12.802)
Baixas		202	–	–	–	202
Saldo em 31/12/2022		**(18.286)**	**–**	**(74)**	**–**	**(18.360)**
Adições		(6.636)	(1.163)	–	(38.349)	(46.148)
Baixas		9.494	–	74	–	9.568
Saldo em 31/12/2023		**(15.428)**	**(1.163)**	**–**	**(38.349)**	**(54.940)**
Saldo em 31/12/2022		**83.059**	**–**	**–**	**–**	**83.059**
Saldo em 31/12/2023		**87.730**	**4.942**	**–**	**1.495.620**	**1.588.292**

(i) A adição do exercício é composta, principalmente, pelo contrato relacionado ao afretamento da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação ("FSRU"). O ativo arrendado que fica conectado ao Jetty, ambos parte integrantes do Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ("TRSP"), e será utilizado para recepção, armazenamento e regaseificação de Gás Natural Liquefeito ("GNL"). Ele possui uma capacidade de regaseificação nominal licenciada de 14 milhões de m³/dia e de armazenamento de 173 mil m³ de GNL. O prazo do contrato é de 10 anos com alto grau de probabilidade de renovação por ao menos dois períodos de 5 anos, conforme previsto nos termos do contrato, ou seja, o prazo de arrendamento desse direito de uso é até junho de 2043. **21. Redução ao valor recuperável: Política contábil:** O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de cinco anos e perpetuados sem considerar uma taxa de crescimento real. A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma premissa chave causaria prejuízo. **Teste de redução ao valor recuperável**: Os ativos que possuem vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda e seu valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Desta forma, a Companhia considerou que o menor grupo identificável de ativos é cada uma das controladas e investidas operacionais, visto a proveniência de caixa ser a nível de distribuidora ou negócio específico, bem como a tomada de decisão da Administração é feita com base no resultado e gestão de caixa individualizado de cada empresa. Quando aplicável, a Administração utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso, que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das UGCs determinados pela Administração, com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas às UGCs, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados da Companhia foram elaborados por um período de 5 anos e levados a perpetuidade sem considerar a taxa de crescimento real, baseado no desempenho passado e em expectativas para o desenvolvimento do mercado. As principais premissas utilizadas pela Companhia foram: volume, margem e WACC. Todo fluxo de caixa futuro foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa. Como resultado dos testes anuais, a Companhia concluiu que para o exercício de 31 de dezembro de 2023 não há necessidade de registro de provisão de *impairment* ou baixa de ágio por expectativa de rentabilidade futura. **22. Empréstimos, financiamentos e debêntures: Política contábil:** Inicialmente são mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, parte desses empréstimos são remensurados ao custo amortizado. São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros. Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: i. o montante da obrigação nos termos do contrato; e ii. o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

Os termos e condições dos empréstimos pendentes são os seguintes:

Descrição	Encargos financeiros: Indexador	Encargos financeiros: Taxa anual de juros	Moeda	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Vencimento	Objetivo
Com garantia									
BNDES									
Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	8,71%	Real	–	–	112.946	131.885	abr-29	Investimentos
Projetos VIII	IPCA + 3,25%	7,82%	Real	–	–	1.547.664	1.653.501	jun-34	Investimentos
Projetos I	IPCA + 4,10%	10,63%	Real	–	–	140.016	73.717	jan-30	Investimentos
Projetos IX	IPCA + 5,74%	10,42%	Real	–	–	598.752	544.925	dez-36	Investimentos
Projetos IX	IPCA + 5,74%	10,42%	Real	–	–	295.058	–	dez-36	Investimentos
Projetos IX	IPCA + 6,01%	10,71%	Real	–	–	304.276	–	dez-36	Investimentos
Total				**–**	**–**	**2.998.712**	**2.404.028**		
Sem garantia									
Resolução 4131									
Scotiabank 2018	Pré-fixado	3,67%	Dólar	–	–	–	395.285	mai-23	Gestão de capital
Scotiabank 2020	Pré-fixado	1,36%	Dólar	–	–	362.774	377.705	fev-24	Gestão de capital
Scotiabank 2022	Pré-fixado	2,13%	Dólar	–	–	943.486	1.000.957	fev-25	Gestão de capital
Scotiabank 2023	Pré-fixado	4,04%	Dólar	–	–	734.191	–	mai-26	Gestão de capital
Debêntures									
1ª emissão - série única	CDI + 1,45%	13,27%	Real	399.457	399.616	399.457	399.616	dez-26	Investimentos
2ª emissão - série única	CDI + 1,55%	13,38%	Real	1.764.022	–	1.764.022	–	nov-30	Investimentos
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	12,12%	Real	–	–	80.960	114.014	dez-25	Investimentos
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	11,43%	Real	–	–	–	907.366	dez-23	Investimentos
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	8,95%	Real	–	–	554.147	523.837	out-24	Investimentos
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	6,10%	Real	–	–	359.639	372.171	mai-28	Gestão de capital
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	9,78%	Real	–	–	550.342	491.153	ago-31	Investimentos
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	9,88%	Real	–	–	533.854	467.841	ago-36	Investimentos
1ª emissão	CDI + 1,95%	13,83%	Real	–	–	735.566	824.866	ago-24	Investimentos
Total				**2.163.479**	**399.616**	**7.018.438**	**5.874.811**		
Total				**2.163.479**	**399.616**	**10.017.150**	**8.278.839**		
Circulante				**34.532**	**1.131**	**1.937.294**	**1.685.123**		
Não circulante				**2.128.947**	**398.485**	**8.079.856**	**6.593.716**		

Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas estão apresentadas na Nota 23.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
1 a 2 anos	–	–	1.209.868	1.798.401
2 a 3 anos	397.082	–	1.547.176	1.227.708
3 a 4 anos	–	398.485	420.994	754.560
4 a 5 anos	–	–	421.039	356.075
5 a 6 anos	864.573	–	1.346.987	356.120
6 a 7 anos	867.292	–	1.315.293	402.829
7 a 8 anos	–	–	426.269	383.799
Acima de 8 anos	–	–	1.392.230	1.314.224
Total	**2.128.947**	**398.485**	**8.079.856**	**6.593.716**

continua→★

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Compass Gás e Energia S.A. *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reais	2.163.479	399.616	7.976.698	6.504.892
Dólar norte-americano	–	–	2.040.452	1.773.947
Total	**2.163.479**	**399.616**	**10.017.150**	**8.278.839**

Todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 23). Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	**–**	**7.667.987**
Captação	398.106	2.944.147
Amortização de principal	–	(2.275.698)
Pagamento de juros	(52.111)	(523.774)
Juros, variação cambial e valor justo	53.621	466.177
Saldo em 31/12/2022	**399.616**	**8.278.839**
Captação [(i)]	1.728.823	3.128.374
Amortização de principal	–	(1.547.820)
Pagamento de juros	(57.236)	(400.070)
Pagamento de juros sobre obra em andamento	–	(288.569)
Juros, variação cambial e valor justo	92.276	846.396
Saldo em 31/12/2023	**2.163.479**	**10.017.150**

(i) o montante corresponde substancialmente à captação de debenture na controladora e às captações contraídas pela subsidiária Comgás, com as instituições financeiras BNDES e Scotiabank. **a) Linhas de crédito não utilizadas:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia por meio de suas subsidiárias dispunha de linhas de crédito em bancos que não foram utilizadas, no valor aproximadamente de R$384.297 (R$1.045.797 em 31 de dezembro de 2022). O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais. **b) Valor justo e exposição ao risco financeiro:** O valor justo dos empréstimos e debêntures é baseado no fluxo de caixa descontado utilizando sua taxa de desconto implícita. São classificados como valor justo de nível 2 na hierarquia (Nota 7) devido a observância de dados, incluindo o risco de crédito próprio. Os detalhes da exposição da Companhia e suas controladas aos riscos decorrentes de empréstimos estão demonstrados na Nota 9. **Cláusulas restritivas (*"Covenants"*):** Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a Companhia e suas controladas são obrigadas a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Companhia	Dívida	Meta	Índice
Comgás S.A.	* Debênture 4ª emissão	Endividamento de curto prazo/Endividamento total [(iii)] não poderá ser superior a 0,6	0,17
Comgás S.A.	* Debenture 4ª a 9ª emissões * BNDES * Resolução 4131	Dívida onerosa líquida [(i)]/EBITDA [(ii)] não poderá ser superior a 4,00	1,32
Sulgás	* BNDES	Dívida Líquida [(i)]/EBITDA [(ii)] não poderá ser superior à 3,50	(0,02)
		Índice de endividamento geral (Exigível total/Passivo total+ Patrimônio Líquido) não poderá ser superior a 0,8	0,69

(i) A dívida onerosa líquida consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. (ii) Corresponde ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses. (iii) Endividamento total significa a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante, arrendamento mercantil e instrumentos financeiros derivativos circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas subsidiárias permanecem adimplentes com todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. **23. Instrumentos financeiros derivativos: Política contábil:** Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia e suas subsidiárias, se necessário, designam certos derivativos como: i. hedge de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo); ou ii. hedge de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa). No início do relacionamento de hedge, a Companhia e suas subsidiárias documentam a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. É documentado o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização das operações de hedge. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de hedge são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de hedge são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de hedge for menor que 12 meses. A Companhia e suas subsidiárias avaliam, tanto no início do relacionamento de hedge quanto em uma base contínua (anual), se os instrumentos de hedge enquadrados em hedge *accounting* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. O impacto dos instrumentos financeiros derivativos nos balanços patrimoniais é:

	Consolidado			
	Nocional		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos a termo	6.716	53.012	(147)	(486)
Contratos de opções cambiais	363.098	676.214	30.677	25.360
Total	**369.814**	**729.226**	**30.530**	**24.874**
Derivativos de commodities				
Contratos de opções de gás	28.494	–	4.333	–
Contratos de opções de energia	–	–	–	21.744
Total	**28.494**	**–**	**4.333**	**21.744**
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de *Swap* (juros)	4.919.169	4.919.169	77.982	31.748
Contratos de *Swap* (juros e câmbio)	2.253.960	1.772.775	(297.974)	(86.854)
Total	**7.173.129**	**6.691.944**	**(219.992)**	**(55.106)**
Total dos instrumentos financeiros			**(185.129)**	**(8.488)**
Ativo circulante			24.449	352.568
Ativo não circulante			151.206	39.295
Passivo circulante			(63.331)	(485)
Passivo não circulante			(297.453)	(399.866)
Total			**(185.129)**	**(8.488)**

a) Hedge de valor justo: A subsidiária Comgás adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens por objeto de *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. As dívidas são objeto de *hedge* de risco de juros estão indicadas na tabela abaixo:

		Valor contábil		Valor justo	
	Nocional	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Hedge risco de juros					
Objetos					
5ª emissão - série única (Comgás)	–	–	(907.366)	–	(33.892)
BNDES Projeto VIII (Comgás)	(1.000.000)	(803.989)	(851.689)	54.807	70.260
Total débito	**(1.000.000)**	**(803.989)**	**(1.759.055)**	**54.807**	**36.368**
Instrumentos financeiros derivativos					
Swaps 5ª emissão - série única (Comgás)	–	–	221.000	(221.000)	1.248
BNDES Projeto VIII (Comgás)	1.000.000	(56.085)	(90.193)	34.108	(57.944)
Total derivativos	**1.000.000**	**(56.085)**	**130.807**	**(186.892)**	**(56.696)**
Total	**–**	**(860.074)**	**(1.628.248)**	**(132.085)**	**(20.328)**

b) Opções por valor justo: Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de hedge documentadas e, portanto, não foi utilizado o expediente da contabilidade hedge, previsto no CPC 48 - Instrumento Financeiros. A Companhia optou por designar esses passivos (objetos de hedge) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado:

			Valor contábil		Ajuste de valor acumulado	
		Nocional	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Risco de câmbio						
Objetos						
Resolução 4.131 (2018)	USD + 4,32%	–	–	(395.285)	–	(2.680)
Resolução 4.131 (2021)	USD + 1,60%	(407.250)	(362.774)	(377.705)	2.106	15.545
Resolução 4.131 (2022)	USD + 2,51%	(1.097.400)	(943.486)	(1.000.957)	33.324	51.798
Resolução 4.131 (2023)	USD + 4,76%	(749.310)	(734.191)	–	(5.468)	–
Total		**(2.253.960)**	**(2.040.451)**	**(1.773.947)**	**29.962**	**64.663**
Instrumentos derivativos						
Resolução 4.131 (2018)	107,9% do CDI	–	–	123.760	(123.760)	(61.685)
Resolução 4.131 (2021)	CDI + 1,25%	407.250	(63.184)	(50.245)	(12.939)	(88.612)
Resolução 4.131 (2022)	CDI + 1,20%	1.097.400	(212.180)	(160.369)	(51.811)	(217.215)
Resolução 4.131 (2023)	CDI + 1,30%	749.310	(22.611)	–	(22.611)	–
Total derivativos		**2.253.960**	**(297.975)**	**(86.854)**	**(211.121)**	**(367.512)**
Total		**–**	**(2.338.426)**	**(1.860.801)**	**(181.159)**	**(302.849)**

			Valor contábil		Ajuste de valor acumulado	
		Nocional	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Risco de juros						
Objetos						
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	(114.818)	(80.960)	(114.014)	(708)	(114.014)
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	(523.993)	(554.147)	(523.837)	3.509	(523.837)
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	(500.000)	(550.342)	(491.153)	19.868	(6.179)
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	(500.000)	(533.854)	(467.841)	34.919	9.737
BNDES Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	(160.126)	(112.946)	(131.885)	(150)	(131.885)
BNDES Projeto VIII	IPCA + 3,25%	(870.149)	(743.674)	(801.812)	5.967	(801.812)
BNDES Projeto IX	IPCA + 5,74%	(565.582)	(598.752)	(544.925)	(19.875)	(544.925)
Total		**(3.234.668)**	**(3.174.675)**	**(3.075.467)**	**43.530**	**(2.112.915)**
Instrumentos derivativos						
Swaps 4ª emissão - 3ª série	94,64% CDI	–	–	–	–	(3.900)
Swaps 4ª emissão - 3ª série	112,49% CDI	114.818	4.567	(778)	5.345	(5.096)
6ª emissão - série única	89,9% CDI	523.993	20.116	(10.419)	30.535	(26.161)
Swaps 9ª emissão - 1ª série	109,20% CDI	500.000	42.093	(17.705)	59.798	(37.517)
Swaps 9ª emissão - 2ª série	110,60% CDI	500.000	26.901	(40.441)	67.342	(53.304)
BNDES Projetos VI e VII	87,50% CDI	160.126	64	(2.046)	2.110	(6.923)
BNDES Projeto VIII	82,94% CDI	870.149	(6.578)	(21.039)	14.461	(48.613)
BNDES Projeto IX	98,9% CDI	565.582	46.904	(6.631)	53.536	(6.631)
Total derivativos		**3.234.668**	**134.067**	**(99.059)**	**233.127**	**(188.145)**
Total		**–**	**(3.040.608)**	**(3.174.526)**	**276.657**	**(2.301.060)**

***c) Hedge* de fluxo de caixa:** A subsidiária Compass Comercialização S.A. celebrou contratos de compra (risco JKM) e venda (risco BRENT) de gás natural com entidade terceira e parte relacionada. Com o intuito de mitigar os riscos decorrentes das oscilações nos indexadores de gás natural, a subsidiária designou essa operação sujeita a *hedge accounting* para a respectiva proteção de fluxos de caixas. Nessa contratação, os benefícios esperados são: reduzir o risco financeiro associado a flutuações nos preços do gás natural, evitar oscilações no resultado financeiro dos instrumentos de *hedge*, proteger as margens da Companhia, assim como, manter a previsibilidade em seus custos ou receitas, garantindo uma maior estabilidade nos resultados operacionais. A subsidiária TRSP adotou uma estratégia de *hedge accounting* para proteger seus resultados da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa decorrente dos efeitos cambiais das receitas altamente prováveis em dólares norte-americanos projetados para um período de 20 anos, através de instrumentos de proteção não derivativos - passivo de arrendamento em dólares norte-americanos já contratado. Em 31 de dezembro de 2023, houve parcela inefetiva relacionada ao *brent* reclassificada para o resultado financeiro no montante de R$ 9.785. Os impactos reconhecidos no patrimônio líquido da subsidiária e a estimativa de realização no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros	Mercado	Risco	2024	Ajuste de avaliação patrimonial contribuídos
Futuro	B3	BRENT	(2.843)	(2.843)
Arrendamentos	–	Câmbio	(18.071)	(18.071)
Total			**(20.914)**	**(20.914)**
(–) Tributos diferidos			7.111	7.111
Efeito no patrimônio líquido			(13.803)	–
Efeito no patrimônio líquido			**(13.803)**	**(13.803)**

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos consolidados em outros resultados abrangentes durante o exercício:

	2023
Saldo em 31/12/2022	–
Movimentação ocorrida no exercício:	
Valor justo de futuros de *commodities* JKM	12.012
Valor justo de futuros de *commodities* BRENT	(12.628)
Valor justo de termo câmbio	(18.071)
Total	**(18.687)**
Realizações e baixas de resultados de commodities	
Ganhos ou perdas realizados	(12.012)
Resultado Financeiro	9.785
Total	**(2.227)**
Total das movimentações ocorridas no exercício (antes dos tributos diferidos)	(20.914)
Efeito de tributos diferidos nos ajustes de avaliação patrimonial	7.111
Total	**(13.803)**
Saldo em 31/12/2023	**(13.803)**

24. Compromissos: Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, as subsidiárias possuem compromissos financeiros que totalizaram um valor presente estimado de R$44.057.687, que inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2034. **25. Passivo de arrendamento: Política contábil:** Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte: i. pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; ii. pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa; iii. valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual; e iv. o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida, e o pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício do locatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas subsidiárias usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Para determinar a taxa de empréstimo incremental, a Companhia: i. quando possível, usa o financiamento de terceiros recente recebido pelo locatário individual como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido; ii. usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, que não tem financiamento recente de terceiros; e iii. faz uma estimativa de custo de captação, utilizando premissas do contrato, como por exemplo: prazo médio, moeda de contratação, garantias, entre outros. A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia e suas subsidiárias foi determinada com base nas taxas de juros, ajustada a moeda funcional e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 8,23% e 13,73%, de acordo com o prazo e moeda de cada contrato. Adicionalmente, para a mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia pode contabilizar dois ou mais contratos em conjunto desde que: i. tenham sido firmados com a mesma contraparte ou parte relacionada da contraparte; e ii. tenham sido celebrados em datas próximas; ou iii. se os contratos não puderem ser entendidos sem considerados em conjunto; ou iv. se tiverem obrigações de performance/contraprestações inter-relacionadas nos contratos; ou v. se os direitos de usar os ativos subjacentes transferidos nos contratos constituírem um único componente do arrendamento. Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos. Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo do arrendamento se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido). A avaliação subsequente do passivo do arrendamento é pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. É reavaliada quando há uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento resultante de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma mudança nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia do valor residual, se a Companhia mudar sua avaliação, quanto a opção a ser exercida na compra, extensão ou rescisão ou se houver um pagamento do arrendamento revisado essencialmente fixo. A movimentação dos arrendamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi a seguinte:

	Nota	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021		**12.618**	**63.752**
Adições e reajuste contratual		1.997	13.502
Baixas		–	(3.258)
Apropriação de juros e variação cambial		1.077	6.392
Amortização de principal		(1.637)	(10.891)
Pagamento de juros		(1.059)	(5.375)
Combinação de negócios	14.3 b)	–	12.483
Saldo em 31/12/2022		**12.996**	**76.606**
Adições e reajuste contratual [(i)]		4.663	1.563.438
Baixas		–	(6.600)
Transferência		–	–
Apropriação de juros e variação cambial		1.321	95.797
Amortização de principal		(2.014)	(38.590)
Pagamento de juros		(1.745)	(53.708)
Saldo em 31/12/2023		**15.221**	**1.636.943**
Circulante		3.593	163.740
Não circulante		11.629	1.473.203
Total		**15.222**	**1.636.943**

(i) Vide informações na nota explicativa 20. O *aging* dos arrendamentos é o seguinte:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	3.593	163.740	2.635	13.195
De 1 a 2 anos	3.320	156.476	2.442	9.948
De 3 a 5 anos	8.309	378.798	6.269	22.053
Acima de 5 anos	–	937.929	1.650	31.410
Total	**15.222**	**1.636.943**	**12.996**	**76.606**

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2043. Os valores são atualizados mensalmente por variação cambial em moeda estrangeira e anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI. Além disso, alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram consideradas na determinação do prazo e na classificação como arrendamento financeiro. **26. Fornecedores: Política contábil:** As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de gás e transportes de gás	–	–	1.043.016	1.393.418
Fornecedores de materiais e serviços	7.570	1.994	491.025	406.660
Suprimento e transporte de energia elétrica	–	–	–	42.732
Total	**7.570**	**1.994**	**1.534.041**	**1.842.810**

O saldo em aberto de fornecimento de gás natural refere-se, principalmente aos contratos de suprimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A.. A subsidiária Comgás possui convênio com a instituição financeira que permite a antecipação de duplicatas para seus fornecedores. O prazo de pagamento destas operações é de até 90 dias. A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A subsidiária não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor, assim como não recebe nenhum benefício por parte do banco nessa operação. (para maiores informações vide nota explicativa 8.c). As demais subsidiárias não possuem operações de risco sacado. **27. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil:** A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido. **a) Imposto de renda e contribuição social corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **b) Imposto de renda e contribuição social diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **c) Exposição fiscal:** Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.538.276	1.817.423	2.614.133	2.256.638
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	**(523.014)**	**(617.924)**	**(888.805)**	**(767.257)**
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	580.659	622.979	38.146	(18.717)
Juros sobre capital próprio	(17.838)	(11)	9.553	40.302
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	–	–	(10.819)	(4.943)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	–	–	–	11.580
Benefício do pacto federativo extemporâneo [(i)]	–	–	–	240.251
Benefício do pacto federativo - exercício corrente [(i)]	–	–	49.737	172.167
Provisão para não realização do benefício do pacto federativo [(i)]	–	–	(214.614)	–
Provisão para não realização do benefício do pacto federativo - juros e multa [(i)]	–	–	80.902	–
Selic indébito [(ii)]	1.756	711	78.850	(25.046)
Benefício adesão programa litígio zero	–	–	1.390	–
Outros	(14)	41	(3.651)	22.478
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	**41.549**	**5.796**	**(859.311)**	**(329.185)**
Taxa efetiva - %	**2,70%**	**0,32%**	**-32,87%**	**-14,59%**

(i) A partir do 1º trimestre de 2021, a Companhia através de sua subsidiária Comgás passou a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do benefício fiscal de redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo, cuja alíquota efetiva é reduzida de 18% para o intervalo entre 12% e 15,6% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490 ("RICMS/SP"), com redação dada pelos Decretos Estaduais nº 62.399/2016 e 67.383/2022. Esses créditos foram reconhecidos pela Companhia no exercício de 2021 com base no seu melhor entendimento sobre o tema, consubstanciado pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência então aplicável ao tema. Em 26 de abril de 2023, o STJ julgou recurso especial representativo da controvérsia e decidiu que benefícios fiscais como redução de base de cálculo de ICMS somente podem ser excluídos do IRPJ/CSLL se cumpridos os requisitos da Lei Complementar nº 160/2017 (art. 30 da Lei 12.973/2014), ou seja, com a constituição de reserva. Com base nessa decisão, os administradores da Companhia, observando a interpretação técnica que disciplina o tratamento das incertezas quanto aos tributos sobre o lucro (ICPC22 e IFRIC 23), decidiram pela constituição de provisão em 31 de março de 2023, no valor histórico de R$1.191.282 (R$925.754 de principal registrado na rubrica de imposto de renda corrente, R$117.863 de juros e R$147.665 de multa registrados na rubrica de resultado financeiro). O montante atualizado utilizado pela Companhia referente a crédito extemporâneo e corrente totaliza R$ 1.387.388 (R$ 924.043 principal, R$ 228.157 multa e R$ 235.188 juros), que engloba também as autuações recebidas para os exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018 e os demais créditos aproveitados nos anos seguintes até 31 de março de 2023, acrescidos dos respectivos encargos legais. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023, que concedeu desconto de 80% para pagamento de todos os débitos, autuados e não autuados pela RFB, relativos a esse tema, de forma que a Companhia espera a regulamentação do programa para efetivar a quitação do passivo. Considerando o desconto concedido, o passivo atualizado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 277.478 (R$ 184.809 principal, R$ 45.631 multa e R$ 47.038 juros). (ii) Considerando os efeitos do julgamento do STF RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, a Companhia através de sua subsidiária Comgás concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia. A Companhia obteve trânsito em julgado da sua ação individual sobre o tema, cuja decisão afastou a modulação de efeitos estabelecida pelo STF. Em razão disso, foram reconhecidos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 os créditos de fatos geradores dos anos de 2016 a 2020, no montante de R$ 81.542 (R$ 56.562 principal e R$ 24.980 juros). O montante dos créditos acumulados relativos ao ano de 2023 é de R$ 32.124. A Companhia não espera a ocorrência de eventos que possam impactar de forma significativa a alíquota efetiva anual além daqueles já divulgados nesse exercício. **b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:** Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	17.165	13.513	170.527	200.223
Base negativa de contribuição social	6.177	4.863	61.387	72.078
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	–	–	16.974	25.694
Obrigação de benefício pós-emprego [(i)]	–	–	150.336	152.373
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	–	–	22.675	20.743
Provisões de participações no resultado	9.040	5.339	36.574	30.249
Provisões diversas [(ii)]	10.297	2.383	393.329	317.243
Transações com pagamento baseado em ações	37.445	12.606	42.101	15.955
Diferido sobre resultado pré-operacional	–	–	87.454	24.999
Arrendamentos	362	233	18.067	358
Resultado não realizado com derivativos	–	–	31.176	–
Valor justo dos estoques	–	–	2.814	–
Outros	–	–	96.373	59.877
Total	**80.486**	**38.937**	**1.129.787**	**919.792**
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias				
Ágio fiscal	–	–	(19.896)	(13.443)
Resultado não realizado com derivativos	–	–	(11.851)	(106.059)
Direito de concessão - intangível	–	–	(2.156.385)	(2.160.627)
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos [(iii)]	–	–	(70.703)	(36.861)
Arrendamentos	–	–	(2.126)	(2.963)
Revisão de vida útil	–	–	(148.083)	(175.421)
Outros	–	–	(168.854)	(103.313)
Total	**–**	**–**	**(2.577.898)**	**(2.598.687)**
Total de tributos diferidos registrados	**80.486**	**38.937**	**(1.448.111)**	**(1.678.895)**
Diferido ativo	80.486	38.937	708.272	482.296
Diferido passivo	–	–	(2.156.383)	(2.161.191)
Total diferido, líquido	**80.486**	**38.937**	**(1.448.111)**	**(1.678.895)**

(i) A crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 10,9 anos. (ii) Do total do saldo apresentado em provisões diversas, o montante de R$ 300.874 (R$ 884.923 de base), refere-se à provisão de devolução de crédito extemporâneo no passivo setorial. (iii) A Companhia, através de sua subsidiária Comgás, exercendo seu direito de opção de regime tributário no início do exercício de 2022, optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos, realizando assim o saldo de IR e CSLL diferidos ativo. O *amendment* do IAS 12 Income Taxes, vigente a partir de janeiro de 2023, reduziu o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 dessa norma, de modo que não se aplica mais a transações que no reconhecimento inicial dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões, limitado aos prazos das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado
Dentro de 1 ano	334.257
1 a 2 anos	46.402
2 a 3 anos	30.918
3 a 4 anos	48.076
4 a 5 anos	84.595
Acima de 5 anos	164.024
Total	**708.272**

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:

Ativo — Controladora

	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Arrendamentos	Total
Saldo em 31/12/2021	**21.492**	**2.857**	**1.442**	**101**	**25.892**
Impacto no resultado do exercício	(3.116)	15.088	941	132	13.045
Saldo em 31/12/2022	**18.376**	**17.945**	**2.383**	**233**	**38.937**
Impacto no resultado do exercício	4.966	28.540	7.914	129	41.549
Saldo em 31/12/2023	**23.342**	**46.485**	**10.297**	**362**	**80.486**

Ativo — Consolidado

	Prejuízo fiscal e base negativa	Obrigações de benefícios pós-emprego	Benefícios a empregados	Provisões	Valor justo dos estoques	Resultado não realizado com derivativos	Arrendamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	**166.278**	**159.978**	**24.013**	**97.433**	**–**	**89.883**	**–**	**23.662**	**561.247**
Impacto no resultado do exercício	106.023	5.302	22.191	216.129	–	(89.883)	–	30.318	290.080
Outros resultados abrangentes	–	(12.907)	–	–	–	–	–	–	(12.907)
Combinação de negócio [(ii)]	–	–	–	36.208	–	–	–	45.164	81.372
Saldo em 31/12/2022	**272.301**	**152.373**	**46.204**	**349.770**	**–**	**–**	**–**	**99.144**	**919.792**
Impacto no resultado do exercício	(40.387)	6.192	32.471	83.208	2.814	31.176	11.923	84.683	212.080
Outros resultados abrangentes	–	(8.229)	–	–	–	–	6.144	–	(2.085)
Saldo em 31/12/2023	**231.914**	**150.336**	**78.675**	**432.978**	**2.814**	**31.176**	**18.067**	**183.827**	**1.129.787**

Passivo — Consolidado

	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Imobilizado	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	**(1.136.465)**	**(127.681)**	**(202.760)**	**–**	**(3.349)**	**(48.955)**	**(1.519.210)**
Impacto no resultado do exercício	136.076	21.622	27.339	(36.861)	386	(44.422)	104.140
Combinação de negócio [(ii)]	(1.160.238)	–	–	–	–	(23.379)	(1.183.617)
Saldo em 31/12/2022	**(2.160.627)**	**(106.059)**	**(175.421)**	**(36.861)**	**(2.963)**	**(116.756)**	**(2.598.687)**
Impacto no resultado do exercício	49.948	93.239	27.338	(33.842)	837	(71.994)	65.526
Outros resultados abrangentes	–	969	–	–	–	–	969
Combinação de negócio [(ii)]	(197.961)	–	–	–	–	–	(197.961)
Mantido para venda [(i)]	152.255	–	–	–	–	–	152.255
Saldo em 31/12/2023	**(2.156.385)**	**(11.851)**	**(148.083)**	**(70.703)**	**(2.126)**	**(188.750)**	**(2.577.898)**
Total impostos diferidos reconhecidos							**(1.448.111)**

(i) Para maiores informações, vide nota 16.c. (ii) Para maiores informações, vide nota 14.3.

28. Provisão para demandas e depósitos judiciais: Política contábil: São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo. A Companhia possui passivos contingentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em relação a: **a. Provisão para demandas judiciais**:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	16.437	19.914
Cíveis, ambientais e regulatórias	29.484	38.605
Trabalhistas	17.597	29.228
Total	**63.518**	**87.747**

b. Depósitos judiciais:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	18.814	24.720
Cíveis, ambientais e regulatórias	15.786	20.747
Trabalhistas	9.360	9.915
Total	**43.960**	**55.382**

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Nota	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
					Consolidado
Saldo em 31/12/2021		**15.564**	**28.282**	**41.055**	**84.901**
Provisionado no exercício		3.215	922	7.289	11.426
Baixas por reversão/pagamento		(4.276)	(3.593)	(14.807)	(22.676)
Atualização monetária [(i)]		1.523	(3.411)	(6.075)	(7.963)
Combinação de negócios	.3 b)	3.888	16.405	1.766	22.059
Saldo em 31/12/2022		**19.914**	**38.605**	**29.228**	**87.747**
Provisionado no exercício		1.563	7.320	5.791	14.674
Baixas por reversão/pagamento		(2.860)	(20.839)	(14.675)	(38.374)
Atualização monetária [(i)]		(2.180)	4.398	(2.747)	(529)
Saldo em 31/12/2023		**16.437**	**29.484**	**17.597**	**63.518**

[(i)] Inclui baixa de juros por reversão. **a) Perdas possíveis:** Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	3.324.370	3.559.918
Cíveis, ambientais e regulatórias	207.084	153.343
Trabalhistas	43.869	36.854
	3.575.323	**3.750.115**

i) Tributárias: As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ/CSLL [(i)]	3.012.862	3.110.741
Compensação tributos federais	112.973	127.993
Outros [(ii)]	198.535	321.184
Total	**3.324.370**	**3.559.918**

[(i)] Diante da decisão do STJ, de 26 de abril de 2023, relativa à exigência de tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, de incentivos fiscais como redução de base de cálculo de ICMS, a Companhia através de sua subsidiária Comgás, constituiu provisão, conforme detalhado na nota explicativa 27.a, dos valores relativos às cobranças que recebeu sobre o tema, dos períodos de 2015 a 2017, as quais estavam classificadas como possível em 31 de dezembro de 2022. Em relação a tais autuações, manteve-se como contingência possível a discussão sobre a amortização fiscal do saldo do Conta-Corrente Regulatório ("CCR") no período de 2015, no valor atualizado de R$ 115.258. [(ii)] Baixa de R$144.064 referente a autos de infração lavrados para cobrança de multa isolada em razão de compensações não homologadas. Referida baixa é decorrente do julgamento finalizado pelo STF em 17 de março de 2023, no RE nº 796.939 (Tema 736), que decidiu pela inconstitucionalidade da multa isolada cobrada nesses casos, tendo sido os autos de infração cancelados pela RFB. As contingências tributárias referem-se às autuações fiscais de suas subsidiárias principalmente na esfera Federal, avaliadas como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração e, portanto, sem constituição de provisão, conforme estabelece o CPC 25/IAS 37. As variações de saldo referem-se a temas já existentes e à atualização monetária dos referidos passivos contingentes. **ii) Cíveis, ambientais e regulatórias:** As entidades são partes em uma série de ações judiciais cíveis relacionadas à (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) rescisão de diferentes tipos de contratos; e (iii) cumprimentos de termos de ajustamento de conduta, dentre outras questões. **iii) Trabalhistas:** Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos; adicional de insalubridade, adicional de periculosidade; responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros. **29. Benefício pós-emprego: Política contábil:** O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço. **Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. **Planos de benefício definido:** A Companhia através de sua subsidiária Comgás oferece os seguintes benefícios pós-emprego: Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós- emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem. Os detalhes do valor presente da obrigação de plano médico e do valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

continua ★

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Compass Gás e Energia S.A. *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Obrigação de benefício definido no início do exercício	448.157	477.253
Custo dos serviços correntes	157	219
Custo dos serviços passado	–	319
Juros sobre obrigação atuarial	45.141	41.815
Liquidação antecipada no plano	–	(3.081)
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	23.753	(26.621)
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(70.072)	(14.629)
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	22.116	–
Benefícios pagos	(27.088)	(27.118)
Obrigação de benefício definido no final do exercício	**442.164**	**448.157**
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	–	(6.728)
Receitas de juros	–	(253)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	–	3.283
Liquidação antecipada plano	–	3.698
Contribuições do empregador	(27.088)	(27.118)
Benefícios pagos	27.088	27.118
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	–	–
Passivo líquido de benefício definido	**442.164**	**448.157**

A Companhia através da sua subsidiária Comgás possui obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, são reconhecidas de acordo com a Deliberação CVM695. O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria. A Companhia através da sua subsidiária Comgás iniciou em 07 de janeiro de 2022 com a Futura II - Entidade de Previdência Complementar, o Plano de Aposentadoria FuturaFlex, plano de previdência fechada complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). O plano tem como objetivo a concessão de benefício de previdência privada, sob a forma de renda mensal financeira. As premissas que afetam as demonstrações de resultados abrangentes são revisadas anualmente. Os planos e benefícios divulgados em 31 de dezembro de 2022 não sofreram alteração. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as movimentações sobre benefícios pós-emprego são como segue:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	**470.525**
Custos dos serviços correntes	219
Custos dos serviços passado	319
Juros sobre obrigação atuarial	41.815
Benefícios pagos	(27.118)
Ganho atuarial	(37.967)
Liquidação antecipada no plano	364
Saldo em 31/12/2022	**448.157**
Custos dos serviços correntes	157
Juros sobre obrigação atuarial	45.141
Benefícios pagos	(27.088)
Ganho atuarial	(24.203)
Saldo em 31/12/2023	**442.164**

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2023	31/12/2022
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(23.753)	26.621
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	70.072	11.346
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	(22.116)	–
Ganhos atuariais líquidas	**24.203**	**37.967**

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios são as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto	10,12% a.a.	10,45% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	4,25% a.a.
Crescimento salarial médio	N/A	N/A
Morbidade (*aging factor*)	3,00%	3,00%
Inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

O plano de benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros. Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota 27. Em 31 de dezembro de 2023, a duração média ponderada da obrigação de plano médico era de 10,9 anos (10,6 anos em 2022). **Análise de sensibilidade:** Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, teriam afetado a obrigação de plano médico conforme demonstrado abaixo:

Taxa de desconto	
Aumento	**Redução**
0,50%	**-0,50%**
(23.123)	20.998

Não houve alteração em relação aos anos anteriores nos métodos e premissas utilizados na elaboração da análise de sensibilidade. **30. Patrimônio líquido: Política contábil: a. Capital social:** Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na nota 27 - Imposto de renda e contribuição social. **b. Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404, sendo que, conforme estatuto da Companhia se no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária. Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária. **d. Reserva de retenção de lucro:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. **a) Capital social:** O capital subscrito da Companhia é de R$ 2.272.500, inteiramente integralizado, representando por 714.190 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 628.488 ações ordinárias, 30.853 ações preferenciais classe A e 54.849 ações preferenciais classe B. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R$ 10.000.000.

	Quantidade de ações em 31/12/2023 e 31/12/2022							
Acionistas	**ON**	**%**	**PN - Classe A**	**%**	**PN - Classe B**	**%**	**Total**	**%**
Cosan Dez Participações S.A.	628.488	100	–	–	–	–	628.488	88,00
Bloco Atmos	–	–	30.853	100	–	–	30.853	4,32
Bradesco Vida e Previdência S.A.	–	–	–	–	30.853	56,25	30.853	4,32
BC Gestão de Recursos Ltda.	–	–	–	–	14.474	26,39	14.474	2,03
Prisma Capital Ltda.	–	–	–	–	5.713	10,42	5.713	0,80
Núcleo Capital Ltda.	–	–	–	–	3.809	6,94	3.809	0,53
Total	**628.488**	**100**	**30.853**	**100**	**54.849**	**100**	**714.190**	**100**

b) Dividendos: Em 08 de novembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R$ 1.000.000, sendo R$ 275.435 do exercício corrente e, R$ 724.565 com saldo da reserva de lucros. **c) Juros sobre capital próprio:** Não houve aprovação do Conselho de Administração, para pagamento de juros sobre capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **d) Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:**

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	–	**2.035**
Dividendos deliberados do exercício	1.343.543	1.386.008
Dividendos deliberados de exercícios anteriores	211.021	211.021
Juros sobre capital próprio proposto	128.137	194.726
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(17.843)	(54.352)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.622.247)	(1.709.838)
Outros	–	43.263
Saldo em 31/12/2022	**42.611**	**72.863**
Dividendos deliberados do exercício	801.495	844.286
Dividendos deliberados de exercícios anteriores	724.565	973.230
Juros sobre capital próprio proposto	–	24.737
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	–	(3.711)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.042.611)	(1.340.220)
Outros	–	(1.229)
Saldo em 31/12/2023	**526.060**	**569.956**

e) Outros resultados abrangentes:

	31/12/2022	Resultado abrangente	31/12/2023
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	(233.463)	(24.736)	(258.199)
Imposto diferido sobre ganhos atuariais de plano de benefício definido	79.376	8.410	87.786
Resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa	–	20.914	20.914
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa	–	(7.111)	(7.111)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	–	(10)	(10)
	(154.087)	**(2.533)**	**(156.620)**
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	(152.761)	(2.224)	(154.985)
Acionistas não controladores	(1.326)	(309)	(1.635)

	31/12/2021	Resultado abrangente	31/12/2022
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	(195.498)	(37.965)	(233.463)
Imposto diferido sobre ganhos atuariais de plano de benefício definido	66.469	12.907	79.376
	(129.029)	**(25.058)**	**(154.087)**
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	(127.919)	(24.842)	(152.761)
Acionistas não controladores	(1.110)	(216)	(1.326)

f) Destinação do lucro líquido do exercício: As destinações que ocorreram na Companhia estão demonstradas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	1.602.989	1.848.640
Constituição da reserva legal - 5% (i)	–	–
Base de cálculo para distribuição de dividendos	**1.602.989**	**1.848.640**
Dividendos mínimos obrigatórios - 50%	801.495	924.320
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados	(275.435)	(1.602.897)
Dividendos mínimos obrigatórios a destinar	(526.060)	–
Total do lucro do exercício a destinar	**801.494**	**245.743**

(i) De acordo com o estatuto da Companhia, se soma da reserva legal mais a reserva de capital ultrapassar 30% do capital social, fica vedada a constituição de reserva legal. Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre a destinação do lucro do exercício. **31. Receita operacional líquida: Política contábil:** A Companhia e suas subsidiárias reconhecem receitas das seguintes fontes principais: **i. Receita faturada:** A Companhia presta serviços de distribuição de gás através das subsidiárias Comgás, Sulgás e Necta, a receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no período em que os volumes são entregues aos clientes baseadas nas medições mensais realizadas. **ii. Receita não faturada:** Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. Com base em sua experiência histórica com operações similares, as subsidiárias Comgás, Sulgás e Necta, acreditam que o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais. **iii. Receita de construção em concessão:** A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra. Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas. **iv. Receita de prestação de serviços:** As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios, ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança. **v. Comercialização de energia:** A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica durante o período em que foi fornecida. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle da energia elétrica a partir do momento em que a consomem. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. Durante o exercício de 2022, a subsidiária Compass Comercialização encerrou todos os contratos de comercialização de energia. Deixando de atuar neste segmento e passando a dedicar-se ao desenvolvimento do mercado livre de gás. **a) Mercado de curto prazo:** A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações no mercado de curto prazo ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). **b) Operações de *trading*:** As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado - diferença entre os preços contratados e os de mercado - das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras. A Companhia apresenta a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos, conforme exigido para empresas brasileiras de acordo com a Lei nº 6.404/76, seção V, Art.187.

			Consolidado
	Nota	**31/12/2023**	**31/12/2022 (Reapresentado) [i]**
Receita bruta na distribuição de gás		19.998.177	22.878.310
Receita bruta na comercialização de energia elétrica		–	263.537
Receita bruta na prestação de serviços		607.671	587.302
Receita de construção	19	1.494.142	1.217.818
Impostos sobre vendas e outras deduções		(4.332.663)	(5.227.762)
Receita operacional líquida		**17.767.327**	**19.719.205**

[i] Para mais detalhes veja nota 3.3. **32. Custos e despesas por natureza: Política contábil:** Custo das vendas inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos. Custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços. Os custos e despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade é a seguinte:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022 (Reapresentado) [i]**
Custo do gás e transporte		–	–	(11.919.415)	(13.892.505)
Custo de construção	31	–	–	(1.494.142)	(1.217.818)
Depreciação e amortização		(4.142)	(3.156)	(899.635)	(776.248)
Materiais e serviços		(30.709)	(12.145)	(230.981)	(453.898)
Gastos com pessoal		(136.490)	(83.945)	(431.258)	(407.029)
Energia elétrica comprada para revenda		–	–	–	(260.891)
Outras despesas		(36.080)	(37.717)	(233.014)	(83.169)
		(207.421)	**(136.963)**	**(15.208.445)**	**(17.091.558)**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		–	–	(14.256.031)	(16.364.835)
Despesas com vendas		–	–	(164.399)	(163.256)
Gerais e administrativas		(207.421)	(136.963)	(788.015)	(563.467)
		(207.421)	**(136.963)**	**(15.208.445)**	**(17.091.558)**

[i] Para mais detalhes veja nota 3.3. **33. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:**

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Realização de receita diferida	1.1	77.981	–	923.214	–
Valor em discussão com clientes		–	–	–	(13.369)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado, intangível e investimento		(50)	–	(25.281)	(51.724)
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários		–	–	(7.225)	(11.035)
Perda de inventário		–	–	(43.695)	(9.913)
Acordo contratual (i)		–	–	(143.221)	–
Tributos sobre receita diferida		(7.213)	–	(85.397)	–
Outros		5	659	(11.169)	(5.864)
		70.723	**659**	**607.226**	**(91.905)**

(i) Efeito líquido entre partes relacionadas, líquido de impostos e valores redistribuídos aos consumidores, conforme nota explicativa 1.4 e 15 (v). **34. Resultado financeiro líquido: Política contábil:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda. Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(91.717)	(53.243)	(777.946)	(1.066.172)
Variação cambial líquida sobre dívidas	–	–	144.191	108.227
Resultado com derivativos e valor justo	–	–	(481.225)	(27.986)
Amortização do gasto de captação	(559)	(710)	(3.086)	(3.902)
Fianças e garantias sobre dívida	–	–	(14.614)	(15.217)
	(92.276)	**(53.953)**	**(1.132.680)**	**(1.005.050)**
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	63.612	194.030	611.868	600.469
	63.612	**194.030**	**611.868**	**600.469**
Custo da dívida, líquida	**(28.664)**	**140.077**	**(520.812)**	**(404.581)**
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	(2.516)	(18.956)	78.153	106.238
Juros capitalizados no imobilizado e intangível [i]	–	–	181.628	133.466
Atualização de outros ativos financeiros	–	–	(88.153)	(26.931)
Arrendamento mercantil	(1.321)	(1.077)	(75.495)	(5.464)
Juros sobre outras obrigações	(56)	–	(89.081)	(65.831)
Encargos sobre benefício do pacto federativo [ii]	–	–	(92.669)	–
Juros sobre ativo e passivo setorial [iii]	–	–	(97.840)	(36.670)
Despesas bancárias e outros	(285)	1.311	(8.322)	(13.737)
Variação cambial e derivativos não-dívida	(4)	82	(18.362)	(63.627)
	(4.182)	**(18.640)**	**(210.141)**	**27.444**
Resultado financeiro, líquido	**(32.846)**	**121.437**	**(730.953)**	**(377.137)**
Reconciliação				
Despesas financeiras	(98.971)	(74.698)	(1.658.582)	(1.291.850)
Receitas financeiras	66.129	196.053	1.283.025	898.099
Variação cambial	(4)	82	152.592	102.655
Efeito líquido dos derivativos	–	–	(507.988)	(86.041)
Resultado financeiro, líquido	**(32.846)**	**121.437**	**(730.953)**	**(377.137)**

(i) Vide informações na nota explicativa 17 e 19. (ii) O saldo apresentado refere-se substancialmente ao montante do benefício do pacto federativo, conforme nota explicativa 27.a. (iii) Vide informações na nota explicativa 15. **35. Resultado por ação: Política contábil: a) Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se: i. O lucro atribuível aos proprietários da Companhia, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e ii. Pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria, se aplicável. **b) Lucro diluído por ação:** O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta: i. O efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e ii. O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido das operações em continuidade atribuível a detentores de ações - básico	**1.579.825**	**1.823.219**
Ações ordinárias	1.390.247	1.604.434
Ações preferenciais	189.578	218.785
Resultado líquido das operações descontinuadas atribuível a detentores de ações - básico	**23.164**	**25.421**
Ações ordinárias	20.384	22.370
Ações preferenciais	2.780	3.051
Efeito da diluição do plano de opções de ações da subsidiária	**(590)**	**(1.727)**
Resultado das operações em continuidade atribuível a detentores de ações ajustado pelo efeito da diluição	**1.579.235**	**1.821.492**
Ações ordinárias	1.389.728	1.602.914
Ações preferenciais	189.507	218.578
Resultado das operações descontinuadas atribuível a detentores de ações ajustado pelo efeito da diluição	**23.164**	**25.421**
Ações ordinárias	20.384	22.370
Ações preferenciais	2.780	3.051
Média ponderada do número de ações em circulação - básico e diluído (em milhares de ações)	**714.190**	**714.190**
Ações ordinárias	628.488	628.488
Ações preferenciais	85.702	85.702
Resultado por ação das operações em continuidade		
Básico (em R$)		
Ações ordinárias	2,21205	2,55285
Ações preferenciais	2,21205	2,55285
Diluído (em R$) [i]		
Ações ordinárias	2,21122	2,55043
Ações preferenciais	2,21122	2,55043
Resultado por ação das operações descontinuadas		
Básico e diluído (em R$)		
Ações ordinárias	0,03243	0,03559
Ações preferenciais	0,03243	0,03559

(i) Aplicamos o conceito de efeito diluidor quando, a conversão em ações ordinárias diminuir o lucro por ação ou aumentar o prejuízo por ação proveniente das operações continuadas. **36. Pagamento baseado em ações: Política contábil:** Transações liquidadas com ações O custo de transações liquidadas com ações com executivos é mensurado por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data em que são concedidos, e é reconhecido como despesa durante o período de aquisição, que termina na data em que os empregados têm direito ao prêmio. Um crédito correspondente é reconhecido no patrimônio líquido. O modelo Black-Scholes foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos. A Companhia possui diferentes planos de remuneração baseada em ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2022, possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações: (i) Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de quatro anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*). (ii) A Companhia realizou a outorga um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações ("SARs") e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass, menos o preço da concessão. A Companhia possui diferentes planos de remuneração baseada em ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2023, possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações: (i) Planos de concessão de ações, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de quatro anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*). (ii) A Companhia realizou a outorga um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações ("SARs") e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes detalhes do pagamento baseado em ações:

Tipo de prêmio/ Data de concessão	Empresa	Expectativa de vida (meses)	Concessão de planos [i]	Exercido/cancelado/ transferido	Disponível	Valor justo na data de outorga - R$
Programa de concessão de ações						
31/07/2019	Comgás	48	83.683	(83.683)	–	79,00
Total			**83.683**	**(83.683)**	**–**	
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa						
01/08/2021	Compass Gás e Energia	24	29.492	(29.492)	–	25,46
01/08/2021	Compass Comercialização	36	35.075	(6.001)	29.074	25,46
01/08/2021	Compass Gás e Energia	36	170.647	–	170.647	25,46
01/08/2021	TRSP	36	37.572	–	37.572	25,46
01/11/2021	Comgás	32	192.405	–	192.405	25,46
01/11/2021	Compass Gás e Energia	32	1.646.411	(17.873)	1.628.538	25,46
01/02/2022	Compass Gás e Energia	29	90.087	–	90.087	25,59
01/08/2022	Compass Gás e Energia	36	837.439	–	837.439	25,59
01/08/2022	Compass Comercialização	36	30.651	(6.460)	24.191	25,59
01/08/2022	TRSP	36	31.675	–	31.675	25,59
01/08/2023	Compass Gás e Energia	36	242.802	–	242.802	34,12
01/08/2023	Compass Comercialização	36	25.716	–	25.716	34,12
01/08/2023	TRSP	36	22.950	–	22.950	34,12
Total			**3.392.922**	**(59.826)**	**3.333.096**	
Total			**3.476.605**	**(143.509)**	**3.333.096**	

[i] Total de ações acrescidas correspondente ao valor proporcional dos dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos seus acionistas entre a data da outorga e o término do referido período de *vesting*.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram liquidadas, na subsidiária Comgás, 68.889 ações em caixa do plano de 2019, no montante de R$ 13.597 (R$15.597 do plano de 2018 em 31 de dezembro de 2022). A variação entre o valor da ação na data da outorga e o valor da ação na data da liquidação é reconhecido do patrimônio líquido da subsidiária. Em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária não possui programas de pagamento com base em ações. **i. Mensuração dos valores justos:** O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e, as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Black-Scholes* foram as seguintes:

	Programas de concessão de ações							
	Compass Gás e Energia		Compass Comercialização		Comgás		TRSP	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Premissas-chave:								
Preço de mercado na data de outorga	42,21	29,20	42,21	29,20	–	79,00	42,21	29,20
Taxa de juros	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dividend yield	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Volatilidade	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

ii. Reconciliação de opções de ações em circulação: O movimento no número de prêmios em aberto são os seguintes:

	Programa de concessão de ações
Saldo em 31/12/2021	**1.991.684**
Acréscimo de ações	1.311.272
Exercidos/cancelados/outros	(111.581)
Saldo em 31/12/2022	**3.191.375**
Acréscimo de ações	270.436
Exercidos/cancelados/outros	(128.715)
Saldo em 31/12/2023	**3.333.096**

iii. Despesas reconhecidas no resultado: As despesas de remuneração baseadas em ações e liquidadas em caixa incluídas na demonstração dos resultados, estão demonstradas abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa	(53.404)	(25.117)	(59.825)	(28.478)
Programa de concessão de ações	–	–	(976)	(2.339)
	(53.404)	**(25.117)**	**(60.801)**	**(30.817)**

37. Eventos subsequentes: 37.1 Décima emissão de debêntures da Comgás: Em 29 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Comgás aprovou a oferta pública da 10ª emissão de debêntures simples, em regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. A emissão será no montante total de R$ 1.500.000, com incidência de juros semestrais a uma taxa igual a DI mais um *spread* de 0,80% a.a. e com vencimento do principal em 15 de março de 2029, com amortização na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da subsidiária Comgás. **37.2 Terceira emissão de debêntures da Compass:** Em 15 de março de 2024, a Companhia aprovou a oferta pública da 3ª emissão de debêntures simples e não conversíveis no montante de R$ 1.500.000 com remuneração de CDI + 1,08% a.a., juros semestrais e principal com vencimento em 15 de março de 2029. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a propósitos gerais e reforço de capital de giro. **37.3 Notas Comerciais Compass e TRSP:** Em 20 de março de 2024, a Companhia e sua controlada TRSP, firmaram a 1ª Emissão de Notas Comerciais no montante de R$ 200.000, sendo o seu vencimento em março de 2026 e sua remuneração à 100% CDI + 1,7% a.a. O contrato foi celebrado através da depositária Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A., seguindo as condições de mercado para a respectiva transação. **37.4 Empréstimo Compass Comercialização:** Em 21 de março de 2024, a subsidiária Compass Comercializão assinou o contrato de empréstimo "Uncommited Term Loan Facility Agreement - Loan Agreement" junto ao banco BNP Paribas S.A., para captação de acordo com os temos da Lei nº 4.131. Em 22 de março de 2024 a Companhia concluiu a captação no montante de EUR 78 milhões com vencimento em março de 2025 e taxa de juros de 4,879% ao ano.

Membros da Diretoria Executiva

Antônio Simões Rodrigues Júnior – Diretor Presidente
Frederico Suano Pacheco de Araújo – Diretor Jurídico
Guilherme Lelis Bernardo Machado – Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Elisângela Ferreira Martins – Diretora de Pessoas e Cultura
Adriano Nogueira Zerbini – Diretor de Comunicações e Institucional
Cristiano Donisete Barbieri – Diretor de Tecnologia e Inovação

Membros do Conselho de Administração

Rubens Ometto Silveira Mello – Presidente do Conselho de Administração
Marcelo Eduardo Martins – Vice-Presidente do Conselho de Administração
José Leonardo Martin de Pontes – Conselheiro
Nelson Roseira Gomes Neto – Conselheiro
Jorge Celestino Ramos – Conselheiro - Independente

Contadora

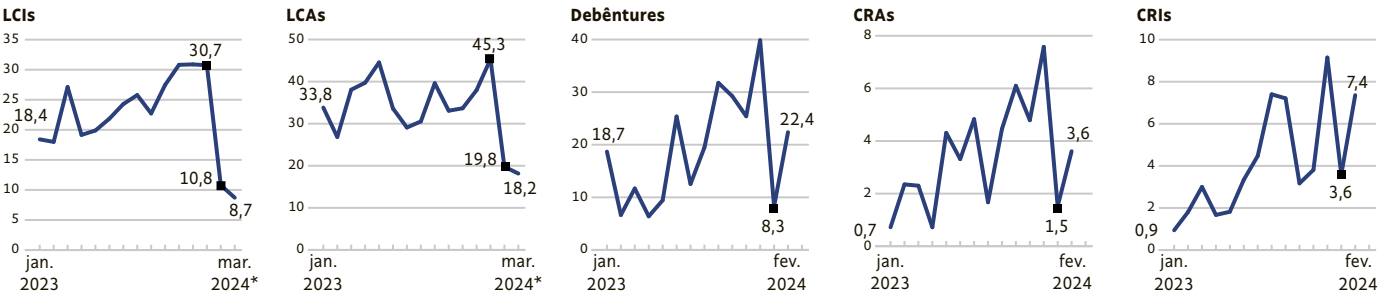
Renata Pavanelli Chaves - CRC 1SP283861/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Compass Gás e Energia S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Compass Gás e Energia S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Compass Gás e Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Reapresentação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota explicativa 3.3, que descreve os efeitos da mudança na prática contábil adotada pela Companhia em 2023, os valores correspondentes apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os principais assuntos de auditoria são temas advindos dos investimentos em controladas. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Reconhecimento de receita de fornecimento de gás não faturada (Nota 11 e 31):** A receita de fornecimento de gás é reconhecida no momento em que o gás é fornecido ao consumidor. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e percurso de leitura. Consequentemente, uma parte do gás fornecido não é faturado ao final de cada mês. Este montante é estimado pela Companhia com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o total da receita não faturada e o respectivo saldo de contas a receber é de R$782.813 mil. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação ao saldo de contas a receber e a contrapartida no resultado, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores registrados, dado à utilização de informações por categorias de clientes com tarifas diferentes, e do grau de julgamento exercido pela Administração, na alocação do volume de gás distribuído por categoria de cliente. Uma alteração de alocação em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. • Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia relativo à alocação da estimativa dos volumes de gás por categoria de cliente e as respectivas tarifas para cada categoria de cliente, de acordo com as tarifas reguladas; • Teste documental, por amostragem, sobre as informações que alimentam o cálculo de alocação do volume de gás fornecido por categoria; • Recálculo da receita de fornecimento de gás não faturada por categoria de cliente e tarifas definidas pelo órgão regulador para classe consumidora em seus grupos e modalidades, incluindo a avaliação das premissas chave utilizadas; • Procedimentos analíticos, para comparação entre alocação do volume de gás entre as categorias de clientes considerando o histórico de consumo ao final do período com a estimativa de volume por categoria de cliente calculada pela Companhia; • Comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2024; • Reconciliação do saldo de receita de fornecimento de gás não faturada com os registros contábeis, correspondentes, bem como avaliarmos a exatidão dos cálculos aritméticos. • Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, identificamos um ajuste que, por ser imaterial, não foi regularizado pela Companhia. Portanto, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento, e mensuração da receita não faturada na demonstração do resultado e na rubrica de contas a receber, no ativo circulante, bem como as referidas divulgações nas Notas Explicativas n°11 e 31, por estarem consistentes com a documentação suporte definida e mantida pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Concessão do serviço público de distribuição de gás canalizado (Notas 18 e 19):** A Companhia possui registrado no ativo intangível da concessão pública e ativo de contrato referente ao serviço de distribuição de gás, os montantes de R$ 12.307.964 mil e R$ 1.041.421 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, os gastos com infraestrutura dessa concessão. Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de gás canalizado são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção. A partir da efetiva entrada em operação, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, por meio do consumo de gás canalizado pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados durante o processo de construção como custo da infraestrutura envolve complexidade e julgamentos por parte da Companhia. Por estas razões, bem como pela relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia sobre o reconhecimento e mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato e ativo intangível incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; • Avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; • Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre os materiais e serviços aplicados às obras, bem como alocação de horas de força de trabalho e avaliação se a sua classificação foi apropriada; • Avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos e estágios das obras; • Revisão das políticas contábeis estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; • Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre as adições, amortização e capitalização de juros; • Teste de amortização do intangível de direito dessa concessão reconhecida ao longo do exercício de 2023; • Revisão das divulgações realizadas pela Companhia. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 18 e 19, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado (DVA):** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, estão conciliadas com as demonstrações financeiras, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com

continua ★

Emissões de LCA e LCI caem, enquanto as de debêntures e certificados de recebíveis aumentam

Volume mensal de emissões, em R$ bilhões

* Até dia 22 Fontes: Anbima e B3

Mudança de regra derruba emissões de LCIs e LCAs

Volume de debêntures, CRAs e CRIs, por outro lado, tem aumento

FOLHAINVEST

Júlia Moura

SÃO PAULO Com a mudança nas regras para novas emissões de LCIs (letras de crédito imobiliário) e LCAs (letras de crédito do agronegócio) a partir de 1º de fevereiro, o volume de emissões das letras recuou, enquanto o de novas debêntures, CRAs (certificados de recebíveis do agronegócio) e CRIs (certificados de recebíveis imobiliários) aumentou.

As alterações impostas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) visam aumentar a arrecadação da União e estimular, de fato, os setores imobiliário e agropecuário. Para isso, os instrumentos utilizados como lastro por LCIs, LCAs, CRIs e CRAs terão que ser diretamente vinculados aos setores a que se destinam, sem que empresas que não são do setor emitam os papéis, como aconteceu no passado com o CRA da operadora do Burger King no Brasil, emitido para financiar a compra de hambúrguer da JBS pela rede de fast food.

No caso das letras, que são emitidas por bancos para que eles financiem os setores, houve também o aumento do prazo mínimo de resgate do investimento, o que desestimula o uso de curto prazo dos instrumentos e pode explicar a queda nas novas emissões.

Para as LCIs, o prazo mínimo de carência passou de 90 dias para 12 meses. As letras imobiliárias corrigidas mensalmente por algum índice de preço, como o IPCA, continuam com vencimento mínimo de 36 meses. Já para as LCAs, o mínimo de três meses passou para 12 meses, quando a letra for atualizada por índice de preços, e para nove meses nos demais casos.

Os maiores prazos de resgate inibem a utilização desses instrumentos por empresas que precisam proteger seus caixas da inflação por um curto período, sem pagar impostos. O mesmo vale para investidores que utilizavam os instrumentos como reserva de emergência.

Neste ano, o volume de LCIs emitidas caiu de R$ 30,7 bilhões em janeiro para R$ 10,8 bilhões em fevereiro, segundo dados da B3. Em relação a fevereiro de 2023, quando as emissões de LCI acumularam R$ 18 bilhões, a queda é de 40%.

As LCAs apresentam efeito semelhante. As emissões desaceleraram 56% de janeiro a fevereiro deste ano, de R$ 45 bilhões para R$ 20 bilhões. Na comparação com fevereiro passado (R$ 26,8 bilhões), há um recuo de 26%.

"Já vemos uma queda material de novos investimentos em LCI e em LCA. A tendência é que esses recursos fluam para CDB, que também é garantido pelo FGC [Fundo Garantidor de Créditos]", diz Pedro Breviglieri, sócio da Empírica Investimentos.

Para o especialista, as debêntures incentivadas, porém, devem ser as "grandes vencedoras dessas mudanças", com fluxo de emissores que não se encaixam mais nas regras das letras e dos certificados.

Além disso, esses títulos de dívida podem atrair mais investidores por serem isentos de Imposto de Renda, como as letras e os certificados, mas com uma maior rentabilidade, por serem mais arriscados.

Segundo dados da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), as emissões de debêntures aumentaram 170%, de R$ 8,3 bilhões, em janeiro, para R$ 22,4 bilhões, em fevereiro. Na comparação do mês passado com fevereiro de 2023 (R$ 7 bilhões), a alta foi de 237%.

A emissão de CRIs, por sua vez, mais que dobrou de janeiro a fevereiro deste ano, indo de R$ 3,6 bilhões para R$ 7,4 bilhões. Em relação a fevereiro de 2023, o salto foi de 306%. Já os CRAs aumentaram em 137% de janeiro (R$ 1,5 bilhão) a fevereiro (R$ 3,6 bilhões) deste ano e em 54% ante o mesmo mês de 2023, quando o volume somou R$ 2,35 bilhões.

A redução nas emissões de letras era esperada por especialistas, mas tamanho aumento nos volumes dos demais instrumentos de renda fixa não foi previsto.

"Isso pode indicar que as empresas que permaneceram dentro da regra estão aproveitando o momento de pouca oferta e alta demanda de produtos isentos para aumentar o volume captado", diz Mayara Rodrigues, analista de renda fixa da XP.

A especialista observa que a alta no número de operações foi modesta, o que significa que elas estão mais robustas.

Painel com cotações na Bolsa de Valores de Tóquio, cujo índice Topix ficou perto de igualar a máxima histórica de 1989 Kazuhiro Nogi - 4.mar.24/AFP

Bolsas têm melhor 1º trimestre em 5 anos, sob impulso de IA

NOVA YORK E LONDRES | FINANCIAL TIMES Os mercados de ações no mundo registraram sua melhor performance no primeiro trimestre em cinco anos, impulsionados pelas esperanças de um pouso econômico suave nos EUA e pelo entusiasmo em relação à IA (inteligência artificial).

O índice MSCI de ações mundiais acumula alta de 7,7% neste ano, o maior desde 2019, com as ações superando os títulos pela maior margem em qualquer trimestre desde 2020, mesmo com os investidores reduzindo suas expectativas de cortes rápidos nas taxas de juros.

A alta foi impulsionada pelo S&P 500, de Nova York, que superou o seu patamar recorde em 22 sessões diferentes durante o trimestre.

O boom da inteligência artificial impulsionou os ganhos do mercado, com a fabricante de chips Nvidia adicionando mais de US$ 1 trilhão em valor de mercado nos primeiros três meses do ano, equivalente a cerca de um quinto do ganho total dos mercados de ações globais nesse período.

Nos EUA, sinais de crescimento doméstico resiliente impulsionaram as ações, apesar de aumentos inesperados na inflação em janeiro e fevereiro, o que levou os investidores a reduzir as expectativas de até seis cortes nas taxas de juros neste ano.

Os mercados agora concordam com a projeção do Fed (Federal Reserve, o BC dos EUA) de três cortes no ano de 0,25 ponto percentual da taxa de referência, que está em seu nível mais alto em 23 anos.

"Este tem sido um período bastante otimista", disse Kristina Hooper, estrategista-chefe de mercado global da Invesco. "Também tivemos um pouco de empolgação com a inteligência artificial que ajudou ao longo do caminho, mas essa é uma história sobre, em primeiro lugar, o afrouxamento da política monetária e, em segundo lugar, uma economia global muito resiliente."

O que começou como uma corrida impulsionada pela tecnologia em Wall Street gradualmente se ampliou ao longo do trimestre, com as ações na Europa e no Japão começando a superar os EUA.

Os índices FTSE 100, do Reino Unido, DAX, da Alemanha, CAC 40, da França, e Ibex 35, da Espanha, superaram o S&P 500 em março, à medida que o ritmo acelerado em Wall Street começou a diminuir. Já outras Bolsas pelo mundo — e setores além da tecnologia — alcançaram os ganhos anteriores impulsionados pela IA nos EUA.

"O mercado de ações está ficando muito entusiasmado e abraçando esse otimismo", disse Florian Ielpo, chefe de macro da Lombard Odier Investment Managers.

Liderando o grupo entre os principais mercados está o Japão, onde a crescente confiança na economia e os preços em alta das ações relacionadas a chips domésticos impulsionaram uma alta de 16,2% no índice Topix em 2024, ficando do muito próximo de igualar a máxima histórica de 1989.

"No geral, conseguimos uma boa queda na inflação sem temores de recessão", disse Amelie Derambure, gestora de portfólio da gestora de ativos Amundi, que elevou suas participações em ações, especialmente no Japão e na Europa, além de investir nos EUA desde o início do ano. "A fraqueza na economia provavelmente não ocorrerá rapidamente, então ainda temos um tempo para surfar a onda atual."

Os ganhos nos índices de ações ocorreram mesmo com o aumento dos rendimentos dos títulos do governo, refletindo a queda nos preços.

O otimismo nas Bolsas pelo mundo não se refletiu no Brasil. O Ibovespa acumulou queda de 4,5% no trimestre.
Com São Paulo

Marcos de Vasconcellos
Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada.

Debêntures de infraestrutura excluem petróleo

Instrumento com incentivo fiscal priorizará projetos sustentáveis voltados à transição verde e também beneficia gás

Adriana Fernandes

BRASÍLIA Apesar da pressão de setores ligados à produção de combustíveis fósseis, o governo Lula (PT) deixou de fora empresas de petróleo da lista de empreendimentos que podem emitir debêntures (títulos) de infraestrutura para financiar novos projetos de investimentos. As empresas que captarem recursos por meio desse tipo de instrumento financeiro de crédito terão direito a benefício fiscal.

A restrição é uma vitória para a ala ambientalista do governo, que defendia a restrição ao setor de petróleo e foco em projetos sustentáveis voltados à transição ecológica e à redução das emissões.

Com a decisão de deixar o setor de petróleo de fora das debêntures, foi possível expandir o benefício para empreendimentos de hidrogênio verde e programas de transporte público baseados em ônibus elétricos, que fazem parte do plano de transformação ecológica do governo.

Os empreendimentos de gás poderão ser beneficiados, de acordo com decreto de Lula regulamentando a emissão desses títulos recém-criados.

A lei que criou esses títulos de infraestrutura e promoveu mudanças nas antigas debêntures incentivadas foi aprovada pelo Congresso em dezembro passado. Havia grande expectativa do mercado em torno da regulamentação.

A aposta é grande nas novas debêntures de infraestrutura. Calcula-se em pelo menos R$ 150 bilhões a captação nos próximos três anos.

Elas têm um novo diferencial, porque criam incentivos para o emissor do papel para atrair o apetite, sobretudo, dos fundos de pensão —que pela sua natureza precisam de aplicações de longo prazo.

O incentivo fiscal é direto porque é dado com a redução da base de cálculo do Imposto de Renda a pagar da empresa que emitiu o título.

A lógica do incentivo é que a empresa que lançou a debênture, como uma concessionária de serviço público, possa aproveitar essa economia que terá no pagamento dos tributos para tornar os papéis mais atrativos para os investidores.

No caso das debêntures incentivadas, o beneficiário do incentivo fiscal é para o investidor pessoa física que adquiriu o papel, que tem isenção do IR.

Técnicos que participaram da elaboração do decreto disseram que a decisão foi uma escolha "consciente" para retirar o benefício dos projetos de empresas de exploração de petróleo, setor considerado já consolidado e responsável por grande parte das emissões.

Na avaliação do governo, as empresas do setor de petróleo não precisam desse benefício fiscal, porque é um negócio extremamente lucrativo.

Já o setor de gás foi abarcado pelas novas debêntures porque, na avaliação do governo, os projetos ainda têm dificuldade de serem viabilizados. O governo entendeu que o benefício para o gás é necessário porque polui menos que o petróleo. Além disso, há um desafio para tornar viáveis os projetos no Brasil —o que implica escoar o gás que está sendo tirado da camada do pré-sal para a costa. Esses projetos exigem a construção de infraestruturas muito caras e complexas.

Com Reuters

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - 90001/2024

CONTRATANTE (UASG): CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ADESIVAÇÃO DE UNIDADES MÓVEIS. **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** Mantido sob sigilo, conforme descrito no Termo de Referência. **DATA DA SESSÃO:** Dia 08/04/2024. **HORÁRIO DA FASE DE LANCES:** Das 8:00 até 14:00 (horário de Brasília). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por item. **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Sim. **CONSULTA DO EDITAL:** O edital na integra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site https://dmp.cps.sp.gov.br/licitacoes/.

Cooperativa Habitacional dos Comerciários do Estado de São Paulo - Convocação da Assembleia Geral Extraordinária - Edital de 1ª, 2ª e 3ª Convocações - A Cooperativa Habitacional dos Comerciários do Estado de São Paulo convoca os senhores associados, conforme previsto no Estatuto Social, a comparecerem à **Assembleia Geral Extraordinária,** que será realizada no **dia 19 de abril de 2024,** com início às **14h00 (quatorze horas), na Rua dos Pinheiros, nº 20, Pinheiros, São Paulo-SP,** atendendo ao artigo 58 e 59, para deliberar com a seguinte ordem do dia, **a)** Reforma do Estatuto; **b)** endereço da nova sede da Cooperativa; **c)** Deliberação quanto a qualidade de associado e **d)** Assuntos gerais. De acordo com o artigo 42, do Estatuto Social da Cooperativa, a Assembleia será realizada com o número legal de 2/3 (dois terços) do número de associados em condições de votar **em 1ª convocação;** não havendo número suficiente, será realizada **em 2ª convocação uma hora após,** com metade mais um dos associados e, caso ainda não for verificado número suficiente, será realizada **em 3ª convocação uma hora após,** a qual funcionará com número mínimo de 10 (dez) associados. Número de associados para efeito de cálculo do quorum da instalação da Assembleia: 52 (cinquenta e dois). São Paulo, 01 de abril de 2024. **Aparecido de Jesus Bruzarosco -** Presidente.

ASSOCIACAO BRASILEIRA DO SORVETE E OUTROS GELADOS COMESTIVEIS - ABRASORVETE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA PARA ALTERAÇÃO DE ESTATUTO SOCIAL e demais itens da Ordem do Dia - Convidamos os associados em pleno gozo de seus direitos a se reunirem em Assembleia Geral, convocada nos moldes dos §§ 3º, inciso III e 4º, alínea "a)", do Estatuto Social, **a realizar-se virtualmente, no dia 15 de abril de 2024, às 19:30 horas**, com a participação mínima de 1/5 dos associados com direito a voto (§ 8º do art. 10 e § 1º do art. 4º, do Estatuto Social), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: • Alteração do estatuto social e regimento interno dos órgãos auxiliares; • Ratificação dos atos Diretoria Executiva eleita em 05/06/23; • Re-ratificação dos representantes das associadas na Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e respectivos cargos; • Prestação de Contas do Exercício de 2023; • Previsão orçamentária 2024; • Apresentação de Relatório de Atividades 2023; • Proposta de aprovação de associados beneméritos: Amadeu Gonçales Filho e Antônio Benedito dos Santos; • Pesquisa "Panorama brasileiro para a indústria do sorvete"; • Assuntos diversos. A minuta com as alterações do Estatuto Social será encaminhada para conhecimento prévio no e-mail de cadastro do Associado. Na mesma mensagem constará o link para acesso à Assembleia, com indicação do formulário individual para registro de presença e voto (§ 10, do artigo 10 do Estatuto Social).

São Paulo (SP), 01 de abril de 2024. Martin Eckhardt - Presidente

---

Edital de Convocação 2024 - Pelo presente edital de Convocação, o **SINTENUTRI - SINDICATO DOS TÉCNICOS EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO,** de acordo com o estatuto social da entidade, **CONVOCA** todos os trabalhadores técnicos em nutrição e dietética do Estado de São Paulo, representados, filiados ou não, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária que se realizará dia 06/04/2024 às 09:00 horas, na sede do SINTENUTRI, localizado na rua Barra Funda, nº 933, sala 03, Barra Funda, na Cidade de São Paulo/SP**, presencial e/ou de forma virtual, transmitida através do aplicativo zoom ou similar que será divulgado para os interessados e estará disponibilizado através de um link na página oficial do SINTENUTRI, em primeira convocação com quórum legal, conforme estatuto social da entidade, **ou às 10:00 horas**, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: a)** Elaboração, discussão, retificação, ratificação e aprovação de cláusulas que comporão a pauta de reivindicação a ser encaminhada ao Sindicato Patronal, a saber, **SINDERC - Sindicato das Empresas de Refeições Coletivas do Estado de São Paulo,** e para empresas do segmento, tendo em vista a data base de **Junho/2024**, **b**) Elaboração, discussão, retificação, ratificação e aprovação de cláusulas que comporão a pauta de reivindicação a ser encaminhada ao Sindicato Patronal, a saber, **SINDIMERENDA** - Sindicato das Empresas Fornecedoras de Alimentação Escolar, Merenda Escolar e Assemelhados do Estado de São Paulo, e para empresas do segmento, tendo em vista a data base de **Agosto/2024, c)** Autorização expressa para solicitação e transmissão de listagens de informações dos trabalhadores da categoria; **d)** Discussão e aprovação do percentual de desconto da **COTA SOCIAL NEGOCIAL**, contribuição esta que visa o ressarcimento do trabalho e despesas decorrentes do processo negocial, conforme artigo 7º, inciso XXVI da Constituição Federal; **e)** Discussão e aprovação do percentual de desconto da **MENSALIDADE ASSOCIATIVA** devida pelos sócios, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse à esta entidade sindical; **f)** Discussão e aprovação do percentual de desconto a título do benefício de odonto-dependente, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse a esta entidade sindical; **g)** Discussão e aprovação de percentual de desconto a título de PLR, que venha a ser firmado entre o sindicato laboral ou Federação e empresas dos segmentos representados pelo sindicato laboral, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse a esta entidade sindical; **h)** A instituição de CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL a todos os empregados da categoria, mesmo que não sindicalizados, destinada prioritariamente ao custeio de negociações, coletivas, juntamente com a garantia do direito de oposição, assegurando desta forma a existência do sistema sindicalista e a liberdade de associação, conforme recente decisão do STF acerca do Tema 935, de repercussão geral: É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivas, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição", **i)** Notificação aos empregadores e aos respectivos sindicatos das categorias econômicas, dos percentuais e valores a serem descontados em folha de pagamento e repassados à esta entidade sindical das seguintes contribuições: COTA SOCIAL NEGOCIAL, MENSALIDADE ASSOCIATIVA, PLR e CONTRIBUIÇÃO ASSITENCIAL, bem como valores a título de custeio do benefício de odonto-dependente; Notificação aos empregadores e aos respectivos sindicatos das categorias econômicas, dos percentuais e valores a serem descontados em folha de pagamento e repassados à esta entidade sindical das seguintes contribuições: COTA SOCIAL, MENSALIDADE ASSOCIATIVA e PLR bem como valores a título de custeio de benefício de odonto-dependente; **j)** Delegação ou não de poderes à Diretoria da Entidade, bem como à Federação, para negociar, assinar acordos coletivos de trabalho, acordos de banco de horas, acordos sobre escalas de revezamento, convenção coletiva de trabalho com o sindicato patronal e as empresas, e caso necessário, instaurar processos administrativos e/ou judiciais (instauração de dissídio coletivo); **k)** autorização para mobilizações e greves, em caso de necessidade. São Paulo, 01 de abril de 2024. **Maria de Lourdes Santos Sousa -** Presidente.

RIO DAS PEDRAS EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA
NIRE 35.228.748.401 - CNPJ 21.220.780/0001-55
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS REALIZADA 26 DE JUNHO DE 2019.

DATA, HORA E LOCAL: – Aos 26 de julho de 2.019, às 14:00 horas, na sede da sociedade, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, Rua Doutor Ladislau Reti, 958, Galpão 1, Sala 4, Parque Alexandre, Cotia, SP, CEP 06714-150. Convocação e Presença – Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 1.072, inciso 2º da Lei 10.406/2002, por estarem todos os sócios presentes, conforme assinaturas ao final do presente instrumento. Presentes: **RENATA FREITAS DE CAMARGO,** brasileira, divorciada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 16.355.471-7 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob n.º 073.245.648-79, residente e domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo na Rua Barão de Santa Eulália, n.º 150, apartamento 211, Real Parque, CEP 05685-090, **LNPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA,** estabelecida na Avenida Paulista, nº 2200, 22º andar, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-300, registrada na JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.230.089.339 em sessão de 31/08/2016 e inscrita no CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 26.073.971/0001-55 neste ato representada pelo sócio administrador o Sr. **JOSÉ ERNESTO FREITAS DE CAMARGO,** brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 8.782.260-X – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 006.591.488-03, residente e domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo na Rua Alemanha, n.º 472, Jardim Europa, CEP 01448-010; e **CONSTRUCRESPI – CONSTRUÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA,** registrada sob o NIRE nº 35.221.935.095 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.352.432/0001-36, com sede no município de Cotia, Estado de São Paulo, à Rua Doutor Ladislau Reti, 958, Galpão 1, Sala 4, Parque Alexandre, Cotia, SP, CEP 06714-150, neste ato representada nos termos de seu contrato social por seus sócios **CARLOS EDUARDO CRESPI**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 34.914.000-5 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 328.304.548-80 e **VANESSA CRESPI**, Brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 34.914.914-8 - SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 342.926.908-39, ambos residente e domiciliados na Rua Babilônia, nº 35 – Jd. Passargada – Cotia – SP – CEP: 06712-205. **COMPOSIÇÃO DA MESA – Presidente: JOSÉ ERNESTO FREITAS DE CAMARGO,** brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 8.782.260-X – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 006.591.488-03, residente e domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo na Rua Alemanha, n.º 472, Jardim Europa, CEP 01448-010. **SECRETÁRIO - CARLOS EDUARDO CRESPI**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 34.914.000-5 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 328.304.548-80, residente e domiciliado na Rua Babilônia, nº 35 – Jd. Passargada – Cotia – SP – CEP: 06712-205. **ORDEM DO DIA** - Deliberar sobre: a redução do capital social, conforme cláusula III do contrato social registrado na JUCESP sob o nº **35.228.748.401** em sessão de 14/10/2014. **DELIBERAÇÕES** – Resolvem os sócios por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: Reduzir o capital social no valor de R$ 5.390.000,00 (cinco milhões, trezentos e noventa mil reais), nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, considerando que o valor atribuído ao capital social se tornou excessivo em relação ao objeto da Sociedade, de modo que o capital social, que atualmente é de R$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais) passa a ser de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Dessa forma, declara ainda que, conforme disposto no artigo 1.084 do Código Civil, a redução do capital social será realizada restituindo-se parte do valor das quotas aos sócios, de acordo com o recebimento das parcelas referentes à venda do imóvel que figurou como patrimônio da mesma até 18 de dezembro de 2.017. Após os recebimentos de todas as parcelas será registrado o instrumento de alteração contratual com a formalização da redução do Capital Social na Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Encerramento** – Terminado os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, foi aprovada e assinada em 03 (três) vias de igual teor. São Paulo, 26 de junho de 2.019. **RENATA FREITAS DE CAMARGO; LNPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA** p. JOSÉ ERNESTO FREITAS DE CAMARGO; **CONSTRUCRESPI – CONSTRUÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA** p. CARLOS EDUARDO CRESPI; **CONSTRUCRESPI – CONSTRUÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA** p. VANESSA CRESPI.

COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY
AVISO DE LICITAÇÃO

ENCONTRA-SE ABERTO NO COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY, EM FRANCO DA ROCHA, O PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90004/2024 – PROCESSO N.º 024.00032077/2024-47 – CÓDIGO ÚNICO: 20240206491 – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM (PAPEL TERMOSSENSÍVEL E OUTROS), A REALIZAÇÃO SERÁ NA DATA DE 16/04/2024 ÀS 09:00 HORAS, NO SITE WWW.GOV.BR/COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

ENCONTRA-SE ABERTO NO COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY, EM FRANCO DA ROCHA, O PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90006/2024 – PROCESSO N.º 024.00033338/2024-46 – CÓDIGO ÚNICO: 20240274713 – AQUISIÇÃO DE SOROS E OUTROS REAGENTES PARA AG. TRANSFUSIONAL, A REALIZAÇÃO SERÁ NA DATA DE 16/04/2024 ÀS 10:00 HORAS, NO SITE WWW.GOV.BR/COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO
RETIFICAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 001/2024
ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Monteiro Lobato, torna público aos interessados que está aberta licitação na modalidade Concorrência nº 001/2024 para **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PARQUE FASE 2."**. Início da Sessão de Disputa de Preços: às **14h00** do dia **12/05/2024**. Local: www.bllcompras.org.br. O Edital completo à disposição dos interessados no endereço eletrônico: www.monteirolobato.sp.gov.br. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@monteirolobato.sp.gov.br ou no Paço Municipal, sito à Praça Dep. A. S. Cunha Bueno, nº 180, Centro, Monteiro Lobato/SP. **EDMAR JOSE DE ARAUJO - Prefeito Municipal**

HOSPITAL MATERNIDADE INTERLAGOS "WALDEMAR SEYSSEL-ARRELIA"
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

Encontra-se aberto no Núcleo de Compras e Gestão de Contratos da Administração do Hospital Maternidade Interlagos "Waldemar Seyssel-Arrelia", o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024, referente ao processo 024.00020406/2024-15, destinado a **Aquisição de insumos para áreas hematológicas e hemoterápicas, com entrega parcelada - agrupamento de itens**, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será no dia 16/04/2024 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br. O edital na íntegra com anexos encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site www.comprasnet.gov.br e www.imprensaoficial.com.br, seção "Negócios Públicos".

Portobello Grupo **PBG S.A.** PTBL B3 LISTED NM

CNPJ 83.475.913/0001-91 - NIRE nº 42300030201
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os Senhores Acionistas da PBG S.A. para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10h00, na sede social da Companhia, na Rodovia BR 101, Km 163, Tijucas, Santa Catarina, para deliberarem sobre as seguintes Ordens do Dia: **Assembleia Geral Ordinária:** 1. Apreciar o Relatório e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023. 2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do resultado do exercício. 3. Fixação do número de cargos (membros) do Conselho de Administração da Companhia. 4. Eleição dos integrantes do Conselho de Administração (mandato de 1 ano). 5. Eleição dos integrantes do Conselho Fiscal (mandato de 1 ano). 6. Fixar os valores destinados à remuneração dos órgãos da Administração. O Acionista presente à Assembleia deverá apresentar documento de identidade (pessoa física) ou atos constitutivos (pessoa jurídica), podendo ser representado por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. As procurações poderão prescindir de firma reconhecida em cartório e poderão ser outorgadas por meio eletrônico, desde que comprovada a autoria e integridade do documento. As procurações, que forem objeto de pedido público, deverão observar o disposto no artigo 52 da Instrução CVM nº 81, de 29 de março de 2022. Na forma do disposto no artigo 7º e seguintes da Resolução CVM 81/2022, todos os documentos pertinentes à ordem do dia a ser apreciada na Assembleia, incluindo a Proposta da Administração, encontram-se disponíveis aos Senhores Acionistas, a partir desta data, para consulta, na sede social da Companhia, localizada na Rodovia BR 101, Km 163, Tijucas, Santa Catarina, bem como no sistema IPE mantido pela CVM (www.cvm.gov.br) e no website da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/).

Tijucas/SC, 30 de abril de 2024
Cesar Gomes Júnior
Presidente do Conselho de Administração

Companhia Brasileira de Distribuição
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 47.508.411/0001-56 – NIRE 35.300.089.901
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada **de modo exclusivamente digital e remoto no dia 29 de abril de 2024, às 11h**, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **I.** Tomada das contas dos administradores e exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **II.** Compensação do prejuízo líquido acumulado registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, mediante a utilização de parte das reservas de lucros da Companhia; e **III.** Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **I.** Aprovação do novo "Plano de Incentivos Atrelados à Outorga de Ações e de Opção de Compra de Ações" da Companhia ("Plano de Incentivo"), com a consequente descontinuação do Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações, atualmente em vigor; **II.** Alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, para refletir os aumentos de capital aprovados em reunião do Conselho de Administração, realizadas em 13 de março de 2024 e em 28 de março de 2024; **III.** Alteração das alíneas (l), (m) e (o) e do parágrafo 1º do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, para adequar as competências do Conselho de Administração; e **IV.** Consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações acima propostas; Informamos que permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, nas páginas de relações de investidores da Companhia (www.gpari.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo a Proposta da Administração e Manual de Participação para esta Assembleia ("Proposta da Administração"). Participação na Assembleia via sistema eletrônico: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Ten Meetings", que proverá acesso à Assembleia, bem como realizará o acompanhamento e controle da votação relativa a cada uma das matérias constantes da "Ordem do Dia" da presente Assembleia ("Plataforma Digital"). Dessa forma, o Acionista que desejar participar e votar na Assembleia, deverá observar os procedimentos indicados na Proposta da Administração de acordo com o seu tipo de participantes. Os acionistas deverão acessar, até o dia 27 de abril de 2024, o link https://assembleia.ten.com.br/708336898 ("Link de Cadastro"), e realizar o cadastro na Plataforma Digital, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos elencados abaixo neste Edital de Convocação e/ou na Proposta da Administração. Os acionistas que não realizarem o cadastro no prazo acima referido não poderão participar da Assembleia, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"). Os seguintes documentos deverão ser encaminhados pelos acionistas por meio do endereço eletrônico indicado acima: (a) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com no máximo 3 (três) dias de antecedência da Assembleia; (b) para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (c) para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado, conforme o caso, e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; (d) para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e (e) caso qualquer dos Acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por seu procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar (i) procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta Assembleia, a Companhia aceitará procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico, assinadas preferencialmente com uso da certificação ICP-Brasil ou por meio do portal "Gov.br". Participação na Assembleia Geral por meio de boletim de voto à distância: Nos termos da Resolução CVM 81, conforme detalhado na Proposta da Administração, os Acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto por meio dos Boletins de Voto à Distância, nos termos da Resolução CVM 81, deverão (a) preencher cada um dos Boletins de Voto à Distância, conforme orientações de preenchimento nele constante; e (b) enviá-los (i) diretamente à Companhia por e-mail; ou (ii) ao Agente Escriturador; ou (iii) aos seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço); conforme orientações a seguir. Em todos os casos, para os Boletins de Voto à Distância produzirem efeitos, o dia 22 de abril de 2024 (ou seja, 7 (sete) dias antes da data da Assembleia) deverá ser o último dia para o seu recebimento por uma das formas abaixo indicadas, e não o último dia para seu envio. Se os Boletins de Voto à Distância forem recebidos após o dia 22 de abril de 2024, os votos não serão computados. A Companhia não exigirá a entrega física do documento, conforme termos constantes da Proposta da Administração. Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação à distância na Assembleia, inclusive orientações para envio dos Boletins e ainda, orientações sobre acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração.

São Paulo, 29 de março de 2024.
Jean-Charles Henri Naouri
Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE megaleilões

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na **JUCESP sob nº 844**, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12**, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97.**Localização do imóvel:** Bragança Paulista-SP. Bairro Residencial das Ilhas. Rua Açores, nº 177 - Lt. 65 da Qd. "D". CASA. Áreas totais: terr. 325,00m² e constr. 135,09m² (lançado no Cadastro Municipal 159,45m²). Matr. 45.457 do RI local. Obs.: (i) Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local, com a averbada na matrícula e lançada no Cadastro Municipal, correrão por conta do Comprador; (ii) Ocupada (AF).**1º Leilão:** 15/04/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 818.632,99. **2º Leilão:** 17/04/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 237.071,76. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma www.megaleiloes.com.br. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

Processo Administrativo 0200002153/2.024-Processo Licitatório 41/2.024- Pregão 12/2.024. O Município de Auriflama-SP através da Prefeita Sra. Katia Conceição Morita de Carvalho torna público, a todos interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório na modalidade Pregão - SRP, na forma Eletrônica, objetivando a aquisição de ração canina a ser utilizado no abrigo dos animais recolhidos pelo serviço de zoonoses municipal para suprir a necessidade do Departamento de Saúde e Saneamento. As Propostas e Documentos serão recebidos virtualmente no site www.bllcompras.org.br até o dia 16/04/2.024 às 14:00 horas, conforme especificações e normas contidas no Edital e seus anexos, disponíveis no site www.auriflama.sp.gov.br. Auriflama, 01 de abril de 2024.

Cooperativa Habitacional dos Comerciários do Estado de São Paulo - Convocação da Assembleia Geral Ordinária - Edital de 1ª, 2ª e 3ª Convocações - A Cooperativa Habitacional dos Comerciários do Estado de São Paulo convoca os senhores associados, conforme previsto no Estatuto Social, a comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária,** que será realizada no **dia 19 de abril de 2024,** com início às **09h30 (nove horas e trinta minutos), na Rua dos Pinheiros, nº 20, Pinheiros, São Paulo-SP,** atendendo ao artigo 52, para deliberar com a seguinte ordem do dia, **a)** Apreciar e deliberar sobre o Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração das Sobras e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **b)** Destinação das sobras apuradas ou Rateio das Perdas do exercício; **c)** Eleição e Posse do Conselho Fiscal para o exercício de 2024 e **e)** assuntos gerais. De acordo com o artigo 42, do Estatuto Social da Cooperativa, a Assembleia será realizada com número legal de 2/3 (dois terços) do número de associados em condições de votar **em 1ª convocação;** não havendo número suficiente, será realizada em **2ª convocação uma hora após,** com metade mais um dos associados e, caso ainda não for verificado número suficiente, será realizada **em 3ª convocação uma hora após,** a qual funcionará com número mínimo de 10 (dez) associados. Número de associados para efeito de cálculo do quorum da instalação da Assembleia: 52 (cinquenta e dois) São Paulo, 01 de abril de 2024. **Aparecido de Jesus Bruzarosco -** Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO
RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2024
ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Monteiro Lobato, torna público aos interessados que está aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 014/2024 para "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ATENDIMENTOS DA SECRETARIA DE SAÚDE COM FONOAUDIÓLOGA E PSICÓLOGA DO MUNICÍPIO". Início da Sessão de Disputa de Preços: às **09h00** do dia **12/04/2024**. Local: www.bllcompras.org.br. O Edital completo à disposição dos interessados no endereço eletrônico: www.monteirolobato.sp.gov.br. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@monteirolobato.sp.gov.br ou no Paço Municipal, sito à Praça Dep. A. S. Cunha Bueno, nº 180, Centro, Monteiro Lobato/SP. **EDMAR JOSE DE ARAUJO - Prefeito Municipal**

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Pregão Eletrônico nº 010/2024 – Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, conservação e assistência técnica, com fornecimento de peças para os elevadores instalados nos Fóruns Trabalhistas que compõem a Região 6 (Cotia, Franco da Rocha, Osasco e Taboão da Serra).

Abertura da Sessão de Lances: 16/04/2024 às 11:30 horas.

Edital: encontra-se disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **https://ww2.trt2.jus.br/transparencia/licitacoes-compras-e-contratos/licitacoes/licitacoes-em-andamento-/-retirada-de-editais.**

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Estado de São Paulo
Diretoria de Materiais e Patrimônio - Coordenadoria de Compras e Licitações
compras@campinas.sp.leg.br

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024 – UASG 926677

Acha-se aberto na Câmara Municipal de Campinas o Pregão nº 08/2024 - Eletrônico - Processo CMC-ADM-2023/00408 - Contratação de empresa para fornecimento imediato e integral de dispositivos, acessórios e insumos para transmissão de áudio e vídeo profissional, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
Recebimento das Propostas: a partir das 08h do dia 01/04/2024.
Início da Disputa de Preços: a partir das 10h do dia 15/04/2024.
Disponibilidade do Edital: 01/04/2024, no portal eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br.** Esclarecimentos adicionais através dos e-mails: **licitacoes@campinas.sp.leg.br** / **compras.camara.campinas@gmail.com.**

Campinas, 28 de março de 2024.
Julio Cesar Favinha
Diretor de Materiais e Patrimônio

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2023

1. PREÂMBULO
1.1. O Município de Bálsamo, com endereço Rua Rio de Janeiro nº 695 – Bairro Centro – CEP 15.140-000 – Bálsamo – SP, CNPJ 45.142.353/0001-64, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Carlos Eduardo Carmona Lourenço, no uso de suas prerrogativas legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que no dia 02 de maio de 2024, às 09:30 horas, realizará o Chamamento Público para a **SELEÇÃO DE EMPRESAS DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, INCORPORADORAS E/OU CONSTRUTORAS, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, INTERESSADAS EM CONSTRUIR NO MÍNIMO 350 (TREZENTAS E CINQUENTA) UNIDADES HABITACIONAIS HORIZONTAIS ISOLADAS DE INTERESSE SOCIAL, EM TERRENOS DE PROPRIEDADE DESSA MUNICIPALIDADE, A SEREM CONTRATADAS DENTRO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA DO GOVERNO FEDERAL, LEI 14.620 DE 13 DE JULHO DE 2023 E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES, PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS ENQUADRADAS NO PROGRAMA FEDERAL MINHA CASA MINHA VIDA**.
1.2. Os trabalhos de seleção prévia serão conduzidos pela Comissão Especial de Chamamento Público a serem designados através de Portaria.
1.3. Este edital será fornecido pelo Município de Bálsamo a qualquer interessado, podendo ser retirado no **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, localizado na Rua Rio de Janeiro nº 695 – Bairro Centro – CEP 15.140-000 – Bálsamo – SP, encontrando-se disponível na íntegra, na página do Município de Bálsamo (www.balsamo.sp.gov.br) para eventuais consultas e download.
1.4. Para o recebimento do envelope **"HABILITAÇÃO"** fica determinado o dia **02 de maio de 2024** até às **09h00**, o qual deverá ser entregue no **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, localizado na Rua Rio de Janeiro nº 695 – Bairro Centro – CEP 15.140-000 – Bálsamo – SP. O início da abertura do envelope ocorrerá às 09h30, no referido Departamento, do mesmo endereço e no mesmo dia mencionado neste item.

BÁLSAMO, 28 DE MARÇO DE 2024.
CARLOS EDUARDO CARMONA LOURENÇO
PREFEITO MUNICIPAL DE BÁLSAMO

---

investidores@comgas.com.br - www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto - CNPJ 61.856.571/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 27 de março de 2024, a Companhia de Gás de São Paulo - Comgás (B3: CGAS3 e CGAS5), divulga seus resultados referentes ao ano de 2023. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em IFRS e comparadas ao ano 2022 ou conforme indicado.

Mensagem da Administração

Ultrapassamos a marca de 2,5 milhões de clientes em nossa base ao fim de 2023, com incremento de 6,5% em relação ao ano anterior.

O volume (ex-termo) em 2023 apresentou queda de 9,2%, explicado pela redução do consumo nos segmentos Residencial, Industrial, Cogeração e Automotivo.

O segmento Residencial apresentou volume 1,9% menor que em 2022, devido ao aumento da temperatura média em relação ao ano anterior.

O volume do segmento Industrial que representou 78,6% do total distribuído em 2023 e o segmento de Cogeração, apresentaram queda de 7,7% e 22,8% respectivamente impactado principalmente pela redução nas atividades de grandes clientes no período.

O segmento Automotivo (GNV) em 2023 apresentou uma queda no volume de 29,0% em comparação ao ano anterior, devido a uma menor competitividade frente aos demais combustíveis.

O segmento Comercial apresentou aumento de volume na ordem de 0,7% frente ao ano de 2022, principalmente devido a um cenário de menos restrições relacionadas a pandemia.

A receita líquida da Companhia atingiu R$ 15,2 bilhões no acumulado do ano, 10,8% menor que em 2022, refletindo a queda do volume distribuído e também da queda no preço do Brent, que gerou repasse negativo nas tarifas.

O EBITDA apresentou crescimento de 8,4% no ano totalizando R$ 3,5 bilhões, reflexo de um consumo mais diversificado entre os segmentos, associado ao reajuste das tarifas e margens.

Já os investimentos totalizaram R$ 1,5 bilhão ao longo do ano, incremento de 18,5%, em linha com o plano de investimentos da Companhia.

Encerramos o exercício com alavancagem de 1,32x, reflexo da posição de endividamento, bem como da distribuição de dividendos e JCP realizados em 2023 no montante de R$ 430,1 milhões.

SUMÁRIO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

R$ Mil	2023	2022	2023 x 2022
Total de Clientes	2.536.529	2.380.847	6,5%
Volume (mil m³)	4.169.992	4.592.933	-9,2%
EBITDA	3.492.271	3.222.267	8,4%
Resultado do período	1.408.787	1.811.479	-22,2%
CAPEX	1.479.419	1.248.853	18,5%
Dívida Líquida	4.598.706	5.268.864	-12,7%
Alavancagem	1,32x	1,64x	-19,5%
Volume (mil m³)	**2023**	**2022**	**2023 x 2022**
Residencial	315.380	321.535	-1,9%
Comercial	148.729	147.741	0,7%
Industrial	3.277.125	3.550.580	-7,7%
Cogeração	273.241	354.092	-22,8%
Automotivo	155.517	218.985	-29,0%
Termogeração	863	3.531	-75,6%
Volume (ex-termo)	**4.169.992**	**4.592.933**	**-9,2%**
mm³/dia	**11,4**	**12,6**	**-9,5%**

Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução 162/22, a Companhia informa que as empresas de auditoria ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S, responsável pela auditoria das demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023 e 30 de setembro de 2023, e a BDO RCS Auditores Independentes responsável pela auditoria das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, não foram contratadas para prestar serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.845.136	1.241.256
Títulos e valores mobiliários	7	794.978	569.296
Contas a receber de clientes	9	1.298.314	1.595.449
Instrumentos financeiros derivativos	15	20.116	344.760
Estoques		142.120	123.860
Recebíveis de partes relacionadas	9	222	1.315
Outros tributos a recuperar	10	222.572	724.750
Ativos setoriais	11	188.343	128.521
Outros ativos		121.644	81.724
Ativo circulante		**4.633.445**	**4.810.931**
Contas a receber de clientes	9	24.805	20.687
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	318.212	163.237
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	20	59.805	58.162
Outros tributos a recuperar	10	83.838	31.904
Depósitos judiciais	21	40.892	51.316
Instrumentos financeiros derivativos	15	120.529	–
Outros ativos		28.953	13.510
Ativos setoriais	11	341.695	193.378
Direito de uso		46.988	52.107
Ativos de contrato	13	939.902	1.031.391
Intangível	12	7.099.770	6.237.488
Ativo não circulante		**9.105.389**	**7.853.180**
Total do ativo		**13.738.834**	**12.664.111**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.165.556	1.554.840
Instrumentos financeiros derivativos	15	63.184	–
Fornecedores	19	1.302.119	1.554.695
Ordenados e salários a pagar		115.581	108.547
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	293.499	79.362
Outros tributos a pagar		155.570	220.559
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	332.326	15.806
Pagáveis a partes relacionadas	9	11.585	11.735
Outros passivos financeiros	17	133.937	72.579
Passivos setoriais	11	70.013	67.419
Arrendamentos		7.910	4.656
Outras contas a pagar		226.160	154.800
Passivo circulante		**3.877.440**	**3.844.998**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	5.812.535	5.425.800
Instrumentos financeiros derivativos	15	297.453	399.866
Provisão para demandas judiciais	21	45.516	67.051
Benefícios pós-emprego	22	442.164	448.157
Outros tributos a pagar		4.361	4.766
Passivos setoriais	11	1.532.364	1.401.706
Arrendamentos		32.827	39.014
Passivo não circulante		**8.167.220**	**7.786.360**
Total do passivo		**12.044.660**	**11.631.358**
Patrimônio líquido	23		
Capital social		536.315	536.315
Reservas de capital		(46.851)	(34.230)
Reservas de reavaliação		5.761	5.761
Ajuste de avaliação patrimonial		(62.948)	(78.922)
Reservas de lucros		1.261.897	603.829
Total do patrimônio líquido		**1.694.174**	**1.032.753**
Total do passivo e patrimônio líquido		**13.738.834**	**12.664.111**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Receita operacional líquida	24	15.158.674	16.999.571
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	25	(11.926.244)	(13.765.788)
Resultado bruto		**3.232.430**	**3.233.783**
Despesas de vendas	25	(127.105)	(142.527)
Despesas gerais e administrativas	25	(295.684)	(279.876)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	106.838	(87.600)
Despesas operacionais		**(315.951)**	**(510.003)**
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		**2.916.479**	**2.723.780**
Despesas financeiras		(1.321.730)	(1.073.581)
Receitas financeiras		881.669	465.485
Variação cambial líquida		144.191	108.227
Derivativos		(481.225)	(110.213)
Resultado financeiro líquido	27	**(777.095)**	**(610.082)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**2.139.384**	**2.113.698**
Corrente		(893.801)	(552.971)
Diferido		163.204	250.752
Imposto de renda e contribuição social	20	**(730.597)**	**(302.219)**
Resultado líquido do exercício		**1.408.787**	**1.811.479**
Resultado básico por ação - em Reais:	28		
Ordinárias		10,4057	13,3801
Preferenciais		11,4462	14,7181
Resultado diluído por ação - em Reais:	28		
Ordinárias		10,3999	13,3633
Preferenciais		11,4399	14,6996

(i) Para mais informações vide nota 3.3

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício		**1.408.787**	**1.811.479**
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	22	24.203	37.967
Tributos s/ganhos atuariais com planos de benefícios definidos		(8.229)	(12.909)
Outros componentes dos resultados abrangentes do exercício		**15.974**	**25.058**
Resultados abrangentes totais do exercício		**1.424.761**	**1.836.537**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

		Reservas de capital			Reservas de lucros				
	Capital social	Incentivos fiscais	Opção outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste da avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**536.315**	**1.201**	**(35.431)**	**5.761**	**107.263**	**496.566**	**–**	**(78.922)**	**1.032.753**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	1.408.787	–	1.408.787
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (Nota 22)	–	–	–	–	–	–	–	24.203	24.203
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	–	–	–	–	–	–	–	(8.229)	(8.229)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.408.787**	**15.974**	**1.424.761**
Dividendos (Nota 23)	–	–	–	–	–	(400.000)	(324.997)	–	(724.997)
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	–	–	–	–	–	–	(27.200)	–	(27.200)
Dividendos prescritos (Nota 23)	–	–	–	–	–	1.245	–	–	1.245
Juros sobre capital próprio prescritos (Nota 23)	–	–	–	–	–	233	–	–	233
Ações outorgadas reconhecidas (Nota 29)	–	–	976	–	–	–	–	–	976
Transações com pagamentos baseados em ações (Nota 29)	–	–	(13.597)	–	–	–	–	–	(13.597)
Retenção de lucros (Nota 23)	–	–	–	–	–	1.056.590	(1.056.590)	–	–
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	**–**	**–**	**(12.621)**	**–**	**–**	**658.068**	**(1.408.787)**	**–**	**(763.340)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**536.315**	**1.201**	**(48.052)**	**5.761**	**107.263**	**1.154.634**	**–**	**(62.948)**	**1.694.174**

		Reservas de capital			Reservas de lucros				
	Capital social	Incentivos fiscais	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste da avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**536.315**	**1.201**	**(22.173)**	**5.761**	**107.263**	**580.830**	**–**	**(103.980)**	**1.105.217**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	1.811.479	–	1.811.479
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (Nota 22)	–	–	–	–	–	–	–	37.967	37.967
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	–	–	–	–	–	–	–	(12.909)	(12.909)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.811.479**	**25.058**	**1.836.537**
Dividendos (Nota 23)	–	–	–	–	–	(580.830)	(1.253.279)	–	(1.834.109)
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	–	–	–	–	–	–	(61.634)	–	(61.634)
Ações outorgadas reconhecidas (Nota 29)	–	–	2.339	–	–	–	–	–	2.339
Transações com pagamentos baseados em ações (Nota 29)	–	–	(15.597)	–	–	–	–	–	(15.597)
Retenção de lucros (Nota 23)	–	–	–	–	–	496.566	(496.566)	–	–
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	**–**	**–**	**(13.258)**	**–**	**–**	**(84.264)**	**(1.811.479)**	**–**	**(1.909.001)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**536.315**	**1.201**	**(35.431)**	**5.761**	**107.263**	**496.566**	**–**	**(78.922)**	**1.032.753**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.139.384	2.113.698
Ajustes para:			
Amortizações	25	575.792	498.487
Resultado nas alienações de ativo intangível	26	30.192	45.191
Transações com pagamento baseado em ações	29	5.002	2.339
Provisão para demandas judiciais e parcelamentos tributários	26	6.637	11.791
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		1.026.689	763.577
Provisão de bônus e participação no resultado		52.241	52.278
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	8	10.630	12.502
Ativos e passivos setoriais, líquidos	11	(157.412)	299.366
Outros		14.029	8.798
		3.703.184	**3.808.027**
Variação em:			
Contas a receber de clientes		344.098	(197.775)
Estoques		(32.289)	(3.107)
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos, líquidos		(316.821)	(38.045)
Fornecedores e outros passivos financeiros		(185.483)	(175.839)
Ordenados e salários a pagar		(49.234)	(31.248)
Benefícios pós-emprego		(26.931)	(25.963)
Outros ativos e passivos, líquidos		(4.796)	103.437
		(271.456)	**(368.540)**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**3.431.728**	**3.439.487**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Venda (compra) de títulos e valores mobiliários		(159.280)	532.479
Caixa recebido na venda de outros ativos permanentes		4.637	8.319
Adições ao intangível e ativos de contrato		(1.499.753)	(1.187.518)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(1.654.396)**	**(646.720)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.338.051	2.473.745
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	(1.547.820)	(2.275.698)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	(337.668)	(469.746)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	15	(459.378)	(294.300)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	15	284.728	19.882
Amortização de principal sobre arrendamentos		(4.092)	(6.044)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(3.556)	(2.671)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	23	(430.120)	(1.872.732)
Pagamento de remuneração baseada em ações	29	(13.597)	(15.597)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(1.173.452)**	**(2.443.161)**
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		**603.880**	**349.606**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.241.256	891.650
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.845.136	1.241.256
Informação complementar			
Impostos de renda e contribuição social pagos		182.012	47.785

Transações que não envolvem caixa

i. Aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R$149.214 (R$ 61.335 em 31 de dezembro de 2022), notas 12 e 13.

ii. Reconhecimento de juros sobre capital próprio deliberados no montante de R$7.394 (R$15.733 em 31 de dezembro de 2022), líquido de imposto de renda.

iii. Reconhecimento de direito de uso no montante de R$ 2.067 (R$ 7.705 em 31 de dezembro de 2022), relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil.

Apresentação de juros

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores imobiliários, assim como, os juros pagos sobre ativos de contrato são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Receitas			
Receitas de vendas de gás, líquidas		16.864.085	20.033.165
Receitas na prestação de serviços e outros	24	618.725	389.731
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	8	(10.630)	(12.502)
Receita de construção	24	1.357.613	1.135.355
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	91.896	(87.600)
Total		**18.921.689**	**21.458.149**
Custos e despesas			
Custo do gás e transportes		(12.228.165)	(15.073.888)
Custo dos serviços prestados		(53.632)	(37.596)
Custo de construção	25	(1.357.613)	(1.135.355)
Materiais, serviços e outras despesas		(352.258)	(356.614)
Total		**(13.991.668)**	**(16.603.453)**
Valor adicionado bruto		**4.930.021**	**4.854.696**
Retenções			
Amortizações	25	(575.792)	(498.487)
Total		**(575.792)**	**(498.487)**
Valor adicionado líquido gerado		**4.354.229**	**4.356.209**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	27	881.669	465.485
Total		**881.669**	**465.485**

(i) Para maiores informações vide nota 3.3.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Valor adicionado total a distribuir		**5.235.898**	**4.821.694**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos		**105.210**	**107.126**
Remuneração direta		27.971	38.537
Benefícios		60.343	52.019
FGTS/ Outros		16.896	16.570
Impostos, taxas e contribuições		**2.027.434**	**1.818.121**
Federais		1.165.982	779.681
Estaduais		833.263	1.014.801
Municipais		28.189	23.639
Despesas financeiras e aluguéis		**1.694.467**	**1.084.968**
Juros		1.524.414	988.511
Aluguéis e arrendamentos		38.371	24.128
Outros		131.682	72.329
Remuneração de capitais próprios		**1.408.787**	**1.811.479**
Dividendos propostos		324.997	1.253.279
Juros sobre capital próprio	23	27.200	61.634
Resultado do exercício, líquido de destinações		1.056.590	496.566
Total		**5.235.898**	**4.821.694**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores das categorias industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, e está registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Compass") por meio da participação direta de 99,14% do capital social, sendo controlada indiretamente pela Cosan Dez Participações S.A. que, por sua vez, mantém 88,00% do capital social de Compass. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan. O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), e prorrogado até 30 de maio de 2049, mediante assinatura do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021. **1.1 Impactos dos conflitos internacionais:** A Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito entre Rússia e Ucrânia, assim como os recentes acontecimentos no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de óleo de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o presente momento, os efeitos desses conflitos não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de deus ativos e passivos. A Companhia continuará monitorando o aumento do risco nessas áreas para mudanças materiais.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas (CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2024.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo. **3.1 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome caixa. **3.2 Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: i. Nota 8 - Contas a receber de clientes; ii. Nota 11 - Ativos e passivos setoriais; iii. Nota 12 - Ativos Intangíveis (definição de vida útil); iv. Nota 16 - Mensurações de valor justo reconhecidas; v. Nota 18 - Compromissos; vi. Nota 20 - Imposto de renda e contribuição social; vii. Nota 21 - Provisão para demandas e depósitos judiciais; viii. Nota 22 - Benefícios pós-emprego; ix. Nota 29 - Pagamento baseado em ações. **3.3 Reclassificação na demonstração de resultados:** A ARSESP por meio da deliberação 1.205 de 18 de agosto de 2021, NTF-044-2021, divulgou um novo Manual de Contabilidade Regulatória e Plano de Contas do setor de distribuição de gás canalizado para empresas sobre sua regulamentação com aplicabilidade a partir do exercício de 2023. Conforme nota técnica acima citada, a ARSESP determina que a contabilização das variações, positivas e negativas, entre o preço incluído nas tarifas e o efetivamente pago pela concessionária ao supridor, que são periodicamente repassadas aos usuários por meio de contas gráficas, devem ser registradas como receita operacional líquida. A política contábil usualmente aplicada pela Companhia é consistente com o entendimento da essência da operação, classificando os efeitos da Conta Corrente Regulatória ("CCR") em seu resultado bruto, porém com alocações em custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados. Em complemento, o documento também menciona que a classificação de despesas e custos pode variar em relação às práticas comumente adotadas em que parte dos gastos administrativos também são admitidos como custos das operações relacionadas aos serviços de distribuição de gás canalizado. A Companhia reavaliou voluntariamente a forma de apresentação da classificação dos efeitos da CCR e despesas gerais e administrativas, por entender que tal apresentação atenderá ás exigências da ARSESP e OCPC08, fornecendo informações mais consistentes e alinhadas com as melhores práticas adotadas pelo mercado. Estas reclassificações não impactam os principais indicadores utilizados pela Companhia. A aplicação da mudança na política contábil gerou a seguinte reclassificação na demonstração do resultado no exercício comparativo:

	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	17.414.153	(414.582)	16.999.571
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(13.962.106)	196.318	(13.765.788)
Resultado bruto	**3.452.047**	**(218.264)**	**3.233.783**
Despesas de vendas	(142.527)	–	(142.527)
Despesas gerais e administrativas	(498.140)	218.264	(279.876)
Outras receitas operacionais, líquidas	(87.600)	–	(87.600)
Despesas operacionais	**(728.267)**	**218.264**	**(510.003)**
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos	**2.723.780**	**–**	**2.723.780**

8 Contas a receber de clientes

Política contábil: As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para mensurar as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2023	31/12/2022
Contas de gás a receber	694.355	812.225
Receita não faturada (i)	706.650	877.895
Outros	9.932	13.828
Total	**1.410.937**	**1.703.948**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(87.818)	(87.812)
Total	**(87.818)**	**(87.812)**
Total	**1.323.119**	**1.616.136**
Circulante	1.298.314	1.595.449
Não circulante	24.805	20.687
Total	**1.323.119**	**1.616.136**

(i) A receita não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo, estimada e registrada no balanço para fins de competência. Em 8 de março, 5 de junho e 31 de agosto de 2023, foram emitidas deliberações ARSESP nº 1.389, 1.414 e 1.440, com redução na tarifa média ponderada de 13,09%, 7,22% e 5,20%, respectivamente, para todas as categorias de clientes, com exceção do residencial e comercial, que possuem reajustes anuais. Em dezembro de 2023, foi emitida a deliberação nº 1.475 com o acréscimo de tarifa média ponderada de 9,16% para todas as categorias de clientes, exceto residencial e comercial que tiverem reajuste médios ponderados de 3,36%. O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	31/12/2023	Perda esperada	31/12/2022	Perda esperada
A vencer	1.255.568	(2.532)	1.544.302	(2.835)
Vencidas:				
Até 30 dias	49.625	(886)	52.994	(310)
De 31 a 60 dias	10.602	(1.191)	12.612	(1.414)
De 61 a 90 dias	6.074	(1.329)	6.080	(2.080)
Mais de 90 dias	89.068	(81.880)	87.960	(81.173)
Total	**1.410.937**	**(87.818)**	**1.703.948**	**(87.812)**

A variação na perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(93.424)**
(Adições)/Reversões	(12.502)
Baixas	18.114
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(87.812)**
(Adições)/Reversões	(10.630)
Baixas	10.624
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(87.818)**

12 Ativos intangíveis

Política contábil: a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão: A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível. Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, são amortizados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica

continua ★

investidores@comgas.com.br - www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto - CNPJ 61.856.571/0001-17

—★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão. A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados. A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura. Os ativos de contrato são mensurados ao custo, capitalizados e transferidos para os ativos intangíveis na medida em que estão disponíveis para uso da concessão. A Companhia reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro ajustado ao valor justo, pois representa um contas a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão. **b) Contratos com clientes:** Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato. **c) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **d) Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que a Administração entende que os respectivos ativos estão em condições ideais para serem utilizados. Conforme definido nas portarias CSPE nº 22 de 19 de novembro de 1999 e nº 50 de 08 de maio de 2000, devem compor o intangível de concessão as classes de ativos apresentados na tabela abaixo, e para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil estimada, e a Companhia utiliza essas mesmas vidas úteis deliberadas pelo órgão regulador para amortização, pois em avaliação concluiu que as vidas úteis estão consistentes com a vida útil real de cada classe de ativos, como segue:

Edificações e benfeitorias	2% a 5%
Fidelização de clientes	20% a 50%
Máquinas e equipamentos	3,33% a 20%
Tubulações	3,33% a 4%
Veículos	20%
Outros	10% a 20%

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

	Contrato de concessão	Fidelização de clientes	Fidelização de clientes em andamento	Outros	Total
Valor de custo:					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**8.647.595**	**1.072.059**	**69.597**	**4.061**	**9.793.312**
Adições	–	–	113.498	–	113.498
Baixas	(57.239)	(19)	–	–	(57.258)
Transferências [i]	756.509	97.702	(97.708)	986	757.489
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.346.865**	**1.169.742**	**85.387**	**5.047**	**10.607.041**
Adições	–	–	121.806	–	121.806
Baixas	(57.473)	(64)	–	–	(57.537)
Transferências [i]	1.346.553	149.306	(149.592)	–	1.346.267
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.635.945**	**1.318.984**	**57.601**	**5.047**	**12.017.577**
Valor de amortização:					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(3.037.123)**	**(864.843)**	**–**	**(730)**	**(3.902.696)**
Adições	(386.536)	(104.864)	–	(888)	(492.288)
Baixas	25.430	1	–	–	25.431
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(3.398.229)**	**(969.706)**	**–**	**(1.618)**	**(4.369.553)**
Adições	(453.517)	(126.723)	–	(1.021)	(581.261)
Baixas	33.005	2	–	–	33.007
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(3.818.741)**	**(1.096.427)**	**–**	**(2.639)**	**(4.917.807)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.948.636**	**200.036**	**85.387**	**3.429**	**6.237.488**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6.817.204**	**222.557**	**57.601**	**2.408**	**7.099.770**

(i) Do montante transferido de ativos de contrato, uma parcela foi reclassificada para o ativo financeiro no montante de R$102.835 (R$ 31.445 em 31 de dezembro de 2022). **Redução ao valor recuperável:** Os ativos intangíveis de vida útil definida, que estão sujeitos à amortização, são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício. Não há intangíveis de vida útil indefinida na Companhia.

13 Ativos de contrato

Política contábil: Ativos de contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis (Nota 12).

	Ativos de contrato
Valor de custo:	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**684.970**
Adições	1.135.355
Transferência para ativo intangível	(788.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.031.391**
Adições	1.357.613
Transferência para ativo intangível	(1.449.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**939.902**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram adicionados R$ 119.260 nos ativos de contrato gerados internamente (R$ 103.084 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). **Compromissos de investimento:** A Companhia assumiu compromissos de longo prazo em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (expansão, melhorias e manutenções) a serem realizados até a finalização do prazo da concessão, a ocorrer em 30 de maio de 2049. Os valores dos investimentos, para projetos de expansão e suporte operacional são de, aproximadamente R$30 bilhões, além de investimentos em suporte administrativo, com previsão de desembolso de cerca de R$4 bilhões, valores atualizados para moeda de dezembro de 2023. Considerando que o contrato de concessão prevê uma regulação por incentivo, definindo-se a cada ciclo quinquenal um plano de negócios eficiente à luz de uma taxa de retorno de capital adequada, definida à época, para garantir a oportunidade para a concessionária obter uma remuneração apropriada para os seus investimentos, a cada revisão tarifária a Comgás proporá um plano regulatório vinculativo aderente à realidade da época e considerando a taxa de retorno de capital definida pelo órgão regulador. **Capitalização de custos de empréstimos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram capitalizados R$ 82.441 a uma taxa média de 12,70% a.a. (R$ 70.884 e 12,06% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

20 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil: A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **i. Imposto corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **ii. Imposto diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **iii. Exposição Fiscal:** Ao determinar o valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.139.384	2.113.698
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(727.391)	(718.657)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Não realização do benefício do pacto federativo [i]	(133.712)	–
Benefício do pacto federativo - exercício corrente [i]	49.737	172.167
Benefício do pacto federativo extemporâneo [i]	–	240.251
Selic indébitos [ii]	76.268	(26.003)
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(10.819)	(4.943)
Juros sobre capital próprio	9.248	20.956
Outros	6.072	14.010
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente [i]	(893.801)	(552.971)
Diferido	163.204	250.752
Total	**(730.597)**	**(302.219)**
Taxa efetiva	**34,15%**	**14,30%**

[i] A partir do 1º trimestre de 2021, a Companhia passou a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do benefício fiscal de redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo, cuja alíquota efetiva é reduzida de 18% para o intervalo entre 12% e 15,6% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490 ("RICMS/SP"), com redação dada pelos Decretos Estaduais n.º 62.399/2016 e 67.383/2022. Esses créditos foram reconhecidos pela Companhia no exercício de 2021 com base no seu melhor entendimento sobre o tema, consubstanciado pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência então aplicável ao tema. Em 26 de abril de 2023, o STJ julgou recurso especial representativo da controvérsia e decidiu que benefícios fiscais como redução de base de cálculo de ICMS somente podem ser excluídos do IRPJ/CSLL se cumpridos os requisitos da Lei Complementar nº 160/2017 (art. 30 da Lei 12.973/2014), ou seja, com a constituição de reserva. Com base nessa decisão, os administradores da Companhia, observando a interpretação técnica que disciplina o tratamento das incertezas quanto aos tributos sobre o lucro (ICPC22 e IFRIC 23), decidiram pela constituição de provisão em 31 de março de 2023, no valor histórico de R$1.191.282 (R$925.754 de principal registrado na rubrica de imposto de renda corrente, R$117.863 de juros e R$147.665 de multa registrados na rubrica de resultado financeiro). O montante atualizado utilizado pela Companhia referente a crédito extemporâneo e corrente totaliza R$ 1.387.388 (R$ 924.043 principal, R$ 228.157 multa e R$ 235.188 juros), que engloba também as autuações recebidas para os exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018 e os demais créditos aproveitados nos anos seguintes até 31 de março de 2023, acrescidos dos respectivos encargos legais. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023, que concedeu desconto de 80% para pagamento de todos os débitos, autuados e não autuados pela RFB, relativos a esse tema. Assim, a Companhia espera a regulamentação do programa para efetivar a quitação do passivo que, considerando o desconto concedido, é de R$ 277.478 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 184.809 principal, R$ 45.631 multa e R$ 47.038 juros). [ii] Considerando os efeitos do julgamento do STF RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, a Companhia concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia. A Companhia obteve trânsito em julgado da sua ação individual sobre o tema, cuja decisão afastou a modulação de efeitos estabelecida pelo STF. Em razão disso, foram reconhecidos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023, os créditos de fatos geradores dos anos de 2016 a 2020, no montante de R$ 81.542 (R$ 56.562 principal e R$ 24.980 juros). Em 31 de dezembro de 2023 o montante de R$59.805 (R$58.162 em 31 de dezembro de 2022), registrado no ativo não circulante refere-se a imposto de renda e contribuição social sobre saldos credores dos períodos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. O saldo de imposto de renda e contribuição social no passivo circulante, no montante de R$293.499 (R$79.362 em 31 de dezembro de 2022), refere-se, principalmente, ao passivo relativo ao benefício do pacto federativo no montante de R$277.478, mencionado acima. **b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:** Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

Créditos ativos de:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Diferenças temporárias [i]	332.376	283.694
Provisão para demandas judiciais	15.475	22.797
Obrigação de benefício pós-emprego [ii]	150.336	152.373
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	11.931	13.263
Transações com pagamento baseado em ações	2.951	2.758
Provisões de participações no resultado e bônus	21.655	22.305
Resultado não realizado com derivativos e valor justo dos empréstimos	31.176	–
Outros	62.498	33.919
Tributos diferidos - Ativos	**628.398**	**531.109**
Créditos passivos de diferenças temporárias		
Revisão de vida útil de intangível	(148.083)	(175.421)
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos [iii]	(70.703)	(36.861)
Arrendamento mercantil	(2.126)	(2.869)
Resultado não realizado com derivativos e valor justo dos empréstimos	–	(90.209)
Juros capitalizados	(86.294)	(59.532)
Outros	(2.980)	(2.980)
Tributos diferidos - Passivos	**(310.186)**	**(367.872)**
Total de tributos diferidos registrados	**318.212**	**163.237**

(i) Do total do saldo apresentado em diferenças temporárias, o montante de R$300.874 (R$884.923 de base), refere-se à provisão de devolução de crédito extemporâneo no passivo setorial. (ii) O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 10,9 anos. (iii) A Companhia, exercendo seu direito, opta pelo regime de caixa para a tributação de variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:

i. Impostos diferidos ativos	Obrigação de benefício pós-emprego	Benefícios a empregados	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**159.978**	**19.683**	**–**	**95.400**	**23.533**	**298.594**
Creditado do resultado do exercício	5.304	5.380	–	224.354	10.386	245.424
Outros resultados abrangentes	(12.909)	–	–	–	–	(12.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**152.373**	**25.063**	**–**	**319.754**	**33.919**	**531.109**
(Cobrado)/creditado do resultado do exercício	6.192	(457)	31.176	40.028	28.579	105.518
Outros resultados abrangentes	(8.229)	–	–	–	–	(8.229)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**150.336**	**24.606**	**31.176**	**359.782**	**62.498**	**628.398**

ii. Impostos diferidos passivos:	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Arrendamento	Juros capitalizados/ Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**–**	**(202.759)**	**(127.681)**	**(3.349)**	**(39.411)**	**(373.200)**
(Cobrado)/creditado do resultado do exercício	–	27.338	37.472	480	(23.101)	42.189
Diferenças cambiais	(36.861)	–	–	–	–	(36.861)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(36.861)**	**(175.421)**	**(90.209)**	**(2.869)**	**(62.512)**	**(367.872)**
(Cobrado)/creditado do resultado do exercício	–	27.338	90.209	743	(26.762)	91.528
Diferenças cambiais	(33.842)	–	–	–	–	(33.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(70.703)**	**(148.083)**	**–**	**(2.126)**	**(89.274)**	**(310.186)**
Total de tributos diferidos registrados						**318.212**

22 Benefícios pós-emprego

Política contábil: O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada exercício. **Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. **Planos de benefício definido:** A Companhia oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação ao plano de pós-emprego de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício pós- emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos em resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem. A movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigação de benefício definido inicial	448.157	477.253
Custo dos serviços	157	538
Juros sobre obrigação atuarial	45.141	41.815
Liquidação antecipada no plano	–	(3.081)
Perda (ganhos) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras (i)	23.753	(26.621)
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência (i)	(70.072)	(14.629)
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas (i)	22.116	–
Benefícios pagos	(27.088)	(27.118)
Obrigação de benefício definido final	**442.164**	**448.157**
Valor justo inicial dos ativos do plano	–	(6.728)
Receitas de juros	–	(253)
Retorno dos investimentos no ano (excluída a receita de juros)	–	3.283
Liquidação antecipada no plano	–	3.698
Contribuições do empregador	(27.088)	(27.118)
Benefícios pagos	27.088	27.118
Valor justo final dos ativos do plano	**–**	**–**
Passivo líquido de benefício definido	**442.164**	**448.157**

(i) Efeito reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. A Companhia possui obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, reconhecidas de acordo com a Deliberação CVM695. O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria. A Companhia iniciou em 07 de janeiro de 2022 com a Futura II - Entidade de Previdência Complementar, o Plano de Aposentadoria *FuturaFlex*, plano de previdência fechada complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). O plano tem como objetivo a concessão de benefício de previdência privada, sob a forma de renda mensal financeira.

Movimentação do saldo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**470.525**
Custo dos serviços	538
Juros sobre obrigação atuarial	41.815
Benefícios pagos	(27.118)
Ganho atuarial	(37.967)
Liquidação antecipada no plano	364
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**448.157**
Custo dos serviços correntes	157
Juros sobre obrigação atuarial	45.141
Benefícios pagos	(27.088)
Ganho atuarial	(24.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**442.164**

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2023	31/12/2022
Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes		
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(23.753)	26.621
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	70.072	11.346
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	(22.116)	–
Perdas atuariais líquidas	**24.203**	**37.967**

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia são as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto	10,12% a.a.	10,45% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	4,25% a.a.
Crescimento salarial médio	n/a	n/a
Morbidade (*aging factor)*	3,00%	3,00%
Inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

O plano de benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros. Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota 20. Em 31 de dezembro de 2023, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era de 10,9 anos (sendo de 10,6 anos para 31 de dezembro de 2022). **Análise de sensibilidade:** Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Aumento	Redução
0,50%	**-0,50%**
(23.123)	20.998

Não houve alteração em relação aos anos anteriores nos métodos e premissas utilizados na elaboração da análise de sensibilidade.

23 Patrimônio líquido

Política contábil: a) Capital social: Ações ordinárias e preferenciais: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **Dividendos:** Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social, 25%, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em assembleia geral. Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado. Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil. **Reserva legal:** Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. O capital subscrito de R$ 536.315, é representado por 103.863 ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.658 ações preferenciais de classe A. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R$ 2.000.500. Não houve movimentação da quantidade de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e sua composição é a que segue:

	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2023 e 31/12/2022					
Acionistas	**Ordinárias**	**%**	**Preferenciais**	**%**	**Total**	**%**
Compass Gás e Energia S.A.	103.699	99,84	27.682	96,59	131.381	99,14
Outros	164	0,16	976	3,41	1.140	0,86
Total	**103.863**	**100**	**28.658**	**100**	**132.521**	**100**

b. Juros sobre capital próprio: Em 21 de março 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao período compreendido de 1º de janeiro de 2023 a 21 de março de 2023, no valor de R$17.204, antes dos tributos, pagos em 4 de abril de 2023. Em 21 de setembro 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio complementar, referente ao 3º trimestre de 2023, calculados até 21 de setembro de 2023, no valor de R$2.602, antes dos tributos, pagos em 6 de outubro de 2023. Em 21 de dezembro 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio complementar, referente ao 4º trimestre de 2023, calculados até 21 de dezembro de 2023, no valor de R$7.394, antes dos tributos, pagos em 10 de janeiro de 2024. **c. Dividendos:** Em 21 de março 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos no montante de R$400.000, com base no saldo da reserva de lucros gerados no exercício anterior, pagos no dia 4 de abril de 2023.

d. Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.035**
Dividendos do exercício anterior	580.830
Dividendos do período corrente	1.253.279
Juros sobre capital próprio	61.634
IR sobre juros sobre capital próprio	(9.240)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(1.872.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**15.806**
Dividendos do exercício anterior	400.000
Dividendos mínimos obrigatórios	324.997
Juros sobre capital próprio	27.200
IR sobre juros sobre capital próprio	(4.079)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(430.120)
Dividendos prescritos	(1.245)
Juros sobre capital próprio prescritos	(233)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**332.326**

e. Destinação do saldo do resultado do exercício:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	1.408.787	1.811.479
Constituição da reserva legal - 5% (i)	–	–
Base de cálculo para distribuição dos dividendos	**1.408.787**	**1.811.479**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**352.197**	**452.870**
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados	(27.200)	(1.314.913)
Dividendo mínimos obrigatórios	**324.997**	**1.881.972**
Total do lucro do exercício a destinar	**1.056.590**	**496.566**

(i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve a constituição de reserva legal, pois conforme estatuto da Companhia se o valor da reserva legal exceder 20% do capital social, não deverá ser constituída. Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

30 Eventos subsequentes

Décima emissão de debêntures da Companhia: Em 29 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Comgás aprovou a oferta pública da 10ª emissão de debêntures simples, em regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. A emissão será no montante total de R$ 1.500.000, com incidência de juros semestrais a uma taxa igual a DI mais um spread de 0,80% a.a. e com vencimento do principal em 15 de março de 2029, com amortização na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rubens Ometto Silveira Mello
Presidente do Conselho de Administração

Nelson Roseira Gomes Neto - Membro do Conselho
Burkhard Otto Cordes - Membro do Conselho

Maria Rita de Carvalho Drummond - Membro do Conselho
Claudio Luis Moreira - Membro do Conselho

José Leonardo Martin De Pontes - Membro do Conselho
Elisangela Ferreira Martins - Membro do Conselho

CONSELHO FISCAL

Alexandre Pedercini Issa - Membro Titular
Carla Alessandra Trematore - Membro Titular
Elaine Maria de Souza Funo - Suplente

Felício Mascarenhas de Andrade - Suplente
Genival Francisco da Silva - Suplente
Henrique Aché Pillar - Suplente
Marcelo Curti - Membro Titular

Mario Augusto da Silva - Membro Titular
Nadir Dancini Barsanulfo - Suplente
Vanessa Claro Lopes - Membro Titular

DIRETORIA EXECUTIVA

Felipe Ferreira Guimarães Figueiredo - Diretor Presidente

Carla Araújo Sautchuk - Diretora de Operações e Serviços
Letícia Figueiredo Grossi de Mélo - Diretora de Pessoas e Cultura
Marcelo Rebelo Besteiro - Diretor de Comunicação, Institucional e Regulatório

Milena Chamas Bitelli Brito - Diretora de Vendas
Paulo Roberto Belem Junior - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Ricardo Nogueira Dias - Diretor Jurídico

CONTADORA

Renata Pavanelli Chaves - CRC 1SP283861/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou (i) o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações dos Valores Adicionados e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) as propostas de Orçamento de Capital referente ao exercício social de 2024 e de destinação do lucro líquido do exercício de 2023, a ser realizada conforme art. 40 do Estatuto Social da Companhia. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e, considerando ainda, o Relatório da BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda., emitido sem modificações, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os documentos e propostas acima referidos estão aptos ao encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 27 de março de 2024

Marcelo Curti
Presidente e membro Titular do Conselho Fiscal
Alexandre Pedercini Issa
Membro Titular do Conselho Fiscal
Carla Alessandra Trematore
Membro Titular do Conselho Fiscal
Mario Augusto Silva
Membro Titular do Conselho Fiscal
Vanessa Claro Lopes
Membro Titular do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

continua—★

Fé na tecnologia pode virar prisão

IA é software como qualquer outro; não se pode confiar sem questionar

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Um amigo está reformando seu apartamento e me perguntou se deveria colocar "automação" nele. A ideia é permitir que funções como iluminação, ar-condicionado, som ambiente e outros possam ser controladas, por exemplo, por meio de um aplicativo de celular, e de qualquer lugar.

Na hora me lembrei de um encontro com Vint Cerf –um dos fundadores da internet– em 2012. Cerf dizia que vivemos em um mundo onde não dá mais para confiar em software. Ele comentou que quando via um elevador controlado por software, engolia em seco. Nas palavras dele: "temos bilhões de dispositivos interagindo entre si.

É como se estivéssemos fazendo bilhões de experimentos com pedaços de software que nunca se encontraram antes". O aviso é que estamos jogando tudo na internet, sem pensar em cibersegurança ou nas consequências imprevisíveis disso.

Para o meu amigo, eu disse que "automação" nas casas muitas vezes é feita com um nível precário de segurança. Agentes maliciosos podem interferir no funcionamento dos dispositivos.

Os dados gerados podem acabar sendo monitorados, revelando a rotina da casa, quantas pessoas estão nela, se há visitantes, em quais dias e horários, por quanto tempo e assim por diante.

Sem contar a alta probabilidade de que em cinco anos (ou menos) todo o equipamento estará obsoleto.

Mas há um outro caso trágico sobre a fé incondicional na tecnologia, ocorrido com os correios na Inglaterra. A empresa comprou um software para fazer a contabilidade unificada de suas 13 mil agências, a maioria operada por franqueados.

Só que o software (chamado Horizon e fornecido pela Fujitsu) tinha falhas. Por exemplo, a tela algumas vezes congelava ao registrar um pagamento feito em dinheiro. O usuário instintivamente pressionava a tecla enter para ver se algo acontecia. Sem avisar, o software contabilizava cada aperto da tecla como um novo pagamento recebido, que nunca ocorreu.

Esse e outros erros acabaram levando a discrepâncias contábeis entre o caixa dos franqueados e a contabilidade centralizada dos correios. O resultado disso foi dramático. Os correios processaram seus franqueados acusando-os de fraude contábil. Ao todo, 900 pessoas foram condenadas por furto, estelionato e fraude. Várias delas cumpriram pena em regime fechado. Famílias foram destruídas, perderam suas casas e empregos. Foram necessários 16 anos para esclarecer tudo o que havia acontecido.

Os correios ingleses preferiram acreditar piamente no software em vez de ouvir centenas de pessoas.

Só depois de uma ação coletiva proposta por 550 franqueados, organizada anos depois do início do problema, que a situação começou a ser revertida.

Em um momento em que estamos começando a entregar o controle das nossas vidas para as inteligências artificiais, o caso dos correios ingleses serve como um alerta.

Inteligência artificial é software como qualquer outro. Vamos precisar trabalhar para não confiarmos nela sem maiores questionamentos. A fé incondicional na tecnologia pode ser, literalmente, uma prisão.

READER

Já era Apple como a empresa mais valiosa do planeta

Já é Microsoft como a empresa mais valiosa do planeta

Já vem Nvidia, hoje em terceiro lugar, brigando pela posição da Apple e da Microsoft

Ferramenta da OpenAI clona voz com amostra de 15 segundos

Recurso será mantido sob controle enquanto se criam medidas de segurança

TEC

SAN FRANCISCO | AFP A OpenAI, empresa por trás do ChatGPT, anunciou na sexta-feira (29) uma ferramenta de clonagem de voz que planeja manter sob estrito controle até que sejam implementadas medidas de segurança para impedir falsificações de áudio destinadas a enganar os ouvintes.

O modelo chamado Voice Engine pode praticamente duplicar a fala de alguém com base em uma amostra de 15 segundos, de acordo com postagem no blog da OpenAI, que compartilha os resultados de um teste em pequena escala.

"Reconhecemos que gerar fala que se assemelha às vozes das pessoas apresenta sérios riscos, que estão especialmente em destaque em um ano de eleições", disse a empresa de San Francisco (EUA).

"Estamos envolvendo parceiros locais e internacionais de governos, mídia, entretenimento, educação, sociedade civil e outros setores, para garantir que estamos incorporando seus feedbacks conforme construímos."

Pesquisadores da desinformação temem o uso generalizado de softwares alimentados por inteligência artificial (IA) em um ano eleitoral crucial, graças à proliferação de ferramentas de clonagem de voz baratas, fáceis de usar e difíceis de rastrear.

Admitindo esses problemas, a OpenAI afirmou que está "adotando uma abordagem cautelosa e informada para um lançamento mais amplo devido ao potencial de uso indevido de vozes sintéticas".

O anúncio cauteloso chega dois meses após um consultor político que trabalhava para a campanha presidencial de um candidato improvável, rival democrata de Joe Biden, assumir a responsabilidade por uma ligação robótica fingindo ser o presidente.

A chamada gerada por IA, ideia do consultor do congressista democrata Dean Phillips, apresentava o que parecia ser a voz de Biden pedindo às pessoas que não votassem nas primárias de New Hampshire.

O incidente causou alarme entre especialistas que temem uma enxurrada de desinformação "deepfake", utilizando IA, na corrida presidencial de 2024 nos Estados Unidos, assim como em outras eleições-chave ao redor do mundo.

A OpenAI disse que seus parceiros que testam o Voice Engine concordaram com regras, incluindo a necessidade de consentimento explícito e informado de qualquer pessoa cuja voz seja duplicada.

Também deve ficar claro para o público quando as vozes que estão ouvindo são geradas por IA, acrescentou a empresa. "Implementamos um conjunto de medidas de segurança, incluindo marca-d'água para rastrear a origem de qualquer áudio gerado pelo Voice Engine."

25% dos celulares no Brasil são ilegais, diz associação

SÃO PAULO | REUTERS O volume de celulares vendidos ilegalmente no Brasil mais que dobrou em um ano e pode manter trajetória ascendente caso nada seja feito, disseram representantes da associação de fabricantes de produtos eletroeletrônicos (Abinee) na semana passada.

Segundo dados divulgados pela entidade, a quantidade de aparelhos ilegais passou de 10% do mercado total de telefones celulares no Brasil em 2022 para 25% no último trimestre de 2023, fechando o ano com um total de 6,2 milhões de unidades vendidas de forma ilegal no país. O estudo cita levantamento da empresa de pesquisa de mercado IDC.

"Segundo o presidente da Abinee, Humberto Barbato, a prática tem tomado "proporções inaceitáveis".

A entidade disse estimar que 90% dos smartphones contrabandeados hoje no Brasil sejam vendidos via marketplaces, com valor 38% abaixo do mercado oficial.

Barbato atribuiu a alta de 2023 a uma mudança nos hábitos de consumo pós-pandemia, com maior quantidade de compras online.

"O problema é que o modelo de venda dos marketplaces facilita a venda de produtos irregulares, uma vez que um site abarca diferentes vendedores, e muitos deles agem na ilegalidade", afirmou, sem citar nomes de locais de venda.

O Mercado Livre, maior marketplace do Brasil, disse atuar "proativamente" para coibir tentativas de mau uso de sua plataforma.

A Amazon disse que exige por contrato que todos os produtos ofertados no site possuam licenças, autorizações, certificações e homologações necessárias, e declarações de que cumprirão as leis aplicáveis.

Procurada, a AliExpress não se pronunciou.

FOLHA CARREIRAS

Gabriela Bonin
folha.com/folhacarreiras

Como se destacar numa seleção de estágio?

Pesquisa aponta que foco das empresas está nas habilidades comportamentais, as 'soft skills'

Como se destacar numa seleção de estágio?

Saber o que recrutadores mais buscam ajuda.

Pesquisa feita pela Start Carreiras, plataforma que conecta estudantes ao mercado de trabalho, mapeou os interesses de quem contrata estagiários. Como eles fizeram isso? Analisaram mais de 1.400 vagas publicadas por 757 grandes empresas brasileiras.

A CONCLUSÃO? O foco está nas habilidades comportamentais, as famosas "soft skills". Apenas 2 dos 10 requisitos compreendem aspectos técnicos —inglês e Pacote Office.

O QUE ISSO INDICA? Que as empresas hoje estão avaliando mais o perfil da pessoa e buscando alinhar a cultura do profissional à da companhia, explica Roberta Saragiotto, diretora de People e Strategy na Start Carreiras.

Catarina Pignato

E como desenvolver as "soft skills"?

Comece fazendo uma **autoavaliação** honesta de suas habilidades e identifique áreas que podem ser mais bem desenvolvidas, diz Monize Oliveira, head de comunicação e marketing do Infojobs. "Você pode pedir feedback de colegas ou mentores da faculdade para uma perspectiva externa."

Então... **Aposte em projetos em grupo.** Eles permitem, segundo Oliveira, desenvolver habilidades de colaboração e liderança, praticar comunicação eficaz tanto verbal quanto escrita e ser proativo ao assumir responsabilidades.

Participar de atividades extracurriculares e voluntariado, por exemplo, são formas de adquirir experiências diversas, complementa a especialista.

BELEZA, MAS... Como demonstrar isso na entrevista de emprego?

"A dica é contar histórias ao recrutador sobre como você se comportou em determinadas situações, que envolveram as habilidades necessárias para o trabalho", diz Oliveira.

A diretora da Start Carreiras Roberta Saragiotto traz algumas reflexões usadas por recrutadores para avaliar as "soft skills". Antes de uma entrevista, é importante refletir sobre elas. Veja:

- Como você lida com as demandas da sua vida? Faculdade, vida pessoal, busca por emprego...
- Como você aprende algo novo?
- Qual é seu papel em um grupo de amigos? Você é o que organiza os rolês? É o que faz a mediação de brigas?
- Por que você quer estagiar naquela empresa?
- Quais são seus sonhos e objetivos profissionais? Como eles se alinham com a empresa?

E LEMBRE-SE: não se trata só de suas habilidades, mas como elas estão alinhadas ao que a empresa procura. Preste atenção ao currículo, deixe ele bem estruturado de acordo com a vaga, orienta Saragiotto.

"Entre no site da empresa, pesquise como ela funciona, os valores... Use o LinkedIn e o Glassdoor para coletar informações", indica. "Entenda a cultura para saber se você quer fazer parte dela. Vá preparado."

As dez habilidades mais requisitadas em vagas de estágio

Pesquisa feita pela Start Carreiras

1. Conhecimento no pacote Office
24,63%

2. Vontade/capacidade de aprender
22,47%

3. Produtividade
20,38%

4. Mão na massa/espírito empreendedor
19,91%

5. Inglês
18,69%

6. Trabalho em equipe e relacionamento interpessoal
18,62%

7. Diversidade
17,81%

8. Boa comunicação
16,67%

9. Desenvolvimento profissional e pessoal
9,24%

10. Resolução de problemas
6,01%

E a parte técnica?

Mesmo com um tempo limitado devido à faculdade, candidatos a vagas de estágio devem buscar o conhecimento técnico, aponta Thatyane Costa, coordenadora de recrutamento e seleção da Gateware, empresa de tecnologia.

Afinal, o conhecimento no pacote Office, que consiste em noções básicas de Word, Excel e PowerPoint, foi o requisito mais solicitado segundo a pesquisa da Start Carreiras.

Veja, então, dicas da especialista Thatyane Costa:

1. RESERVE UM TEMPO DEDICADO AO ESTUDO DE NOVAS HABILIDADES. Isso pode ser uma ou duas horas por dia ou algumas horas concentradas em um dia da semana, dependendo da sua agenda.

2. PRATIQUE REGULARMENTE. A prática é essencial para desenvolver habilidades. Para o pacote Office, por exemplo, crie planilhas no Excel ou apresentações no PowerPoint. Para o inglês, pratique leitura, escrita, audição e fala regularmente.

3. PARTICIPE DE GRUPOS DE ESTUDO. Junte-se a outros estagiários ou colegas da faculdade que também queiram melhorar suas habilidades. Isso pode proporcionar um ambiente de aprendizado colaborativo e motivador.

ACESSE folha.com/folhacarreiras e receba a newsletter toda segunda-feira